

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LUIS GUILHERME ASSIS KALIL

**A conquista do Prata:
análise da crônica de Ulrico Schmidl**

Dissertação de mestrado
História cultural

Orientador:
Leandro Karnal

Campinas
Agosto/2008

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

K124c **Kalil, Luis Guilherme Assis**
 A conquista do Prata: análise da crônica de Ulrich Schmidel /
 Luis Guilherme Assis Kalil. - - Campinas, SP : [s. n.], 2008.

Orientador: Leandro Karnal.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Schmidel, Ulrich, 1510?-1579? 2. Crônicas. 3. Prata, Rio da Região (Argentina e Uruguai) – História – Séc. XVI. I. Karnal, Leandro, 1963-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(cn/ifch)

Título em inglês: The conquest of the River Plate: analysis of Ulrico Schmidl's chronicles

Palavras chaves em inglês (keywords) : Chronicles
 Prata, Rio da Região (Argentina e Uruguai)
 – History – 16th century

Área de Concentração: História Cultural

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora: Leandro Karnal, Maria Cristina Bohn Martins, José Alves de Freitas Neto, Leila Mezan

Data da defesa: 27-08-2008

Programa de Pós-Graduação: História

Luis Guilherme Assis Kalil

A CONQUISTA DO PRATA

análise da crônica de Ulrico Schmidl
* da fi. cod.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Professor Dr. Leandro Karnal

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação de mestrado defendida e aprovada pela Comissão julgadora em 27/08/2008

Comissão Julgadora


Prof. Dr. Leandro Karnal (orientador)


Prof. Dra. Maria Cristina Bohn Martins


Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto

Prof. Dra. Leila Mezan Algranti (suplente)

Prof. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck (suplente)

Campinas
Agosto - 2008

200819369

Índice

Agradecimentos.....06

Resumo/Abstract..... 07

Introdução..... 09

Capítulo 1

Do *Mar Dulce* à Baviera

- à procura de um “Outro Peru” 17
- chegada ao *Mar Dulce* 23
- Ulrico Schmidl 31
- a busca pelas Amazonas 36
- o fim de uma era 40
- retorno à Baviera 50

Capítulo 2

A escrita da *Viaje al Río de la Plata*

- discursos sobre o indígena 57
- a escrita da *Viaje al Río de la Plata* 59
- bom selvagem ou cão imundo 72
- antropofagias e canibalismos 80
- silêncios religiosos 100

Capítulo 3

Os índios tonsurados e os espanhóis canibais

- imagens do Novo Mundo..... 107
- Theodore de Bry: a “semente cristã” dos indígenas..... 113
- Levinus Hulsius: a infância da humanidade..... 141

Capítulo 4

As Viajes al Río de la Plata

- as edições da crônica..... 149
- a busca pela *alma de la raza*..... 152
- os “julgamentos” das crônicas..... 157
- Schmidl em terras “brasileiras”..... 168

Conclusão..... 179

Bibliografia

- edições da crônica de Ulrico Schmidl..... 183
- fontes..... 184
- bibliografia..... 185

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Leandro Karnal. Orientador que, com sua inteligência e erudição, sempre indicou novos caminhos a serem percorridos. Agradeço, especialmente, seus conselhos e indicações, que nunca se limitaram ao âmbito desta pesquisa.

Ao Prof Dr. José Alves de Freitas Neto, por seus conselhos e indicações. Seus cursos e textos, sempre instigantes, marcaram profundamente minha formação.

À Prof. Dra. Maria Cristina Bohn Martins que, através de seus textos, me acompanhou ao longo da pesquisa e, ao final, aceitou participar da comissão julgadora.

À Prof. Dra. Leila Mezan Algranti, por sua leitura criteriosa, que sempre nos leva a novos questionamentos. Seus cursos foram responsáveis pelo despertar de inúmeras vocações.

Ao Prof. Dr. Paulo Miceli, por seus conselhos e indicações presentes desde o início da graduação. Sua fala, sempre estimulante, ampliou minha visão sobre o ofício do historiador.

Ao Prof. Dr. Michael M. Hall por suas aulas e pelo estímulo constante à leitura e à pesquisa.

Aos companheiros de pós-graduação: Luiz Estevam, Anderson e Gabriel.

Por fim, agradeço à minha família: Wagner, Beatriz, Rodrigo, Elias (*in memorian*) Luiza, José (*in memorian*), Margarida, Duda e Rafael; pela confiança e pelo apoio incondicional.

À Jaqueline, por tudo.

Que estes seis anos se tornem sessenta.

Resumo

Esta pesquisa busca analisar os discursos sobre os habitantes do Novo Mundo presentes na crônica de Ulrico Schmidl. Após permanecer por cerca de dezessete anos no sul da América (1536 – 1553), o soldado bávaro retornou à Europa, onde se converteu à fé protestante e escreveu sua *Viaje al Río de la Plata*. A partir de seu relato, pretendemos observar de que forma elementos como o canibalismo, também descritos por outros autores (como Jean de Léry e Hans Staden), influenciaram as narrativas de viajantes, em especial, em questões como a humanidade dos indígenas e as dúvidas referentes às possibilidades de escravização e conversão. Pretendemos ainda examinar de que forma essas descrições foram utilizadas como base para os mútuos ataques entre católicos e protestantes no período.

Abstract

This research aims to analyze the New World inhabitants' discourses at the Ulrico Schmidl's chronicle. After approximately seventeen years at South America (1536 – 1553), the Bavarian soldier has returned to Europe, where he has converted himself to the protestant faith and has written his *Viaje al Río de la Plata*. Based on his account we intend to observe how elements like cannibalism, also described by others authors (like Jean de Léry and Hans Staden), have influenced the travelers narratives, especially about humanity of Indigenous and doubts about the possibilities of his enslaver and conversion. We still intend to study how these descriptions were utilized in mutual attacks between Catholics and Protestants.

Introdução

“Eu sinceramente desejara que se promulgasse uma lei segundo a qual todo viajante, antes que se lhe permitisse publicar as suas viagens, fosse obrigado a jurar, diante do chanceler-mor do reino, que era absolutamente verdadeiro, em sua sincera opinião, tudo o que ele pretendia dar a lume; dessa maneira, já não seria enganado o mundo, como ordinariamente o é, ao passo que alguns escritores, para melhor aceitação do seu livro, iludem com as mais grosseiras falsidades o leitor incauto. Li diversos livros de viagem com grande satisfação em minha mocidade; mas tendo, depois disso, visitado a maior parte das regiões do globo e podido contrariar, pela minha própria observação, muitos relatos fabulosos, concebi grande aversão a esse gênero de leituras e alguma indignação ao ver tão impudentemente abusada a credulidade dos homens”

Jonathan Swift, *Viagens de Gulliver*

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as descrições do Novo Mundo feitas por Ulrico Schmidl¹ em sua *Viaje al Río de la Plata*². Mais especificamente, pretendemos observar de que forma alguns costumes indígenas descritos pelo cronista – como o canibalismo – aliados aos conflitos religiosos entre católicos e protestantes

¹ Existem muitas variações do nome do cronista (Schmidel, Schmidt, Schnirdel, Fabro), contudo, utilizaremos “Ulrico Schmidl” por ser esta a grafia mais utilizada em língua portuguesa: “... o prenome Ulrico (...) pelo qual a sua personalidade é mais conhecida no Brasil, bem como a grafia ‘Schmidl’, porquanto tal foi o modo de escrever adotado pelo seu portador durante a sua estada na América do Sul, e como tal também oficialmente conhecido nos documentos” (KLOSTER & SOMMER: 1942, p. 13). Grafias diferentes serão mantidas apenas em citações.

² Apesar de escrita originalmente em alemão, utilizaremos o título *Viaje al Río de la Plata*, por ser a forma pela qual a crônica de Schmidl ficou conhecida nas últimas décadas.

existentes na Europa quinhentista influenciaram seu relato, principalmente em questões como a humanidade e a possibilidade ou não de escravização e conversão dos nativos americanos.

Bávaro natural da cidade de Straubing, Schmidl se alistou como soldado para integrar um navio da frota comandada por Pedro de Mendoza que partia em direção ao sul da América. Permaneceu cerca de dezessete anos na região (1536 – 1553), período no qual ocorreram as primeiras expedições ao interior do continente, marcadas pela busca constante às reservas de metais preciosos que, segundo indícios “encontrados” tanto na natureza quanto nos precários diálogos realizados com os indígenas, existiriam nas terras cortadas pelo rio denominado – não por acaso – como *de la Plata*. Após seu retorno à Europa, renunciou ao catolicismo e adotou os princípios da Reforma, sendo, por isso, forçado a abandonar sua cidade natal e se estabelecer no centro protestante de Regensburg, mudança que, como veremos ao longo dos capítulos, marcou profundamente o processo de escrita de sua crônica.

Editado pela primeira vez em Frankfurt, no ano de 1567, seu relato se difundiu rapidamente pela região alemã, tendo sido reeditado diversas vezes até as primeiras décadas do século XVII. Grande parte destas publicações foi ilustrada pelas casas impressoras de Theodore de Bry e Levinus Hulsius – editores protestantes que incluíram a crônica de Schmidl em suas coleções de narrativas de viajantes. Em seu relato, além de narrar os percalços por que os europeus passaram até chegar à região do Prata e o contato com cerca de meia centena de grupos indígenas, o cronista descreveu a fundação dos primeiros povoamentos espanhóis na região sul do novo continente que, anos mais tarde, integrariam países como Argentina, Paraguai e Brasil. Tais passagens, entre o final do século XIX e início do XX, deslocaram o interesse pela obra da Europa para as colônias espanholas recém-independentes, cujas historiografias buscavam nos escritos de Schmidl os primeiros indícios de suas futuras nações.

Ao longo da análise da *Viaje al Río de la Plata*, pretendemos articular os três pólos da relação entre o escrito e seus leitores abordados por Roger Chartier: “de um lado, a análise dos textos, sejam canônicos ou profanos, decifrados nas suas estruturas, nos seus objetivos, em suas pretensões; de outro lado, a história do livro, além de todos os objetos e de todas as formas que toma o escrito; finalmente, o estudo das práticas que se apossam de

maneira diversa desses objetos ou de suas formas, produzindo usos e significações diferenciados” (CHARTIER: 1994, p. 12). Entretanto, lembrando a advertência de François Hartog, para quem “a narrativa é o percurso de outras narrativas”, não restringiremos nossas observações apenas à obra de Schmidl. Dessa forma, sua crônica será tomada como ponto de partida para a pesquisa, que se estenderá para outros relatos quinhentistas, como as *Duas Viagens ao Brasil* do também soldado alemão Hans Staden, a *Viagem à Terra do Brasil* do huguenote Jean de Léry e os *Comentários do adelantado* espanhol Alvar Núñez Cabeza de Vaca. Através de comparações entre diferentes autores, pretendemos não apenas ampliar nossas observações, mas também evitar o risco de nos fecharmos em apenas uma obra, o que limitaria ainda mais o horizonte de nossa análise: “se você começa recusando toda confrontação do texto com o que não é diretamente texto, corre o risco de desenvolver, mais ou menos habilmente, uma máquina de produção de perífrases e tautologias; no fim das contas, de instaurar um culto ao texto, que não ousa sequer confessar-se como tal” (HARTOG: 1999, p. 48).

A decisão de nos debruçarmos sobre relatos do século XVI trouxe à tona uma série de questionamentos teóricos, em especial, relacionados à possibilidade ou não de conhecimento do outro, o que nos levou a questões como: de que forma os autores europeus descreveram os indígenas? Até que ponto as crônicas sobre o Novo Mundo os retrataram “como eles eram de fato” ou apenas como uma série de projeções etnocêntricas? Como apontado por Leandro Karnal, ao longo dos anos, questões como as acima citadas foram balizadas por duas posições antagônicas: a que considera ser possível através das crônicas resgatar a integralidade das sociedades pré-colombianas e a que defende a impossibilidade epistemológica do conhecimento do outro (KARNAL: 2004, pp. 10 – 11). Contudo, ao invés de tomarmos parte em algum dos extremos, acreditamos ser o espaço entre eles o local mais fértil para nossa pesquisa.

Dessa maneira, é importante ressaltarmos que a presente análise não pretende destacar um conteúdo “real” na obra de Schmidl, em contraposição ao que seria fruto de sua imaginação. Como veremos adiante, questões como a veracidade de um texto correspondiam, no século XVI, a critérios diversos dos adotados posteriormente. Segundo o historiador colombiano Jaime Humberto Borja Gómez, os autores desse período não trabalhavam com uma noção de verdade factual, a ela sobrepunha-se o ensinamento moral:

“... la narración no describía exactamente procesos políticos o históricos en el actual sentido del término, sino que una reflexión moral que superditaba la concordancia de lo objetivo” (BORJA GÓMEZ: 2002, p. 69). Entretanto, tal posicionamento não nos leva ao extremo oposto de considerar os relatos de viajantes como construções puramente retóricas e ficcionais³. Tampouco buscamos estabelecer, através da comparação com outros cronistas, um grupo de informações etnográficas consideradas “confiáveis” a respeito dos grupos nativos⁴. Não acreditamos que a soma das informações obtidas em diferentes obras resulte em um indígena “real”, mas sim, que, através de seu cotejamento, podemos observar de maneira mais evidente o processo de construção dos discursos de cada um dos autores acerca do Novo Mundo.

Através dessas observações, nos aproximamos da definição de História Cultural apresentada por Roger Chartier: “tal como a entendemos, [ela] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade

³ Apesar de ser duramente criticada por historiadores como Carlo Ginzburg e Roger Chartier, a visão de que os documentos correspondem apenas a critérios literários, continua a ser adotada em algumas análises de crônicas coloniais. Entre elas, podemos citar a obra do historiador colombiano Jaime Humberto Borja Gómez, que defende a análise dos relatos sobre a América como “textos de cultura” e não como um repositório de verdades etnológicas. Segundo o autor, essas obras não se baseavam na experiência dos cronistas, mas correspondiam a uma realidade textual – fortemente influenciada pelos relatos de viajantes medievais. Gómez parte da *Recopilación Historial* do franciscano Pedro de Aguado para afirmar que os documentos do período e a historiografia posterior mostraram que o verdadeiro triunfo da conquista do Novo Mundo foi a vitória do “índio retórico” em detrimento do “índio real”. (BORJA GÓMEZ: 2002). No Brasil, Alcir Pécora também combate essa busca por um “real” através da radicalização dos domínios do “retórico, poético ou literário”: “o conjunto de estudos deste volume supõe gratuito crer que sejam mais ‘reais’ ou historicamente mais ‘fiéis’ – vale dizer, mais capazes de determinar um tempo preciso – um documento de chancelaria ou um decreto institucional do que um sermão ou uma sátira. Uns e outros são completamente diferentes, sim – felizmente! –, na variedade dos recursos, nas *tópicas* da *invenção*, nas *figuras* da *elocução*, nas partes necessárias da *disposição*, enfim, na execução de suas formas consagradas pela tradição, mas *não* no seu estatuto de ‘criação’. Isto é, não no seu estatuto de *constructo*, de *artificio* regulado por um conjunto convencional de leis e práticas (...) Assim, ‘a realidade’ de que se pode falar é tão somente a que se compõe ‘junto’ daqueles que falam dela, como *verossímil*, mais durável ou perecível, a cada vez, segundo o conjunto de provas de que se dispõe e que se divulga, com mais ou menos consistência argumentativa, a distintos auditórios” (PÉCORA: 2001, pp. 14 – 15).

⁴ Procedimento este adotado por autores como Florestan Fernandes, que em seu “balanço crítico da contribuição etnográfica dos cronistas”, comparou diferentes relatos coloniais em busca de informações confiáveis a respeito da função social da guerra na sociedade Tupinambá. Segundo o autor, sua intenção não foi fazer uma crítica dos documentos – tarefa esta destinada aos historiadores –, mas um exame crítico de seu conteúdo etnográfico: “A apreciação do conteúdo etnográfico das fontes foi feita através de comparações quantitativas (tratamento estatístico dos dados e informações fornecidas pelos autores quinhentistas e seiscentistas) e por meio de uma análise qualitativa de textos, mediante utilização de técnicas de crítica histórica, do critério de coerência etnológica e de casuística sociológica”. Através desse procedimento, Florestan, que ressaltou a utilização de apenas informações consideradas “mais consistentes”, dividiu os cronistas em “independentes” (Gândavo, Hans Staden e André Thévet) e os que possuíam um “grau variável de influência de outros informantes” (jesuítas, Jean de Léry, Gabriel Soares de Sousa, Abbeville, Evreux) (FERNANDES: 1975, pp. 191 – 289).

social é construída, pensada, dada a ler (...) As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (...) Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER: 1990, pp. 16 – 17). Como visto na citação acima, um conceito central que permeia a obra de Chartier – e, do qual também nos ocuparemos – é o de “representação”. Assim, nosso interesse não será determinar como viviam os indígenas, mas analisarmos de que formas alguns viajantes europeus decidiram descrever para seus leitores as novas terras e seus habitantes: “o real assume assim um novo sentido: o que é real, de fato, não é somente a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a visa, na historicidade de sua produção e na estratégia de sua escritura” (CHARTIER: 2002, p. 56).

Após estas observações, torna-se necessário tecermos algumas linhas sobre cada um dos quatro capítulos da pesquisa. No primeiro deles, intitulado *Do Mar Dulce à Baviera*, buscamos apontar o impacto da descoberta de metais preciosos no Peru e na Nova Espanha que, aliada a um imaginário europeu de grandes riquezas existentes em terras distantes, gerou o que poderíamos denominar como uma “vontade de acreditar” dentro das expedições. Vontade esta, que estimulou um grande número de europeus a organizarem “entradas” na região do Prata em busca dos metais preciosos que existiriam em locais míticos como a *Sierra de la Plata*, o reino das Amazonas, o *Eldorado* e a Cidade dos Césares. Como veremos adiante, a própria narrativa de Schmidl é indicativa destes anseios. Nela, além de descrever uma frustrada expedição à procura das Amazonas, o cronista apontou a busca por ouro como sendo o principal objetivo dos europeus.

O capítulo inicial ainda aborda as escassas e, muitas vezes, conflitantes informações referentes à vida do soldado bávaro. No entanto, não pretendemos em nenhum momento realizar uma biografia do cronista. Assim, passaremos ao largo de questões que inflamaram os ânimos de historiadores no início do século XX (como as datas de nascimento e morte de Schmidl, se ele deixou herdeiros ou não, entre outras) para centrarmos nossas atenções

apenas em algumas passagens consideradas relevantes para a compreensão de seu relato, em especial, as mudanças que ocorreram após sua conversão ao protestantismo.

O segundo capítulo da dissertação aborda, como o próprio título enfatiza, o processo de escrita de Schmidl. A partir de autores como Tzvetan Todorov e François Hartog, tentamos esboçar a “retórica da alteridade” presente na *Viaje al Río de la Plata*. Para isso, dividimos o capítulo em três partes. A primeira busca demonstrar de que formas e com que recursos o cronista, seus copistas e editores tentaram legitimar as informações presentes em seu texto⁵. A segunda parte pretende abordar como Schmidl tentou traduzir o “outro” para seu público leitor. Tendo como base as descrições de canibalismo praticados por alguns grupos indígenas, buscamos observar como o autor, nas palavras de Michel de Certeau, tentou tornar tal prática “palatável” para os europeus e harmonizá-la com questões como a defesa da humanidade e da possibilidade de conversão dos nativos. Processo este que se entrelaça com as críticas feitas pelo soldado bávaro ao comportamento dos espanhóis, que também teriam adotado este “bárbaro” costume durante a primeira fundação do povoamento de Buenos Aires. Por fim, levando-se em conta que um discurso também é constituído por aquilo que deixa de dizer, nos centramos nos silêncios existentes em seu relato, como a ausência de referências à atuação da Igreja Católica no interior das expedições.

No capítulo denominado *Os índios tonsurados e os espanhóis canibais*, nos dedicamos à análise das ilustrações que integraram algumas edições da crônica de Schmidl publicadas no final do século XVI. Através das comparações com gravuras presentes em outras crônicas (como a célebre *Brevísima Relación de la Destrucción de las Indias* do dominicano Bartolomé de Las Casas), intentamos demonstrar que, para além de uma preocupação etnográfica, os editores e artistas do período buscavam estabelecer uma “história moral”. Dessa forma, atitudes como a repetição de imagens e a inserção de temas bíblicos em relatos que abordavam as novas terras e seus habitantes eram considerados como procedimentos válidos dentro do que Chartier denominou como “luta de representações”. A partir dessas informações, nos dedicamos aos volumes publicados por

⁵ A busca por legitimação ocorre mesmo quando o narrador tenta desqualificar as narrativas de viajantes, apontando seu conteúdo fantasioso. Como visto na epígrafe, ao defender uma lei obrigando os autores a dizerem apenas a verdade, o personagem de Swift buscava legitimar seu relato, que, por ser diferente dos outros, seria verdadeiro.

Theodore de Bry e Levinus Hulsius, ambos editores protestantes que, através de suas coleções de narrativas de viajantes, teceram inúmeras críticas à atuação da Religião Católica tanto na Europa quanto no Novo Mundo.

No último capítulo, buscamos traçar os “caminhos” percorridos pelo relato de Schmidl desde os primeiros manuscritos que circularam pela região da Baviera. Para isto, abordamos as edições, traduções e estudos sobre o autor da *Viaje al Río de la Plata*. Em especial, a pesquisa se dedicou às publicações lançadas no Brasil e na Argentina entre o final do século XIX e início do XX. Marcadas por um forte teor positivista, tais publicações realizaram uma minuciosa análise das crônicas, apresentando o que consideravam ser suas “falhas” e suas “informações válidas”. Através desta espécie de “julgamento”, buscaram determinar o “verdadeiro valor” das narrativas coloniais, procedimento considerado indispensável para uma historiografia preocupada em estabelecer os primeiros passos da nação, que já estariam presentes desde os contatos iniciais dos europeus com as terras americanas.

Capítulo 1

Do Mar Dulce à Baviera

“Allí quedamos durante cuatro días y el rey preguntó a nuestro capitán sobre nuestro deseo e intención; entonces nuestro capitán contestó al rey de los Jerús que él quería buscar oro y plata”

Ulrico Schmidl

À procura de um “Outro Peru”

Quando o soldado bávaro Ulrico Schmidl chegou à foz do *río de la Plata*, no início de 1536, integrando a frota do *adelantado* Pedro de Mendoza, a região sul do Novo Mundo já havia sido visitada por outras expedições, organizadas pelas Coroas espanhola e portuguesa. Além de uma passagem que possibilitasse uma nova rota para as terras do Oriente, da obtenção de novos territórios e da expansão da fé cristã, um objetivo insistentemente apontado pelos integrantes destas expedições era a busca por metais preciosos.

Segundo Tzvetan Todorov, o desejo de enriquecer nas terras do novo continente não era algo novo, no entanto, “o que é um tanto moderno é a subordinação de todos os outros valores a esse”. Tal subordinação seria representativa da mentalidade moderna, igualitarista e economicista do período: “o conquistador ainda aspira aos valores aristocráticos, títulos de nobreza, honra e estima; mas, para ele, tornou-se perfeitamente claro que tudo pode ser

obtido através do dinheiro, que este não somente é o equivalente universal de todos os valores materiais, como também a possibilidade de adquirir todos os valores espirituais” (TODOROV: 1993, p. 138).

Apesar de apresentar traços “modernos”, este desejo de enriquecer remetia a elementos muito anteriores à chegada da primeira viagem de Cristóvão Colombo. A historiadora Zinka Ziebell indicou que “os impulsos às primeiras empresas de descobertas européias a partir do século XV radicavam-se em um mescla de fontes que retrocedem a dois mil anos ou mais na Antiguidade”. Como exemplo, a autora alemã descreveu a atuação da teoria aristotélica da distribuição de metais preciosos nas buscas por ouro no Novo Mundo⁶. (ZIEBELL: 2002, p. 18). A influência de um imaginário europeu sobre as terras e os povos distantes nos rumos das expedições foi abordada por diversos historiadores. Entre eles, podemos citar Edmundo O’Gorman que, em sua pioneira obra *A Invenção da América*, criticou a própria idéia de descobrimento, defendendo que a América, nas palavras de Ana Maria Correa, foi “o resultado de uma invenção do pensamento ocidental e não um descobrimento só físico e acidental”. Segundo o autor: “ao projetar o processo de invenção da América sobre o fundo de seu próprio horizonte cultural, não só se explicará o aparecimento desse ente, mas também que o acontecimento surgirá como uma nova etapa – talvez a mais decisiva – daquele antiqüíssimo processo” (O’GORMAN: 1992, p. 18 e p. 72).

A esse imaginário, rapidamente somaram-se as notícias que chegavam de outras regiões da América, através de escritos e relatos orais de sobreviventes, como a *Mundus Novus* – um dos primeiros textos a difundir informações sobre a existência de riquezas no interior do continente. Atribuída a Américo Vespúcio, esta carta foi largamente publicada e divulgou o retrato de um Novo Mundo que, apesar de ser habitado por indígenas antropófagos e sem religião, possuía uma natureza exuberante, além de grandes reservas de ouro. Paralelamente a estas notícias, começou a se espalhar pela Europa a imagem de que os habitantes destas terras ignoravam ou trocavam facilmente seus metais preciosos, o que

⁶ De acordo com a autora, esta era uma das teorias cosmográficas de maior prestígio na época e serviu como base racional e científica para sustentar todo um processo mitificador: “acreditava-se que esta região apresentaria as mesmas qualidades auríferas das terras da Guiné, de acordo com a teoria aristotélica, segundo a qual produtos similares seriam encontrados em latitudes similares. A importância dessa teoria na época expressa-se em uma carta que os Reis Católicos dirigem-se a Colombo, em 1493, consultando-o sobre a conveniência de se reformular a bula papal de modo que esta passasse a incluir maior extensão de terras situadas na zona equinocial” (ZIEBELL: 2002, pp. 42 – 45).

fica evidente através da *Mundus Novus*: “Ali não há nenhum gênero de metais, exceto ouro, que abunda naquelas regiões. Embora nada dele trouxemos conosco nessa nossa primeira navegação. Disso nos deram notícias os índios, que afirmavam haver grande cópia de ouro nos mediterrâneos [terras interiores], por eles nada estimado ou tido em apreço” (VESPÚCIO: 2003, pp. 46 – 47). Esta imagem foi reforçada por outros relatos de viajantes, como a própria *Viaje al Río de la Plata*, onde Schmidl indicou que os nativos davam suas “*planchas de oro*” e suas “*argollas de prata*” em troca de “*hachas, cuchillos, rosarios, tijeras y otro rescate más*” (SCHMIDL: 1938, pp. 117 – 118). Além de ser uma prova da ignorância indígena – que desconheceria o “verdadeiro valor” dos metais –, essas informações incentivaram ainda mais a organização e o envio de novas expedições.

Como veremos adiante, os contatos iniciais estabelecidos pelos navios europeus com o *rio de la Plata* ocorreram cerca de vinte anos após a chegada de Cristóvão Colombo ao Novo Mundo, o que fez com que estas informações, aliadas ao desembarque dos carregamentos de ouro e prata obtidos nas minas existentes no Peru e na Nova Espanha, influenciassem profundamente as expectativas dos viajantes, seus objetivos e, muitas vezes, os rumos que tomaram em suas “entradas”. Quando as primeiras expedições chegaram à região, muito do “esperado” pelos europeus foi “confirmado” pelas próprias características das novas terras⁷ e também através das informações dadas pelos grupos indígenas – que, segundo os relatos, faziam recorrentes indicações sobre a existência de metais preciosos nas terras do interior –, o que fez com que o início da presença européia na região fosse marcado por inúmeras expedições em direção às riquezas de locais como a *Sierra de la Plata*, o reino do *Rey Blanco*, a “cidade dos Césares”, o “reino dourado das Amazonas”, entre outros.

Como exemplo da busca pelas minas de *metal amarillo* e pelos locais míticos que supostamente existiriam nas terras do interior, podemos citar a carta enviada à Coroa espanhola pelo governador Domingo Martínez de Irala. Nela, são descritas as perguntas que o comandante da expedição fazia aos grupos indígenas que encontrava pelo caminho: “... perguntado se sabe que tribo são os verdadeiros donos do metal, disse que não sabe, mas

⁷ Cabeza de Vaca afirmou que durante uma de suas expedições avistou uma região cuja “falta de árvores e ervas” indicaria a presença de metais preciosos. Entretanto, tais metais não teriam sido extraídos devido à grande quantidade de doentes e à falta de aparelhos de fundição. (NÚÑEZ CABEZA DE VACA: 2000, p. 252).

que ouviu dizer que são os Chanés, Payçunos e Carcarás, e estes são os que têm o metal branco (...) perguntado se sabia ou se ouviu dizer de um Rei Branco, disse que não...”. A carta chega a incluir um diálogo entre dois índios de diferentes grupos: “e porque não dizes a verdade aos cristãos que não querem senão metal? E o dito índio respondeu: eles não me entendem que eu digo apenas para irem aos Chanés em nove dias” (IRALA: 1998, pp. 10 – 30).

É importante observarmos que no final do século XV e no início do XVI a existência destas riquezas não era encarada como uma possibilidade, mas sim como uma certeza. Segundo o historiador Guillermo Giucci, as informações sobre as grandes quantidades de metais preciosos existentes nas terras recém descobertas eram encaradas como “fragmentos de uma realidade concreta e não como a imposição de uma representação imaginária” (GIUCCI: 1992, p. 214). Antes de Giucci, Sérgio Buarque de Holanda demonstrou como o imaginário formulado pelos expedicionários (influenciados entre outras fontes pelas lendas medievais sobre o Oriente e pela leitura de clássicos greco-romanos) era, na América, encarado como algo real e próximo. A análise que o autor faz em sua obra *Visão do Paraíso* sobre a procura pelo Paraíso Terreal nas terras do Novo Mundo também pode ser estendida para as expedições que buscavam pelos opulentos locais míticos no sul do continente. Para Sérgio Buarque, estas crenças “não eram apenas uma sugestão metafórica ou uma passageira fantasia, mas uma espécie de idéia fixa, que ramificada em numerosos derivados ou variantes acompanha ou precede, quase indefectivelmente, a atividade dos conquistadores nas Índias de Castela” (HOLANDA: 1969, p. 16).

A busca pelas riquezas da *Sierra de la Plata* é exemplar dessa influência do imaginário construído previamente sobre a região que, sintomaticamente, acabou sendo chamada “*de la Plata*” – o que revela mais a expectativa dos que a renomearam do que alguma característica do rio que a cruza. A crença na existência de um monte composto de prata foi impulsionada pela *New zeitung ausz presillandt* (conhecida em português com o título de “Nova Gazeta da Terra do Brasil”⁸). Inspirado nos escritos de Américo Vespúcio,

⁸ Seu título completo era: *Nova Gazeta da Terra do Brasil: notícias trazidas por um navio que saiu de Portugal para descobrir a terra do Brasil mais longe do que antes se sabia e na volta chegou à ilha da Madeira; escritas da Madeira para Antuérpia por um bom amigo.* (HILBERT: 2000, p. 42). A Nova Gazeta

esse folheto anônimo foi editado, em 1515, na cidade de Augsburg, e obteve uma ampla repercussão, sendo republicado diversas vezes nos anos seguintes. Seu conteúdo descreve uma expedição realizada à região sul da América, local este que, além de cruzeiros e marcas dos passos de São Tomé⁹, possui grandes reservas de metais preciosos nas terras do interior:

“Sabei ainda que elles trazem bastante notícia de que estiveram em um porto e rio, distante do referido cabo 200 milhas em direção a nós; ahi receberam informações a respeito de muita prata e cobre, e também de ouro, que há no interior do país. Dizem que o capitão delles, do outro navio, traz para el-Rei de Portugal uma acha de prata (...) Trazem ainda um metal que dizem ter a apparencia de latão e não estar exposto a ferrugem nem deterioração. Não sabem se é ouro inferior ou o que seja. Ainda no mesmo logar, á beira-mar, obtiveram daquelle mesmo povo informação de que pela terra dentro existe um povo serrano, que possui muito ouro, e traz o ouro batido, a modo de arnez, na frente e ao peito” (BRANDENBURGER: 1922, pp. 39 – 40).

Guillermo Giucci descreveu a provável ligação da *Sierra de la Plata* com antigas lendas incaicas que apontavam para a existência de regiões cobertas de ouro e prata. Tais relatos teriam chegado até as terras do sul através dos índios guaranis sobreviventes que, antes do contato com os europeus, buscaram, sem sucesso, alcançar estas riquezas. O autor apontou também que: “no caso singular do monte de prata, a interseção de história e da ficção partia de uma série heterogênea de eventos que eram reunidos pelos aventureiros como indício de uma realidade fantástica que devia ser descoberta e conquistada” (GIUCCI: 1992, pp. 215 – 216).

Contudo, com a sucessão de expedições enviadas à região do Prata, o “esperado” pelos europeus chocou-se com o “experimentado” – o confronto com grupos indígenas e a escassez de metais preciosos, água e alimentos –, gerando o que Giucci definiu como os “conflitos do maravilhoso”. Esse choque, entretanto, não implicou no imediato abandono

também foi publicada em língua portuguesa nos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro* (SCHULLER: 1915, pp. 115 – 144).

⁹ Segundo o autor: “eles têm também recordação de São Tomé. Quiseram mostrar aos portugueses as pegadas de São Tomé no interior do país. Indicam também que têm cruzeiros pela terra adentro. E quando falam de São Tomé, chamam-lhe o Deus pequeno, mas que havia outro Deus maior. É bem crível que tenham lembrança de São Tomé, pois é sabido que está corporalmente por trás de Malaca; já na costa de Siramath, no golfo do Ceilão. No país chamam também frequentemente seus filhos Tomé” (BRANDENBURGER: 1922, pp. 51 – 52).

destas crenças. Durante décadas, os fracassos das expedições não impediram a organização de novas tentativas. É interessante observarmos a preocupação de muitos autores do período em produzir explicações à Coroa para justificarem o fato de que apenas uma quantidade ínfima de ouro – principalmente quando comparada com as remessas advindas das minas situadas no Peru – era enviada à Europa. Uma indicação recorrente nos documentos é de que as “entradas” que chegaram a encontrar as grandes reservas de metais preciosos foram atacadas por indígenas ao tentarem transportar seus carregamentos para o litoral. Já outros viajantes buscaram demonstrar que o pequeno envio de metais fazia parte de uma estratégia de abordagem dos grupos nativos, que permitiria um sucesso ainda maior no futuro. Dessa forma, Luis Ramírez afirmou que: *“llevan mui buenas muestras de oro y plata desta tierra, y no llebari mas cantidad, porque ... no quiso resgatar por no dar á entender á los Yndios teníamos cudicia de su metal, que pues sabemos de cierto lo habia”* (RAMÍREZ: 1888, p. 38).

As recorrentes passagens que ressaltavam a insistência com que os indígenas apontavam para a existência de morros feitos de prata e outros locais míticos, presentes nos escritos europeus da primeira metade do século XVI, foram interpretadas de diferentes formas pela historiografia. Para alguns autores, tais notícias foram criadas pelos próprios nativos, como uma tentativa de atrair a cobiça européia para locais distantes de suas aldeias¹⁰. Outros indicam que essa era uma informação já esperada pelos conquistadores, que simplesmente “confirmavam-na” através das tentativas de comunicação com os grupos indígenas. No entanto, a interpretação mais recorrente é a de que essas notícias se tratavam de possíveis alusões à região peruana. Defendida por historiadores como Enrique de Gandía e, atualmente, por Guillermo Giucci – que, contudo, não excluem a importância das indicações indígenas e do imaginário europeu –, a “influência Inca” foi também apontada como origem de outros elementos presentes nos relatos da região do Prata, como as informações relativas a existência de um *Rey Blanco* e do reino das Amazonas (que seriam reminiscências das “virgens do sol”).

¹⁰ “Certamente, quando os índios descobriram o delírio dos espanhóis pelo metal precioso, passaram a inventar cordilheiras, vales e lagos cheios de ouro (...) A lenda do *El Dorado* nasceu da mesma forma da boca dos índios e não foi simples coincidência que o situaram em lugares inóspitos como as regiões dos rios Orinoco e Meta” (BRUIT: 1992, pp. 88 – 89).

Como vimos acima, os sucessivos fracassos não se mostraram suficientes para diminuir a confiança na existência dessas incalculáveis riquezas. Os empecilhos se mostravam grandes e numerosos, mas a certeza da recompensa continuava a impulsionar os europeus. Contudo, em meados do século XVI, a chegada da expedição comandada pelo capitão Domingo Martinez de Irala às “*terras de Pizarro*” acabaram abalando fortemente estas crenças. Mesmo havendo ainda algumas tentativas posteriores, a busca por um “outro Peru”¹¹ foi sendo progressivamente abandonada, sem nunca ter alcançado seu principal objetivo. Apesar de apontar uma continuidade entre a versão quinhentista das “montanhas que reluzem” e o Sabaraboçu de Fernão Dias e de que, ainda no século XVII, São Vicente era conhecida como “a capitania de melhor passagem para as míticas serras”, Sérgio Buarque de Holanda afirmou que a busca por ouro e prata foi sendo paulatinamente substituída por outros objetivos: “Em vez do metal precioso que dali parecera reluzir aos antigos navegantes, o que iam buscar na mesma costa eram os carijó para a lavoura ou o serviço doméstico” (HOLANDA: 1969, p. 100).

Chegada ao Mar Dulce

Questão que ocupou muitos historiadores no século XIX e início do XX, preocupados com a busca pela “verdadeira origem da nação”, o primeiro contato europeu com o *rio de la Plata* foi fruto de intensas discussões. Julian Maria Rubio afirmou que autores como Magnaghi e Vignaud apontavam a expedição de Gonzalo Coelho (que trazia Américo Vespúcio entre seus tripulantes) como sendo a pioneira, tendo alcançado a região em 1501. Apesar dessa tese ser sustentada por autores como Alexandre Gaspar da Naia, que enumerou vinte pontos que a confirmariam (NAIA: 1960, pp. 78 – 82), ela foi duramente contestada e acabou abandonada, sendo atualmente consensual que o primeiro contato foi realizado pela expedição de Juan Díaz de Solís (RUBIO: 1942, p. 7). Os cronistas Gonzalo

¹¹ Apesar do capítulo “O Outro Peru” da obra *Visão do Paraíso* abordar mais detidamente a área que hoje constitui o Brasil, em particular, a região de São Vicente, essa expressão também pode ser utilizada na análise do Prata, uma vez que a própria obra de Sérgio Buarque de Holanda mostra as ligações que existiam entre as duas regiões. Como exemplo, podemos citar o padre Manuel da Nóbrega, que escreveu sobre as Amazonas baseado nas informações obtidas através de Antonio Rodrigues, soldado que esteve em expedições no sul do Novo Mundo junto com Ulrico Schmidl e que, posteriormente, entrou para a Companhia de Jesus. (HOLANDA: 1969, p. 78 – 125).

Fernández de Oviedo e Ruy Díaz de Guzmán indicaram que sua armada chegou ao Prata em 1512, já o poema *La Argentina*, de Martín del Barco Centenera, afirmou que isso ocorreu um ano depois. Entretanto, a indicação mais recorrente é a de que a descoberta foi realizada por Solís em sua expedição de 1515¹². Outra expedição que passou pela região no período foi a célebre circunavegação comandada por Fernão de Magalhães, que, durante três semanas, explorou o leito do *río de la Plata* para certificar-se de que não se tratava da tão procurada passagem ao sul que ligaria as embarcações européias às riquezas do Oriente através de uma nova rota marítima.

Após realizar duas viagens ao Novo Mundo (1506 e 1508), ser preso (devido a disputas com seu companheiro de expedição Vicente Yáñez Pinzón), libertado e inocentado, Solís recebeu do rei espanhol o posto de “*Piloto Mayor*”. Com isso, organizou uma expedição cujo objetivo era buscar um caminho para o *Mar del Sur*, que havia sido recentemente descoberto por Vasco Núñez de Balboa. Partiu no final de 1515 e chegou no início do ano seguinte à foz do rio que foi denominado por ele como “*Mar Dulce*”. Porém, esse primeiro contato dos europeus foi bruscamente interrompido devido a uma emboscada realizada por um grupo de índios guaranis¹³, que assassinaram quase todos os integrantes da expedição, entre os quais, os tripulantes do bote em que estava Solís. Apesar da emboscada indígena ter matado o líder da expedição, alguns integrantes da armada sobreviveram e decidiram retornar para a Europa. Entretanto, uma das embarcações afundou no “Porto dos Patos”, situado no litoral das terras que hoje formam o estado de Santa Catarina. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, entre os cerca de onze sobreviventes, encontravam-se “Melchior Ramirez, Henrique de Montes, Alejo García e um mulato de nome Pacheco que se tornariam os grandes divulgadores das notícias do povo serrano, do rei branco e de suas riquezas inumeráveis” (HOLANDA: 1969, p. 83).

Instigados por essas histórias, alguns espanhóis remanescentes, comandados por Alejo García, decidiram partir continente adentro levando consigo cerca de dois mil

¹² Guillermo Madero fez um resumo dos argumentos e das dúvidas relativas ao primeiro contato europeu com o Prata através das cartas trocadas, no final do século XIX, entre seu avô e Bartolomé Mitre. Eduardo Madero apontou, a princípio, o ano de 1512 como sendo a data correta. Porém, o encontro de outros documentos o fizeram acreditar que tal expedição nunca chegou a ser realizada, concordando, por fim, com Mitre, de que esse encontro se deu em 1515. (MADERO: 1955, p. 176).

¹³ Alguns grupos indígenas apresentam mais de uma denominação. Entre eles, podemos citar os guarani que, no século XVI, eram também conhecidos como “Carijós” ou “Carios”. Devido às diferenças, o presente trabalho irá manter a grafia de acordo com as citações.

indígenas. Após diversos combates com grupos nativos, a expedição, que chegou até próximo à cordilheira dos Andes, acabou retornando para a região paraguaia, de onde enviaram emissários com amostras das supostas riquezas encontradas para os espanhóis que permaneceram na ilha de Santa Catarina. Pouco tempo depois, o grupo também foi atacado e dizimado pelos guarani (o único sobrevivente foi um filho homônimo de García que, décadas depois, descreveu essa “entrada” para Ruy Díaz de Guzmán).

Segundo o historiador paraguaio Manuel Domínguez, Alejo García e seus homens foram mortos porque tinham escravizado índios para transportarem até o litoral a prata encontrada nas terras do interior (DOMÍNGUEZ: s/d, p. 250). Como visto anteriormente, a destruição da expedição não foi encarada como um fracasso, mas sim como a confirmação da existência dessas riquezas. Com isso, as mortes estariam associadas ao sucesso obtido pela “entrada”, uma vez que os europeus teriam sido atacados devido ao fato de terem encontrado grandes quantidades de metal precioso. Dessa forma, apesar das pequenas remessas de prata que efetivamente chegaram à Europa, essa expedição acabou servindo de inspiração para diversas outras: “... desde entonces la fama del Rey Blanco y de la inagotable Sierra de la Plata, extendióse entre los conquistadores” (RUBIO: 1942, p. 44 – 45).

Influenciado pelas escassas informações a respeito da região do Prata¹⁴, Sebastián Caboto (Cabot, Gaboto) decidiu mudar o rumo de sua esquadra que, a princípio, pretendia, através da rota traçada pela expedição comandada por Fernão de Magalhães, alcançar os metais preciosos, especiarias e sedas existentes nas ilhas Molucas. Filho do também marinheiro João Caboto (que organizou viagens em busca das ilhas do Brasil, das Sete Cidades e de uma passagem para Cipango), Sebastián participou de algumas expedições inglesas ao Novo Mundo. Contudo, com a morte de Henrique VII, decidiu partir para a Espanha, onde se tornou “*Piloto Mayor*” de Carlos V (GRUZINSKI & BERNAND: 1997, p. 599). Luis Ramírez, em uma carta que reforçou ainda mais a crença nas riquezas da

¹⁴ É necessário ressaltarmos o pequeno número de informações sobre a região que chegavam à Europa no período. A *Brevísima Relación de la Destrucción de las Indias*, de Bartolomé de Las Casas, é exemplar. Nela, o padre dominicano afirmou, no breve capítulo intitulado “*Del Río de la Plata*”, que “*en general, sabemos que han hecho muertes y daños; en particular, como está muy a trasmano de lo que más se trata de las Indias, no sabemos cosas que decir señaladas*” (LAS CASAS: 1995, p. 156). Outro autor do período que deu pouca atenção à região foi López de Gomara, que dedicou apenas algumas linhas de sua *Historia General de las Indias* ao Prata.

região, afirmou que Henrique Montes, remanescente da expedição de Solís, informou Caboto sobre:

“... la gran riqueza que en aquel río donde mataron á su Capitán havia (...) entrando por este dicho río arriba no tenia en mucho cargar las naos de oro y plata aunque fuesen mayores, porque dicho río de Paraná, y otros que á el bienen á dar, iban á conñinar con una sierra á donde muchos Indios acostumbraban ir y venir, y que en esta sierra havia mucha manera de metal, y que en ella havia mucho oro y plata, y otro genero de metal que aquello no alcanzaba que metal era, mas de cuanto ello no era cobre, é que de todos estos géneros de metal havia mucha cantidad, y questa sierra atravesaba por la tierra mas de doscientas leguas, y en la alda della había así mesmo muchas minas de oro y plata y de los otros metales” (RAMÍREZ: 1888, p. 20).

Com a mudança de rota – que para o historiador José Toribio Medina era um indício de que a expedição já havia partido da Espanha decidida a se estabelecer na região do Prata¹⁵ – Caboto passou por terras que hoje pertencem ao estado de Pernambuco e, apesar da proibição contida em sua *capitulación* de aportar em terras do rei de Portugal, desembarcou na ilha de Santa Catarina. Após alguns dias, partiu para o sul do continente, fundando, em 1527, o primeiro estabelecimento espanhol no Prata: o forte de *Sancti Spiritus*. No ano seguinte, Caboto e seus homens se encontraram com a expedição comandada por Diego García de Moguer e, devido aos objetivos comuns, decidiram firmar uma parceria para realizarem juntos as buscas pelas riquezas que existiriam nas terras do interior.

Remanescente da expedição de Solís que havia retornado à Europa, García de Moguer conseguiu, em meados de 1525, apoio da Coroa espanhola para organizar uma frota em direção ao Prata, que partiu do porto de *La Coruña* no início do ano seguinte. Em uma carta enviada à Espanha, Diego, além de incluir diversas críticas ao comando de Caboto – apontando-o como o responsável pelo fim das relações amigáveis que os europeus mantinham com os índios “*Carrioces*” ao levar para Sevilha quatro filhos dos principais líderes da tribo –, descreveu as notícias sobre as riquezas que existiriam no interior do continente: “... *todas estas generaciones que no comen carne umana no hacen mal á los*

¹⁵ “... *desde antes de salir de España Caboto había decidido no pasar en su viaje del Río de la Plata, por haber tenido noticia de las extraordinarias riquezas que en él se podían lograr*” (RUBIO: 1942, p. 59).

cristianos que son antes amigos suyos, y estas generaciones dan nuevas deste Paraguay que en el ay muchos oro e plata é grandes riquezas é piedras preciosas” (GARCÍA: 1888, p. 14).

Neste mesmo período, Caboto havia autorizado Francisco César a realizar uma “entrada” com alguns espanhóis e índios que, após algumas semanas no interior do continente, retornaram afirmando que tinham avistado – mas não alcançado – grandes quantidades de metais e pedras preciosas. Tais informações inflamaram ainda mais os ânimos das duas expedições para realizarem uma busca conjunta. Porém, enquanto se preparavam para a partida, no porto de *San Salvador*, um grupo de indígenas dizimou o forte de *Sancti Spiritus*, o que acabou inviabilizando seus planos. Os dois comandantes retornaram separadamente à Espanha, contudo, a certeza da existência de ouro e prata permaneceu inalterada, o que os levou a uma longa disputa judicial pelo direito de retornarem àquelas terras (sem decisões favoráveis para nenhum dos lados). Apesar dos resultados terem novamente sido frustrantes, as informações fornecidas pelos dois líderes acabaram atraindo um grande contingente de espanhóis e portugueses que se alistavam voluntariamente nas novas expedições que estavam sendo organizadas para explorar o interior da região. Os montes compostos por metais preciosos continuavam sendo “indicados” nos precários diálogos realizados com os nativos, o que fica evidente através de uma carta escrita por Sebastián Caboto, onde o comandante afirmou que “os que vivem naquela terra dizem que, terra adentro, não longe dali, há grandes serras de onde se tira infinita quantidade de ouro e que mais adiante, nas mesmas serras, tiram infinita prata” (MELLO: 2006, p. 140).

Além da busca por metais preciosos, de uma nova rota para o Oriente e da expansão da fé cristã através da conversão dos nativos, as viagens em direção ao Novo Mundo autorizadas pelas Coroas européias nesse período visavam fortalecer suas posições em certos locais considerados estratégicos, como uma forma de tentar evitar a presença de navios de outras nacionalidades. A expedição comandada por Solís é exemplar, sua partida foi apressada e ocorreu sob grande sigilo devido às informações de que havia uma embarcação com bandeira de Portugal sendo preparada para seguir em direção ao Prata. Guillermo Giucci indicou que após o retorno da expedição de Nuño de Guzmán “iria se infiltrando na consciência da Coroa lusitana uma série de elementos anunciadores de

riquezas extraordinárias, que se encontrariam num interior impreciso situado entre Cananéia ao norte e o rio da Prata ao sul” (GIUCCI: 1992, pp. 210 – 211). Uma das expedições portuguesas que alcançaram a região foi a de Cristobal Jacques, que, em 1526, partiu tentando evitar a chegada de uma armada francesa. No entanto, mesmo com a existência de embarcações de outras bandeiras, a presença espanhola no Prata foi predominante.

Durante estas expedições, o *río de la Plata* recebeu diferentes denominações. Apesar de Juan Díaz de Solís o descrever como “*Mar Dulce*”, a forma predominante por que ficou conhecido no início do século XVI foi o de “ *río de Solís*”. Contudo, para alguns autores, como Alexandre Gaspar da Naia, essa denominação seria o resultado de um erro, uma vez que o rio que na Espanha seria conhecido por esse nome era o Uruguai. Segundo o historiador, o fato da expedição de Magalhães considerar o Prata como uma espécie de prolongamento do rio Uruguai originou a equivocada crença de que o nome de Solís foi aplicado ao Prata desde o princípio (NAIA: 1960, p. 69). Independentemente dessas questões, a primeira referência encontrada a utilizar o atual nome foi a declaração de um marinheiro da expedição comandada por Loaisa, datada de junho de 1527. Já o primeiro mapa a incluir essa denominação foi o do veneziano Agnese, em 1536 (RUBIO: 1942, p. 87 - 88).

Após várias embarcações serem enviadas à região e, mesmo não encontrando os metais preciosos, retornarem aos portos europeus trazendo informações sobre locais que possuíam imensas riquezas, a Coroa espanhola decidiu organizar uma expedição maior, comandada por um “*adelantado*”¹⁶. Com as notícias que chegaram à Europa através dos sobreviventes da expedição de Diego García, tornou-se urgente o envio de outras embarcações para a região. No final de 1530, o comendador Miguel de Herrera foi

¹⁶ Existem opiniões divergentes relativas ao que seria um “*adelantamiento*”. O historiador Medardo Chávez afirmou se tratar de uma expedição que visava fundar “*pueblos y comarcas, fuera de la búsqueda del oro y la plata*” (MEDARDO CHÁVEZ: 1929, pp. 24 – 26). Já Lafuente Machain apontou o inverso: o principal interesse seria a obtenção de metais preciosos, o que refletia na própria composição da armada, “*formada por gente de armas*”: “*La R. O. de 1534 no deja lugar a dudas. Detalla numerosos casos, se preocupa de fijar derechos y obligaciones, pero no dice nada referente a colonización*”. (LAFUENTE MACHAIN: 1939, p. 18). Contudo, Serge Gruzinski e Carmen Bernard apontaram que esse título (que na Espanha era concedido ao governador de um território próximo à fronteira com os mouros), no Novo Mundo estava mais relacionado com a conquista de um território ainda pouco explorado e disputado por diversos reinos europeus, sendo concedido a comandantes como Cristóvão Colombo e Pedro de Mendoza: “[o título] era dado ao descobridor ou futuro descobridor de um território particular cuja conquista deveria efetuar” (GRUZINSKI & BERNAND: 1997, p. 593)

autorizado a organizar uma esquadra que partisse para o Prata, porém, por razões desconhecidas, ela jamais foi concretizada. Outros homens também buscaram permissão junto à Coroa para partir rumo àquela região, entre eles, don Pedro Fernández de Lugo (*adelantado* das ilhas Canárias), e os recém chegados Sebastián Caboto e o próprio Diego García. Entretanto, o nome escolhido pelo rei foi o de Pedro de Mendoza.

Pajem de Carlos V e, provavelmente, participante do saque de Roma, Mendoza obteve, em 1534, uma capitulação outorgada pelo rei que lhe concedia um amplo território, que ia do *río de la Plata* até o *mar del Sur* “onde teria duzentas léguas ao longo da costa que começa onde acaba o governo de D. Diego de Almagro” (GOMES RIBEIRO: 1906, p. 32). Tal documento o autorizava a “*llevar de estos nuestros reinos a vuestra costa y misión a mil hombres, los quinientos en el primer viaje en que vos habéis de ir con el mantenimiento necesario para un año y cien caballos y yeguas, y dentro de dos años siguientes los otros quinientos hombres*”. Mendoza também foi autorizado a levar duzentos escravos, além de médicos, boticários e, principalmente, religiosos: “*necesarios para la instrucción de los indios naturales de aquella tierra a nuestra Santa Fe Católica, con cuyo parecer y no sin ellos habéis de hacer la conquista, descubrimientos y población de la dicha tierra*” (GUTMAN & HARDOY: 1992, p. 18).

No entanto, Guillermo Giucci indicou que os objetivos declarados na capitulação não coincidiam com os seus verdadeiros intentos: “mais que uma armada de caráter ofensivo, a verdadeira meta da empresa de D. Pedro de Mendoza era encontrar o reino de um segundo Atahualpa, de um ‘*otro Perú*’” (GIUCCI: 1992, p. 217). Já Ruy Díaz de Guzmán afirmou que o real propósito da expedição era “*custodiar la línea de Tordesillas e impedir los avances de los portugueses hacia la Sierra de la Plata, que se suponía hallarse hacia el Oeste*” (DÍAZ DE GUZMÁN: 2000, p. 71).

Segundo o *cronista mayor* da Coroa espanhola Antonio de Herrera y Tordesillas, os preparativos da expedição de Mendoza foram apressados devido ao grande número de pessoas que se alistavam inspirados, entre outros fatores, pelo próprio nome do rio que explorariam: “... *publicada la jornada (...) de don Pedro de Mendoza, el nombre del río de la Plata y las nuevas que corrían por todo el mundo de las riquezas de las Indias, por las muestras que veían, acudió tanta gente que por evitar gastos convino que se diera mucha prisa em la partida*” (*apud* GANDÍA: 1932, p. 19). Além do excesso de voluntários, a

partida de Mendoza foi adiantada pela informação de que havia uma expedição organizada por Portugal que visava explorar a região do Prata e também pela chegada à Europa de ouro proveniente das terras de Pizarro.

O *adelantado* conseguiu partir da Espanha em setembro de 1535. Alguns historiadores, como Paul Groussac, apontaram que sua expedição foi formada por apenas onze embarcações. Entretanto, a informação mais recorrente (indicada por autores como Ruy Díaz de Guzmán, Edmundo Wernicke e Enrique de Gandía) é de que dos dezesseis barcos que partiram, um se perdeu na costa do Brasil e outro (“*La Marañona*”) seguiu em direção a Santo Domingo, tendo o restante chegado, em fevereiro do ano seguinte, à foz do rio da Prata.

Entre os navios que compunham a expedição encontrava-se um de propriedade de Sebastián Neithart e Jacobo Welser (banqueiros de Nüremberg), tripulado por cerca de cento e cinqüenta alemães, austríacos e holandeses comandados por Heirich Paimé. Os laços entre as regiões espanhola e alemã eram muito fortes no período, o que fica evidente através da coroação de Carlos I da Espanha, que também possuía o título de Carlos V da Alemanha¹⁷ – forma pela qual ficou conhecido. Entre as casas comerciais alemãs que prosperaram, as principais foram os Függer (enriquecidos pela exploração de metais na Europa central) e os Welser (comerciantes de tecidos e especiarias) que, juntas, financiaram sua ascensão ao trono: “*a cambio del apoyo, ambas bancas conseguirán, en 1522, el levantamiento de la ordenanza que prohibía la participación de extranjeros en las expediciones de ultramar*” (SCHNEIDER: 1995, p. 28)¹⁸.

A quantidade de tripulantes que participaram da frota de Mendoza também é fruto de divergências. Os números variam de oitocentos a dois mil e quinhentos. Segundo

¹⁷ Não havia um Estado alemão no século XVI, a região era composta por diversos reinos. Contudo, pode-se falar de uma Alemanha no período no aspecto cultural. O próprio Schmidl usou esse conceito ao descrever a tripulação do navio em que embarcou, formada por “*alto-alemanes, neerlandeses y austríacos o sajones*”. O cronista também estabeleceu, diversas vezes em sua obra, comparações dos objetos e costumes indígenas com os da Alemanha: “*También usan bola de piedra (...) como las plomadas que usamos en Alemania*” (SCHMIDL: 1997, p. 15 e p. 25).

¹⁸ Antes de enviarem um navio acompanhando a expedição comandada por Pedro de Mendoza, os Welser – antiga família de Augsburgue que, em 1473, fundou uma casa de comércio – já tinham se unido com os Függer durante a expedição de Sebastián Caboto. Graças a seu apoio na ascensão de Carlos V ao poder, os Welser obtiveram, em 1528, uma grande concessão de terras na região venezuelana (os Függer também receberam porções de terras na América, compreendidas entre “*Chincha*” e o estreito de Magalhães, mas nunca chegaram a explorá-las). Contudo, os ataques indígenas, a escassez de homens, de água e de alimentos e a conversão ao protestantismo – que levou a Coroa a retirar o seu apoio – acabaram forçando a casa alemã a abandonar a região em 1555 e, anos depois, a decretar sua falência.

Samuel Lafone Quevedo, esta grande diferença seria resultado dos diversos critérios utilizados para a contagem. Alguns autores não incluíam as mulheres e crianças no total de pessoas, outros excluíaam os estrangeiros, o que retiraria da contagem todos os tripulantes da embarcação dos comerciantes alemães, onde se encontrava o soldado bávaro Ulrico Schmidl.

Ulrico Schmidl

Grande parte das informações que restaram a respeito da vida de Schmidl foi fornecida pelo próprio autor em sua *Viaje al Río de la Plata*. Os períodos anterior e posterior à sua passagem pela América são muito pouco documentados. Além disso, os escassos indícios obtidos são, muitas vezes, conflitantes (o que levou autores, como Edmundo Wernicke, a colocarem em dúvida a autenticidade das informações). Não há indicações concludentes sobre a data de seu nascimento, sendo possível fazer apenas uma projeção. Devido à existência de uma lápide que indica o ano de morte de seu pai Wolfgang, em 1511, é possível afirmar que ele possuía, no mínimo, vinte e quatro anos de idade ao partir para sua viagem ao Novo Mundo. Bartolomé Mitre e Samuel Lafone Quevedo incluíram ao final de sua edição do relato de Schmidl uma árvore genealógica de sua família. Nela, indica-se que Ulrico foi fruto do segundo casamento de seu pai. Informa também que ele possuía dois irmãos (Federico e Tomás).

Família tradicional na região da Baviera – tanto seu pai quanto seu avô foram prefeitos de Straubing, cidade natal do cronista –, existem relatos sobre os Schmidl desde o ano de 1364: “*El nombre de Schmidel ó Schmidl, según Mondeschein, era tradicional en Straubing y sus inmediaciones; está consignado en los árboles genealógicos de su nobleza, así como en los registros municipales de la ciudad, estando además registrado en algunos títulos de enfeudación que existen originales y grabados en las piedras tumularias de sus antiguos cementerios*”. Mitre e Lafone Quevedo apontaram ainda que a família foi “enobrecida” por Frederico II, que lhes concedeu um escudo de armas (SCHMIDEL: 1903, pp. 16 – 21).

Não se sabe ao certo como foi sua vida antes da viagem. Alguns autores, como Ronald Raminelli, apontaram que o cronista foi comerciante em Andorf (Antuérpia)

(VAINFAS: 2000, p. 570). A partir desta informação, Germán Arciniegas afirmou que Schmidl partiu para o Novo Mundo como agente dos banqueiros alemães e também que sua obra foi escrita com o intuito de informá-los sobre a situação da região: “*sale de España agente de los banqueros, de ellos se olvida luchando contra los indios en el interior del Paraguay, y a ellos vuelve los ojos en el momento oportuno, cuando regresa a Europa para referir las intimidades de la vida americana*” (ARCINIEGAS: 1941, p. 163). É notória a grande quantidade de informantes que as casas comerciais alemãs enviavam ao Novo Mundo¹⁹, contudo, ao se analisar a *Viaje al Río de la Plata*, não se encontram indícios de que seu autor a tenha escrito para tais comerciantes. Pelo contrário. Arciniegas tenta sustentar sua afirmação indicando que isso ocorreu devido às experiências pelas quais o cronista passou na América: “*aquí el arcabucero, que se ha olvidado definitivamente de los negocios de sus amos, los Welser, hace tanta poesia que su diario no será el libro de contabilidad que soñaron los banqueros, sino sueño de Andaluz iluminado por leyendas árabes*” (ARCINIEGAS: 1941, p. 176). No entanto, seus argumentos são altamente questionáveis. É até provável que Schmidl tenha descrito sua viagem a um representante dos Welser durante seu retorno à Europa, porém, dificilmente os banqueiros incumbiriam um soldado para ser informante, sendo mais provável que tal tarefa fosse delegada a um escrivão ou a algum dos líderes da expedição, como o comandante Heirich Paime²⁰.

Apesar das dúvidas relativas ao período anterior à sua viagem, sabe-se que Schmidl se alistou voluntariamente como soldado, partindo para Cádiz com o intuito de integrar uma das embarcações que compunham a frota de Pedro de Mendoza. Durante os anos em que ficou na América, chegou a exercer o cargo de sargento-arcabuzeiro e alguns postos de confiança (como o período em que foi indicado para ser responsável pelo controle do estoque de água da expedição durante uma longa seca), entretanto, na maior parte do tempo, foi soldado “*lansquenete*”²¹.

¹⁹ “A informação acumulada pelas casas bancárias, como a dos Függer, Welser ou Anjo, determinava latitudes geográficas, enumerava com precisão os principais produtos existentes nas terras e indicava os costumes e crenças dos indígenas” (GIUCCI: 1992, p. 207).

²⁰ A tentativa de mostrar Schmidl como agente dos banqueiros alemães está relacionada com a busca em “elevar o cargo” do cronista, o que, para alguns, tornaria sua obra mais confiável. Tais mudanças serão mais bem abordadas no quarto capítulo.

²¹ Segundo Deolinda de Jesus Freire, essa expressão (derivada do alemão *Lands-Knetch*) era utilizada para denominar os soldados mercenários alemães que serviam à infantaria dos exércitos de diversas regiões européias (FREIRE: 2004, p. 14).

A crônica de Schmidl praticamente se inicia com a partida da expedição de Mendoza, que passou por regiões pertencentes à Coroa portuguesa (como o Rio de Janeiro e, provavelmente, a ilha de Fernando de Noronha), e chegou à foz do rio da Prata em fevereiro de 1536. Ao longo de sua obra, o autor descreveu os principais momentos do início da presença européia na região, muitos dos quais esteve presente. O cronista também incluiu passagens de acontecimentos que ficou sabendo apenas através dos relatos de informantes (como a morte de Juan Ayolas), contudo, fez questão de explicitar quais foram suas “fontes”.

Logo no início da expedição, Schmidl apontou que a embarcação em que estava quase foi afundada pelos tiros de canhão disparados pelos moradores da ilha de *La Palma*. O ataque foi motivado pelo rapto da filha de um dos governantes da região, feito por Jorge de Mendoza (primo do *adelantado*). A paz só foi retomada após o casamento e o abandono de Jorge da expedição. Com a chegada ao Rio de Janeiro, Mendoza decidiu condenar à morte por traição seu “*hermano formal*” Juan Osório. Tal atitude foi muito criticada por diversos tripulantes e historiadores, incluindo o próprio Schmidl: “*Se le ha dado la muerte injustamente, ello bien lo sabe Dios; este le sea clemente y misericordioso; fue recto y buen militar y siempre ha tratado muy bien los peones*” (SCHMIDL: 1938, pp. 41 – 42). Ao chegar com sua expedição à foz do Prata, Mendoza fundou o *puerto de Nuestra Señora Santa Maria del Buen Aire*. Fundação esta que, após sofrer com os ataques de grupos indígenas e com a escassez de alimentos (que chegou a levar alguns espanhóis à prática do canibalismo, se alimentando dos cadáveres de seus companheiros), acabou abandonada alguns anos depois, só sendo retomada décadas mais tarde.

Enquanto sua saúde piorava, Mendoza enviou expedições em várias direções e com diferentes objetivos. Entre elas, estão as de Gonzalo de Mendoza, que partiu rumo às terras brasileiras em busca de alimentos, e a de Juan Ayolas, que foi para o interior do continente a procura da tão propalada *Sierra de la Plata*. O governador também continuou com as fundações de fortes como os de *Corpus Christi* e o de *Nuestra Señora de la Buena Esperanza*. No entanto, o estado do *adelantado* piorou e ele decidiu retornar à Europa. Com esse objetivo, embarcou na nau *La Magdalena*, em abril de 1537, mas não resistiu e acabou morrendo de sífilis, cerca de dois meses depois, ainda em alto mar. Antes de partir, Mendoza deixou instruções sobre como a expedição deveria prosseguir: mandou um grupo

de espanhóis para encontrar e ajudar Ayolas (escolhido por ele como o próximo governante do Prata), aconselhou seu sucessor a fazer amizade com Almagro e Pizarro (“*sy entraredes tan adentro*”), e pediu que os metais preciosos fossem enviados para ele na Espanha assim que encontrados, para que pudessem, de alguma forma, diminuir os prejuízos que teve na América.

O paradeiro de Ayolas permaneceu desconhecido por um longo período. Com isso, Domingo Martinez de Irala, que tinha sido encarregado de esperar em um local combinado até o regresso do futuro governante, decidiu retornar para Asunción. Segundo informações obtidas através de alguns indígenas sobreviventes, a expedição de Ayolas conseguiu localizar e extrair grandes quantidades de ouro e prata, porém, durante sua viagem de volta para o litoral, não encontraram o reforço dos homens de Irala e acabaram sendo atacados e mortos pelos nativos²². Apesar de frustrada, essa expedição acabou alimentando mais uma vez a esperança dos europeus de que havia metais preciosos no interior da região do rio da Prata²³. Como visto nas ordens deixadas por Mendoza antes de retornar à Europa, a certeza na existência das riquezas permanecia inalterada e seu encontro continuava sendo considerado apenas como uma questão de tempo.

Com a morte do sucessor indicado por Mendoza foi necessário escolher outro comandante: “... *nos pareció bien que hiciéramos un capitán general que nos gobernara y fuere juez (...) y en seguida hicimos que mandara el Domingo Martinez de Irala, pues él había mandado durante largo tiempo y él trataba bien a la gente de guerra y era bienquisto por nosotros*” (SCHMIDEL: 1938, p. 86). O abandono da expedição de Ayolas e a eleição para novo governador são dois acontecimentos muito discutidos pela historiografia que aborda a região do Prata no início da colonização, sendo usados por alguns como argumentos tanto para atacar o governo de Irala quanto para defendê-lo, mas sempre contrapondo-o ao período em que a região foi comandada por Alvar Núñez Cabeza de Vaca.

²² “... *cuando nuestro capitán general Juan Ayolas, por no haber sido prevenido ni haber recelado de ellos, estuvo a las tres jornadas entre los Naperus y los Payaguás en un grande matorral y bosque, ellos han realizado allá su plan y estuvieron ocultos a uno y otro lado del camino donde debía pasar el pobre Juan Ayolas (...) ahí atropellaron ellos los Naperus y Payaguás, como perros hambrientos a los cristianos y los mataron, que ninguno se salvó.*” (SCHMIDEL: 1938, p. 84).

²³ Anos depois, o *adelantado* Cabeza de Vaca organizou expedições à região à procura de índios contemporâneos à emboscada que pudessem fornecer informações sobre os metais encontrados por Ayolas. (NÚÑEZ CABEZA DE VACA: 2000, p. 218).

Durante seu primeiro período como governante, Irala tomou atitudes polêmicas entre seus soldados, como a despovoação de Buenos Aires, em 1540 (efetuada mesmo contra a vontade dos moradores, para quem a escassez de alimentos tinha acabado e a agricultura começava a se desenvolver²⁴), e a concentração do poder na cidade de Asunción, fundada três anos antes por Juan de Salazar: “*Domingo Martinez de Irala tuvo el mando de todos, dispuso que se aprestaran cuatro bergantines, pues queria navegar por el Paraguay hasta los timbús y a Buenos Aires y a traer a toda la gente que allí estaba y reunirla en la antes nombrada ciudad de Nuestra Señora de la Asunción*” (SCHMIDL: 1997, p. 56). Para alguns autores, o fato de Asunción ficar mais próxima da *Sierra de la Plata* (“obsessão de Irala”, nas palavras de Julian Maria Rubio) foi elemento decisivo para a decisão sobre a transferência da “sede” da expedição. Após fazer a mudança, Irala começou a preparar uma “entrada” em busca da *Sierra*, contudo, foi necessário abortá-la, devido à chegada de informações a respeito da expedição de Cabeza de Vaca – o segundo *adelantado* da região do Prata.

Com a morte de Pedro de Mendoza e as incertezas quanto ao destino de Juan Ayolas, a Coroa espanhola, após dois anos sem receber notícias, decidiu organizar uma nova expedição para a região. Ainda que com menor intensidade, as histórias sobre as grandes riquezas no *río de Solís* continuavam circulando pela Espanha. Com isso, alguns homens continuavam pedindo autorização para partirem em direção ao Prata. Entre eles estava Alvar Núñez Cabeza de Vaca, um dos quatro sobreviventes da trágica expedição comandada por Pánfilo de Narváez rumo à atual região da Flórida.

Nascido por volta de 1500, o neto do conquistador da Grande Canária chegou pela primeira vez ao Novo Mundo em 1528, exercendo os cargos de tesoureiro e *alguacil*. Entretanto, os ataques de grupos indígenas e os diversos naufrágios que sofreram acabaram dizimando os cerca de quatrocentos europeus que compunham a frota. Para conseguir

²⁴ Enrique de Gandía esclareceu alguns aspectos referentes ao despovoamento de Buenos Aires: “*Cabrera fue quien imagino la despoblación de Buenos Aires para que su amigo Irala quedara como único mandatario de Paraguay y Río de la Plata u Ruiz Galán no tuviera en donde mandar. Por ello trato de convencer a los pobladores de Buenos Aires a que se fuesen todos a la Asunción. No quisieron abandonar sus casas y huertas. Entonces Irala envió ... a Juan Ortega ... no pudo hacerlo. Decidido a todo, Irala partió de la Asunción con tres bergantines a fines de enero de 1541. Llegó el 10 de abril y escuchó un requerimiento de Alonso Cabrera en que le instaba a despoblar la ciudad para que sus pobladores se trasladasen a asunción y estuviesen más cerca de los ‘señores del metal’*” (DÍAZ DE GUZMÁN: 2000, pp. 133 - 134). Apesar da tentativa ordenada por Cabeza de Vaca, o povoamento de Buenos Aires só foi retomado em 1580, por Juan de Garay.

sobreviver, foi obrigado a trabalhar como mascate e até como curandeiro entre os nativos. Depois de quase uma década vagando entre os índios da América do Norte, Cabeza de Vaca conseguiu retornar à Espanha, onde descreveu sua viagem na obra que ficou conhecida com o título de *Naufrágios*, que chegou a fazer certo sucesso na Espanha do período.

Guillermo Giucci, em seu capítulo dedicado aos *Naufrágios*, apontou que, ao descrever sua primeira viagem ao Novo Mundo, o cronista foi “degolando as numerosas cabeças do monstro do maravilhoso”. Contudo, “o brusco aparecimento, nos últimos capítulos do percurso, de indícios, signos e mostras de riquezas inflige, por sua presença ineludível, o rosto do maravilhoso” (GIUCCI: 1992, pp. 190 – 191). Dessa forma, Cabeza de Vaca voltou à Europa determinado a ser o *adelantado* da região da Flórida, porém, não obteve autorização da Coroa espanhola. Com isso, as informações sobre o Prata obtidas durante sua primeira viagem acabaram convencendo-o a partir rumo ao sul da América, comprometendo-se com o rei a investir oito mil ducados na expedição, que logo foi autorizada.

A busca pelas Amazonas

Marcado pelas informações sobre as riquezas existentes no interior do continente, Cabeza de Vaca desembarcou no Novo Mundo na ilha de Santa Catarina e decidiu dividir seus homens em dois grupos, um que continuaria navegando, e outro, do qual fazia parte, que seguiria para o Prata por terra. Chegou em Asunción no início de março de 1542, trazendo consigo uma carta de Carlos V, que o colocava no comando da expedição caso a morte de Ayolas fosse confirmada. Após tomar posse, o segundo *adelantado* tentou, sem sucesso, repovoar Buenos Aires e organizou uma expedição ao interior do continente em busca das míticas riquezas da região do Prata. Segundo Roberto Ferrando: “*El mito de Alejo García y su expedición al fabuloso Rey Blanco será obsesivo para Alvar Núñez*” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA: 2000, p. 29).

Mesmo sendo obrigado a abortar a “entrada”, Cabeza de Vaca não abandonou suas esperanças e tentou continuar com as buscas através de expedições menores, que foram enviadas para diferentes regiões. Entre elas, podemos citar a que foi comandada por

Hernando Ribera – da qual Schmidl foi integrante –, marcante para os rumos da região tanto pelos seus objetivos quanto pelos confrontos ocorridos durante seu retorno a Asunción. Schmidl apontou em sua *Viaje al Río de la Plata* que a intenção inicial era apenas estabelecer um contato com os índios Jerús: “*entrar en la tierra por dos días y no más tiempo y debíamos reconocer el país y traer relación Del país y de los indios a nuestro capitán*” (SCHMIDL: 1938, p. 108). Contudo, ao chegarem nessa tribo, os europeus encontraram algumas objetos feitos de ouro e, durante a tentativa de diálogo com os nativos, ficaram sabendo que eles tinham sido obtidos nas guerras contra um grupo de índias guerreiras, que eles afirmavam ser as Amazonas²⁵. Schmidl descreveu como elas seriam:

“... esas son mujeres con un solo pecho y vienen a sus maridos tres o cuatro veces en el año y si ella se embaraza por el hombre y es nace un varoncito, lo manda ella a casa del marido, pero si es una niña, la guardan con ellas y le queman el pecho derecho para que éste no pueda crecer; él porqué le queman el pecho es para que puedan usar sus armas, los arcos contra sus enemigos; pues ellas hacen la guerra contra enemigos y son mujeres guerreras. También viven estas mujeres amazonas en una isla y está rodeada la isla en todo su derredor por río y es una isla grande. También en esta isla las Amazonas no tienen ni oro ni plata, sino en Tierra Firme, que es en la tierra donde viven los maridos allí tienen gran riqueza y es una nación y un gran rey que se llamaría Iñis” (SCHMIDL: 1938, pp. 114 - 115)²⁶.

²⁵ “*Entonces el rey de los Jerús dio una corona de plata que ha pesado un marco y medio, más o menos, también una plancha de oro que ha sido larga como de un jeme y medio y ancha de medio jeme; también le ha dado un brazaete que es un medio arnés y otras cosas más de plata. Entonces le contestó el rey de los Jerús a nuestro capitán que él no tenía más oro y plata; tal oro y plata que yo he indicado antes, él lo habría ganado en las guerras, conquistado y quitado tiempos antes a las amazonas*” (SCHMIDL: 1938, pp. 113 – 114).

²⁶ Hernando Ribera, comandante da expedição, também descreveu esse grupo de indígenas guerreiras. Apesar de não denominá-las “amazonas”, a *relación* de Ribera se aproxima em diversos pontos da escrita por Schmidl, como no caráter bélico dessas nativas, no pouco contato com os homens e na associação com metais preciosos: “*... le dijeron que a diez jornadas de allí, a la banda Oesnorueste, habitaban y tenían muy grandes pueblos unas mujeres que tenían mucho metal blanco y amarillo, y que los asientos y servicios de sus casas eran todos del dicho metal y tenían por su principal una mujer de la misma generación, y que es gente de guerra y temida de la generación de los indios; y que antes de llegar a la generación de las dichas mujeres estaba una generación de los indios (que es gente muy pequeña), con los cuales y con la generación de éstos que le informaron, pelan las dichas mujeres y les hacen guerra, y que en cierto tiempo del año se juntan con estos indios comarcanos y tienen con ellos su comunicación carnal; y si las que quedan preñadas paren hijas, tiéenselas consigo, y los hijos los crían hasta que dejan de mamar, y que los envían a sus padres; y de aquella parte de los pueblos de las dichas mujeres habían muy grandes poblaciones y gente de indios que confinan con las dichas mujeres, que lo habían dicho sin preguntárselo a lo que señalaron, ésta parte de un*”

A descrição feita por Schmidl da busca pelo reino das Amazonas é exemplar da crença na existência de riquezas no interior do continente. Segundo o cronista, quando o “rei” dos Jerú *“nos dió a comprender de las Amazonas y comunicó de la gran riqueza, estuvimos muy alegres. Entonces preguntó nuestro capitán al rey si nosotros con nuestro buque podíamos ir por agua y cuanta distancia habría hasta las sobredichas Amazonas. Entonces el rey contestó a nuestro capitán que nosotros no podíamos viajar por agua con nuestro buque; que nosotros debíamos marchar por tierra y tendríamos que viajar durante dos meses seguidos”* (SCHMIDL: 1938, p. 114). Após esse diálogo, Ribera e seus homens decidiram explorar o interior do continente. Mesmo com as advertências dos Jerú, que indicavam que *“toda la tierra estaba llena de agua y que no era el tiempo de marchar”*, e dos Siberí, que *“dieron a entender que nosotros éramos demasiado poca gente y deberíamos regresar”*, a expedição decidiu persistir em sua busca: *“nosotros no quisimos creerlo y le pedimos los indios”*. (SCHMIDL: 1938, p. 116). Os europeus continuaram até os Ortuese, quando a fome, as doenças e a ameaça de um ataque indígena os convenceram a retornar a Asunción.

Sérgio Buarque de Holanda analisou a persistência da convicção na existência e o longo caminho percorrido pelas Amazonas até serem “encontradas” nas terras do Novo Mundo. Segundo o autor, foi Marco Pólo que “renovou, talvez sem o sentir (...) a tradição clássica das Amazonas”. Já na América, a crença em uma “terra de mulheres sem homens” se alastrou como epidemia desde os primeiros contatos e foi endossada, sem reservas, por outros autores que escreveram depois de Colombo, como Gaspar de Carvajal (que afirmou ter se encontrado com um grupo delas), López de Gomara, André Thévet²⁷ e o próprio Schmidl, cuja descrição, para o historiador, se assemelharia à existente na obra de Jean de Mandeville. Sérgio Buarque indicou também que o tema das Amazonas era “geralmente inseparável” do “Príncipe Dourado/Eldorado”, ambos relacionados à existência de grandes quantidades de ouro e prata no interior do continente americano (HOLANDA: 1959, pp. 28 – 38).

lago de agua muy grande, que los indios nombraron la casa del Sol; dicen que allí se encierra el Sol” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA: 2000, pp. 292 – 293).

²⁷ “... sempre acessível a concepções extremadas ao ponto de ter visto nas Amazonas do Brasil as descendentes prováveis e as herdeiras daquelas mesmas que se dispersaram em seguida à guerra de Tróia” (HOLANDA: 1959, p. 36).

Luiz Mott também estudou a “presença” das Amazonas no Novo Mundo. Segundo o autor, elas “povoavam a imaginação dos europeus, sobretudo depois que os ameríndios foram incorporados à mitologia ocidental” (MOTT: 1992, p. 36). Em artigo intitulado *As Amazonas: um mito e algumas hipóteses*, Mott descreveu o longo trajeto que essa crença percorreu no imaginário europeu desde Heródoto (“quem primeiro narrou esse mito”) e analisou os elementos que seriam responsáveis pela manutenção da lenda das mulheres guerreiras em terras americanas: a confusão com as “virgens do sol” dos Andes e a associação com as guerreiras lésbicas de várias tribos. Segundo o autor, houve um amálgama entre as tradições orais de vários povos indígenas: “a realidade narrada por alguns desses índios (que provavelmente viram as virgens do sol) transmitida e modificada ao longo de gerações, incorporou-se à outra realidade, também histórica, a saber, a existência de mulheres guerreiras em diversas tribos do Novo Mundo” (MOTT: 1992, pp. 44 – 45)²⁸.

Apesar de não podermos negar as influências das notícias provenientes das terras dos Incas, a análise da crença na existência desses locais míticos não deve se restringir a uma simples comparação com a região peruana, o que fica evidente no caso do reino das Amazonas. Expedições em busca das riquezas de suas terras foram organizadas em diferentes partes da América (e também em outros continentes, como a África), o que dificulta a análise que aponta para uma ligação direta entre essa crença e as “virgens do sol”.

Este fato nos leva novamente a abordar as convicções que os europeus traziam da Europa e que buscavam, através de indícios da natureza e dos diálogos com os nativos, confirmá-las no novo continente. Ao analisar as descrições das Amazonas, ficam evidentes as aproximações que os autores faziam com as guerreiras que eram descritas em alguns clássicos greco-romanos. O próprio trecho de Schmidl, acima citado, se assemelha à descrição feita séculos antes por Estrabão, o que não significa que o cronista tenha necessariamente lido sua obra, mas sim, que alguns elementos (como a existência de um único seio para um melhor manejo do arco, o relacionamento esporádico e restrito com os

²⁸ Mott concluiu seu artigo com uma citação de Lévi-Strauss: “não é improvável que o costume de certas mulheres de uma classe especial (..) não se casavam mas sim acompanhavam os homens na guerra, tenha dado origem à lenda das Amazonas” (MOTT: 1992, p. 53).

“maridos”, a educação voltada para a guerra para as filhas e o abandono dos filhos) circulavam a muito tempo no imaginário europeu.

Dessa forma, observamos que as informações sobre a *Sierra de la Plata*, as Amazonas, o *Eldorado* ou outros locais míticos localizados pelos viajantes do século XVI na região do Prata não devem ser encaradas apenas como resquícios deturpados dos Incas ou dos autores clássicos, mas sim como algo que, no Novo Mundo, adquiriu “vida própria”. Nas palavras de Guillermo Giucci: “importa menos se o rinoceronte e o unicórnio são o mesmo animal do que se a descrição do animal rinoceronte dá vida a um objeto original, elusivo, que adquire autonomia de seu criador, que será reconhecido e perseguido” (GIUCCI: 1992, p. 14).

O fim de uma era

Apesar de não terem encontrado as Amazonas e suas riquezas, Schmidl apontou que a viagem foi muito lucrativa para os europeus. Segundo o cronista, durante a expedição “*nosotros habíamos comprado a los indios con sigilo y a escondidas, contra cuchillos, rosarios, tijeras, espejos y otras chucherías*” (SCHMIDL: 1938, p. 119). Devido a esse comércio clandestino, ao encontrarem com Cabeza de Vaca, foram informados de que deveriam permanecer dentro do barco. O *adelantado* ameaçou enforcar Ribera e apreender todos os objetos comprados dos índios. Ao saberem disso, os soldados da expedição se rebelaram e “*cuando él [Cabeza de Vaca] ha visto nuestra ira, estuvo más que contento en dejarlo suelto y en entregar a más todo lo que él nos había quitado y nos rogó que quedáramos sosegados*” (SCHMIDL: 1938, p. 120).

Esta passagem indica claramente a tensão que havia entre Cabeza de Vaca e a maioria dos europeus por ele governados. Roberto Ferrando afirmou que as críticas ao *adelantado* resumiam-se a três pontos: sua tentativa de repovoar Buenos Aires, sua política de atração dos indígenas (que impedia o comércio com os europeus e, segundo o próprio Cabeza de Vaca, usava a guerra apenas como último recurso) e os privilégios de sua capitulação, que se chocavam com os interesses de muitos oficiais e colonos (NÚÑEZ CABEZA DE VACA: 2000, p. 20).

Após sua expedição frustrada ao interior do continente, o *adelantado* retornou enfermo para Asunción. Aproveitando-se dessa situação, os soldados e oficiais reais que, desde o início, se opunham a seu governo, invadiram sua residência e o prenderam. Apesar de tentar não se mostrar como o líder dos revoltosos (denominados “*tumultuarios*”), Irala logo foi escolhido como o novo governante. Mesmo com algumas tentativas de libertação organizadas pelos “*leales*”, que foram duramente reprimidas, o antigo governador permaneceu encarcerado por mais de um ano. Após esse período, foi enviado à Espanha, onde foi julgado e condenado²⁹.

Como forma de se defender das acusações e tentar apresentar a sua versão do ocorrido, Cabeza de Vaca orientou seu secretário Pero Hernández (que também foi preso e deportado) na escrita de seus *Comentários*. Não se sabe ao certo se o *adelantado* cumpriu integralmente sua pena. O período posterior ao seu julgamento possui muitas lacunas, e os historiadores o descrevem de acordo com as opiniões que possuem a respeito de seu governo na América. Para alguns, como Roberto Ferrando, Cabeza de Vaca cumpriu parte de sua pena e depois foi nomeado juiz do tribunal supremo de Sevilha (NÚÑEZ CABEZA DE VACA: 2000, p. 13). Já para outros, como Gruzinski e Bernard, ele foi colocado em residência forçada no porto de Oran até a morte e (GRUZINSKI & BERNAND: 1997, pp. 598 – 599).

O conturbado governo de Cabeza de Vaca e sua subsequente prisão e expulsão do Novo Mundo formam um dos assuntos mais abordados pelos autores do período, que, em geral, descrevem a região do Prata baseados na oposição entre seu governo e o de Domingo Martinez de Irala. A própria obra de Schmidl contém inúmeras passagens em que o cronista se posiciona claramente a favor de Irala (retratado como alguém sempre justo e bom) e contrário a Cabeza de Vaca. Além da rebelião ocorrida durante o retorno da “entrada” de Hernando Ribera, podemos citar a descrição da expedição organizada pelo segundo *adelantado* para procurar as riquezas da *Sierra de la Plata*: “*penetró nuestro capitán tierra adentro; pero no hizo mucho, pues él no era hombre para ello, y además sus capitanes y*

²⁹ Schmidl descreveu a prisão de Cabeza de Vaca: “... *los cuatro señores por parte de su Cesárea Majestad [Alonso Cabrera, don Francisco Mendoza, García Venegas e Felipe de Cáceres] junto con doscientos soldados o gentes de guerra nosotros hemos prendido de improviso al susodicho ‘señor’ Alvar Núñez Cabeza de Vaca, nuestro capitán general en el día de San Marcos en el año de mil quinientos cuarenta y tres. También nosotros hemos tenido preso en la cárcel (...) durante todo un año, hasta se aparejó un buque que es una carabela y hemos enviado dentro de ella a él, al susodicho señor junto con otros dos señores por parte de su Cesárea Majestad a España*”. (SCHMIDEL: 1938, pp. 124 – 125).

soldados estaban enemistados con él, pues así lo había provocado con su comportamiento con la gente”; ou ainda, a passagem em que o soldado bávaro afirmou que “*si en ese tiempo hubiera muerto no se hubiera perdido gran cosa, pues se había portado de tal modo con los soldados que nada bueno podíamos decir de él*” (SCHMIDL: 1997, p. 86 e p. 72). Schmidl chegou inclusive a colocar em dúvida a autenticidade da carta que transferia o comando da região para Cabeza de Vaca³⁰.

Outros documentos também incluem críticas ao governo de Cabeza de Vaca, como as cartas enviadas por soldados e oficiais que participaram de sua prisão e que, por meio delas, tentam justificar suas ações à Coroa espanhola. Podemos citar como exemplo as cartas do padre franciscano Bernaldo de Armenta (ferrenho opositor do *adelantado* que, em seus *Comentários*, o acusou de raptar índias e roubar alimentos), e as do próprio Irala. Em sua “*Carta a S. M. el Rey*”, de 1545, Irala criticou Cabeza de Vaca por tê-lo enviado para matar o líder indígena Aracare (segundo Schmidl, esse assassinato acabou conturbando uma região que estava pacificada há muito tempo). Irala também descreveu a prisão do *adelantado*, justificando as medidas tomadas pelos *tumultuarios*: “... *y pareciendo a los oficiales de vuestra majestad y a toda gente que ese día en muchas cosas de las que convenían a su servicio y la pacificación de la tierra y que no avia cumplidolo que vuestra majestad avia capitulado le prendieron y le llevan preso y van a dar cuenta de todo*” (*apud* LAFUENTE MACHAIN: 1939, pp. 453 – 465).

Por outro lado, alguns documentos apontam Irala como um líder permissivo com os “bárbaros costumes indígenas” e com o comportamento violento de seus aliados. Um deles é a carta enviada a Carlos V pelo padre Martín Gonzalez, onde o autor descreveu que Irala e seus aliados espalharam diversas mentiras para conseguirem prender o governador. Após sua prisão, a situação teria ficado caótica, com muitas índias sendo raptadas – o que levava seus filhos a morrerem de fome – além de serem realizados ataques sem sentido contra os nativos: “[Irala] *mandó a un capitán, el qual se dize Nuflo de Chaves, que con gente fuese sobre un pueblo que adelante estava, el qual fué é dió sobre el pueblo por la mañana é*

³⁰ Segundo Schmidl: “*Cuando vino este capitán Alvar Núñez Cabeza de Vaca, trajo desde España su gobernación de la Cesárea Majestad, para que el susodicho capitán Domingo Martinez de Irala le transfiriere su gobernación y la gente le estuviere sujeta. A todo esto el capitán y la gente estuvieron conformes y obedientes hasta tanto que él exhibiere sus provisiones de su Cesárea Majestad; tal cosa no pudo sacar en limpio el común, pero los clérigos y dos o tres capitanes hicieron que él mandara.*” (SCHMIDL: 1997, p. 99).

mató, de niños é viejos ... mucha cantidad (...) Fecha esta guerra, fuymos adelante destruyendo y matando todos los que topavan” (SCHMIDEL: 1903, p. 477). Francisco de Villalta também fez fortes críticas a Irala, indicando que ele concedia terras e promovia apenas a seus aliados, o que lhe daria poderes totais. Ambos os autores apontaram para o mal que ocorreu, tanto para a Coroa quanto para Deus, com a prisão de Cabeza de Vaca, que vinha estabelecendo uma colonização mais pacífica e mais bem sucedida na conversão dos nativos (segundo Gonzalez e Villalta os indígenas já convertidos pelos raros clérigos que havia na região estavam abandonando a religião católica e adotando novamente seus antigos costumes).

Muitos dos argumentos dos defensores de Cabeza de Vaca estão também presentes em seus *Comentários*. Por intermédio de Pero Hernández, o *adelantado* tentou mostrar seu governo como algo que se diferenciou de todos os anteriores por primar não pela violência, mas sim pelo diálogo com os indígenas. Logo no início de sua obra há a indicação de que enquanto a expedição se dirigia por terra para Asunción, ela encontrou nove espanhóis que estavam fugindo do mau governo do Prata. Eles foram acolhidos e deram informações sobre a região, indicando que Juan Ayolas havia sido assassinado por culpa do abandono de Irala do local combinado. Ainda durante a viagem, a obra apontou que se espalhava entre os índios a “boa fama” de Cabeza de Vaca: “*corria la fama, según está dicho, de los buenos tratamientos que les hacía el gobernador*”. Graças a isso, “*todos los naturales perdían el temor*”, vindo de longe “*con sus mujeres y hijos que era cosa de ver*”. Quando a expedição passava por uma aldeia, era sempre bem acolhida, os indígenas limpavam o caminho e se colocavam em ordem como em uma “*procesión*” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA: 2000, p. 167, p. 154 e p. 168).

Fica evidente na análise destes documentos que tanto as críticas ao governo de Irala quanto ao de Cabeza de Vaca se reforçam através das diversas omissões e da contraposição entre os dois governantes. Podemos citar como exemplo o próprio Schmidl, que se calou tanto sobre a prisão de Irala (feita por Ruiz Galán, ainda no período em que Pedro de Mendoza era o governador), quanto sobre sua perda de liderança durante a volta da expedição ao Peru. Klaus Wagner afirmou que o cronista: “*no menciona la negativa de Pedro de la Gasca de nombrar gobernador a Irala (...) disimula las desavenencias que surgieron entre éste y el ‘común’, por las que tuvo que renunciar al mando, siendo*

sustituído por Gonzalo de Mendoza, Irala vuelve al mando en vista de la rebelión de Diego de Abreu” (SCHMIDL: 1986, p. 116). Já Gomes Ribeiro apontou outras omissões, segundo o autor, Schmidl encobertou algumas passagens do governo de Irala que poderiam manchar sua reputação, como, por exemplo, a súbita transformação dos Querandi de aliados a inimigos, porque esse comandante seria complacente com os crimes e abusos provenientes da “consciência pervertida e obcecada de Schmidl e dos seus condignos companheiros” (GOMES RIBEIRO: 1906, p. 36). Por outro lado, Cabeza de Vaca e seus defensores também omitiram certos acontecimentos, como a acima citada decisão de matar o líder Aracare – que levou a uma grande revolta dos indígenas e a matança de nativos em Corpus Christi.

Divisão esta, que persistiu ao longo do século XIX e início do XX, através de uma intensa disputa entre os defensores dos dois governantes. Autores como Ricardo Levene buscaram “reabilitar” o governo de Irala, afirmando que alguns historiadores o julgaram mal, mas, com o passar do tempo, seus méritos seriam reconhecidos³¹. Contudo, outros historiadores continuaram a defender Cabeza de Vaca e a atacar Irala, responsabilizando-o pela morte de Juan Ayolas e pela revolta que levou à expulsão do segundo *adelantado*. Entre eles, podemos citar Enrique de Gandía, que descreveu Irala como um “tirano” que não mandava informações para a Coroa, destruía documentos e matava seus opositores (GANDÍA: 1932, p. 176).

Tal processo, entretanto, não ocorreu na escassa historiografia brasileira que abordou as primeiras expedições ao Prata, onde os *Comentários* eram considerados como o único relato “confiável” sobre o período. Podemos apontar autores desde o início do século XX, como João Coelho Gomes Ribeiro (1906), até obras mais recentes, como a introdução da edição em língua portuguesa da crônica de Cabeza de Vaca, publicada em 1987. Nela, o *adelantado* – com sua “utopia plausível” – é retratado como alguém que poderia ter evitado muitas tragédias: “mesmo que tenha permanecido apenas alguns meses em terras hoje brasileiras, sua experiência poderia ter significado uma radical mudança de curso no trágico

³¹ O próprio título da obra de Carlos Zubizarreta é exemplar dessa divisão (nele, Cabeza de Vaca é definido como *el infortunado*, já Irala, seria *el predestinado*). Em sua obra, o autor buscou negar a imagem de que o *adelantado* tinha um relacionamento pacífico com os índios, indicando as matanças que ocorreram após sua expedição frustrada em busca da *Sierra de la Plata*. Buscou também, mostrá-lo como alguém que não conseguiu comandar a expedição por méritos próprios, mas sim, porque havia pagado oito mil ducados ao rei (ZUBIZARRETA: 1957).

relacionamento entre brancos e índios neste país – e em todo o continente. Caso suas estratégias de ação tivessem encontrado eco entre os demais conquistadores, o genocídio dos povos indígenas, as dificuldades pelas quais passaram os próprios colonizadores e talvez até a destruição dos ambientes selvagens – tudo poderia ter sido evitado” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA: 1987, p. 18)³². No entanto, torna-se necessário ressaltarmos que, mais importante do que tomar partido na longa disputa entre qual dos dois governantes foi mais cruel com os grupos nativos, deve-se levar em conta que essa rivalidade interna dos espanhóis se refletiu nos documentos do período. Tal oposição não deve ser mantida pela historiografia atual, mas sim analisada. De que forma as disputas pelo comando da expedição influíram na escrita de autores como o próprio Schmidl, que, como veremos no capítulo seguinte, relacionou em sua crônica a atuação dos clérigos no Prata com o governo de Cabeza de Vaca, tentando, dessa forma, criticar os rumos da conquista católica e espanhola no Novo Mundo.

Após a prisão e expulsão de Cabeza de Vaca, a Coroa espanhola decidiu enviar uma nova expedição à região. O escolhido foi Jaime Rasquín, um dos homens que trouxeram o segundo *adelantado* preso de volta à Europa. Organizada às pressas e com poucos recursos, a expedição, logo depois de partir, foi obrigada a retornar devido aos estragos causados por um temporal. Apesar de querer tentar novamente, Rasquín perdeu sua autorização para Juan de Sanabria. O historiador Julian Maria Rubio apontou que, diferentemente das expedições anteriores (que possuíam um caráter eminentemente conquistador), esta visava a colonização: “*debía llevar Sanabria a sus expensas doscientos cincuenta soldados y cien familias pobladoras, a las que facilitaria semillas, ropas, útiles de cultivo...*” (RUBIO: 1942, p. 242).

Assim como em diversas outras, o rei apressou a partida da expedição por ter informações de que os portugueses também se organizavam para explorar o Prata. Porém, os preparativos foram interrompidos com a morte de Sanabria. A autorização acabou sendo transmitida para seu filho Diego, que partiu em abril de 1550 (entre seus tripulantes estava

³² Conclusão semelhante foi escrita por Rodrigo L. S. de Aguiar. Em artigo sobre os índios Carijós, o autor apontou que, certamente, foi Cabeza de Vaca quem estabeleceu o contato mais pacífico com os indígenas, fruto do período que passou entre os nativos da América do Norte durante sua primeira viagem ao Novo Mundo, que “mudou seu conceito de mundo” e sua compreensão de que: “aqueles povos da América eram humanos livres, com costumes próprios, e não bárbaros, servos por natureza. Tal visão, ao contrário à da maioria dos conquistadores, veio a lhe custar o exílio, anos mais tarde” (ESPINA BARRIO: s/d, pp. 334 – 335).

Hans Staden, em sua segunda viagem ao Novo Mundo). A expedição de Sanabria enfrentou diversas dificuldades durante a travessia do Atlântico, sendo obrigada a desviar-se de sua trajetória inicial. Devido a estas mudanças, Diego acabou percorrendo várias partes da América, entretanto, nunca conseguiu alcançar a região do Prata.

Quando as notícias sobre o fracasso da frota de Sanabria chegaram à Espanha, a Coroa decidiu anular sua capitulação e reconhecer Domingo Martinez de Irala como o governador da região. Entretanto, esse reconhecimento só ocorreu em novembro de 1552 e a notícia ainda demorou um longo tempo para chegar à região. Durante o período em que Irala permaneceu como governador, mas sem a confirmação real, o Prata passou por graves disputas entre os próprios europeus, o que acabou estimulando os indígenas a também se revoltarem³³. Segundo Schmidl: “... *guerreábamos entre nosotros que el diablo gobernaba en ese tiempo (...) Cuando aquellos indios que eran nuestros amigos, los Carios, vieron y supieron que nosotros los cristianos guerreábamos los unos contra los otros, hicieron estos Carios un plan y junta entre ellos que querían matar a nosotros los cristianos y echarnos fuera el país*” (SCHMIDEL: 1938, pp. 126 – 127).

Apesar das disputas, Irala decidiu realizar uma expedição ao interior do continente em busca das reservas de ouro indicadas pelos índios. Após passarem por diversos grupos nativos (como os Pahyono e os Siberi) os europeus encontraram os Macasí, que falavam espanhol por pertencerem “*a un noble de España que se llamaba Pedro Anzures*”. O comandante decidiu acampar nesse local e, alguns dias depois, recebeu uma carta do Peru enviada pelo “*licenciado de Gazca*”. Schmidl descreveu as riquezas da região: “... *bien se puede decir que es una tierra rica el Perú, porque toda la riqueza que tiene su Cesárea Majestad viene del Perú y desde Nueva España y Tierra Firme*”. Porém, a expedição de Irala não conseguiu ter acesso às minas, seus homens foram proibidos de seguirem em frente e obrigados a retornarem para o Prata. O soldado bávaro afirmou que Irala fez um acordo com os líderes da região que lhe resultou em um “*buen regalo (...) pero nosotros no sabíamos nada de semejante proceder (...) pero los grandes señores son malos y bellacos; donde pueden despojar a los pobres peones de lo suyo lo hacen*” (SCHMIDEL: 1938, pp. 154 – 156).

³³ Enrique de Gandía chegou a denominar essa fase como “*la anarquia en Asunción*” (GANDÍA: 1932, pp. 221 – 311).

Em sua obra *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda, a partir dos escritos de Caio Prado Junior, indicou que a chegada da expedição de Irala às terras de Pizarro influenciou fortemente os rumos da conquista e o imaginário da região do Prata. Após a percepção de que as riquezas dos locais míticos presentes no interior do continente, indicadas pelos indígenas, se tratavam da região do Peru, já largamente ocupada por outros grupos de europeus: ““a vida platense se recolhe sobre si mesma. O Prata é esquecido pelo conquistador e desprezado pelos seus sequazes’, conservando apenas os antigos povoadores, acrescidos de uns poucos mais que vieram com o tempo” (HOLANDA: 1969, pp. 104 – 105).

Apesar de abalada, a crença na existência de grandes reservas de metais continuou estimulando – ainda que em menor número – “entradas” ao interior do continente. Após o retorno da expedição, Irala encontrou Asunción sendo atacada por um grupo de espanhóis revoltosos chefiados por Diego de Abreu. O comandante conseguiu acabar com as disputas internas com a decisão de tentar novamente alcançar a *Sierra de la Plata*. Segundo Enrique de Gandía: “*La Sierra de la Plata volvía a atraer a los conquistadores hambrientos de oro, hermanándolos en la persecución del mismo fin haciéndoles olvidar todas sus enemistades políticas*” (GANDÍA: 1932, pp. 233 – 234)³⁴. A expedição partiu em janeiro de 1553, contudo, depois de alguns ataques indígenas e com uma severa escassez de alimentos, Irala decidiu interromper sua busca e retornar para Asunción, sendo denominada posteriormente como a “*Mala Entrada*”.

A chegada às terras do Peru foi a última expedição que Schmidl participou. Ao retornar para Asunción, recebeu uma carta de seu irmão pedindo que voltasse à sua terra natal. Tomás Schmidl era senhor do castelo de Alzburg e estava doente, por isso solicitava o retorno de Ulrico. O cronista apontou que Irala a princípio se negou a autorizar sua viagem, mas: “... *después él debió considerar mi servicio de la Cesárea Majestad y había expuesto también en diversas veces mi cuerpo y vida por mi capitán Domingo Martinez de Irala y no lo había abandonado nunca; él ha considerado esto y me ha dado permiso*” (SCHMIDEL: 1938, p. 166). Além da autorização, o comandante ordenou que ele levasse uma carta para a Coroa espanhola com informações sobre a situação do Prata. O cronista

³⁴ Outro fator que apaziguou os ânimos dos europeus na região foi o acordo organizado por Domingo Martinez de Irala, que casou duas de suas filhas – frutos de seu relacionamento com indígenas – com líderes dos revoltosos.

deixou explícito em sua obra que entregou o documento “*a sus consejeros en Sevilla*”, entretanto, Edmundo Wernicke apontou que algumas edições – como a organizada por Pedro de Angelis, em 1836 –, mostravam Schmidl entregando a carta pessoalmente ao imperador³⁵. Tal mudança visava passar uma imagem mais “nobre” do cronista, o que tornaria sua obra mais “confiável” (procedimento semelhante ao adotado por Germán Arciniegas, citado anteriormente).

Após chegarem informações ao Prata de que havia em São Vicente uma embarcação terminando os preparativos para voltar à Europa, Schmidl decidiu partir de Asunción levando consigo cerca de vinte índios Cariós³⁶. Guiado pelos nativos, a expedição seguiu o caminho denominado Peabirú³⁷, muito utilizado no período para a movimentação pelo interior do continente. Além dos indígenas, o cronista apontou que foi acompanhado por quatro desertores (dois portugueses e dois espanhóis) e seus índios. Contudo, dois deles teriam sido mortos pelos Tupi logo no início da viagem: “*dichos compañeros fueron muertos y comidos apenas llegaron al pueblo y nuestra espera fue inútil*”. Nesta passagem há uma contradição de Schmidl, uma vez que, depois do cronista apontar a morte de dois dos quatro europeus que o acompanhavam, o autor escreveu que a expedição partiu novamente com: “*yo y los otros tres, así como nuestros índios*” (SCHMIDL:1997, p. 129)³⁸.

O número e a identidade dos europeus que partiram com Schmidl para São Vicente chamaram a atenção de diversos autores, principalmente, das poucas obras brasileiras dedicadas à *Viaje al Río de la Plata*. Marcadas por uma forte preocupação nacionalista, tais obras buscavam na crônica de Schmidl, uma fonte para descrever a geografia a os grupos

³⁵ Em suas “*Notícias Biográficas de Ulderico Schmidl*”, Pedro de Angelis não só indicou que o soldado bávaro entregou pessoalmente a carta a Carlos V quanto “*agregó verbalmente otras noticias á las que contenia el informe de Irala*” (ANGELIS: 1836, p. V).

³⁶ “Schmidl tinha motivos para levar justamente índios Cariós (...), pois estes freqüentemente migravam para o litoral e conheciam bem as condições dos caminhos no interior das matas. Em seu relatório Schmidl expressa claramente: ‘Este povo viaja mais longe do que qualquer nação da região do rio da Prata. Eles também são excelentes guerreiros na terra’” (MAACK: 1959, p. 9).

³⁷ “Os índios denominaram de PEABIRÚ o caminho transcontinental mais importante da época anterior ao descobrimento da América. Segundo informações da época das descobertas, o Peabirú dirigia-se do atual litoral paulista, em São Vicente, sobre Itu, Piratininga, Sorocaba para o sul, rumo ao rio Paranapanema e de lá uma das principais nascentes do rio Ribeira acima até os campos de Castro”. (MAACK: 1959, p. 6 - 7). Devido a sua importância estratégica para a movimentação pelo interior do continente, Irala mandou García Rodrigues de Vergara fundar, em 1554, a base de Ontiveros, para assegurar o controle espanhol sobre o caminho.

³⁸ As contradições e erros imputados a Schmidl por alguns historiadores serão analisados no quarto capítulo.

indígenas da região sul do Brasil desde o seu “nascimento” no início do século XVI. Gentil de Assis Moura, em sua tentativa de traçar o itinerário dessa expedição, discordou do cronista e afirmou que não foram quatro, mas sim seis os europeus que o acompanharam: “alcançado por quatro dos seus companheiros (alemães) e dois portugueses que também partiram de Assumpção, desertando das fileiras do general Irala” (MOURA: 1911, p. 169 – 170).

Já em relação à identidade dos europeus, as discordâncias são bem maiores. Muitos nomes foram citados: o ex-soldado jesuíta Antonio Rodrigues (por Gentil de Assis Moura), o espanhol Ruy Díaz de Melgarejo (por Hermann Burnmeister), o genovês Gambarotta (por Lehmann-Nitsche), entre outros. Entretanto, os únicos autores que citaram uma fonte que poderia comprovar suas identidades foram W. Kloster e F. Sommer. Em sua obra dedicada à passagem de Schmidl por terras brasileiras, os autores citaram a “*carta del capitán Juan de Salazar a los señores de la casa de contratación en Sevilla*”, que, além do cronista, indicou o nome de dois de seus companheiros e os motivos que os teriam levado a abandonar Asunción e partirem até São Vicente: “... *en esta nao que yba a Lixbona con azúcar va un alemán que vino de la Asunción que se llama Uz. Lleba uno destes esclavos y yo se cierto lo a de dar al piloto dela que se llama Juan Leon por su flete (..) los otros portugueses que ban me dicen lleban otros esclavos escondidos de mi el huno se llama Juan Rodríguez es de çezimbra tres leguas de Lisboa el otro es de Lixbona llamase Antonio Tomas vinieron con dos Pedro de Mendoca banse porque son casados y los llaman sus mujeres, el alemán dicen a heredado XV ducados también a sido llamado.*” (SCHMIDEL: 1938, pp. 240 – 241)³⁹.

Schmidl chegou em São Vicente em meados de junho de 1553, e partiu para a Europa alguns dias depois, na embarcação de Juan von Hielst, levando consigo um grupo de indígenas que morreram assim que desembarcaram em Lisboa. A carta de Juan de Salazar também indicou que o cronista levou nativos para São Vicente não apenas para “*llevar mi comida y otras cosas y aparejo necesario que yo debí tener en un viaje tan lontano*”, mas sim para vendê-los como escravos aos portugueses: “... *traen yndios de aquella tierra y de otras a donde an ydo a hazer entradas a solo para hazer esclavos para su servicio y para venderlos como lo hacen aquí a trueco de lo que an menester para su*

³⁹ Essa carta foi publicada no Brasil em (CORDEIRO: s/d, pp. 289 – 309).

matalotaxe y flete de su pasaxe y algunos lleban para bender en Portugal” (SCHMIDL: 1938, p. 166 e p. 240)⁴⁰.

A partida de Schmidl e a morte de Irala, em 1556, são interpretadas por vários historiadores como sendo representativas do “fim de uma era”. Os nomes dados para esse período variam, mas a divisão é a mesma. Segundo Julian Maria Rubio, além de marcar o final da fase “paraguaia” da conquista (concentrada em Asunción), a morte de Irala resultou na diminuição no número de expedições que buscavam ouro e prata nas terras do interior e, em contrapartida, no aumento de interesse em relação à agricultura e à pecuária (RUBIO: 1942, p. 284). Já Enrique de Gandía descreveu o intervalo entre a chegada da expedição de Pedro de Mendoza e a morte de Irala como sendo a “*generación de los conquistadores*” (que foi seguida pela dos colonizadores): “[com a partida de Schmidl] *comienza a vislumbrarse el fin de la heroica conquista del Paraguay*” (GANDÍA: 1932, p. 9). Outros autores também utilizaram essa divisão, como, por exemplo, Emir Rodríguez Monegal – “*cuando Irala muere, muere una era*” (RODRIGUÉZ MONEGAL: 1984, p. 180) –, Francisco Castillo Maceres – “*generación de los fundadores*” (CATRILLO MAZERES: 1992, p. 68) – e Javier Aguilera Rojas: “*La primera etapa podría denominarse de búsqueda y de exploración, mientras que la segunda es de consolidación y de asentamientos*” (AGUILERA ROJAS: 1992, p. 239).

Retorno à Baviera

As últimas páginas da obra de Schmidl descrevem as dificuldades que, já na Europa, o cronista enfrentou para retornar à sua terra natal. O autor afirmou que escapou de um naufrágio, perdeu seus pertences em uma embarcação e terminou seu relato com uma expressão de louvor a Deus após indicar sua chegada a Antuérpia, em vinte e seis de janeiro de 1554, depois de uma “feliz viagem”.

Com o fim de sua viagem ao Novo Mundo, as informações sobre Schmidl diminuem drasticamente. Uma inscrição existente na página de um dos manuscritos de sua

⁴⁰ John Manuel Monteiro negou a existência de uma rivalidade luso-espanhola e indicou que havia um compartilhamento de interesses, com o fornecimento de escravos africanos e artigos europeus por parte dos paulistas que, em contrapartida, recebiam indígenas e metais preciosos dos espanhóis que partiam da região do Prata (MONTEIRO: 1994, p. 69).

obra aponta que, alguns meses após a chegada do cronista, seu irmão Tomás morreu: “*el 20^o día de septiembre há fallecido mi difunto Hermano Thoman Schmidl entre las 2 y 3 horas de la tarde, Dios le sea clemente y piadoso y a todos nosotros Amén*” (SCHMIDEL: 1938, p. 235). Bartolomé Mitre afirmou que em 1558 o cronista figurava como conselheiro da cidade de Straubing, o que, segundo o autor, demonstraria “popularidade e consideração”. No entanto, pouco tempo depois: “*Schmidl se declaro reformista, y á consecuencia de la activa participación que tomo en las agitaciones que con tal motivo sobrevinieron hasta el seno del mismo consejo d que era miembro, fue desterrado de su país natal en 1562*” (SCHMIDEL: 1903, p. 28). O cronista se refugiou na cidade de Regensburg (Ratisbona), onde obteve “carta de cidadania” no primeiro dia de março de 1563. Mitre também apontou que Schmidl levou para sua nova cidade uma menina de nove anos (Ana Weberin). Segundo o autor: “*Todo esto induce á pensar, que vivió soltero, y que con él se extinguió su estirpe*” (SCHMIDEL: 1903, p. 29). Contudo, Zinka Ziebell afirmou ter encontrado relatos que indicariam que o cronista teria se casado três vezes após seu retorno à Europa⁴¹.

Para tentar comprovar a conversão e a mudança de Schmidl, Mitre informou que foram encontradas duas placas em uma casa da cidade, onde ele teria vivido seus últimos anos de vida. Uma delas possuía um entalhe em mármore do brasão de sua família contendo abaixo a inscrição: “1563/Ulrich: SCMIDL – von Straubing” (o ano poderia indicar tanto sua chegada à cidade quanto sua morte); já a outra apontava que: “Esta casa foi o lar de Ulrico Schmidl de Straubing, co-descobridor do Brasil e co-fundador de Buenos Aires”⁴². Mitre afirmou ainda que quando os gravados foram encontrados, em 1881, o proprietário da casa possuía uma imagem de Schmidl feita por Levinus Hulsius, algumas conchas e um pedaço de “*piedra boleadora*” (originária dos índios Querandies), elementos estes, que comprovariam a presença do cronista.

⁴¹ “Schmidl contraiu matrimônio com Juliane Hübner, falecida em 1573, com Benigna Amman, falecida em 1577, e, já contando com quase 70 anos, com Ehrentraud Stockhemer” (ZIEBELL: 2002, p. 269).

⁴² “*Dieses Haus war das Wohnhaus des Ulrich Schmidl von Straubing des mitentdeckers von Brasilien und miterbauers von Buenos Aires*”. (SCHMIDEL: 1903, p. 18). Para Edmundo Wernicke, esta placa: “*ha sido removida de su lugar y demuestra haber sido enmendada últimamente como lo prueban las fotografías en nuestro poder que recogió nuestro hermano Dr. Otto Wernicke en 1938 en una visita a Straubing y Regensburg en apoyo de nuestros asertos. Parece que la enmienda fue hecha a fines de atraer el turismo*” (WERNICKE: 1942, p. 597).

Outros autores também indicaram que a conversão de Schmidl ao protestantismo o teria obrigado a deixar sua cidade natal. Entre eles, podemos citar W. Kloster e F. Sommer: “Schmidl, sendo luterano, foi obrigado, no ano de 1562, a abandonar Straubing, transportando-se para a cidade livre de Ratisbona. Ali adquiriu ele casa própria (...) desfrutou ainda de vários anos de tranqüilidade, repousando ali das lutas de sua vida” (KLOSTER & SOMMER: 1942, p. 18). E ainda Klaus Wagner: “... en 1562 se pasó al luteranismo, por lo que, expulsado de Straubing con otros conciudadanos por orden del duque Guillermo, se trasladó a Ratisbona donde concluyó sus días” (SCHMIDEL: 1986, pp. 13 – 14). É importante ressaltarmos que os quatro autores acima citados se basearam na biografia do cronista feita por Johannes Mondeschein, publicada na Alemanha, em 1881. Nela, o historiador alemão incluiu outro documento que comprovaria sua mudança de cidade: uma ata de sessão do “Conselho Municipal de Regensburg”, de dezoito de junho de 1562, onde constava que “un Ulrich Schmidel y un tal Altman solicitaron para si y varios de sus ‘Miverwandten’ el permiso para residir en esa ciudad” (SCHMIDEL: 1938, pp. 29 – 30).

Entretanto, alguns autores não concordaram com Mondeschein. Apesar de citar os documentos apresentados como evidência da mudança de Schmidl para Regensburg, Edmundo Wernicke afirmou que nenhuma notícia posterior à volta do cronista à Europa poderia ser considerada autêntica devido à grafia diferente de seu nome: “Su vida posterior en Alemania ha sido descripta por el Dr. Mondeschein, pero a nuestro juicio faltan los datos personales para establecer su identidad; tal biografía es contradicha por el hecho de que no aparece el apellido Schmidl, sino el Schmidel mientras todo teutón guarda con sumo celo la ortografía de su apellido patronímico” (SCHMIDEL: 1938, p. 21)⁴³. Segundo Wernicke, o cronista sempre foi “hombre religiosos y bien católico como todos los conquistadores” (SCHMIDEL: 1938, p. 19). Para reforçar sua afirmação, o tradutor argentino apontou diversos indícios: a presença de cruces feitas no alto das páginas de um dos manuscritos; o fato de Schmidl descrever a realização de missas para os náufragos

⁴³ A respeito dessa diferença de escrita, Mitre e Lafone Quevedo apontaram que ela não alterava substancialmente o significado de sua origem: tanto o “l” quanto o “el” significariam “proveniente de Schmidt” (SCHMIDEL: 1903, pp. 14 – 20). É importante observarmos que as próprias fontes citadas como informações sobre os últimos anos do cronista apresentam formas diferentes de escrita de seu nome, uma vez que, nas duas placas acima citadas, está escrito “Schmidl” e, na ata do Conselho Municipal, “Schmidel”. Essa diferença invalida a afirmação de Wernicke de que apenas uma das formas foi utilizada após seu retorno.

considerados mortos da expedição que partiu rumo a Santa Catarina em busca de alimentos – da qual ele também participou⁴⁴; a invocação a Deus pela alma dos mortos; e a citação a “*mi benévolo señor duque Alberto*”, que seria um célebre “perseguidor de protestantes”. Apesar de apresentar quatro argumentos que, segundo o editor, “comprovariam definitivamente” que o cronista era católico, nenhum deles exclui a possibilidade de conversão, uma vez que, devido a existência de, no mínimo, três manuscritos diferentes da obra, não se pode afirmar que as cruces ou as descrições tenham sido feitas pelo próprio autor ou se foram incluídas por um copista⁴⁵.

As dúvidas sobre os últimos anos de vida do cronista estão relacionadas com a sua adesão ou não ao protestantismo, e também, se essa mudança teria ocorrido antes ou depois da escrita de sua obra. Ao analisar o relato de Schmidl, Zinka Ziebell apontou “inúmeros indícios” que demonstrariam que a *Viaje al Río de la Plata* havia sido escrita sob a perspectiva católica, tendo sofrido modificações somente quando foi publicada, para ser comercializada numa esfera protestante: “essa questão nos parece representativa da crise de transição para uma nova época. A conversão tardia do autor à religião reformada se veria, dessa maneira, refletida no caráter ambíguo de seu livro” (ZIEBELL: 2002, p. 287).

Ao abordarem a possível conversão de Schmidl, os autores apresentaram um comportamento semelhante ao dado ao padre dominicano Bartolomé de Las Casas: “... constrói-se de antemão a imagem a ser veiculada, e monta-se a personagem que preencha o imaginário e a demanda do estudioso não correspondendo, necessariamente, à compreensão do episódio” (FREITAS NETO: 2003, p. 35). A construção prévia do personagem é claramente percebida através das diferentes interpretações sobre o nome “*Jorg Luschain*”, citado por Schmidl. Para Mondeschein e os autores que o acompanharam, como Mitre e Wagner, este nome seria uma referência ao capitão Loxan (companheiro de Lutero que teria morado algum tempo na mesma residência que o soldado bávaro). Já para Edmundo Wernicke esse nome remeteria ao capitão católico Pedro Luján.

⁴⁴ “... y los cristianos estuvieron muy afligidos por nosotros, pues ellos creyeron que nosotros habíamos muerto todos y habían mandado leer para nosotros algunas misas para nuestras almas”. Para Edmundo Wernicke, essa passagem: “*demuestra que el autor, al escribir su libro, era católico*” (SCHMIDEL: 1938, p. 96).

⁴⁵ Os diferentes manuscritos e as alterações/inclusões realizadas pelos copistas serão analisadas no próximo capítulo.

É importante observarmos que o local em que Schmidl viveu (Baviera, região sul da atual Alemanha) foi marcado por intensas disputas religiosas no período, com repentinas e numerosas mudanças entre uma crença e outra. Jean Delumeau apontou que a perseguição de católicos e protestantes contra a feitiçaria foi particularmente intensa nesta região de meados do século XVI até 1630. Apontou também que nesta época era corriqueiro o fato de alguns curas rurais celebrarem “em um domingo a missa romana e, no outro, o culto segundo Lutero” (DELUMEAU: 1989, p. 353 e p. 379). Com isso, ressaltamos as dificuldades de se fazer afirmações categóricas sobre a religiosidade de Schmidl. Entretanto, como veremos no próximo capítulo, é possível perceber através da análise da *Viaje al Río de la Plata* que, ao descrever sua passagem pelo Novo Mundo, o cronista criticou certas atitudes e comportamentos dos católicos espanhóis (como a antropofagia praticada pelos soldados durante a primeira fundação de Buenos Aires), enfatizando estes atos em detrimento de alguns costumes indígenas e se isolando do restante da expedição durante tais práticas. Características estas, percebidas e ressaltadas nas ilustrações incluídas em algumas edições de sua crônica, organizadas por editores protestantes, que a utilizaram como ponto de partida para atacar a religião católica e incentivar a colonização protestante na América.

As dúvidas sobre a conversão ou não de Schmidl se refletem nas datas indicadas pelos historiadores para a redação de sua *Viaje al Río de la Plata*. Autores como W. Kloster, Wernicke e Mondeschein afirmaram que a crônica foi escrita ainda em 1554, logo após seu retorno à Europa, apresentando como argumento a anotação sobre a morte de seu irmão existente em um dos manuscritos⁴⁶. Outros autores acreditam que ela ocorreu vários anos após seu retorno, com o cronista já convertido ao protestantismo. Entre eles, estão Gentil de Assis Moura e João Coelho Gomes Ribeiro, que apontaram o ano de 1563. Apesar de não indicar uma data precisa, Bartolomé Mitre colocou 1564 como o ano limite para sua escrita, uma vez que, neste período, já circulavam manuscritos da obra pela Baviera. Também não há confirmação quanto à data de sua morte, Zinka Ziebell apontou o início de 1581 como o período mais provável: “pois consta que seu testamento, redigido em junho de 1578, foi aberto no dia 21 de fevereiro” (ZIEBELL: 2002, p. 269). Com isso,

⁴⁶ “... una nota que se produjo sin duda al comienzo o a la terminación del borrador. La margen superior doblada de la hoja anterior de la tapa de pergamino contiene a más la nota de letra de Schmidel: ‘escrito a Amberes 3 veces 12 día 19 junio y el 4 julio abril’” (SCHMIDEL: 1938, p. 235).

percebemos que grande parte das informações que se têm sobre Schmidl atualmente foram extraídas de sua própria obra. Sendo assim necessário nos concentrarmos em sua análise.

Capítulo 2

A escrita da Viaje al Río de la Plata

“Durante todo o contato entre os europeus e seus ‘outros’, iniciado sistematicamente quinhentos anos atrás, a única idéia que quase não variou foi a de que existe um ‘nós’ e um ‘eles’, cada qual muito bem definido, claro, intocavelmente auto-evidente”.

Edward W. Said

“Jamais uma narrativa é um aparecimento original. Ela é sempre tomada de uma outra narrativa, e o percurso da narrativa de viagem é também percurso de outras narrativas”.

François Hartog

Discursos sobre o indígena

Nas páginas anteriores, abordamos os choques entre o “esperado” e o “experimentado” durante o início da presença européia no Prata – região cuja conquista foi influenciada pela chegada dos primeiros carregamentos de metais preciosos encontrados no Peru e na Nova Espanha. Tal influência, aliada a um imaginário que indicava grandes riquezas em terras distantes, fez com que os primeiros contatos europeus fossem marcados

por expedições ao interior do continente em busca de locais míticos como o reino das Amazonas, a Cidade dos Césares, o *Eldorado* e a *Sierra de la Plata*.

No presente capítulo, pretendemos – a partir, principalmente, dos procedimentos retóricos descritos por François Hartog em seu livro *O Espelho de Heródoto* – analisar algumas questões referentes à escrita da crônica de Schmidl. Dessa forma, seguindo a divisão apontada por Roger Chartier, buscaremos compreender “os dispositivos que decorrem do estabelecimento do texto, das estratégias de escrita, das intenções do ‘autor’”, que não devem ser confundidos com “os dispositivos que resultam da passagem a livro ou a impresso, produzidos pela decisão editorial ou pelo trabalho da oficina, tendo em vista leituras ou leitores que podem não estar de modo nenhum em conformidade com os pretendidos pelo autor” (CHARTIER: 1990, p. 127).

Inicialmente, analisaremos os recursos retóricos utilizados por Schmidl – e também, em alguns casos, pelos copistas e editores da crônica – na tentativa de diferenciar sua obra dos diversos relatos sobre o Novo Mundo que estavam sendo publicados no período e, simultaneamente, persuadir os leitores sobre a veracidade de seu conteúdo: “tratar-se-á de descobrir uma retórica da alteridade em ação no texto, de capturar algumas de suas figuras e de desmontar alguns de seus procedimentos – em resumo, de reunir as regras através das quais se opera a fabricação do outro (...) Com efeito, as diversas figuras são postas em movimento pelo narrador, que intervém de múltiplos modos no interior de sua própria narrativa. A leitura deve, pois, atentar para todas as marcas de enunciação que apresentam essas figuras e que, para o destinatário, as carregam finalmente com um peso específico de persuasão” (HARTOG: 1999, pp. 227 – 228).

Em um segundo momento, pretendemos analisar como o cronista tentou traduzir para seu público leitor o que encontrou durante o período em que esteve na América, em especial, como ele construiu seu discurso sobre os nativos e sobre a atuação dos católicos espanhóis no Novo Mundo. Neste processo, serão abordados os “silêncios” presentes em sua *Viaje al Río de la Plata*, uma vez que um discurso também é constituído pelo “não dito”. Para isso, a crônica de Schmidl será comparada com outros relatos do período, como as *Duas Viagens ao Brasil*, do também soldado alemão Hans Staden, e a *Viagem à Terra do Brasil*, de Jean de Léry. Entretanto, é importante observarmos que tais silêncios são comparativos, não existem “em si”, o que pressuporia um modelo fixo para as narrativas de

viagem do qual os diferentes relatos se aproximariam ou distanciariam de acordo com os temas abordados.

Por fim, torna-se importante ressaltarmos que, como apontado na introdução da pesquisa, não pretendemos, através da comparação entre diferentes relatos, estabelecer um rol de informações consideradas “reais” sobre os indígenas e o Novo Mundo. Assim, “minha intenção foi menos distinguir entre representações falsas e verdadeiras do que observar atentamente a natureza das práticas representacionais que os europeus transplantaram para a América na tentativa de descrever para seus compatriotas aquilo que viam e faziam” (GREENBLATT: 1996, p. 23).

A escrita da *Viaje al Río de la Plata*

Existem, atualmente, três manuscritos da *Viaje al Río de la Plata* nas cidades alemãs de Hamburgo, Stuttgart e Munique (há ainda relatos de que Levinus Hulsius, um dos primeiros editores da obra de Schmidl, possuía uma quarta versão). Com exceção do primeiro, há edições dos outros três “originais”. Contudo, grande parte dos autores que se dedicaram ao estudo da crônica considerou o de Stuttgart como sendo o único escrito pelo próprio autor⁴⁷. Em sua tradução para o espanhol, o editor argentino Edmundo Wernicke apresentou diversos argumentos que, segundo ele, comprovariam definitivamente a autenticidade deste manuscrito, como a comparação de sua caligrafia com a presente em um requerimento assinado por Schmidl enquanto esteve na América, a influência das línguas espanhola e guarani em sua escrita e a presença de observações (como a anotação que indica a morte de seu irmão Tomás), correções (grafia de topônimos e grupos

⁴⁷ Joahannes Mondeschein descreveu o manuscrito considerado original: “*La Real Biblioteca Pública en Stuttgart conserva en la sección destinada a manuscritos históricos en cuarto bajo el número 153 un cuaderno de papel en cuarto pequeño (Klein-Quart) que sobre ciento veinte hojas contiene el primer borrador de su viaje de letra de Ulrico Schmidel. Este se compone de cuatro partes ligadas bajo una tapa de pergamino para la cual fue usada el fragmento de un necrologio. Tras una hoja sin numeración siguen las fojas 1-87, luego a causa de una lectura equivocada 83-87 por duplicado, tras esta 88-113. Entre las hojas 101 y 102 se ha cosido una hoja en cuarto menor con la descripción de una serpiente. La letra es grande y fuerte, bonita y bien legible. (...) El manuscrito proviene del capítulo Komburgo cerca de Schwaebisch-Hall y como la mayoría de los manuscritos comburguenses existentes en la Biblioteca de Stuttgart, formó probablemente en tiempos pasados parte de la biblioteca fundada por el erudito humanista de Franconia Erasmus Neustaetter, nombrado Stuermer (1522 – 1595), coetáneo de Schmidel.*” (SCHMIDEL: 1938, p. 235).

indígenas, distâncias entre os povoamentos, datas dos conflitos contra os nativos) e trechos inexistentes em outras versões da obra: “*unicamente en el original existe un párrafo referente a unos indígenas llamados Macasis y solo allí se indica su ubicación. Todas las ediciones al mencionar estos naturales las dan el atributo de ‘sobredichos’ y descubren así la omisión del párrafo anterior.*” (SCHMIDEL: 1938, p. 14).

No entanto, a presente análise não se restringirá apenas ao volume considerado original. Existem alterações significativas entre os textos dos diferentes manuscritos⁴⁸, como, por exemplo, a exclusão de trechos repetidos ou truncados, a divisão da obra em capítulos, a introdução de expressões religiosas e de citações de autores clássicos, entre outras. Tais diferenças nos permitem perceber com maior clareza o processo de escrita da obra. Permitem também, observar como ela foi lida por alguns copistas, que tentavam corrigir e alterar o texto de Schmidl para adaptá-lo ao que consideravam ser o esperado pelo público leitor de relatos de viajantes. É importante observarmos que neste período não havia um conceito de autoria individual consolidado assim como nos séculos XIX e XX. O historiador francês Jean-Louis Gaulin afirma que os copistas, mesmo décadas após o advento da imprensa, continuavam “intervindo pessoalmente em um texto que julgavam pertencer tanto a eles quanto a um autor cujo estatuto moral não estava definido (...) Certos copistas acrescentavam ou cortavam o texto, interpretavam o conteúdo, corrigiam, às vezes, a forma” (GAULIN: 1998, p. 179).

Durante a análise dos diferentes manuscritos, percebe-se que a escrita da *Viaje al Río de la Plata* não havia sido finalizada quando de sua publicação, em 1567. Edmundo Wernicke chegou a afirmar que sua crônica nunca foi concluída, apontando como principais evidências a falta de pontuação e da palavra “*Amen*” no final da obra (WERNICKE: 1942, pp. 594 – 595). O texto também possui diversas anotações e correções nas bordas das páginas, além de não apresentar divisão de parágrafos. Outros fatores indicariam ainda que a obra estava inacabada: a existência de passagens idênticas que se repetem em diferentes trechos (como a descrição de alguns frutos e das armadilhas feitas pelos índios Guarani para se defenderem dos ataques espanhóis) e as diversas grafias dos nomes próprios de integrantes da expedição ou de grupos nativos (apenas as Amazonas

⁴⁸ Marion Lois Huffines, em artigo dedicado à *Viaje al Río de la Plata*, analisou as diferenças existentes entre os manuscritos e as primeiras traduções para o inglês e o espanhol (HUFFINES: 1977, pp. 202 – 206).

apresentam sete versões). O início da crônica é exemplar, após o que seria uma provável tentativa do autor de criar um título para seu relato⁴⁹, há, em uma folha separada do manuscrito, uma detalhada descrição do *Walfisch* (baleia), passagem esta que se repete praticamente inalterada em outras partes do texto.

Seguindo ainda as observações apresentadas por Edmundo Wernicke, chegamos à afirmação de que Schmidl recorreu a apontamentos feitos no Novo Mundo para escrever sua *Viaje al Río de la Plata*. Para o tradutor argentino, isto ficaria evidente através das correções existentes no texto e da comparação de algumas passagens da crônica com documentos oficiais do período. O relato de Schmidl é confuso a esse respeito, não é possível identificar claramente a partir de onde o autor escreve. Em grande parte da obra, ele se incluiu entre os leitores e estabeleceu comparações entre a geografia e os costumes dos habitantes do novo continente com “*esta tierra*” (Alemanha): os Cario têm ovelhas que são “*como en esta tierra los mulos romos*”, a colina de San Fernando “*se parece al Bogenberg*” e o rio Xejuj é largo “*como en esta tierra el Danúbio*” (SCHMIDEL: 1938, p. 60, p. 81 e p. 135). Há também momentos em que ele escreveu como se ainda estivesse na América: os Timbú “*tienen de las canoas que allá afuera en Alemania se llaman barquillas*” (SCHMIDEL: 1938, pp. 56 – 57). Contudo, o próprio autor afirmou que perdeu todos os pertences ao se atrasar para um embarque e ao naufragar durante seu retorno à Baviera. Dessa forma, é provável que as passagens em que Schmidl escreveu como se ainda estivesse no Novo Mundo sejam uma tentativa de mostrar a seus leitores que ele redigia no momento em que participava das expedições – o que lhe traria um diferencial de autoridade, principalmente em relação aos autores que escreviam suas obras sobre o novo continente sem nunca terem cruzado o Atlântico – aumentando, assim, a credibilidade de sua narração.

Ademais, Schmidl tentou, sempre que possível, confirmar o conteúdo de seu relato dizendo que as descrições nele presentes eram fruto de sua observação direta. Segundo Zinka Ziebell: “a estratégia retórica de usar a experiência como garantia de verdade do relato de viagens é um dos pressupostos que orientam a escritura dos textos no XVI”

⁴⁹ “*A saber del derrotero y del viaje de como yo, Ulrico Schmidl de Straubing en el 1534 año A. D. a dos de agosto desde Amberes he arribado per mare hacia Hispania y más tarde a las Indias con la voluntad de Dios. También de lo que ha ocurrido y sucedido a mi y a mis compañeros como sigue después*” (SCHMIDEL: 1938, pp. 29 – 30). Segundo Edmundo Wernicke, a presença de expressões latinas indicariam que o provável título teria sido criado por outra pessoa.

(ZIEBELL: 2002, p. 68). Dessa forma, ao descrever um ataque indígena contra a expedição espanhola, o autor afirmou que: “*se ha dado muerte a nuestro sobredicho capitán y sus hidalgos pues yo mismo lo he visto*”; “*como yo en todas las Indias donde yo he estado no he visto más indios en una localidad, ni localidad más grande que esta localidad de los Ortueses y eso que yo he andado por muchísimas partes*” (SCHMIDEL: 1938, p. 47 e p. 118). Já durante as narrativas de eventos em que não esteve pessoalmente, o cronista fez questão de ressaltar sua “fonte”. Por exemplo, ao descrever a morte de Juan Ayolas, o relato indica que “*nosotros supimos de este hecho por un indio*” (SCHMIDEL: 1938, p. 84).

Esta busca por credibilidade, entretanto, esbarrava nos erros que sua obra, teoricamente, continha. Ao descrever o período que passou na América, Schmidl inseriu diversas palavras e expressões em espanhol e, na maioria das vezes, explicou o seu significado em alemão. Assim, Buenos Aires “*es en alemán gueter Windt*”, o porto de Buena Esperanza “*quiere decir en alemán gute Hoffnung*”, entre outros. Contudo, em alguns manuscritos e edições estas passagens foram excluídas por copistas e editores que as consideravam como pleonasmos ou erros do cronista. Além dos denominados “espanholismos”, outros equívocos foram imputados a Schmidl, como as discrepâncias entre as datas apontadas por ele e as presentes em outros documentos do período, a troca de nomes dos líderes das expedições⁵⁰ e o exagero no número de indígenas rivais. Como veremos no último capítulo, argumentos como estes fizeram com que durante décadas a *Viaje al Río de la Plata* fosse considerada uma obra “menor” para os estudos sobre a região.

No entanto, como apontado anteriormente, o presente capítulo não pretende “reabilitar” o relato de Schmidl, nem negar ou justificar a existência de tais erros – o que seria utilizar critérios da historiografia positivista do século XIX para julgar um cronista do XVI –, mas sim compreendê-los, uma vez que, segundo Tzvetan Todorov: “... quando um autor comete um engano ou mente, seu texto não é menos significativo do que quando diz a verdade; o que importa é que o texto possa ser recebido pelos contemporâneos, ou que seu

⁵⁰ Schmidl teria continuado a descrever Juan Ayolas como o comandante dos espanhóis mesmo anos depois de sua morte.

produtor tenha acreditado nele. Nessa perspectiva, a noção de ‘falso’ é não pertinente” (TODOROV: 1993, pp. 51 – 52).

Dessa forma, torna-se necessário neste momento analisarmos de que maneira o cronista buscou legitimar seu discurso para os leitores⁵¹. Em sua obra, Schmidl utilizou majoritariamente a primeira pessoa do plural (*wir*) para narrar as decisões e rumos tomados pelos europeus na América. Muitas vezes ele chegou a acrescentar a expressão “cristãos”, o que significa que, em vários momentos do processo de constituição da identidade, as diferenças religiosas e regionais foram suplantadas pela imagem do “europeu”, que surge em oposição a uma outra generalização, os selvagens habitantes do Novo Mundo: “*si ocurriera que nosotros los cristianos quisiéramos correr trás los susodichos Carios que nosotros cayéramos en estos fosos*”; “*nosotros los cristianos no tuvimos que rogar más y marchamos contra nuestro sobredicho enemigo Tabere*” (SCHMIDEL: 1938, p. 74 e p. 135). Segundo Stephen Greenblatt, as diferenças entre as nacionalidades e religiosidades européias “desvanecem-se” diante da enorme disparidade cultural que, para estes viajantes, existe entre os europeus civilizados e os americanos bárbaros (GREENBLATT: 1996, pp. 24 – 27). Porém, em alguns momentos, o “nós” não remete aos integrantes da expedição. Quando fez comparações para melhor explicar os costumes indígenas, o autor acabou se incluindo entre seus leitores alemães: “*las planchas las atan a la frente por gala cuando acaso quieren partir de viaje, sea a la guerra o a cazar o a outra diversión, como aqui afuera un señor rico cuelga sobre sí una cadena*” (SCHMIDEL: 1938, p. 141). Para François Hartog, a utilização do pronome “nós” nestas passagens remonta ao mundo em que se conta em face do mundo que se conta – “nós com relação a eles” (HARTOG: 1999, p. 298).

⁵¹ Ao analisar as estratégias de autenticação dos relatos coloniais, Zinka Ziebell, baseada na obra de W. Neuber, identificou três procedimentos: “crítica às fontes, ou seja, a comparação com resultados empíricos de relatos anteriores sobre o mesmo objeto ou objeto análogo. O segundo procedimento baseia-se na ausência explícita de afeto no relato (quase sempre no prólogo), inserindo-se através desse modo de proceder na tradição do *ordo naturalis* e do *genus humile* (...) o terceiro procedimento relaciona-se àquelas situações nas quais o material do relato transpassa a realidade empírica do leitor (...) Essa autenticação pode ocorrer através da referência de que alguma autoridade (civil ou religiosa), sob cujo patronato se encontra o autor, tenha dado iniciativa à viagem. A posição social do Senhor, em cujo nome se viaja, forma o sistema de referência convencional, que responde pela realidade material (‘verdade’) do que é estranho. A dedicatória de um relato a um nobre pode ter essa função autenticatória, assim como o prefácio redigido por algum sábio ou cientista que servirá de suporte ao texto devido à sua autoridade (não à sua competência!)” (ZIEBELL: 2002, pp. 72 – 73).

A descrição de todos os europeus da região do Prata sob a forma de um “nós” generalizante foi deixada de lado em outros momentos da crônica. Quando Schmidl abordou alguns costumes indígenas, a flora e a fauna do Novo Mundo ou decisões e atitudes tomadas pelos espanhóis das quais discordava, foi a primeira pessoa do singular (*ich*) que prevaleceu. Nestas passagens, o “eu escrevo o que eu vi e o que eu fiz” preponderou sobre o “nós vimos e nós fizemos”. O capítulo⁵² em que o cronista descreveu a morte de uma grande serpente que estava dizimando os índios Mocoretás é exemplar dessa mudança. Nele, o autor indicou que ela era “*larga como de veinte y cinco pies y tan grande como un hombre en la grosura y era salpicada de negro y amarillo*”, e concluiu afirmando que “*yo mismo he medido tal serpiente a lo largo y a lo ancho, así que yo bien lo sé*” (SCHMIDEL: 1938, pp. 64 – 65). Da mesma forma, quando descreveu o hábito dos Querandi de beber o sangue de “*un venado u otra salvanija*” durante os longos períodos de estiagem, o autor deixou claro que “*si acaso alguien piensa que la beben diariamente, esto no lo hacen por eso compréndolo bien*” (SCHMIDEL: 1938, p. 45).

A utilização da primeira pessoa busca aumentar a veracidade do que está sendo narrado, mas, simultaneamente, também acaba “fechando” as possibilidades para interpretações diferentes, uma vez que “eu escrevo apenas o que eu vi”. A passagem sobre os Mbaya é exemplar deste procedimento. Nela, após descrever que as mulheres deste grupo se relacionavam com mais de um companheiro, o cronista afirmou que quem não acreditasse em seus escritos também teria que viajar ao Novo Mundo para poder discordar: “*Quien quiere verlo, que marche hacia adentro, quien no quiere creerlo*” (SCHMIDEL: 1938, p. 140).

Já a segunda pessoa foi utilizada por Schmidl apenas para chamar a atenção de seus leitores para outros trechos da crônica, descrições de eventos importantes ou de alguma característica dos indígenas considerada pitoresca pelo autor: “*como vosotros habéis sabido en la 15ª hoja*”; “*pero como les fué a aquellos [índios fugitivos] lo sabréis muy bien después en breve*”; “*como le pasó después a nuestro capitán Alvar Núñez Cabeza de Vaca, sabréis más tarde por mí*”; “*como la comen [carne humana] lo sabréis en lo que sigue*” (SCHMIDEL: 1938, p. 59, p. 68, p. 120 e p. 70).

⁵² Não há um consenso quanto ao número de capítulos da crônica de Schmidl. O mais recorrente é a divisão em 55 partes, eventualmente com títulos.

Ainda em relação às formas utilizadas por Schmidl para se descrever é preciso ressaltar que, ao longo de sua *Viaje al Río de la Plata*, o autor utilizou diversas expressões para definir o grupo a que pertencia: gente comum (“*el capitán y la gente estuvieron conformes y obedientes hasta tanto que él exhibiere sus provisiones de su Cesárea Majestad; tal cosa no pudo sacar en limpio el común*”), arcabuzeiro (“*mandó nuestro capitán alrededor de ciento cincuenta arcabuceros (...) trás los Mbayas y marchamos tres días y dos noches seguidas*”), gente de guerra (“*él [Domingo Martinez de Irala] trataba bien a la gente de guerra y era bienquisto por nosotros*”), soldado (“*los capitanes y los soldados le eran todos enemigos, pues de tal manera se portó él con la gente*”), entre outros (SCHMIDEL: 1938, pp. 98 – 99, pp. 142 – 143, p. 86 e p. 106). No entanto, o cronista sempre se incluiu entre os comandados, em oposição aos capitães das expedições, muito criticados em sua obra. Ao descrever o acordo feito entre os líderes do Peru e do Prata, Schmidl afirmou que tudo foi feito secretamente e que, se os soldados tivessem descoberto a tempo, teriam “atado as quatro patas de seu capitão”: “*pero los grandes señores son malos y bellacos; donde pueden despojar a los pobres peones de lo suyo lo hacen*”. O cronista chegou inclusive a dar conselhos sobre como um bom governante deveria agir: deve dar atenção tanto ao grande quanto ao pequeno e “*ejercer su justicia y mostrarse benévolo para con el más modesto como con el más elevado*” (SCHMIDEL: 1938, p. 156 e pp. 123 - 124).

Através das passagens acima, percebemos que Schmidl alternou seu discurso de acordo com os aspectos da conquista que desejava ressaltar ou silenciar. Segundo François Hartog, só o narrador principal tem mobilidade: “ele pode ocupar todas as posições discursivas. De narrador pode-se fazer mandatário; depois, de novo, quando quer, narrador. As diferentes narrações são como que estratos que têm cada um sua própria moldagem (...) e cada um desses estratos é posto em relação com os outros (caso seja necessário) pelo narrador principal, que intervém dispondo as marcas de enunciação” (HARTOG: 1999, pp. 299 – 300).

A mobilidade do narrador fica evidente logo no início da *Viaje al Río de la Plata*. Durante a descrição da escassez de alimentos que acometeu os europeus durante a primeira fundação de Buenos Aires, Schmidl fez questão de se diferenciar do resto da expedição. Seu relato, que até então narrava como “*nosotros los cristianos*” exploravam o interior do

novo continente, passou a falar apenas dos espanhóis. Neste trecho, o cronista, que sempre ressaltou que descrevia tão somente o que via, usou exclusivamente a terceira pessoa do plural e apontou que *“tres españoles habian hurtado un caballo”* e que, por essa razão, teriam sido enforcados, entretanto, *“otros españoles”* cortaram partes dos corpos dos condenados e os comeram⁵³ (SCHMIDEL: 1938, p. 49). Procedimento semelhante ocorre em outras partes da crônica. A decisão de realizar “guerras justas” contra alguns grupos indígenas foi descrita como sendo tomada por todos os integrantes da expedição, já o massacre a uma tribo que havia lhes dado boa acolhida – atitude que o autor deixou claro em seu texto que reprovava – aparece como sendo uma ação individual do comandante: *“En todo esto cumplimos el mandado de nuestro capitán, como en la hoja cincuenta y cinco sabréis acerca de los Surucusis de como ellos nos han recibido y como ahora nosotros les damos las gracias, pero nosotros les hemos hecho una injusticia”* (SCHMIDEL: 1938, p. 121 – 122).

Nestas passagens, as diferenças regionais e religiosas, que até então eram colocadas em segundo plano, ficam evidentes. A matança desregrada de nativos e o canibalismo não são praticados pelo autor, mas sim pelos soldados espanhóis. Dessa forma, percebemos que a análise dos recursos retóricos utilizados na escrita da *Viaje al Río de la Plata* indica que o cronista apresentou em seu texto um duplo processo identitário: cultural (europeus e indígenas) e hierárquico (capitães e subordinados). Contudo, como veremos de forma mais clara durante as descrições do canibalismo espanhol e da antropofagia indígena, percebemos que há, acima deste processo, uma oposição moral entre o autor e os espanhóis católicos.

Apesar de sempre ter se mostrado entre os comandados, o autor enfatizou que exerceu cargos superiores aos de seus companheiros: *“ordenó entonces nuestro capitán a los sargentos principales que nosotros ordenáramos a la gente que se fueren a los buques”* (SCHMIDEL: 1938, p. 80). Em vários trechos da obra há indicações de que ele foi encarregado pelos comandantes para desempenhar cargos de confiança, como a missão de entregar uma carta enviada por Irala a Carlos V e o controle do estoque de água da expedição durante uma longa estiagem: *“Así en esta ocasión obtuve ante nobles y villanos*

⁵³ Segundo o cronista, havia ainda relatos de que outro *“español se ha comido su propio hermano que estaba muerto”* (SCHMIDEL: 1938, p. 49).

gran favor y buena voluntad ante la gente, pues yo no fui estricto” (SCHMIDEL: 1938, p. 147). A tentativa de se colocar entre os soldados, mas, ao mesmo tempo, acima deles, foi muito analisada pelos historiadores do final do século XIX e início do XX, que tentavam elevar os postos exercidos por Schmidl para, com isso, aumentar, automaticamente, a importância de seu relato (trechos em que o autor criticava os comandantes e autodenominava-se como “gente comum” chegaram a ser excluídos da crônica em algumas edições e traduções).

O fato de Schmidl enfatizar em seu relato que exerceu cargos de confiança nomeados pelos líderes da expedição também pode ter sido uma forma encontrada pelo autor de dar maior credibilidade à sua obra. Tal busca por autoridade foi comum no período entre autores que não exerciam cargos de comando. Como exemplo, podemos citar o soldado alemão Hans Staden, que incluiu em sua crônica um prefácio escrito por Johann Eichmann, também conhecido como professor Dryander⁵⁴. Esse humanista protestante buscou legitimar o conteúdo das *Duas Viagens ao Brasil*, afirmando que a obra seria fruto de uma observação direta “despida de ornato e pompa” e não possuiria outro interesse além da glória de Deus. A defesa da veracidade dos relatos de autores de baixa patente a partir do argumento de que eles seriam mais simples, mas também mais verdadeiros, por serem escritos por autores ingênuos, desinteressados e “sem imaginação para inventar e justificar suas invenções” também foi utilizado por Michel de Montaigne em seu célebre ensaio *Dos Canibais*⁵⁵.

Por outro lado, a erudição do autor também era valorizada no período. Outro recurso presente na *Viaje al Río de la Plata* que buscava aumentar a credibilidade do relato foi a utilização de citações de autores clássicos. Ao descrever os costumes dos Tupi há, em algumas edições, a afirmação de que eles viviam uma “*vida epicúrea*” (*epicurisch leben*), já

⁵⁴ “Professor de matemática e anatomia da universidade de Marburg, editou, em 1543, a *Cosmographiae introductio*, de Waldseemüller, na qual já se encontrava uma descrição, ainda que bastante reduzida, da América, sendo que, nas últimas páginas, se encontra a referência a ‘*Antropophagi crudelissimi*’. Publicou ainda escritos sobre anatomia e astrologia e gozava de uma fama que não era das melhores, sendo que recebeu o epíteto de ‘plagiário de grande estilo’” (ZIEBELL: 2002, p. 242).

⁵⁵ “O homem que tinha a meu serviço, e que voltava do Novo Mundo, era simples e grosseiro de espírito, o que dá mais valor a seu testemunho. As pessoas dotadas de finura observam melhor e com mais cuidado as coisas, mas comentam o que vêem e, a fim de valorizar sua interpretação e persuadir, não podem deixar de alterar um pouco a verdade. Nunca relatam pura e simplesmente o que viram, e para dar crédito à sua maneira de apreciar, deformam e ampliam os fatos. A informação objetiva nós a temos das pessoas muito escrupulosas ou muito simples, que não tenham imaginação para inventar e justificar suas invenções e igualmente que não sejam sectárias” (MONTAIGNE: 2000, pp. 192 – 193).

ao criticar o *adelantado* Cabeza de Vaca o relato apontou que “*tampoco deberá andar pavoneándose por su alto puesto, despreciando á los demás, como el muy fátuo y orgulloso soldadote Traso en Terencio. Porque cada capitán se nombra para bien de sus lansquenetes y no se recluta la tropa para bien de su capitán*” (SCHMIDL: 1903, pp. 228 – 229). Ambas as passagens não estão presentes no manuscrito de Stuttgart, considerado como o único escrito pelo próprio cronista e, provavelmente, foram inseridas pelos editores. Tal procedimento, além de evidenciar uma tentativa de tornar a crônica de Schmidl mais erudita e, conseqüentemente, para alguns, mais verdadeira, fazia parte de um código retórico que permitiria uma maior compreensão do texto: a aproximação com um personagem da célebre peça *O Eunuco* ou com os pensamentos de Epicuro ajudariam a “situar” os leitores diante das novidades descritas sobre o novo continente, sua natureza e seus habitantes.

O autor também tentou legitimar seu texto através da desqualificação de outros discursos. A passagem em que descreveu os Yacaré é exemplar. Nela, o cronista afirmou que os nativos desta região receberam este nome devido ao grande número de jacarés que a habitavam. Após retratá-lo como um “*pez que tiene sobre sí un cuero duro*”, Schmidl negou as lendas populares que circulavam pela região alemã no período segundo as quais o hálito deste animal era mortal para os seres humanos. Como forma de garantir que os elementos de sua narrativa eram verdadeiros, o cronista afirmou que com sua viagem ao Novo Mundo pôde constatar pessoalmente que “*todo esto es fábula: si fuere así, yo hubiere muerto cien veces, pues yo he comido y cazado más de tres mil de ellos*” (SCHMIDL: 1938, pp. 109 – 110). Podemos, novamente, neste momento, analisar a atuação dos copistas e editores. A passagem sobre os indígenas Yacarés é uma das que mais apresenta diferenças entre os manuscritos. A edição de Bartolomé Mitre e Samuel Lafone Quevedo, que se baseia no texto existente em Munique, excluiu a explicação de que a própria região ficou conhecida por esse nome e inseriu uma continuação da lenda alemã: “*También se cuenta que si uno de éstos se cría y es visto en un pozo, que no hay más medio de acabar con este pez que el de mostrarle un espejo y tenérselo por delante, para que allí él mismo se mire, porque así al ver allí su propia fealdad tendrá que caer muerto al punto*” (SCHMIDL: 1903, p. 212). Tais alterações indicam que as informações sobre a região alemã suplantavam, em alguns momentos, as relativas ao Novo Mundo: o complemento da lenda

é considerado mais relevante do que as características dos povoados indígenas descritos pelo cronista.

Em sua tentativa de “fazer crer”, o cronista também tentou deixar claro que sabia mais do que o conteúdo de sua obra. Ao analisar os escritos de Heródoto, François Hartog afirmou que não escrever sobre algo de que se tem conhecimento também é uma forma utilizada pelos autores para tentar convencer seus leitores: “Assim, como marcas negativas de enunciação, o eu não digo ou o eu não escrevo (ficando entretanto bem entendido que, num caso como no outro, eu sei) parecem ter o mesmo peso: destinam-se igualmente a fazer o destinatário crer” (HARTOG: 1999, p. 292). Em vários momentos, Schmidl apontou que havia muito mais a ser dito, porém, não tinha tempo. A descrição da sexualidade dos nativos é emblemática. Ao falar sobre as indígenas Mbayas, o autor afirmou que elas “*hacen de comer y otras cosas más que de ella placen al marido y otros buenos compañeros, quien pide por ello que no es de escribir más acerca de esta cosa en esta vez*” (SCHMIDEL: 1938, p. 140)⁵⁶. Procedimento semelhante ocorre durante a descrição da chegada da expedição ao Peru, onde o autor citou rapidamente as riquezas da região, defendeu Gonzalo Pizarro e atacou o “*licenciado de Gazca*” (que impediu o contato dos espanhóis do Prata com as minas de ouro), no entanto: “*habría mucho que escribir de estos asuntos. No lo concede el tiempo*” (SCHMIDEL: 1938, pp. 155 – 156). Este “não-dito” em Schmidl acaba sendo também uma forma de legitimar o que ele escreveu, uma vez que, como visto acima, o cronista sugeriu que quem não acreditasse em suas palavras deveria vir para a América para verificar pessoalmente o teor de seu relato.

Ao selecionar as passagens que iria retratar em sua *Viaje al Río de la Plata*, fica evidente a predileção de Schmidl pela narração das expedições ao interior do continente em busca das minas de metais preciosos e do comércio com os grupos nativos. O autor praticamente ignorou os períodos em que, por motivos que iam da falta de água e alimentos até às brigas internas pela liderança da expedição, permaneceu parado em um “*asiento*” espanhol ou em algum povoamento indígena. Dessa forma, o cronista resumiu em apenas

⁵⁶ Como apontando anteriormente, Edmundo Wernicke defendeu em sua edição da *Viaje al Río de la Plata* que, ao contrário do indicado por diversos editores, biógrafos e tradutores, Schmidl foi um “bom católico”. Assim, a omissão sobre as índias Mbayas, junto com outros trechos da obra em que os aspectos sexuais dos nativos não foram descritos, seriam, para ele, uma prova da grande religiosidade do viajante. Contudo, para confirmar suas opiniões, o editor argentino acabou silenciando-se sobre algumas passagens do relato, como a descrição das mulheres Jerús que, segundo o cronista, são “*muy afectuosas y muy ardientes de cuerpo, según mi parecer*” (SCHMIDEL: 1938, p. 113).

algumas palavras longos anos de sua estada no Novo Mundo: “*Después de esto [encontro com os índios Timbús que forneceram abrigo e mantimentos aos soldados] quedamos en esta localidad por tres años*”; “*Entonces remontamos el río Paraná y vinimos a la ciudad Nuestra Señora de Asunción; ahí quedamos por dos años y nuestro capitán Domingo Martínez de Irala espero una resolución de Su Cesárea Majestad*” (SCHMIDEL: 1938, pp. 57 – 58 e p. 97).

A preferência pelos períodos em que esteve em movimento se refletiu também na maneira como Schmidl representou os indígenas. Através das dezenas de descrições presentes em seu relato, percebemos que o autor seguiu uma espécie de “fórmula narrativa” que praticamente independia do contato com os nativos. Tal modelo se manteve desde localidades em que o cronista permaneceu por diversos anos até as que foram encontradas abandonadas pelas expedições. Antes de escrever sobre os indígenas, Schmidl geralmente descrevia rapidamente como foi o percurso até esse local e apontava o número de léguas percorridas desde o último povoado. Após essas informações geográficas, iniciava-se a descrição dos grupos seguindo um padrão que, de forma geral, era mantido inclusive em sua ordem: qual o número de habitantes; como foram recebidos pelos moradores (pacífica, violentamente ou com o povoado abandonado); quais são seus alimentos; como é seu físico (andam nus ou cobrem suas vergonhas); quais são suas armas e adornos; e quanto tempo a expedição permaneceu entre eles. Como exemplo deste padrão narrativo, podemos citar duas descrições, a dos índios Guajarapos e a dos Timbú:

“Desde ahí viajamos por cien leguas de camino que no hallamos gente alguna y después vinimos a una nación que se llaman Guajarapos; éstos tienen pescado y carne y ellos son muchísima gente y tienen más de cien leguas a lo largo y ancho donde dura su nación; también de las canoas tienen extremadamente muchas, no es para escribirlo. También sus mujeres andan con las partes cubiertas; pero tampoco quisieron tratar con nosotros y huyeron ante nosotros” (SCHMIDEL: 1938, p. 105).

“... estuvimos durante dos meses en viaje, pues hay ochenta y cuatro leguas desde los cuatro buques que habíamos dejado hasta estos indios que se llaman Timbus y llevan en ambos lados de las narices una pequeña estrellita que está hecha de una piedra blanca y azul y son gentes grandes y garbosas de cuerpo; las mujeres son toscas y las jóvenes y viejas están siempre rasguñadas y ensangrentadas bajo la cara; y la fuerza de los indios

es mucha (...) y no comen otra cosa que pescado y carne (...) Se calcula a esta nación como de quince mil hombres; también tienen de las canos que allá afuera en Alemania se llaman barquillas como usan los pescadores (...) En todo tiempo viajan en ellas hasta diez y seis hombres y todos deben remar y tienen remos como los pescadores en Alemania fura de que no son reforzados con hierro abajo en la punta” (SCHMIDEL: 1938, pp. 56 – 57).

As duas citações apresentam vários pontos em comum, porém, Schmidl praticamente não teve contato com os Guajarapo (que abandonaram suas terras antes da expedição chegar), enquanto viveu mais de três anos entre os Timbú. Este modelo de descrição não impediu que o cronista ressaltasse, sempre que possível, algo que diferenciasse este grupo de nativos dos anteriores⁵⁷. Dessa forma: os Mbaya, assim como um “*señor noble*” europeu, possuem “vassalos” e suas mulheres têm diversos companheiros; os Macasí aprenderam a falar o espanhol; os Curemaguá se embelezam com penas de papagaio; os Cario vendem suas filhas, irmãs e esposas por uma camisa ou qualquer outro “*rescate*”; os Surucusí vivem em “casas” apenas com suas mulheres e filhos; os Querandí chegam a beber o sangue de alguns animais durante os longos períodos de estiagem; os Tupinambá usam como adorno flechas presas nos cabelos além de escravizarem, matarem e se alimentarem dos corpos de seus prisioneiros de guerra; entre outros.

No entanto, estes aspectos individuais eram vistos apenas como diferenças externas. Para o cronista era irrelevante se ele esteve entre os indígenas apenas algumas horas ou vários anos, não havia diferenças profundas entre os grupos, somente detalhes estéticos ou adaptações geográficas. Isso fica evidente através da passagem a respeito dos índios Jerú – a única descrição que escapa a este modelo. A narrativa de Schmidl se alterou somente quando ele encontrou elementos entre os nativos que considerava mais próximos dos europeus do que dos próprios indígenas. A expedição chegou aos Jerú através de “estradas pavimentadas e enfeitadas com flores” e foi recepcionada com um grande banquete, acompanhado por músicos e dançarinas (“*cuando uno de nosotros los cristianos las ve bailar, uno ante esto se olvida de cerrar la boca*”). Além disso, diferentemente de todos os

⁵⁷ “[na crônica de Schmidl] os indígenas não são caracterizados como indivíduos, apenas como um coletivo indiferenciado, no máximo, distinguem-se tribos” (ZIEBELL: 2002, p. 285).

outros, esse grupo indígena era comandado por um “rei”, que possuía “súditos” não apenas em seu povoado, mas em diversas outras localidades, além de comandar uma corte: “[que] dirige a su manera como un gran señor en estos países” (SCHMIDEL: 1938, pp. 112 – 113).

A descrição dos nativos como um grupo homogêneo, que possuía apenas diferenças externas, exigiu que o autor excluísse de seu relato muitos elementos que poderiam contradizê-lo. Durante este processo, diversos aspectos dos nativos foram substituídos por uma visão unificadora, que ressaltava apenas as semelhanças entre os habitantes do Novo Mundo. Segundo o historiador Serge Gruzinski, o contexto da conquista e da colonização da América acabou incitando “os invasores europeus a identificarem seus adversários como índios e, assim, a englobá-los nessa apelação unificadora e redutora” (GRUZINSKI: 2001, pp. 52 – 53). Entretanto, como observamos na introdução da pesquisa, não pretendemos com isso incorrer no extremo oposto de afirmar que este movimento resultou na anulação completa de qualquer característica própria dos indígenas nas narrativas de viagem.

Dessa forma, podemos perceber que há no relato de Schmidl um processo de generalização: apesar dos diferentes costumes apontados pelo cronista, todos os nativos possuíam uma raiz comum. Processo este, que fica evidente através da análise de João Adolfo Hansen: “nos textos quinhentistas sobre os indígenas do Brasil, encontramos uma dupla articulação (...) em uma delas, os enunciados figuram a gigantesca dispersão do novo, maneiras de viver dos indígenas, animais de estranhas raças, coisas assombrosas ou curiosas que a terra produz, descritos de maneira muito analítica, com profusão de minúcias. Na mesma dispersão analítica, produzida com um mapeamento classificatório, a enunciação projeta o princípio que unifica teológica e politicamente o que é dito. A proliferação e a multiplicidade dos seres e eventos da nova terra são subordinadas, enfim, como semelhanças distantes do mesmo princípio interpretativo que as atravessa como universalidade de causa primeira e final, Deus. Logo, tudo que é diferente é interpretado como uma variação distante” (HANSEN: 1998, pp. 363 – 364).

Bom selvagem ou cão imundo

Schmidl enfatizou, em vários trechos da *Viaje al Río de la Plata*, que os indígenas são seres humanos, apesar de possuírem certos costumes considerados bárbaros na Europa, como a antropofagia e a tradição de alguns povos de retirar a pele da cabeça de seus inimigos, secá-las e exibi-las diante de suas casas como “*recuerdo*” do conflito. Uma passagem exemplar é a descrição de um ataque orquestrado pelos Carió a outros grupos nativos, onde o cronista afirmou que “*cuantos ven o encuentran frente a ellos en la guerra deben morir todos; no tienen compasión con ningún ser humano*” (SCHMIDEL: 1938, p. 78). Entretanto, a confirmação da humanidade dos habitantes do novo continente postulada por Schmidl não está evidente em todos os “originais” da crônica. O manuscrito de Munique omite a passagem acima citada assim como a que o autor afirmou que os Chaná Salvaje andam nus “*como Dios el Todopoderoso los ha puesto en el mundo*” (SCHMIDEL: 1938, p. 65). João Adolfo Hansen afirmou que a alma é o núcleo teórico das classificações do indígena como animal ou como humano: “a atribuição ou a produção de uma ‘alma’ para ele, como ocorre nas práticas dos jesuítas, logicamente pressupõe que é um ‘próximo’, como no mandamento ‘amar o próximo’, da Bíblia; no caso, porém, um próximo metafísica e politicamente muito distanciado da lei eterna de Deus, pois de alma boçal, embaçada e corrompida pela bestialidade dos pecados” (HANSEN: 1998, p. 349). Dessa forma, a confirmação de que os indígenas eram humanos não significava que o autor os considerava como seres iguais aos europeus.

Apesar de, como visto acima, ter descrito características singulares de vários grupos, Schmidl indicou um aspecto que homogeneizava todos os nativos, eles eram seres ingênuos que oscilavam entre dois opostos: “bons selvagens” e “cães imundos”. Ao mesmo tempo em que demonstrava admiração por alguns costumes e habilidades dos indígenas (como a pintura corporal – que dificilmente poderia ser reproduzida por um artista europeu –, entre outros) e afirmava que era melhor viver entre eles do que com os portugueses e mestiços que habitavam a vila comandada por João Ramalho (denominada pelo autor como uma “*casa de latrocínio*”), o cronista introduziu duras críticas aos grupos nativos que se negavam a fornecer água, alimentos, metais preciosos e informações sobre as próximas localidades e atacavam as expedições na tentativa de evitar ou retardar o contato com os europeus.

Schmidl sempre ressaltou em seu texto os grupos que lhes deram boa acolhida, apontando que eles recepcionavam pacificamente as expedições, cediam guias e línguas para indicarem os melhores caminhos até os locais míticos e suas grandes reservas de ouro, faziam comércio e auxiliavam seus aliados europeus durante os combates contra grupos inimigos: “... *los susodichos Curemaguás nos dieron todo lo que entonces necesitábamos y se ofrecieron mucho a nosotros*”; “... *estos Mocoretás nos han recibido muy bien*”; “... *hay noventa leguas desde los susodichos Guajarapos hasta esta nación Surucusis y ellos nos recibieron muy bien*”; “*tuviéramos nuestro amparo y ordenamos a aquellos Jerus que entonces estaban en la localidad que prestaran a los cristianos buen tratamiento y compañía, como todo esto lo hicieron después los Jerus*” (SCHMIDEL: 1938, p. 105, p. 67 e p. 110).

No entanto, em algumas localidades os espanhóis eram recebidos “*en modo de guerra*”. Os nativos preparavam emboscadas contra as expedições, fugiam de seus povoados, queimavam seus alimentos, ou ainda, rompiam as alianças que haviam estabelecido com os europeus. A descrição dos Payaguá é exemplar. Segundo o cronista, estes nativos atraíram com “*falso corazón*” a expedição para seu povoado com o intuito de, lá chegando, atacá-la. O mesmo ocorre na passagem sobre os Timbú, que pediram alguns homens a Pedro de Mendoza para que os auxiliassem contra um grupo rival, “*pero esto era astúcia y pura picardia*”, todos os soldados cedidos acabaram sendo assassinados pelos indígenas (SCHMIDEL: 1938, p. 81 e p. 90). Ao descrever tais ataques e traições, o autor passava a denominar os nativos como “cães famintos”: “... *ahí atropellaron ellos los Naperus y Payaguás, como perros hambrientos a los cristianos y los mataron, que ninguno se salvó*”; “[os Cario] *no pudieron permanecer y huyeron y caían los unos sobre los otros como los perros*” (SCHMIDEL: 1938, p. 84 e p. 75).

A esse respeito, a análise dos escritos de Cristóvão Colombo feita por Tzvetan Todorov é esclarecedora. O autor indicou que as duas visões possuíam uma raiz comum, ambas seriam frutos do desconhecimento europeu sobre os nativos americanos: “Como Colombo pode estar associado a estes dois mitos aparentemente contraditórios, um onde o outro é um ‘bom selvagem’ (quando é visto de longe), e o outro onde é um ‘cão imundo’, escravo em potencial? É porque ambos têm uma base comum, que é o desconhecimento dos índios, a recusa em admitir que sejam sujeitos com os mesmos direitos que ele, mas

diferentes (...) Toda a história da descoberta da América, primeiro episódio da conquista, é marcada por esta ambigüidade: a alteridade humana é simultaneamente revelada e recusada” (TODOROV: 1993, p. 47). João Adolfo Hansen também aproximou estas duas visões que, como visto no caso de Schmidl, podiam estar presentes em uma mesma pessoa. Segundo o autor, elas geravam duas espécies básicas de intervenção (ambas violentas pelo fato de serem intervenções, embora tenham uma violência de graus ou intensidades diversas), que seriam, contudo, complementares: “genericamente falando, a intervenção dos que afirmam que o indígena é um ‘cão’ ou um ‘porco’ bestial, bárbaro e ‘escravo por natureza’, e a intervenção dos que afirma que é ‘humano’, mas selvagem, e que deve ser salvo por deus por meio da verdadeira fé, que o integra como subordinado, escravo ou plebeu” (HANSEN: 1998, p. 351).

A inferioridade indígena foi constantemente enfatizada pelo cronista que, diversas vezes, os mostrou sendo suplantados pelos europeus. A maioria dos ataques planejados pelos grupos nativos foi frustrada pelas expedições ainda antes de serem realizados: durante sua viagem a São Vicente, Schmidl apontou que os índios Carisebas assassinaram dois de seus companheiros e tentaram capturar os três brancos restantes, “*entonces ellos contestaron que estaban en el pueblo y que nosotros fuéramos también al pueblo, pero nosotros no quisimos hacerlo, pues reconocimos bien su astucia*” (SCHMIDEL: 1938, p. 171). Mesmo quando chegavam a ocorrer, as emboscadas e ataques eram facilmente destruídos. Ao descrever a investida dos Cario contra os europeus, o autor afirmou que, apesar da grande desvantagem numérica, a expedição os dizimou rapidamente devido ao desconhecimento que eles tinham sobre as armas de fogo: “*Cuando oyeron nuestras armas y vieron que su gente caía y no veía bala ni flecha alguna sino un agujero en el cuerpo, no pudieron permanecer y huyeron y caían los unos sobre los otros como los perros y se fueron a su pueblo*” (SCHMIDEL: 1938, p. 75).

Esta inferioridade chegava a fazer com que os indígenas acabassem sendo vítimas das próprias emboscadas que haviam preparado: “*... a estos fosos los han cubierto con paja y pequeñas ramitas del bosque y tirado encima un poco de tierra y hiera para que nosotros no viéramos a estos fosos (...) si ocurriera que nosotros los cristianos quisiéramos correr tras los susodichos Carios que nosotros cayéramos en estos fosos. Y estos fosos han sido perjudiciales para ellos y ellos mismos han caído adentro en esta manera especial*”

(SCHMIDEL: 1938, p. 73). Neste trecho, os nativos foram castigados por não seguirem códigos europeus de guerra, o que se constituiria em mais uma prova da inferioridade moral dos indígenas, que justificaria o seu uso como mão-de-obra escrava ou, até mesmo, sua morte.

As passagens da *Viaje al Río de la Plata* que ressaltam a superioridade européia em relação aos indígenas não se restringem apenas ao campo bélico, ela também poderia ser constatada em outros aspectos, como o intelectual e o religioso. Schmidl apontou constantemente que Deus auxiliava os europeus durante os combates contra os indígenas: “*en esto, Dios el Todopoderoso nos dió su gracia divina que nosotros vencimos a los sobredichos Querandís*”; “*pero Dios el Todopoderoso no dio a los Carios su gracia para que su mencionado propósito y plan se hubiera realizado*” (SCHMIDEL: 1938, p. 47 e p. 126). Os trechos em que o autor descreveu o comércio com os grupos nativos também evidenciam esta diferença. Como visto no capítulo anterior, o cronista ficou espantado com a facilidade com que eles aceitavam trocar seus metais preciosos e utensílios por qualquer “objeto sem valor”: “*Así por su parte cada uno de nosotros había logrado en este viaje de los indios un valor hasta de doscientos duros solo en mantas, algodón indios con sigilo y a escondidas, contra cuchillos, rosarios, tijeras, espejos y otras chucherías*”; o autor também se impressionou com os índios Carios que chegavam a estabelecer preços para a venda de suas esposas, irmãs e filhas: “*una mujer cuesta una camisa o un cuchillo con el cual se corta, o una pequeña hacha u otro rescate más*” (SCHMIDEL: 1938, p. 119 e p. 70). Nestas passagens percebemos, novamente, o desconhecimento sobre os indígenas e a projeção de conceitos europeus sobre os habitantes do novo continente. Assim como diversos outros viajantes do período, Schmidl acreditava que os nativos desconheciam o “verdadeiro” valor dos metais preciosos, o que constituiria mais uma prova de sua inferioridade: “o conceito de valor econômico relativo (...) falta à maioria dos europeus; julgam eles que os selvagens simplesmente não compreendem o valor natural das coisas e podem, por isso, serem ludibriados trocando tesouros por bagatelas” (GREENBLATT: 1996, pp. 149 – 150).

As diferenças entre os europeus e os indígenas também podem ser vistas através da descrição dos Mocoretá. Passagem exemplar do modo como Schmidl abordou as relações de inferioridade e subordinação existentes entre os ingênuos indígenas e os sábios europeus

na América, ela atraiu a atenção de alguns dos editores da obra, como Levinus Hulsius, que a utilizou como base para uma de suas ilustrações. Como apontado acima, o cronista descreveu que muitos dos nativos estavam sendo mortos por uma grande serpente que se enrolava em seus corpos, os arrastava para o fundo do leito dos rios e os devorava. Segundo o autor, os índios não compreendiam o que ocorria e só conseguiram se livrar dos ataques desse animal através do auxílio dos soldados europeus: “*Así la matamos de un tiro de arcabuz. Cuando los indios la vieron, se admiraron mucho de la serpiente porque nunca jamás habían visto tan gran*” (SCHMIDEL: 1938, p. 65). Este trecho possui também um forte aspecto religioso. Além da aproximação com a serpente do Paraíso Terreal, a expulsão deste animal das terras do Novo Mundo poderia ser vista como uma vitória sobre as forças pagãs ou demoníacas⁵⁸.

A humanidade desigual dos indígenas está relacionada ainda com questões como a sua utilização como mão-de-obra escrava. Ao mesmo tempo em que Schmidl buscava por elementos reconhecíveis que confirmassem a possibilidade de implantação da “verdadeira religião” na América, o autor descrevia os europeus escravizando alguns grupos nativos. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que o autor apontou em sua crônica a existência de ordens reais que balizavam o encontro das expedições com os habitantes do Novo Mundo: “*A los cuatro meses después vinieron aquellos Agaces que habían escapado con vida, pues tampoco habían estado todos juntos en la escaramuza y pidieron clemencia a nuestro capitán Juan Ayolas. Así nuestro capitán tuvo que recibirlos en concordia pues así había mandado y dispuesto la Cesárea Majestad que toda vez que se presentara cualquier principal de lo indios y pidiere perdón hasta por tercera vez él violara la paz con los cristianos, entonces debe quedar por toda su vida como esclavo o cautivo o prisionero*” (SCHMIDEL: 1938, p. 78). Schmidl enfatizou ainda que os ataques contra os grupos de nativos eram precedidos por inúmeros apelos dos europeus por paz e amizade. Mesmo após ter sido atacada pelos Cario a expedição continuava tentando evitar o confronto: “*Aún así nosotros no quisimos hacerles nada; al contrario les hicimos requerir por un lengua en tres veces y quisimos ser sus amigos pero de esto no quisieron hacer caso*” (SCHMIDEL: 1938, p. 74).

⁵⁸Para uma análise da presença da serpente no imaginário europeu ver (LE GOFF: 1980, pp. 221 – 262).

Schmidl também desaprovava a violência desmedida contra os indígenas que lhes davam boa acolhida (como visto ao longo das críticas feitas por ele contra o ataque aos pacíficos Surucuis, ordenado por Cabeza de Vaca). No entanto, quando havia uma “guerra justa” – o que ocorre várias vezes durante sua obra – fruto de algum ataque, emboscada, traição, recusa dos nativos de fornecerem água e mantimentos aos europeus ou de negarem a entrada das expedições em seus povoados, seria permitido escravizar e assassinar a todos os homens, mulheres e crianças: “*ni bien él o algun outro indio viene y pide perdón hasta por tercera vez, debía concedérselo, pero si falta a su palabra por tres veces seguidas y que se puede prender, entonces él y sus hijos son esclavos*” (SCHMIDEL: 1938, pp. 102 – 103).

Nos momentos em que a “guerra justa” acontecia, a violência era autorizada até mesmo contra indígenas que não estavam em conflito com os europeus. Ao descrever o ataque realizado pelos índios Mbayas, Schmidl afirmou que após dias de buscas a expedição encontrou um outro grupo nativo: “*a esto ellos ni sabían de nosotros que veníamos, pues ellos no eran aquellos Mbayas que habían marchado contra nosotros, sino los amigos de los otros*”. Entretanto, o fato deles não serem os inimigos não impediu que os europeus matassem e escravizassem mais de três mil pessoas. O cronista afirmou ainda que “*si hubiere sido de día y no de noche, ninguno de ellos se hubiere salvado*” (SCHMIDEL: 1938, p. 142). O ataque generalizado aos índios, mesmo àqueles que não estavam envolvidos diretamente nas disputas, reforça ainda mais a visão de que na *Viaje al Río de la Plata* os nativos, independentemente do grupo a que pertencem e das características que possuem, são descritos como se fossem todos iguais.

Durante as descrições dos combates efetuados pelos europeus contra alguns nativos inimigos, Schmidl relatou que recebeu de seu comandante diversos prisioneiros para trabalharem sob seu comando: “*también en esta entrada hemos ganado hasta doce mil personas entre hombres, mujeres y niños, que debieron ser nuestros esclavos, así que yo por mi parte he conseguido para mi unas cincuenta personas*” (SCHMIDEL: 1938, p. 162). O ataque acima citado contra um grupo indígena considerado inocente também resultou em vários escravos para o cronista: “*Así yo traje para mi botín en ese tiempo más de diez y nueve personas, entre hombres y mujeres que no eran muy viejas, pues yo no he mirado*

por las gentes viejas, sino buscado siempre las gentes jóvenes” (SCHMIDEL: 1938, pp. 142 – 143).

Contudo, Schmidl deixou em seu relato algumas lacunas referentes à escravidão dos nativos. Apesar de indicar várias vezes que obteve indígenas após os conflitos com os grupos rivais, o cronista nunca descreveu o que ocorreu posteriormente com eles. Em outras passagens, o autor, que antes denominava os nativos que o acompanhavam como guias, passou a chamá-los de escravos. Podemos citar como exemplo o trecho em que Schmidl descreveu o período que passou na cidade de Lisboa, onde há a indicação de que dois escravos “*que yo había traído conmigo desde la tierra*” acabaram morrendo (SCHMIDEL: 1938, p. 180). Não é possível estabelecer se os índios sob seu comando foram vendidos, utilizados como mão-de-obra na agricultura ou em outras expedições. A única indicação encontrada não provém da obra de Schmidl, mas sim do comandante espanhol Juan Salazar, que viveu vários anos entre os portugueses e escreveu uma carta, já citada no capítulo anterior, onde relatou que um alemão denominado “Uz” chegou ao porto de São Vicente trazendo consigo alguns escravos da região do Prata como forma de pagamento para sua viagem de volta à Baviera.

Os manuscritos da *Viaje al Río de la Plata* apresentam diferenças em relação à forma como Schmidl descreveu a escravidão indígena. O original de Stuttgart indica que o cronista levou para Lisboa “*dos esclavos o indios*” (SCHMIDEL: 1938, p. 180), porém, no de Munique não há essa equivalência entre índio e escravo, havendo apenas a referência a “*dos indios que traía yo conmigo*” (SCHMIDEL: 1903, p. 290). Segundo W. Kloster e F. Sommer tais confusões e omissões poderiam ser algo feito intencionalmente pelo próprio cronista, uma vez que havia no século XVI uma grande preocupação em ocultar o comércio e a manutenção de escravos⁵⁹. Por outro lado, Edmundo Wernicke afirmou que isso ocorria porque, assim como todos os outros europeus que viajavam ao Novo Mundo, Schmidl via indígenas e escravos como sinônimos: “*para todos los conquistadores del Plata la voz de ‘indio’ era sinónimo de ‘esclavo’, como ‘esclavería’ indicaba la ‘tribu’*” (SCHMIDEL: 1938, p. 180). Ambos os argumentos não se sustentam, uma vez que o autor deixou claro

⁵⁹ Segundo esses autores, o comércio de indígenas entre a região do Prata e a América Portuguesa era intenso no período: “[Domingo Martinez de Irala] costumava vender índios aprisionados, oferecendo-os também em pagamento de compromissos, o que talvez se verificasse também no caso de Ulrico Schmidl, ao ter ele de abandonar o serviço militar” (KLOSTER & SOMMER: 1942, p. 26).

em sua obra que possuía índios – o que exclui a possibilidade de que ele tenha omitido propositalmente tais passagens – e que as expedições não estavam autorizadas a escravizarem os nativos indiscriminadamente, mas sim apenas depois do terceiro perdão real.

Esta passagem nos remete novamente para a questão da autoria da *Viaje al Río de la Plata*. Em alguns aspectos, como as questões sobre a humanidade ou não dos indígenas e sua utilização como mão-de-obra escrava, os manuscritos acabam apresentando posições diferentes e, em certos momentos, até opostas. No entanto, ambas são atribuídas a Schmidl. O agrupamento de uma série de escritos sob um nome próprio foi analisado por Michel Foucault em sua obra *O que é um autor?*. Para ele, a utilização de um nome próprio para designar um autor funciona como uma descrição, mas também como uma designação: “um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, opô-los e também faz com que os textos se relacionem entre si” (FOUCAULT: 1992, pp. 29 – 87). Dessa forma, podemos observar que a existência de informações conflitantes nos diferentes manuscritos da crônica de Schmidl nos permite, por um lado, analisar como sua obra foi lida e, em alguns casos, modificada, mas, por outro, dificulta afirmações categóricas como “a” visão que o cronista possuía sobre os indígenas.

A visão presente na *Viaje al Río de la Plata* que, apesar de deixar claro a existência de ordens reais regulando o contato com os índios, chega, em certos trechos, a igualá-los a escravos, está relacionada com as idéias que o autor possuía sobre as possibilidades de conversão dos habitantes do Novo Mundo. Ao longo de toda sua obra, Schmidl buscou nos indígenas elementos que pudessem reforçar sua humanidade, entretanto, em alguns momentos, há uma inversão nos significados destes elementos, que passam a serem usados como justificativas para a “guerra justa” e a escravidão. Tal alternância fica evidente através das passagens em que o cronista abordou a antropofagia que, como veremos adiante, serviu, ao mesmo tempo, como prova da humanidade e da bestialidade dos indígenas.

Antropofagias e Canibalismos

Elemento muito citado pelos relatos medievais de viajantes que descreviam as terras e os povos do Oriente, a prática de ingestão de carne humana foi intensamente abordada pelos europeus que vieram ao Novo Mundo. Segundo Manuela Carneiro da Cunha: “os canibais são, na verdade, um fantasma, uma imagem, que flutua por muito tempo no imaginário medieval sem lograr ser geograficamente atribuído” (CUNHA: 1990, p. 98). “Encontrados” em diversas partes do continente, estes seres despertavam muito interesse entre os viajantes que, diante deles, reagiam de modo ambíguo em seus relatos. Ao mesmo tempo em que se ressaltava a “barbaridade” dos indivíduos que praticavam tal ato (comendo partes dos corpos de seus parentes ou dos prisioneiros de guerra), havia também, como nas crônicas de Schmidl e de Jean de Léry, uma aproximação com elementos da cultura européia, o que o tornava mais compreensível e, de certa maneira, menos bárbaro para seus leitores.

A temática do canibalismo permaneceu atraindo o olhar dos europeus, o que resultou em uma extensa bibliografia sobre o assunto⁶⁰. Nas últimas décadas, este debate intensificou-se, principalmente após a publicação, em 1979, do polêmico *The Man-eating Myth* do antropólogo norte-americano William Arens. Antecedido por autores como Marvin Harris, que apontavam fatores nutricionais como a principal causa para a existência do canibalismo em alguns povos⁶¹, Arens defendeu que não há registros confiáveis que indiquem esta prática em nenhuma sociedade: “*no he logrado descubrir documentación adecuada sobre el canibalismo como costumbre en ninguna forma de ninguna sociedad*”. Dessa forma, “*dudo de la existencia efectiva de esse acto como práctica aceptada en cualquier tiempo o lugar*” (ARENS: 1981, p. 28 e p. 17).

Partindo da análise de algumas obras que considerava “simbólicas” (como as *Duas Viagens ao Brasil* de Hans Staden), Arens buscou estudar criticamente as fontes do canibalismo e questionar por que essa prática foi “encontrada” desde a pré-história em diferentes regiões do mundo (América, África, Nova Guiné) sem o que ele considera ser uma “documentação adequada”. É importante ressaltarmos que, apesar de sua enfática crítica às “provas”, ele não negou a possibilidade de que alguns seres humanos tenham se

⁶⁰ Para um panorama das produções recentes sobre o canibalismo nas disciplinas de Antropologia, Crítica Literária, Análise do Discurso e História ver (LUZ: 2003, pp. 3 – 23).

⁶¹ Harris, em seu livro *Canibais e Reis*, retomou as teses defendidas por Michael Harner que apontavam a suposta falta de outras fontes de proteínas animais como a principal explicação para a existência do canibalismo entre os astecas.

alimentado de carne humana. O autor aceita a possibilidade de que em situações de fome extrema algumas pessoas tenham praticado o canibalismo, entretanto, a escassez de relatos indicaria que, em todos os tempos, *“la mayoría ha sentido que la prohibición de comer carne humana es un ‘prejuicio civilizado’, y ha encontrado la pérdida de la vida más tolerable que la antropofagia”*. Assim, mesmo que teoricamente possível, as evidências não mostram que tal prática foi alguma vez *“un rasgo cultural prevaleciente”* (ARENS: 1981, p. 127 e p. 164). Dessa forma, o fenômeno universal seria a idéia do “outro” como canibal, não o canibalismo, e a pergunta que deveria ser feita não é por que se consome carne humana, mas sim por que cada grupo, invariavelmente, supõe que os demais o fazem. Com isso, o problema passa a ser a explicação de um aspecto singular de um sistema de pensamento geral, antes que um costume observável. A idéia de que há sociedades canibais, como o próprio título da obra deixa claro, se trataria, na realidade, de um “mito”: *“porque tiene una existencia independiente, sin relación alguna con la realidad histórica, y segundo, contiene y transmite mensajes culturales significativos para quienes la mantienen”* (ARENS: 1981, p. 164).

A partir destas questões, Arens fez uma reflexão sobre os métodos utilizados pela pesquisa antropológica e afirmou que, no caso do canibalismo, a disciplina não manteve *“las pautas habituales de rigor documental e intelectual”*. Para o autor, haveria uma confusão entre “alegorias e descrições”⁶²: a idéia de canibalismo é anterior e independente das evidências. Os antropólogos que abordaram o tema sempre o situaram no passado (antes do contato com os europeus, antes da conversão ao cristianismo), o que não se trataria de uma tentativa de enganar o leitor, mas sim a evidência da profunda crença na existência desta prática entre os autores, que não perceberam as “distorções” que estavam cometendo. Com isso, Arens afirmou que chegou à difícil conclusão de que à antropologia interessa manter fronteiras culturais essenciais e reforçar conclusões subjetivas sobre a oposição entre o civilizado e o selvagem, e defendeu uma “revisão do canibalismo”, que, simultaneamente, levaria a uma “confrontação com alguns supostos antropológicos básicos sobre a natureza humana” (ARENS: 1981, p. 41 e p. 16).

⁶² Arens citou como exemplo a história de *João e Maria*. O fato dela conter uma bruxa canibal não significaria que havia canibalismo “na realidade” (ARENS: 1981, p. 136).

Considerado como um “divisor de águas” por Guilherme Amaral Luz, o livro de Arens recebeu inúmeras críticas de autores como Pierre Vidal Naquet, Marshall Sahlins e Marcel Gauchet, que incluiu o antropólogo em um movimento por ele denominado de “inexistencialismo” (que nega eventos como o Holocausto⁶³). Contudo, seus argumentos também foram defendidos e aprofundados por autores como Gananath Obeyesekere⁶⁴ e Neil Whitehead, que, apesar de defenderem suas idéias e rebaterem as críticas feitas por autores como Frank Lestringant⁶⁵, indicou que o antropólogo errou na aplicação de seus princípios às leituras de crônicas que descrevem o canibalismo praticado na região sul do Novo Mundo (WHITEHEAD: 2000, pp. 734 – 743).

Apesar de duramente criticada, a obra de Arens remete a questões cruciais sobre a busca por dados “etnográficos” em crônicas de viajantes, como as escritas por Schmidl, Staden e Léry. Seu interesse em invalidar toda e qualquer informação referente à ingestão de carne humana motivada por fatores culturais acaba obscurecendo um aspecto importante de sua obra: a problematização das fontes que, teoricamente, conteriam informações “confiáveis” sobre o canibalismo. É inegável a projeção no “outro” de costumes considerados bárbaros e a utilização dessas supostas características como justificativa para ataques, roubos e assassinatos. Entretanto, tal constatação, que, nas palavras de Arens, “distorceram” as descrições do canibalismo, não nos remete automaticamente à afirmação categórica de que tais relatos não conteriam nenhum aspecto “real” dos costumes indígenas. Dessa forma, durante a análise das passagens que descrevem índios comedores de carne humana presentes na *Viaje al Río de la Plata* e em outras crônicas do período, pretendemos articulá-las às intensas disputas religiosas que ocorreram na Europa do século XVI, e, também, a interesses políticos e econômicos, como a legitimação da exploração das terras do novo continente e a utilização de seus habitantes como mão-de-obra escrava. Seguindo Guilherme Amaral Luz, o objetivo é mais pensar os papéis do canibalismo como tópica do

⁶³ Em sua defesa da obra de Arens, Obeyesekere, apesar de indicar que as evidências sobre o Holocausto faltam ao canibalismo, tentou estabelecer pontos que os aproximariam: “*One might even say that the doctrines of the Holocaust and that of cannibalism exhibit in their differing ways not only the shadow side of Western civilization but also the shadow side of the modern, postmodern, and global world in which we live today*” (OBEYESEKERE: 2005, p. 3).

⁶⁴ Apesar de evidenciar seu débito às teses de Arens, Obeyesekere acredita que o canibalismo esteve presente em várias sociedades “*for the most part as kind of sacrament associated with human sacrifice*” (OBEYESEKERE: 2005, p. 2).

⁶⁵ Whitehead afirmou que Lestringant era “*ethnologically ill-equipped to recognize possibly significant aspects of the texts he discusses*” (WHITEHEAD: 2000, pp. 734 – 743).

discurso sobre a América do que tentar desvendar uma faceta das sociedades indígenas pré-coloniais (LUZ: 2003, p. 16).

Durante a leitura da crônica de Schmidl, percebemos que o autor estabeleceu critérios diferentes para as descrições da antropofagia praticada pelos indígenas e pelos espanhóis. Apesar de citá-la em diversos momentos de sua obra, o autor descreveu a prática entre os nativos apenas em duas passagens, quando abordou os períodos em que esteve entre os Cario e os Tupi:

“También los Carios han comido carne humana cuando nosotros vinimos a ellos; como la comen lo sabréis en lo que sigue. Cuando estos susodichos Carios hacen la guerra contra sus enemigos, entonces a quien de estos enemigos agarran o logran, sea hombre o mujer, sea joven o vieja, sean niños, los ceban como aquí en esta tierra se ceba un cerdo, pero si la mujer es algo linda, la conserva un año o tres. Cuando entonces esta mujer en un poco no vive a gusto de él, entonces la mata y la come. (También) él hace una fiesta o gran función al igual como se hace allá afuera pero si es un hombre anciano o mujer vieja se la hace trabajar a éste en las rozas, ella debe hacer la comida para su amo” (SCHMIDEL: 1938, pp. 70 – 71).

“... los Tupís, estos comen sus enemigos, los unos a los otros (...) cuando vencen a su enemigo, entonces lo traen a su lugar, donde ellos están vecindados, como aquí en esta tierra se acompaña un casorio. (También) cuando se le quiere matar a él, al prisionero o esclavo, se le hace también lo mismo y se ofrece un gran festival, como se indico arriba. Y mientras este prisionero yace preso, se le da cuanto él pide mientras está prisionero, sea una mujer, para que tenga que hacer con ellas, esa se le da o cualquier comida, la que su corazón desea, hasta que llegue la hora en que él debe morir” (SCHMIDEL: 1938, pp. 169 – 170).

Segundo Zinka Ziebell, Schmidl foi, de certa forma, obrigado a descrever o canibalismo Tupinambá, por esse ter sido um tema que, após a edição das *Duas Viagens ao Brasil*, teria se tornado um “topos literário”. A inclusão deste tema atuaria de duas formas “tanto como prova de autenticidade do que relata, pois seria pouco fidedigno um relato sobre a América publicado após o sucesso editorial de Hans Staden que não mencionasse os Tupinambás, ou melhor, o canibalismo, e a segunda, implícita na primeira, por tino comercial ou por oportunismo” (ZIEBELL: 2002, p. 265). Com isso, nos outros trechos da

crônica em que a antropofagia indígena foi abordada, ela foi descrita pelo autor como uma prática corriqueira e, em alguns momentos, até natural. Durante um ataque aos Cario há apenas a indicação de que “*también han perecido en este mismo tiempo por el Cario hasta unas veinte personas y éste los ha comido*” (SCHMIDEL: 1938, p. 55). Tratamento semelhante ocorreu durante a descrição da viagem que Schmidl fez ao porto de São Vicente acompanhado por alguns espanhóis e portugueses. Segundo o autor, dois de seus companheiros foram atraídos pelos indígenas para dentro de seu povoado com a promessa de que receberiam água e alimentos em abundância: “*no quisimos marchar con ellos. Así les prometimos los aguardaríamos, como lo hicimos, pero los sobredichos dos compañeros, ni bien pudieron llegar al pueblo, fueron muertos y comidos*” (SCHMIDEL: 1938, pp. 170 – 171).

Através das passagens acima citadas, observamos que Schmidl, ao descrever a antropofagia dos nativos, buscou aproximar esta prática do universo de seus leitores. Isso ocorre na crônica por meio da utilização de recorrentes comparações com elementos da cultura alemã⁶⁶: os indígenas capturados nas guerras são levados para os povoados “*como aquí en esta tierra se acompaña un casório (Hochzeit)*”, são engordados “*como aquí en esta tierra se ceba un cerdo*”, e depois são mortos e comidos em uma “*fiesta o gran función al igual como se hace allá afuera*”. Tais comparações acabam diminuindo o choque dos leitores diante desta prática, o que, segundo Ronald Raminelli, servia não apenas para integrar os indígenas ao cristianismo, mas também, como veremos adiante, como arma política: “atenuar o canibalismo índio servia como arma contra os católicos espanhóis” (RAMINELLI: 1996, p. 49).

A comparação da crônica de Schmidl com as *Duas Viagens ao Brasil* do também protestante “alemão” Hans Staden⁶⁷ é interessante a esse respeito. Durante a descrição de

⁶⁶ Segundo François Hartog: “para dizer o outro o viajante dispõe também da comparação. Com efeito, ela é uma maneira de reunir o mundo que se conta e o mundo em que se conta, passando de um ao outro. É uma rede que joga o narrador nas águas da alteridade: o tamanho das malhas e a montagem da trama determinam o tipo de peixe e a qualidade das presas, constituindo o próprio ato de puxar a rede um modo de reconduzir o outro ao mesmo (...) Na narrativa de viagem, funcionando como tradução, a comparação estabelece semelhanças e diferenças entre ‘além’ e ‘aquém’, esboçando classificações. Para que a comparação tenha efeito convém que o segundo termo pertença ao saber compartilhado pelas pessoas a quem se dirige o viajante” (HARTOG: 1999, p. 240).

⁶⁷ Natural da Hésia, região da Alemanha fortemente marcada pelas guerras entre católicos e protestantes, Staden, assim como Schmidl, não apontou a sua religião em sua obra. Contudo, algumas indicações são dadas através do prefácio das *Duas Viagens ao Brasil* escrito a pedido do cronista pelo professor protestante Johann Eichmann (Dryander), que mostra o catolicismo como algo do passado. Nele, o autor afirmou que Staden

suas passagens pelo Novo Mundo, Staden fez inúmeras aproximações entre o comportamento dos nativos, a flora e a fauna americanas com sua terra natal. Dessa forma, os veados da América são comparados com os da Hécia (local onde o cronista nasceu), os morcegos são “maiores do que aqui na Alemanha”, os pajés são respeitados pelos nativos “como aqui se consideram os adivinhos”, seus cortes de cabelo se assemelham às tonsuras utilizadas pelos monges europeus⁶⁸, entre outras associações (STADEN: 1974, p. 189, p. 173 e p. 193). Contudo, as comparações cessam totalmente durante as descrições do ritual antropofágico praticado pelos Tupinambá. Para o autor, não há como comparar este costume bárbaro (que não seria fruto da fome, mas sim da hostilidade e do ódio entre os grupos indígenas inimigos), do qual ele próprio quase foi vítima, com os dos europeus (STADEN: 1974, p. 176).

A descrição do canibalismo indígena feita por Schmidl diferencia-se da de Staden também em outros aspectos. Enquanto o soldado bávaro privilegia em sua narração os aspectos rituais, dedicando maior atenção ao período que antecede ao “banquete” de carne humana (como são capturados os inimigos, o tratamento diferenciado dado aos prisioneiros – jovens, velhos ou mulheres –, como é o cativo, quanto tempo ele dura), a obra de Staden descreve detalhadamente a preparação e a ingestão dos corpos dos prisioneiros⁶⁹, intensificando os aspectos bestiais desta prática⁷⁰: “... golpeia o prisioneiro na nuca, de modo que lhe saltam os miolos, e imediatamente levam as mulheres o morto, arrastam-no

escreveu sua obra para louvar e agradecer a Deus por ter escapado dos infortúnios passados na América e indicou que “muitos antigamente assim agiram, conforme ao rito católico, dirigindo-se a algum Santo, prometendo-lhe uma romaria ou uma oferenda, se ele os auxiliasse em sua dificuldade” (STADEN: 1974, p. 35). No século XX, Manuel de Abreu Campanário afirmou, em uma pequena biografia do cronista, que ele era luterano. (CAMPANÁRIO: 1980, p. 144).

⁶⁸ Outros autores também apontaram semelhanças entre o cabelo dos indígenas e o dos religiosos. Jean de Léry, ao descrever os Tupinambá, afirmou que eles “têm pelos como nós, mas apenas lhes repontam pelos em qualquer parte do corpo, mesmo nas pálpebras e sobrancelhas, arrancam-nos com as unhas ou pinças que lhes dão os cristãos (...) Entretanto, os nossos tupinambás excetam os cabelos, que nos homens são desde a juventude tosquiados bem rente na parte superior e anterior do crânio, como uma coroa de frade, e na nuca à moda dos nossos antepassados ou dos que deixam crescer a cabeleira aparando os pelos do pescoço” (LÉRY: 1980, p. 112). Diego Durán também escreveu sobre a semelhança. Segundo Tzvetan Todorov: “Durán conta que uma certa forma de tonsura, ligada às práticas pagãs, era tomada por uma homenagem aos monges, por ser parecida com a sua. ‘Esforçava-me em acreditar nessa explicação, dada em tão santa simplicidade, mas devo admitir que na realidade ela provém de sua extrema ignorância e de sua não compreensão das palavras dos índios’” (TODOROV: 1993, p. 200).

⁶⁹ O que não significa que Staden silencie sobre os ritos anteriores à antropofagia. Pelo contrário. O autor também os descreve, inclusive inserindo trechos em língua indígena do diálogo que havia entre a vítima e seu algoz.

⁷⁰ Os aspectos bestiais de sua descrição foram reforçados ainda mais pelas xilogravuras que acompanhavam a primeira edição de sua crônica.

para o fogo, raspam-lhe toda a pele, fazendo-o inteiramente branco, e tapando-lhe o ânus com um pau, a-fim-de que nada dele se escape. Depois de esfolado, toma-o um homem e corta-lhe as pernas acima dos joelhos, e os braços junto ao corpo. (...) Separam após as costas, com as nádegas, da parte dianteira. Repartem isto entre si. As vísceras são dadas às mulheres. Fervem-nas e com o caldo fazem uma papa rala, que se chama mingau, que elas e as crianças sorvem. Comem essas vísceras, assim como a carne da cabeça. O miolo do crânio, a língua e tudo o que podem aproveitar, comem as crianças” (STADEN: 1974, pp. 182 – 184)⁷¹.

As diferenças entre as descrições feitas por Schmidl e Staden estão relacionadas às dúvidas sobre a religiosidade dos nativos. Ambos os autores procuraram em suas crônicas por elementos que pudessem ser identificados com a Europa e que, devido a esta semelhança, confirmariam a possibilidade de conversão dos habitantes do Novo Mundo. Serge Gruzinski apontou que este procedimento era recorrente nos cronistas do período que abordavam os aspectos religiosos dos indígenas. O autor afirmou também que essa busca era balizada por uma concepção pré-estabelecida e única de religião: “[um] modelo subjacente universal e intemporal, embora definido no Ocidente, chamado de religião, composto de referências idênticas e independentes das épocas, regiões e sociedades” (GRUZINSKI: 2001, p. 43). Entretanto, enquanto Schmidl encontrou estes traços em alguns dos costumes nativos (como a antropofagia), Staden considerou a ingestão de carne humana uma prova da ignorância desses povos⁷². Para ele, a “semente cristã”⁷³ estaria presente nos antigos relatos dos nativos, que seriam fruto de um contato anterior com o

⁷¹ Como visto acima, as *Duas Viagens ao Brasil* foi a primeira descrição do canibalismo analisada por William Arens. Segundo o autor, Staden ficou muito pouco tempo entre os nativos para “ver todo o processo”. O antropólogo também colocou em dúvida a autoria da crônica, apontando o auxílio do professor Dryander e afirmando que o soldado, no máximo, “supervisionou o texto e as imagens”. Ao analisar outros relatos que também descrevem o canibalismo entre os Tupinambá (como Knivet, Léry e Thévet), Arens afirmou que “*el plagio es la explicación más sencilla y más probable de la unanimidad de los cronistas*” (ARENS: 1981, pp. 29 – 36).

⁷² Staden, após uma longa e detalhada descrição do ritual antropofágico Tupinambá, fez observações sobre as limitações intelectuais desses indígenas. O cronista inseriu um parágrafo aparentemente “deslocado” em seu texto, mas que nos permite visualizar como o autor encarava essa prática. Após narrar todo o processo de execução dos prisioneiros e afirmar que “tudo isso eu vi, e assisti”, o autor concluiu o capítulo 29 de seu segundo livro (“Solenidades dos selvagens por ocasião da matança e devoramento dos seus inimigos. Como executam estes e como os tratam”) com uma observação a respeito do sistema de contagem utilizado pelos nativos: “Os selvagens não sabem contar além de cinco. Quando querem contar para diante mostram os dedos da mão e do pé, e quando falam de um número grande, mostram os de quatro ou cinco pessoas” (STADEN: 1974, p. 185).

⁷³ Termo utilizado por Jean de Léry para confirmar a possibilidade de introdução da “verdadeira fé” na América.

cristianismo e apresentavam resquícios das histórias bíblicas (os Tupinambá narram a morte de seus antepassados em um grande alagamento, que, segundo o cronista, “deve ter sido o dilúvio”): “Perguntei-lhes muitas vezes de onde haviam tirado esse penteado [semelhante ao dos monges], e responderam que seus antepassados o haviam visto em um homem que se chamava Meire Humane, e havia feito muitas maravilhas entre eles. Têm-no por um profeta ou apóstolo” (STADEN: 1974, p. 174 e p. 167).

Retornando à obra de Schmidl, percebemos que as aproximações feitas pelo cronista entre algumas práticas indígenas e elementos da cultura alemã não se restringem à antropofagia. Ela ocorre também em outros trechos da *Viaje al Río de la Plata*, como nas descrições dos índios Yapuris e Guatatas. Segundo o autor, ambos possuem o costume de atacar seus oponentes utilizando como arma “*palitos*” muito afiados “*tan largos como un buen jeme y adelante en la punta un largo y ancho diente de pescado, que en español se llama palometa*”. Quando a vitória parece estar assegurada esses dois grupos aliados largam suas outras armas e correm atrás de seus inimigos para decepar-lhes as cabeças: “*cuando tal escaramuza se ha terminado y él tiene tiempo en el día o en la noche, toma él la cabeza y la desuella en derredor de las frentes y en derredor de las orejas y toma esa piel junto con el cabello y la reseca prolijamente y cuando está reseca, coloca él esta piel sobre una vara delante de su casa o donde él entonces habite, para recuerdo, como aquí en esta tierra se acostumbra que los alféreces u otros hombres de guerra tienen un pendón lo colocan en la iglesia. Así guardan los indios esa piel para un recuerdo*” (SCHMIDEL: 1938, p. 128).

Como visto acima, as referências utilizadas por Schmidl ao descrever estes costumes indígenas muitas vezes estão relacionadas com o universo religioso dos europeus, como as cerimônias de casamentos e os “pendões” pendurados diante das igrejas da região sul da Alemanha. O autor, que silencia durante toda sua obra sobre os aspectos religiosos dos nativos, quando se depara com o canibalismo ou com os rituais de execução dos prisioneiros inimigos decide associá-los a elementos de sua religião⁷⁴. Não ocorre nessas

⁷⁴ Procedimento semelhante ocorre na obra de Las Casas. Segundo Tzvetan Todorov, o dominicano buscou atenuar o caráter bárbaro dos sacrifícios humanos através de aproximações com o catolicismo: “Las Casas quer tornar o sacrifício humano menos estranho, menos excepcional para o espírito de seu leitor, e lembra que esse sacrifício não está totalmente ausente da própria religião cristã (...) de modo análogo, no capítulo anterior, Las Casas reconciliava seu leitor com a idéia do canibalismo, contando casos em que espanhóis,

aproximações uma comparação que François Hartog denomina de “elementar”, mas sim uma tentativa de tradução baseada em uma mudança de registro: “Com efeito, quando o primeiro termo não tem equivalente direto no mundo em que se conta ou quando o mundo em que se conta não pode funcionar diretamente como referência, a tradução deve então tornar-se transposição”⁷⁵ (HARTOG: 199, p. 241). Mesmo sabendo que a antropofagia e os rituais indígenas eram práticas que fascinavam, mas que, simultaneamente, chocavam seus leitores europeus, Schmidl decidiu aproximá-los de aspectos de sua religião. A utilização das comparações visava não apenas traduzir os costumes, mas também torná-los menos “estranhos” e, de certa forma, menos “bárbaros” para seu público leitor europeu⁷⁶: “uma parte do mundo que parecia inteiramente *outro* é reduzida ao *mesmo* pelo efeito da decalagem que desloca a estranheza para dela fazer uma *exterioridade* atrás da qual é possível reconhecer uma *interioridade*, a única definição do homem” (CERTEAU: 1982, p. 221). Dessa forma, o cronista fez questão de enfatizar, apenas algumas linhas antes de descrever como os Cario matam e comem os corpos de seus prisioneiros, que eles andam completamente nus “*como Dios el Todopoderoso los ha creado*” (SCHMIDEL: 1938, p. 70).

Comportamento semelhante ao seguido por Schmidl em suas descrições do canibalismo indígena foi adotado por Jean de Léry. O pastor protestante indicou mais de uma vez em sua obra que os nativos da América não possuem religião alguma: “com

impelidos pela necessidade, tinham comido o fígado, ou a coxa de um de seus compatriotas” (TODOROV: 1993, p. 186).

⁷⁵ Após citar uma passagem da obra de Heródoto em que o autor compara a corrida de mensageiros persas com as lampadoforias gregas, Hartog analisou a transposição: “Bem entendido, o serviço de mensageiros e as lampadoforias não são, de modo algum, a mesma coisa, mas Heródoto estima que um pode ajudar a fazer com que se veja melhor o que é o outro, valendo a pena, ainda que só por um instante, aproximá-los: as tochas que passam de mão em mão são como as notícias que se divulgam de mensageiro em mensageiro até o palácio real de Susa” (HARTOG: 1999, p. 242).

⁷⁶ O trecho em que Heródoto descreve o costume issedon de organizar banquetes canibais e idolatrar a cabeça de seus antepassados mortos aproxima-se da forma como Schmidl narra o canibalismo praticado pelos indígenas: “Eis um outro exemplo em que, graças à comparação, a alteridade de uma conduta, de início apresentada maciçamente, termina tornando-se inteligível: quando os issedons, povo da margem nordeste da Cítia, perdem seus pais, organizam um banquete canibal, no curso do qual comem o cadáver paterno misturado com carnes de animais; depois, conservam ‘a cabeça depilada, esvaziada, dourada e tratam-na como um objeto de culto, por ocasião dos grandes sacrifícios que oferecem todos os anos’. Aparentemente estamos num contexto muito pouco grego – e todavia a frase logo conduz a isso, pois precisa-se que os filhos prestam assim honra a seus pais, como (*katáper*) os gregos celebram o aniversário dos mortos (os *genésia*). Essas cerimônias e os *genésia* gregos não são a mesma coisa mas, de um ponto de vista funcional, desempenham o mesmo papel: uma é, na sociedade dos issedons, o que a outro é na sociedade grega” (HARTOG: 1999, p. 242).

referência à Religião, tal como a entendem os outros povos, é possível afirmar abertamente que esses pobres selvagens não têm nenhuma e vivem sem Deus. Cabe-lhes porém a circunstância atenuante de, confessando sua felicidade cegueira (embora não o façam com o intuito de redenção), não procurarem parecer diferentes do que são na realidade” (LÉRY: 1980, p. 48). O autor chegou inclusive a confessar que ficava confuso ao pensar na sentença de Cícero de que não havia povo, por mais bruto, bárbaro ou selvagem que fosse, que não tivesse idéia da existência de Deus⁷⁷. No entanto, durante toda sua crônica há a busca por elementos que pudessem indicar a humanidade e a possibilidade de conversão dos “homens naturais”. François Hartog afirmou que, em sua crônica, Léry vai estabelecendo “pouco a pouco que, entre ‘aquém’ e ‘além’, não são tanto as coisas que diferem, mas sua aparência, pois, no conjunto, a natureza humana é a mesma e só a língua é outra” (HARTOG: 1999, p. 252). Dessa maneira, o autor aproximou alguns costumes dos Tupinambá – a antropofagia entre eles – com elementos religiosos dos franceses, enfatizando que esta prática, que, a princípio, parece ser tão bárbara, era suplantada por algumas atitudes tomadas pelos próprios europeus. Após descrever como os índios comiam os cadáveres de seus inimigos, o autor afirmou que: “Poderia aduzir outros exemplos da crueldade dos selvagens com seus inimigos, mas creio que o que disse já basta para arrepiar os cabelos de horror. É útil, entretanto, que ao ler semelhantes barbaridades, não se esqueçam os leitores do que se pratica entre nós. Em boa e sã consciência tenho que excedem em crueldade aos selvagens os nossos usurários, que, sugando o sangue e o tutano, comem vivos viúvas, órfãos e mais criaturas miseráveis, que prefeririam sem dúvida morrer de uma vez a definhar assim lentamente (...) Não abominemos portanto demasiado a crueldade dos selvagens antropófagos. Existem entre nós criaturas tão abomináveis, se não mais, e mais detestáveis do que aquelas que só investem contra nações inimigas de que têm vingança a tomar” (LÉRY: 1980, pp. 203 – 204).

⁷⁷ “... vejo-me embaraçado em lhe dar razão. Pois além de não ter conhecimento algum do verdadeiro Deus, não adoram quaisquer divindades terrestres ou celestes, como os antigos pagãos, nem como os ídólatras de hoje, tais os índios do Peru, que, a quinhentas léguas do Brasil, veneram o sol e a lua. Não têm nenhum ritual nem lugar determinado de reunião para a prática de serviços religiosos, nem oram em público ou em particular. Ignorantes da criação do mundo não distinguem os dias por nomes específicos, nem contam semanas. Meses e anos, apenas calculando ou assinalando o tempo por lunações. Não só desconhecem a escrita sagrada ou profana, mas ainda, o que é pior, ignoram quaisquer caracteres capazes de designarem o que quer que seja” (LÉRY: 1980, p. 205).

Além de relativizar a antropofagia indígena, que seria menos condenável do que a existente na Europa, Léry incluiu diversas aproximações entre esta prática e o universo de seus leitores: os corpos dos prisioneiros são colocados em água fervente para que sua pele seja retirada “e o tornam tão branco como na mão dos cozinheiros os leitões que vão para o forno”; logo depois o cadáver é cortado em diversas partes, “e o espostejam com tal rapidez que não faria melhor um carnicero de nossa terra ao esquartejar um carneiro”; e, por fim, os filhos dos indígenas são esfregados com o sangue inimigo para que se tornem valentes guerreiros “assim como os nossos caçadores jogam a carniça aos cães para torná-los mais ferozes” (LÉRY: 1980, pp. 198 – 199). Frank Lestringant, ao analisar a *Viagem à Terra do Brasil*, evidenciou o impacto que estas comparações, utilizadas tanto por Léry quanto por Schmidl, tinham no público leitor: “no ato que mais deveria escandalizá-lo, o visitante vindo da Europa descobre uma desconcertante familiaridade (...) a antropofagia, à maneira de um simulacro, freqüenta as cozinhas da velha Europa” (LESTRINGANT: 1997, pp. 90 – 91).

Durante a análise da *Viaje al Río de la Plata*, notamos que, ao descrever os costumes dos nativos, Schmidl também buscava discutir questões como a sua humanidade. Héctor Hernan Bruit, em sua análise da obra do dominicano Bartolomé de Las Casas, afirmou que não eram apenas a Igreja Católica e a Coroa espanhola que debatiam tais temas: “questões como a situação político-jurídica dos índios foram discutidas pelas pessoas comuns, do espanhol médio até o pároco, passando pelos soldados que vieram para o continente” (BRUIT: 1995, p. 21). Dessa forma, fica evidente que Schmidl encontrou na antropofagia e em outros costumes “bárbaros” dos nativos os elementos que confirmariam a humanidade dos habitantes do Novo Mundo e, com isso, a possibilidade de conversão para a “verdadeira religião”.

Entretanto, em alguns trechos da crônica, a antropofagia praticada pelos nativos é utilizada de modo oposto: como prova de sua inferioridade e até de sua desumanidade. Ao descrever um ataque contra os Cario, Schmidl inseriu em sua narrativa a palavra “*kannibelesz*”⁷⁸, como uma maneira encontrada para justificar o massacre, o

⁷⁸ “... irrumpimos en la localidad y matamos a todos cuantos encontramos y cautivamos muchas de sus mujeres que nos fue una gran ayuda (...) También han matado y muerto en esta escaramuza a muchos de nuestros indios que habían marchado con nosotros, pero no ganaron mucho de nosotros, pues de su parte quedaron muertos hasta tres mil hombres de los *caníbales*” (SCHMIDEL: 1938, p. 103).

aprisionamento e a escravização destes indígenas. Da mesma forma, quando descreveu as traições e ataques realizados por alguns grupos inimigos, o autor passou a chamá-los de “*perros hambrientos*”. Através destas passagens, percebemos que o cronista, apesar de enxergar no canibalismo um aspecto que aproximava os nativos dos europeus e, por isso, uma prova de sua humanidade e da capacidade de serem cristãos, não acaba assimilando integralmente tal prática, que, em certos momentos, acaba sendo usada como forma de desqualificar o “outro”. Em alguns trechos de seu relato o autor esqueceu as associações e comparações e demonstrou seu repúdio: “O canibalismo não se deixa racionalizar tão facilmente, permanece sempre uma finíssima capa, uma parte inassimilável de horror na qual se condensa o inominável, à qual se cola a repulsa mais viva” (LESTRINGANT: 1997, p. 107). A alternância de Schmidl a respeito do canibalismo ocorria também nas crônicas de outros viajantes, segundo Stephen Greenblatt: “os europeus tinham um interesse simultâneo em preservar a diferença, mantendo com isso a possibilidade de uma troca econômica favorável – e apagá-la – podendo com isso cristianizar os nativos e obter intérpretes competentes” (GREENBLATT: 1996, p. 148).

Dessa maneira, na *Viaje al Río de la Plata* os indígenas são aproximados a elementos europeus, mas também condenados por seus atos bestiais, pois, assim, pode-se integrar os habitantes do Novo Mundo ao universo europeu e, simultaneamente, justificar os ataques, a exploração e a escravização dos bárbaros infiéis. Novamente, a postura de Schmidl se assemelha à adotada por Jean de Léry, que também abordou a aproximação/condenação dos nativos em sua *Viagem à Terra do Brasil*. Ao descrever uma pregação que realizou entre os Tupinambá, o pastor huguenote indicou que estes indígenas provavelmente tiveram um contato anterior com o cristianismo. Segundo o cronista, ao final da cerimônia um ancião nativo veio até ele e disse que a sua “arenga” o fazia lembrar das histórias narradas por seus avós: “há muito tempo, já não sei mais quantas luas, um *mair* como vós, e como vós vestido e barbado, veio até este país e com as mesmas palavras procurou persuadir-nos a obedecer a vosso Deus; porém, conforme ouvimos de nossos antepassados nele não acreditaram. Depois desse veio outro e em sinal de maldição doou-nos o tacape com o qual nos matamos uns aos outros” (LÉRY: 1980, p. 218). Já ao final de sua crônica, o autor citou também passagens da Bíblia e de algumas obras clássicas que

reforçariam o contato prévio dos nativos com a verdadeira religião⁷⁹: “Léry apresenta a proposta protestante de que a Revelação fora levada aos quatro cantos do mundo e que, portanto, as sociedades indígenas eram portadoras simplesmente de uma atitude negligente ao que já lhes fora ensinado anteriormente. (...) Para Léry, os índios são o resultado de uma tentativa fracassada dos apóstolos” (ZIEBELL: 2002, p. 196). Contudo, os contatos anteriores não confirmavam apenas a possibilidade de conversão dos habitantes do Novo Mundo⁸⁰, mas também que os índios não desconheciam, mas sim negavam o cristianismo. Após a recusa em adotar os preceitos religiosos defendidos pelo cronista, os nativos são castigados pelo que talvez seja o diabo, que os “presenteia” com as armas que serão utilizadas nos combates contra os grupos oponentes.

Através dessas passagens compreende-se melhor o comportamento ambíguo adotado tanto por Schmidl quanto por Léry diante da antropofagia indígena. Ambos encontraram nesta prática, indícios de uma “semente cristã”, o que transformaria os

⁷⁹ “Embora não aprove os livros fabulosos, devo ponderar que além da palavra de Deus e de tudo o que se escreveu acerca de suas viagens e peregrinações, Nicéforo refere, a propósito de S. Mateus, ter esse apóstolo pregado o Evangelho no país dos canibais, povo muito semelhante a estes brasileiros da América. Considero com melhor fundamento a passagem de S. Paulo sobre os apóstolos, no salmo 19: - ‘A sua voz percorreu toda a terra e suas palavras chegaram às extremidades do mundo’. Ora, se perustraram realmente países longínquos e desconhecidos, qual a inconveniência de acreditar-se que algum deles tenha estado na terra desses bárbaros? Isso seria até um esclarecimento para as palavras com que Cristo declarou que o Evangelho seria pregado em todo o mundo” (LÉRY: 1980, p. 219).

⁸⁰ Autores como Frank Lestringant defendem o argumento de que Léry não acreditava na possibilidade de conversão dos indígenas: “da condenação moral pronunciada por cada página da *História de uma viagem* contra uma Europa abastardada e perseguidora, esquecida da lei divina, não resulta, portanto, nenhum benefício direto para os homens do Novo Mundo. Pois o fracasso espiritual é patente. Pela má vontade de índios que se recusam a abandonar o velho homem para abraçar o Evangelho, a missão está comprometida desde antes do abandono militar da França Antártica do Brasil, em março de 1560. É por essa razão que Léry aparece, em definitivo, como um anticolonialista: sendo o índio inconvertível, como o mostrou o malogro da colônia francesa do Brasil, os espanhóis e os portugueses não têm nenhum direito de ocupar suas terras sob o pretexto de evangelização” (LESTRINGANT: 1998, p. 435). Para o autor, a visão do cronista estaria embasada na própria teologia protestante: “o mundo do pensamento de Lutero e, mais tarde, dos calvinistas não ultrapassa os limites da Europa, uma Europa amputada de sua parte meridional, idólatra e papista. Segundo essa concepção, o reino de Deus não poderia ser transportado de um continente a outro; e seria o ambiente da cristandade, tradicionalmente contida nos limites geográficos de uma Europa diminuída pela progressão turca, que surgiria com o fim da era. A tese implica um apocalipse de reabsorção e não um milenarismo migratório. Um tal modo de pensar eurocentrista teria presidido as tentativas huguenotes no Brasil”. Seguindo os argumentos de Lestringant, Zinka Ziebell apontou que, para Léry, o bom selvagem, na realidade, poderia ser um pouco melhor do que o mau católico, porém, jamais viria a ser um bom protestante: “nossa tese é que não há em Léry a intenção de sacralizar a história do índio, e sim a intenção de contar uma história de europeus eleitos num ambiente secular e hostil”. De acordo com a historiadora alemã, o fato de Léry ter descrito um contato anterior dos nativos com a palavra de Deus indicaria sua descrença na possibilidade de conversão: “uma Revelação que não logrou por negligência do selvagem faz dele um ser diferente, e a diferença faz com que não se possa projetar sobre ele desejos, expectativas ou mesmo a intenção de convertê-lo” (ZIEBELL: 2002, p. 213, p. 218 e p. 195).

habitantes do Novo Mundo em cristãos em potencial. No entanto, ao mesmo tempo em que eram incorporados ao universo religioso europeu, os nativos passavam a serem considerados pecadores, por acreditarem em ídolos e adivinhos e praticarem atos tão bárbaros como a ingestão de partes do corpo de seus inimigos, o que, para Schmidl, não só comprovaria a sua inferioridade como também justificaria sua escravização. Jean de Léry descreveu este comportamento com clareza em sua crônica ao afirmar que “embora os nossos americanos não o confessem francamente, estão na verdade convencidos da existência de alguma divindade; portanto, não podendo alegar ignorância não estarão isentos de pecados” (LÉRY: 1980, p. 209).

As aproximações estabelecidas por Schmidl entre o canibalismo praticado pelos indígenas e o cristianismo foram totalmente abandonadas quando o autor descreveu a fome enfrentada pela expedição durante a primeira fundação de Buenos Aires, onde alguns espanhóis comeram os cadáveres de seus companheiros que haviam sido condenados à forca por matarem um cavalo:

“... a más la gente no tenía qué comer y se moría de hambre y padecían gran escasez. (También) se legó al extremo de que los caballos no daban servicio. Fue tal la pena y el desastre del hambre que no bastaron ni ratas ni ratones, víboras ni otras sabandijas; también los zapatos y cueros, todo tuvo que ser comido. Sucedió que tres españoles habían hurtado un caballo y se lo comieron a escondidas; y esto se supo; así se los prendió y se les dio tormento para que confesaran tal hecho; así fue pronunciada la sentencia que a los tres susodichos españoles se los condenara y ajusticiara y se les colgara en una horca. Así se cumplió esto y se los colgó en una horca. Ni bien se los había ajusticiado y cada cual se fue a su casa y se hizo noche, aconteció en la misma noche por parte de otros españoles que ellos han cortado los muslos y unos pedazos de carne del cuerpo y los han llevado a su alojamiento y comido. (También) ha ocurrido entonces que un español se ha comido su propio hermano que estaba muerto. Esto ha sucedido en el año de 1535 en nuestro día de Corpus Cristi en la sobredicha ciudad de Buenos Aires” (SCHMIDEL: 1938, pp. 48 – 50).

Neste trecho da crônica, Schmidl alterou seu discurso. O autor, que desde o início da obra se incluía entre os integrantes da expedição, passou a falar apenas “deles” – os espanhóis. Outro aspecto que diferencia esta descrição das relacionadas à antropofagia praticada pelos indígenas é a ausência de comparações e aproximações com elementos

européus. Não há associação com o universo de seus leitores, mas sim condenação. Os soldados espanhóis, ao contrário de alguns grupos nativos, não ingeriram carne humana por razões rituais, mas sim pela grande escassez de água e alimentos enfrentada em Buenos Aires.

Manuela Carneiro da Cunha afirmou que os “canibais” e os “antropófagos”, termos que a partir dos *Ensaio*s de Montaigne foram se confundindo até se tornarem sinônimos, estabeleceram uma divisão fundamental durante grande parte do século XVI. Segundo a autora esta diferença não correspondia a critérios etnológicos, mas sim morais: “canibais são gente que se *alimenta* de carne humana; muito distinta é a situação dos tupi que comem seus inimigos por *vingança*” (CUNHA: 1990, p. 99)⁸¹.

Diversos cronistas do período deixaram evidente a existência dessa divisão em suas obras. André Thévet é um deles. O cosmógrafo de Henrique II fez uma separação entre os indígenas, estabelecendo que os maus eram os canibais “os mais cruéis e desumanos de todos os povos americanos, não passando de uma canalha habituada a comer carne humana do mesmo jeito que comemos carne de carneiro, se não até com maior satisfação” (*apud* CUNHA: 1990, pp. 99 – 100). Já os bons seriam os “Américas nossos amigos”, que comiam os inimigos por vingança e, nessa perspectiva, “guardam algo de um remoto comportamento humano” (*apud* LESTRINGANT: 1997, p. 75). Jean de Léry, ferrenho crítico da obra de Thévet, também estabeleceu esta divisão. O autor enfatizou em sua obra que havia uma diferença entre os hábitos dos Ouetaca (que adquiriram reputação de vampiros por comerem seus semelhantes para se alimentarem) e os dos Tupinambá, que faziam isso para se vingar: “não comem a carne, como poderíamos pensar, por simples gulodice, pois embora confessem ser a carne humana saborosíssima, seu principal intuito é causar temor aos vivos” (LÉRY: 1980, p. 200)⁸². Segundo Frank Lestringant: “[Léry] por

⁸¹ Peter Hulme adota outro critério de diferenciação entre os dois termos: “we make a distinction between cannibalism, which is essentially a fantasy that the Other is going to eat us, and anthropophagi, which is the actual consumption of human flesh” (*apud* OBEYESEKERE: 2005, p. 14).

⁸² A separação existente na crônica de Jean de Léry entre uma “boa” e uma “má” antropofagia fica evidente quando ele aponta que esta divisão ocorre mesmo entre os Tupinambá. O autor criticou as índias idosas, chamadas por ele de “velhas gulosas” que, diferentemente do restante da tribo, são ávidas por carne humana: “Todas as partes do corpo, inclusive as tripas depois de bem lavadas, são colocadas no moquém, em torno do qual as mulheres, principalmente as gulosas velhas, se reúnem para recolher a gordura que escorre pelas varas dessas grandes e altas grelhas de madeira; e exortando os homens a procederem de modo que elas tenham sempre tais petiscos, lambem os dedos e dizem: *iguatú*, o que quer dizer ‘está muito bom’” (LÉRY: 1980, p. 199).

um lado sistematiza a explicação pela vingança, por outro faz do ato de comer um uso alegórico, esvaziando-o de seu conteúdo carnal e elevando-o a um sentimento mais elevado” (LESTRINGANT: 1997, p. 104). Outra passagem em que Léry fez críticas ao canibalismo por razões alimentares é a descrição de sua viagem de volta à Europa. Após narrar a antropofagia indígena como algo, se não aceitável, pelo menos compreensível, o pastor huguenote afirmou que durante seu retorno os alimentos se esgotaram e os viajantes, após comerem o couro, as velas e os ratos da embarcação, chegaram a cogitar a prática do canibalismo⁸³. Contudo: “posso garantir agora que na nossa viagem só nos reteve o temor a Deus, pois mal podíamos falar uns com os outros sem nos agastarmos e o que era pior (perdoe-me Deus) sem nos lançarmos olhares denunciadores de nossa disposição antropofágica” (LÉRY: 1980, p. 265).

A divisão entre canibalismo e antropofagia fica ainda maior quando envolve o contato com os habitantes do Novo Mundo. Enquanto a prática entre os indígenas poderia indicar alguns traços de religiosidade – que poderiam ser substituídos pelo cristianismo –, entre os europeus ela indicaria o movimento inverso: um afastamento da religião, além de ser considerada um “mau exemplo” para os nativos. Ao invés de combaterem, eles estariam, em alguns casos, incorporando-a. Além de indicar a fé como impedimento ao canibalismo, Jean de Léry afirmou, ao descrever os rituais dos Tupinambá, que ele era ainda mais desumano quando praticado pelos europeus que viviam entre os nativos como ateus: “... quando nos convidavam a compartilhar seus banquetes, duvidavam de nossa lealdade se o recusávamos, o que sempre nos aconteceu, a mim e a outros, que graças a Deus não esquecemos a nossa crença. Com pesar sou, porém, forçado a reconhecer aqui que alguns intérpretes normandos, residentes há vários anos no país, tanto se adaptaram aos costumes bestiais dos selvagens que, vivendo como ateus, não só se poluíam em toda espécie de impudicícias com as mulheres selvagens, mas ainda excediam os nativos em

⁸³ “... depois de minha experiência compreendo melhor porque Deus ameaçou seu povo com a fome caso não lhe obedecesse e disse que faria com que o homem da mais branda índole se desnaturasse a ponto de lhe apeterem as carnes do próximo e até da própria esposa e filhos. Já narrei, na história de Sancerre, casos de pais e mães que comeram os próprios filhos e de soldados que depois de provar a carne dos mortos na guerra confessavam que a continuar a fome teriam investido contra os vivos” (LÉRY: 1980, pp. 264 – 265).

desumanidade, vangloriando-se mesmo de haver morto e comido prisioneiros” (LÉRY: 1980, pp. 200 – 201)⁸⁴.

Assim como em Jean de Léry, para muitos protestantes o canibalismo católico já estaria presente no próprio rito eucarístico. Ao analisar a *Viagem à terra do Brasil*, Frank Lestringant afirmou que a Eucaristia católica procede exatamente ao contrário do festim Tupinambá, que encerra um processo culinário “normal”, indo do vivo ao morto e do cru ao cozido, “transforma o cozido inicial (o significante pão) em um cru simbólico (a carne do Cristo vivo) (...) por meio dessa crítica da eucaristia pelo canibalismo dos Tupinambás, os calvinistas pretendem mostrar que a ‘heresia’ católica da Eucaristia é dupla: em primeiro lugar, porque se baseia na reversão antropófaga; em seguida, porque inverte essa mesma antropofagia, fazendo dela uma operação regressiva de retorno ao cru” (LESTRINGANT: 1998, p. 431).

As acusações de canibalismo feitas por autores como Schmidl e Léry foram combatidas por alguns escritores espanhóis. Escrita já no século XVII, a *Historia General* de Antonio de Herrera y Tordesillas – também conhecida apenas como *Décadas* – buscava dar uma resposta às críticas protestantes. Contudo, mesmo para ele, o canibalismo praticado pelos espanhóis durante a primeira fundação de Buenos Aires⁸⁵ era incompatível com a fé católica. Apesar dos homens, segundo Herrera y Tordesillas, terem sido “forçados” a tomar esta atitude desesperada, eles passaram a viver como “*alarbes*”. O *cronista mayor* indicou ainda que, ao ser informado do ocorrido, Carlos V ordenou o envio de seis franciscanos à região: “*por que se entendió que la extrema hambre que aquellos Castellanos habían padecido, los havia forzado á comer carne humana i que por temor de ser castigados se andaban entre los Indios, viviendo como alarbes, el Rey los perdonó, i mandó que los*

⁸⁴ Guilherme Amaral Luz descreveu a hierarquia que, para Léry, existiria entre os humanos que se alimentam de carne humana e a aproxima da diferenciação entre cru e cozido analisada por autores como Lévi-Strauss: “Na base da formulação da hierarquia de barbarismos apresentada teríamos uma interseção entre canibalismo e as transformações do cru em cozido, manifesta nas práticas de ingestão de carne humana pelos três grupos. O menos bárbaro dos grupos, neste caso, seria o dos Tupinambá, que comem a carne humana assada sobre o moqué, sendo algumas partes cozidas em panelas com farinha. O grupo intermediário e já muitíssimo bárbaro seria o dos temidos Goitacá, que comem a carne humana ainda crua, sem passar por qualquer culinária. O terceiro e mais bárbaro é o dos papistas, que desejam, através da eucaristia, realizar uma ‘cozinha inversa’, em que o pão cozido, símbolo da entrega sacrificial de Cristo, seria transformada novamente em cru, corpo de Cristo, e devorado” (LUZ: 2005, p. 126)

⁸⁵ “... *adonde hallaron que havia crecido tanto la necesidad que muchos tenían muertos, tres ó cuatro días a sus camaradas, por tomar sus raciones, diciendo que estaban enfermos, y otros comían carne humana, y dos hombres que ajusticiaron se los comieron de la cintura abajo*” (HERRERA Y TORDESILLAS: 1946, pp. 113 - 114).

recibiesen sin castigarlos por ello, teniéndolo por menor inconveniente, atenta la gran hambre, que á ellos los necesitó, que pasasen la vida sin oír los Divinos Oficios, ni hacer obras de Cristianos” (HERRERA Y TORDESILLAS, 1946, p. 303). Assim como Schmidl, o autor apontou que os espanhóis, ao tomarem tal atitude, ainda que contra a sua vontade, deixaram de agir como cristãos e passaram a ser um “outro” (para Schmidl, o espanhol, e para Herrera y Tordesillas, o árabe).

No entanto, estas acusações e aproximações com os costumes bárbaros dos nativos não eram feitas apenas pelos protestantes contra os católicos, o contrário também ocorria. Segundo Manuela Carneiro da Cunha o canibalismo foi um tema quase obsessivo durante o século XVI e serviu de “operador” para as grandes cisões do período. Para a autora “os casos de antropofagia alimentar e de crueldades inauditas durante as guerras de religião, na França⁸⁶ ou na conquista espanhola das Américas, são rememorados acusatoriamente por católicos e protestantes” (CUNHA: 1990, p. 108). Como exemplo católico deste procedimento, podemos citar as obras de dois clérigos: Pedro de Aguado e Giovanni Botero. Ao falar sobre os espanhóis que apoiaram os protestantes alemães na região venezuelana, o franciscano Aguado incluiu diversos “*exempla*” que retratavam, sobretudo, cenas de canibalismo praticado pelos europeus (BORJA GÓMEZ: 2002, p. 88). Em artigo dedicado a Botero, Laura de Mello e Souza indicou que para o jesuíta italiano a antropofagia era mais um emblema do que uma preocupação efetiva: “... as considerações sobre o Brasil não passam de pretexto para que o propagandista da fé católica exercite seu poder de fogo, exaltando os méritos e imprescindibilidade das missões enquanto põe a nu os horrores da Reforma, aproximando seus agentes dos gentios bárbaros que, do outro lado do Atlântico teimam em comer carne humana” (SOUZA: 1993, p. 64). Com isso, nota-se que as descrições do canibalismo que, segundo Ana Maria de Moraes Belluzzo eram “um símbolo privilegiado, capaz de promover a contraposição entre americanos e europeus, selvagens e civilizados, e o argumento por excelência do conflito entre conquistadores e conquistados” (BELLUZZO: 1994, p. 59), também eram utilizadas como “munição” nas disputas políticas e religiosas existentes na Europa do período.

⁸⁶ Peter Burke indica que a troca de acusações era recorrente na França do século XVI. Segundo o autor, católicos e protestantes se acusavam mutuamente de “porcos blasfemos que praticavam o canibalismo e o sexo promíscuo” (BURKE: 1989, p. 193). Frank Lestringant também cita poemas franceses do período que rimam “canibais” com “virtudes calvinais” (LESTRINGANT: 1997, p. 58).

João Adolfo Hansen indicou que as diferenças existentes entre o comportamento católico e protestante sobre a antropofagia indígena possuíam um forte componente teológico. Ao comparar a crônica de Jean de Léry (que oscilava “entre universalidade e convenção, pois não é católico e tendencialmente se abstém de julgar as abominações indígenas”) com os escritos jesuítas, Hansen afirmou que “a interpretação do selvagem feita por um huguenote francês e a de um jesuíta português são diversas e mesmo inimigas, quando se lembram os conflitos religiosos que agitam a Europa no século XVI. O huguenote acredita na predestinação e, de modo geral, abstém-se de julgar os indígenas, pois pode ser que a alma de um pecador já esteja salva. O padre jesuíta, por sua vez, defende a doutrina da luz da Graça inata reafirmada em Trento. Segundo ela, todos os homens são capazes de distinguir o mal do bem, o que permite adotar o ponto de vista da virtude e julgar como pecaminosas as práticas dos selvagens e a dos colonos interessados em escravizá-los” (HANSEN: 1998, p. 373).

A partir das afirmações e exemplos incluídos acima, observamos que as passagens da obra de Schmidl que abordam a ingestão de carne humana respondem não apenas a critérios etnográficos, mas, principalmente, a critérios religiosos, políticos e morais, uma vez que, nas palavras de Hansen: “as discussões quinhentistas sobre os indígenas não são antropológicas, mas teológicas. Deus é o fundamento metafísico do direito, da política e da ética que regulam a invasão e a conquista das novas terras” (HANSEN: 1998, p. 348). As diferenças de narrador e a utilização de comparações, entre outros elementos, visavam, mais do que retratar a “verdade” desta prática, estabelecer julgamentos morais. Para o cronista, a antropofagia indígena não impossibilitaria a sua conversão, o que fica evidente através da ênfase no caráter ritual desta prática, das associações com elementos da cultura e da religiosidade alemã, e da convicção de que os nativos são seres humanos. Já o canibalismo dos espanhóis, não apenas atenuaria a prática indígena como também seria uma evidência da decadência da Religião Católica e da impossibilidade de salvação dos nativos enquanto estivessem sendo comandados por esses homens.

Por fim, percebemos que Schmidl (e também Jean de Léry) conseguiu, através das descrições do canibalismo praticado em Buenos Aires e da antropofagia dos índios, simultaneamente, integrá-los ao universo europeu, criticar a atuação do catolicismo e dos espanhóis no Novo Mundo e estimular a colonização protestante, que deveria trazer a

verdadeira religião aos nativos – possuidores de todas as condições necessárias para serem convertidos.

Silêncios religiosos

Os julgamentos realizados por Schmidl acerca da humanidade e das possibilidades de cristianização dos habitantes do Novo Mundo acima expostos tornam-se ainda mais evidentes quando analisados em conjunto com as passagens em que o cronista descreveu a atuação dos representantes da Igreja Católica no sul da América. Não há na *Viaje al Río de la Plata* nenhum trecho que retrate as tentativas de catequização dos grupos nativos empreendidas pelos padres que acompanhavam os soldados espanhóis. Isso fica evidente quando o autor afirmou que os integrantes da expedição eram divididos em apenas dois grupos: “... *se repartió toda la gente; la que era para la guerra se empleó en la guerra; y la que era para el trabajo se empleó en el trabajo*” (SCHMIDEL: 1938, p. 48). O cronista deixou claro em sua obra que o “trabalho” não se referia à conversão dos indígenas, mas sim à agricultura e à construção de embarcações e edificações⁸⁷. Com isso, observamos que, ou Schmidl considerava os religiosos católicos como parte de uma das duas categorias – sem explicitar a inclusão em seu texto – ou simplesmente achava que a sua menção era irrelevante para os leitores.

É interessante ressaltarmos que durante a primeira metade do século XVI o Prata, quando comparado com regiões como o Peru e a Nova Espanha, recebeu uma quantidade reduzida de clérigos – franciscanos em sua maioria⁸⁸. Contudo, o pequeno número de

⁸⁷ Schmidl descreveu que durante uma viagem à ilha de Santa Catarina em busca de alimentos para os soldados que permaneceram em Buenos Aires, o navio onde estava não resistiu a uma tempestade e naufragou e seus tripulantes foram erroneamente considerados mortos pelo *adelantado*, que mandou “*leer para nosotros algunas misas para nuestras almas*”. No entanto, o autor, em nenhum momento, apontou a existência de igrejas no Prata.

⁸⁸ A ordem dos mercedários enviou os padres Juan Salazar e Juan de Almagro para acompanharem Pedro de Mendoza, em 1535 (dois anos depois, fundaram um convento em Asunción); Na mesma expedição vieram quatro monges jerônimos: “... *tres de ellos permanecieron atendiendo el culto de las cuatro primeras Iglesias erigidas, con techo de paja, en la nueva ciudad. Luego, destruídas éstas por el fuego*” (BORGES: 1992, p. 50 e p. 261); Sobre os dominicanos, Miguel Angel Medina afirmou que “... *los territorios de Chile, Tucumán y Río de la Plata contaron siempre con una endémica escasez de personal; teniéndose que contentar con los que eran enviados desde Perú o entraban a formar parte de la Orden en aquellos territorios. Las consecuencias de esta escasez obligaban, primero, a no dispersarse por las distantes regiones si quería mantener un mínimo de vida conventual en los conventos que se fundaban, segundo y en consecuencia, que*

padres não pode ser usado como justificativa para o silêncio do autor sobre o contato dos indígenas com o cristianismo. Silêncio este que fica evidente quando sua obra é comparada com outros relatos do período, como os *Comentários* de Cabeza de Vaca e as cartas do comandante Domingo Martinez de Irala. Ambos, como forma de justificar o pedido de mais religiosos à Coroa espanhola, enfatizavam a atuação dos poucos clérigos enviados à região que, mesmo diante de inúmeras dificuldades, estavam realizando um grande número de conversões.

Schmidl citou a existência de clérigos apenas em dois momentos de sua obra, sempre incluindo críticas às suas ações. Em ambos os trechos o cronista denominou os religiosos apenas como “sacerdotes” ou “clérigos”. Não há a inclusão de nenhum nome próprio, o que traz a idéia de generalização e unificação de seus comportamentos. A primeira menção ocorre durante a decisão tomada por alguns espanhóis de ordenar o assassinato do líder indígena Cherera-guazú: “*sucedió allí que un capitán que se llamaba Francisco Ruyz y Juan Pavón, también un sacerdote y un secretario que se llamaba Juan Hernández, convinieron y celebraron un consejo entre si, que ellos habían de matar al principal de los Timbús*” (SCHMIDEL: 1938, p. 87). Segundo o autor, esta decisão pôs fim a um longo período de paz entre os europeus e os Timbú. Outros autores do período, como Cabeza de Vaca, descrevem que os clérigos eram sempre consultados sobre os rumos da expedição e sobre o contato com os nativos para que as conversões fossem realizadas, já Schmidl indicou a influência dos padres apenas quando se tratava da errônea decisão de se decretar o assassinato de um indígena.

A segunda citação ocorre durante a descrição da chegada de Cabeza de Vaca, que, como visto no capítulo anterior, foi questionado por Schmidl em relação ao seu mérito para exercer tal posto⁸⁹ e criticado quanto aos rumos adotados pela expedição. De acordo com o cronista, o segundo *adelantado* se recusou a mostrar os documentos reais que legitimariam a transferência de comando: “*tal cosa no pudo sacar en limpio el común, pero los clérigos y dos o tres capitanes hicieron que él mandara*” (SCHMIDEL: 1938, p. 99). Já os

aquellos territorios contaron con pocos frailes educados en la observancia regular estricta, tal y como se vivía en España” (MEDINA: 1992, p. 307). Entre os franciscanos, podemos citar os freis Bernaldo de Armenta e Alonso de Lebrón, que foram pioneiros na conversão dos indígenas no sul da América e exerceram grande influência nos rumos tomados pelas expedições.

⁸⁹ Segundo Schmidl, Cabeza de Vaca não era capaz de comandar as expedições ao interior do continente porque era “*un hombre que en toda su vida había ni gobernado ni tenido un mando*” (SCHMIDEL: 1938, p. 121).

religiosos que combateram sua liderança, como os franciscanos Armenta e Lebrón – presos enquanto tentavam levar uma carta a São Vicente contendo denúncias sobre o seu governo – não são citados na *Viaje al Río de la Plata*. Apesar das fortes indicações em contrário⁹⁰, o autor apontou que a prisão e a expulsão do governador foram decididas apenas por “*nobles y villanos que celebraron un consejo y asamblea*” (SCHMIDEL: 1938, p. 124). Com isso, percebemos que Schmidl visava passar a imagem de que o clero apoiou exclusivamente Cabeza de Vaca, que é apresentado em sua crônica como um líder expulso por usurpar o poder, trair grupos indígenas aliados e maltratar os integrantes da expedição, em particular, os soldados.

Schmidl também omitiu as justificativas religiosas para a conquista e a colonização do Prata. Ao contrário de outros documentos do período (como as cartas de Domingo Martínez de Irala, que enfatizavam que as expedições eram realizadas para o benefício de “*Dios y de Su Majestad*”), o cronista afirmou que o único objetivo dos europeus na região era a obtenção de metais preciosos. Ao descrever o contato com os índios Jerús, ele afirmou que “*allí quedamos durante cuatro días y el rey preguntó a nuestro capitán sobre nuestro deseo e intención; entonces nuestro capitán contestó al rey que él quería buscar oro y plata*” (SCHMIDEL: 1938, p. 113). O contato com os Mbaya também é exemplar, os indígenas prometeram “*traer todo cuanto necesitáramos (...) Así regalaron a nuestro general cuatro coronas de plata que se colocan sobre la cabeza; también seis planchas hechas de plata, y las planchas son largas de un jeme y médio y anchas de médio jeme*” (SCHMIDEL: 1938, pp. 140 – 141). A busca por ouro só era deixada de lado quando a expedição se encontrava em perigo: a chegada aos Payono foi marcada pela grande escassez de alimentos, por isso “*no les preguntamos tampoco sobre oro ni plata a causa de las otras naciones que había mas adelante, para que no huyeren ante nosotros los cristianos*”; quando falta água, o autor afirma que a expedição “*no se preocupaba ni por oro ni plata ni por comida ni otros bienes mas, sino por el agua*”; (SCHMIDEL: 1938, p. 147 e p. 144).

⁹⁰ “*Parte del elemento eclesiástico existente en la Asunción tomó parte muy activa en la campaña de oposición que se hizo contra el segundo adelantado desde su llegada. Fray Bernaldo de Armenta, el p. Lebrón, el monje Cerrezuelo y otros clérigos, como Andrade, Martín González y Fonseca, fueron enemigos declarados de Alvar Núñez*” (RUBIO: 1942, pp. 210 – 211).

É interessante observarmos que outros autores protestantes do período, como Jean de Léry e Hans Staden, também silenciaram sobre a presença de clérigos na região e suas tentativas de converter os nativos. No entanto, isso não significa que o processo de catequização dos indígenas era irrelevante para esses autores. Pelo contrário. Não descrever a atuação da Igreja Católica mostraria o campo livre para a vinda de protestantes, além de reforçar a idéia de que os católicos não se preocupavam com a salvação dos índios. Isso fica evidente através das passagens presentes nas obras dos três cronistas onde os habitantes do Novo Mundo são descritos como seres humanos capazes de se tornarem cristãos e, em alguns casos, que até anseiam por sua salvação. Como visto acima, Schmidl encontrou em alguns costumes dos índios – como a antropofagia e o escalpelo dos inimigos mortos – elementos que poderiam ser associados à religiosidade alemã, já Hans Staden e Jean de Léry citaram lendas indígenas que comprovariam um contato com o cristianismo anterior à chegada dos europeus na América. Esta “semente religiosa” faria com que os nativos buscassem instintivamente sua salvação, bastando aos europeus mostrar-lhes o “verdadeiro” caminho. Ao combater o comportamento adotado pelos ateus franceses, Léry apontou como exemplo de conduta “nossos pobres brasileiros que, apesar de sua cegueira, admitem não só existir no homem um espírito que não morre com o corpo, mas ainda a felicidade ou a desgraça no outro mundo” (LÉRY: 1980, p. 209). Já Staden afirmou que os indígenas, mesmo antes de se encontrarem com os europeus, fazem fogueiras toda noite porque “não gostam de sair fora das cabanas, na escuridão (...) de tanto medo que têm do diabo, ao qual chamam Anhangá e acreditam muitas vezes ver” (STADEN: 1974, pp. 157 – 158).

A busca por elementos que comprovassem um contato anterior com o Deus cristão e o otimismo em relação à conversão dos indígenas também estão presentes em escritos de autores católicos, como Cabeza de Vaca, que afirmou em seus *Comentários* que os índios Guarani, apesar de antropófagos, “*con poco trabajo vernán en conocimiento de nuestra fe católica, como se ha visto por experiencia*” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA: 2000, p. 162). Clérigos católicos também descreveram a facilidade inicial com que os indígenas abandonavam seus antigos costumes bárbaros e aderiam ao cristianismo. Podemos citar

como exemplo as cartas do frei Martín Gonzalez, do franciscano Bernaldo de Armenta⁹¹ e do jesuíta Antonio Rodrigues⁹².

A partir dos autores acima citados, percebemos que havia um grande otimismo na região sul da América em relação ao processo de conversão dos indígenas nas primeiras décadas do século XVI, que seria determinada não apenas pela superioridade européia, mas também pela vontade divina⁹³. Porém, para os autores protestantes – e também para alguns católicos –, a verdadeira conversão ainda não estaria ocorrendo devido aos maus costumes adotados pelos espanhóis, que não apenas deixavam de combater os hábitos bárbaros dos grupos indígenas como chegavam a tolerá-los. Cabeza de Vaca afirmou que Irala e seus aliados, para “valerse” com os nativos, “*les dieron licencia para que matasen y comiesen a los indios enemigos de ellos, ya muchos de éstos a quien dieron licencia eran cristianos nuevamente convertidos (...) y dijéronles más, que el gobernador era malo, y que ahora,*

⁹¹ Armenta descreveu em carta (incluída por Jerônimo de Mendieta em sua *Historia Eclesiástica Indiana*), que quatro anos antes do contato com os europeus, um índio chamado Etiguara levantou-se e “falou por espírito de profecia, dizendo que em breve viriam verdadeiros cristãos, irmãos de São Tomé, a batizá-los. E mandava que não fizessem mal a nenhum cristão”. O padre afirmou que chegou à região pouco tempo depois da partida do profeta e, por isso, “o gozo que tiveram com a nossa vinda foi tão grande que não nos deixam repousar nem comer, de tantos que vieram receber o batismo. E faço logo os seus casamentos, fazendo com que fiquem com apenas uma mulher (...) são tão grandes as maravilhas que o senhor obra neles que não as saberia dizer nem bastaria papel para as escrever. Portanto, por aquele amor que Jesus Cristo teve com o gênero humano em querer nos redimir na preciosa árvore da cruz, pois todos os seus trabalhos foram para salvar e redimir as almas (e aqui há um grande tesouro delas), que Vossa Mercê tome esta empresa como sendo sua e fale a S. M. e com esses senhores do Conselho [das Índias] para que favoreçam obra tão santa, e o favor haverá ser que nos enviem uma dúzia de frades da nossa ordem de S. Francisco (...) que sejam como apóstolos” (MELLO: 2006, pp. 225 – 227).

⁹² Ex-soldado que participou com Schmidl de diversas expedições na região do Prata e ingressou anos depois na Companhia de Jesus, Rodrigues escreveu para seus irmãos de Coimbra sobre “os índios e o aparelho que têm para receber a nossa santa fé”. Ele afirma ainda que muitas almas se perdem “por falta de operários, que sem dúvida se os houvesse toda esta gente se converteria facilmente a nossa santa fé” (LEITE: 1937, p. 126 – 132). Laura de Mello e Souza descreveu essa carta como: “um relato curioso em que os europeus são ferozes, e bondosos os índios” (SOUZA: 1986, p. 62). O otimismo de Rodrigues em relação aos nativos permaneceu em suas cartas posteriores, onde o jesuíta apontou que a antropofagia era rapidamente abandonada: “*asta el gran Caquiriacum, comedor de carnes humanas, vino con nosotros mui contento i alegre*” (LEITE: 1954, pp. 386 – 387).

⁹³ O otimismo inicial entre os europeus foi se dissipando ao longo do tempo. Como exemplo podemos citar *La Argentina* de Ruy Díaz de Guzmán, que descreveu os indígenas como seres “*inconstantes y de poca lealtad*” (KARNAL: 2006, pp. 219 – 235). O trecho em que trata de uma serpente gigante que atacava os indígenas é exemplar. Enquanto Schmidl mostrava nesta passagem a ingenuidade dos indígenas – que não compreendiam o que estava ocorrendo – e a superioridade dos europeus, Guzmán a descreveu como um demônio idolatrado pelos nativos: “*dijeron los naturales que todos los de aquella comarca tenían a este monstruo en grande veneración y culto, porque el demonio hablaba dentro de él, y les respondía a todo lo que le preguntaban: sustentábase de carne humana para cuyo efecto movían guerra ente sí los indios comarcanos por coger cativos para su diario pasto. El infernal dragón ocupaba aquella engañada gente*” (DÍAZ DE GUZMÁN: 2000, p. 153).

que ellos mandaban les daban licencia para que lo hiciesen así como se lo mandaban” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA: 2000, pp. 282 – 283).

Em alguns momentos, os espanhóis chegaram até a praticar tais “barbaridades”, como o canibalismo ocorrido em Buenos Aires descrito por Schmidl, que também os retratou traindo grupos indígenas aliados. Já Jean de Léry foi mais enfático a esse respeito. Na dedicatória ao governador de Montpellier, Francisco de Coligny, o pastor huguenote afirmou que: “assim como o evangelho do filho de Deus foi de nossos dias pregado nessa quarta parte do mundo chamada América, se o empreendimento tivesse continuado tão bem quanto começou tanto o reino espiritual como o temporal aí se achariam enraizados nessa época e mais de dez mil súditos da nação francesa aí estariam agora em plena e segura posse para nosso rei” (LÉRY: 1980, pp. 32 – 33)⁹⁴.

Dessa forma, observamos que, apesar de possuírem pontos de vista diferentes e, muitas vezes, antagônicos, tanto nas obras de autores católicos quanto nas de protestantes acima citadas, os nativos são descritos como seres “amorfos” – incapazes de expressar suas vontades ou adotarem uma postura política diante dos acontecimentos (FREITAS NETO: 2003, p. 110). Apesar de possuírem algumas diferenças externas entre seus grupos, se trataria de seres fundamentalmente iguais: “é de se esperar que todos os índios, culturalmente virgens, páginas em branco à espera da inscrição espanhola e cristã, sejam parecidos entre si” (TODOROV: 1993, pp. 34 - 35).

Por fim, percebemos que o incentivo à colonização protestante e os ataques à atuação da Igreja Católica na região sul do novo continente estão presentes de diferentes formas na obra de Schmidl, tanto através de aproximações e críticas (como no caso da antropofagia indígena e do canibalismo espanhol), quanto dos silêncios sobre a presença e atuação dos clérigos e das justificativas religiosas para a conquista. Como ressaltamos na introdução, a estratégia de interpretação do autor é apenas uma dentre várias, dessa forma, ainda que as omissões, julgamentos e comparações não se constituíssem em críticas diretas do cronista à religião católica, elas acabaram permitindo este tipo de leitura. Este processo fica evidente através das ilustrações presentes em algumas edições da obra de Schmidl, publicadas entre os últimos anos do século XVI e o início do XVII. Nelas, editores

⁹⁴ Segundo Guilherme Amaral Luz, Léry acreditava que os Tupinambá só teriam a perder caso as tentativas de conversão feitas pelos católicos obtivessem êxito, já que são tidos como menos bárbaros do que eles” (LUZ: 2003, pp. 129 – 130)

protestantes, como Levinus Hulsius e Theodore de Bry, utilizaram o texto da *Viaje al Río de la Plata* – principalmente as passagens referentes à violência e ao canibalismo praticado pelos espanhóis – como ponto de partida para desferirem ataques à atuação dos católicos na América. Em suas ilustrações, os indígenas são representados como seres ingênuos que recebem os invasores com comida farta, música e dança para, pouco tempo depois, serem escravizados, torturados e assassinados. É sobre as relações entre a obra de Schmidl e o conteúdo das gravuras que a ilustraram que trataremos no capítulo subsequente.

Capítulo 3

Os índios tonsurados e os espanhóis canibais

“Não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler”

Roger Chartier

“Da mesma maneira que a palavra e o texto, a imagem pode, a seu modo, ser o veículo de todos os poderes e de todas as resistências. O pensamento que ela desenvolve oferece uma matéria específica, tão densa como o texto, mas que costuma ser irredutível a ele, o que não facilita nada a tarefa do historiador obrigado a atribuir palavras ao indizível”

Serge Gruzinski

Imagens do Novo Mundo

Após a análise da crônica de Schmidl, torna-se necessário abordarmos o estudo de suas edições, uma vez que, nas palavras de Roger Chartier: “não existe compreensão de um texto que não dependa das formas através das quais ele atinge seu leitor” (CHARTIER: 1994, p. 17). Mais especificamente, o presente capítulo irá analisar as ilustrações incluídas em algumas edições da *Viaje al Río de la Plata* feitas na região alemã, durante a última década do século XVI, pelas casas impressoras de Levinus Hulsius e Theodore de Bry,

ambos editores protestantes que a publicaram como parte de suas coleções de narrativas de viagens sobre o Novo Mundo.

A reunião de crônicas de diferentes autores e regiões em uma mesma coleção foi algo que se tornou recorrente ao longo dos séculos XVI e XVII. Zinka Ziebell apontou que: “as coleções de relatos de viagens testemunham a implantação de uma nova forma de organização do saber sobre o mundo que virá a superar a cosmografia e legitimar a função do relato de viagem como gênero” (ZIEBELL: 2002, p. 11). Tais compilações respondiam ao interesse do público leitor europeu⁹⁵ por notícias sobre terras distantes como as Índias Ocidentais e Orientais que, apesar de estarem há décadas em contato com as embarcações européias, ainda permaneciam bastante desconhecidas. Já em 1483, Geradt Leuv reuniu e publicou os relatos de Marco Pólo, Jean de Mandeville e Ludolpe Suchan. Entretanto, segundo Daniel Defert, foram as coleções de G. B. Ramusio (*Navigazioni e Viaggi*), editada em Veneza, e a do inglês Richard Hakluyt (*The Principal Navigations, Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation*) as que mais se destacaram ao longo do século XVI, chegando a influenciar outros editores, como o próprio Theodore de Bry (DEFERT: 1987, p. 49).

Como visto no primeiro capítulo, as informações sobre regiões distantes, como o sul da América, eram escassas durante o século XVI. Além de seu pequeno número, muitos relatos tiveram suas publicações proibidas pelas Coroas européias e pela Igreja Católica por conterem denúncias, críticas ou por fornecerem informações consideradas sigilosas. Dessa forma, percebemos as dificuldades encontradas pelos impressores em busca de material para as suas compilações. Contudo, tais editores não se limitavam apenas em recolher e publicar os relatos, eles também, em muitos casos, ilustravam seus livros com imagens provenientes de diversas origens: feitas por artistas que acompanhavam as expedições (como as aquarelas de John White que retratam os indígenas da Virgínia encontrados pela expedição de Richard Grenville, incluídas por de Bry no primeiro volume das *Grands Voyages*); realizadas pelo próprio autor da crônica ou sob sua supervisão (como as xilogravuras presentes na edição de Marburgo das *Doas Viagens ao Brasil*, de Hans

⁹⁵ Zinka Ziebell propôs em sua tese alguns pontos de referência sobre o público leitor de relatos de viajantes: “aqueles que formavam o círculo de participantes da administração e comércio exterior; leigos da burguesia ascendente que se interessavam pelas novidades do mercado livreiro; mais raramente um representante da nobreza, na maioria das vezes, portador de um cargo diplomático; assim como, em tendência ascendente, os representantes da elite intelectual” (ZIEBELL: 2002, p. 113).

Staden⁹⁶); produzidas por ilustradores que trabalhavam nas casas editoras e que, muitas vezes, nunca estiveram no Novo Mundo; inspiradas por ilustrações já existentes; entre outras.

Segundo Serge Gruzinski, esse foi um período de grande expansão da imagem gravada: “os horizontes abertos pela reprodução mecânica são uma revolução midiática sem precedente, de alcance comparável à difusão do impresso” (GRUZINSKI: 2006, p. 108). A importância das gravuras nos relatos de viagens foi descrito pelo próprio Theodore de Bry: “nessas histórias o leitor pode passear pela Índia sem sair da cama ou abandonar o seu escritório, pois, além de ler a narração minuciosa, pode apreciar as cidades e ilhas e tudo aquilo que se passou nas ilustrações que as acompanham” (*apud* ZIEBELL: 2002, p. 121).

É preciso ressaltar que a Europa no século XVI, mesmo nas regiões protestantes – onde a alfabetização era impulsionada pelas Igrejas para a leitura religiosa –, permanecia com uma alta taxa de analfabetismo, o que fortalecia a difusão das imagens e sua influência na leitura dos relatos que ilustravam. Michael Baxandall afirmou que o ocidente cristão já conhecia há muito tempo a função pedagógica atribuída à imagem: “segundo a tradição medieval, as imagens contribuem para a instrução das pessoas simples porque são instruídas por elas como se o fossem pelos livros (...) É que um livro é para os que podem ler, uma imagem é para o povo ignorante que a olha” (*apud* GRUZINSKI: 2006, p. 101). Dessa forma, em muitos casos, o impacto das gravuras foi maior do que o do próprio texto em que elas estavam inseridas. Como exemplo, podemos citar a *Brevísima Relación de la Destrucción de las Indias*, do padre Bartolomé de Las Casas. O historiador argentino Romulo D. Carbia, em sua *Historia de la Leyenda Negra Hispanoamericana*, apontou que as dezessete ilustrações criadas pelo ateliê dos de Bry para sua edição da obra do dominicano tornaram-se mais importantes do que a própria narrativa para explicar a grande disseminação da “legenda negra” pelas regiões protestantes da Europa (CARBIA: 1944, p. 81).

O interesse pelas ilustrações não se restringiu ao público dos séculos XVI e XVII. Podemos notar sua permanência ainda hoje, em livros didáticos e revistas de História⁹⁷.

⁹⁶ F. Sommer indicou que Staden foi o autor ao menos de algumas das imagens presentes na edição de 1557 e que as restantes foram, provavelmente, realizadas por Hans Dürer – irmão do célebre pintor Albrecht Dürer. (SOMMER: 1943, pp. 209 – 216).

Entretanto, na maioria das vezes, as imagens são incluídas não como representações de artistas europeus sobre o Novo Mundo, mas sim como retratos fiéis da “realidade” americana do período. Parte da historiografia também analisou as ilustrações dessa maneira, afirmando que, através delas, seria possível obter “informações etnográficas” sobre os indígenas e a natureza. Podemos citar como exemplo algumas análises feitas sobre as ilustrações do ateliê de Theodore de Bry. Marc Bouyer e Jean-Pierre Duviols afirmaram que o editor se afastou da “imaginação e da fantasia” fazendo com que suas imagens, em especial as referentes à obra de Staden, se tornassem “*un document ethnographique de premier ordre*” (BOYER & DUVIOLS: 1992, p. 130 e p. 198). Já Michael Alexander apontou para os aspectos “histórico, antropológico e etnológico” das *Grands Voyages*: “*de Bry did not let his decorative urge overwhelm his historical integrity (...) where imagination was called for it was kept in check*” (ALEXANDER: 1976, p. 10). Tais autores afirmaram que, apesar de nunca ter conhecido pessoalmente o continente americano, de Bry “copiou muitos detalhes ‘etnográficos’ ‘registrados’ pelos artistas e gravuristas em que baseou suas imagens” (CHICANGANA-BAYONA: 2006, p. 43). No entanto, é necessário ressaltarmos que não havia no período uma busca dos artistas por uma representação do “real” do Novo Mundo. Como veremos adiante, vários dos denominados “detalhes etnográficos” remetiam, na verdade, à elementos da cultura européia – muitas vezes anteriores ao contato com a América – e eram repetidos em ilustrações de habitantes de diferentes regiões. Nas palavras da historiadora Laura de Mello e Souza: “não se representava o que se tinha diante dos olhos, mas o que era possível e lícito representar, segundo normas e cânones muito bem fixados” (*apud* RAMINELLI: 1996, p. 9).

O fato de não buscarmos informações etnográficas nas ilustrações não nos remete ao extremo de analisá-las como algo independente dos textos que acompanham, como fez Bernadette Bucher no livro *La Sauvage aux seins pendants*. Em sua obra, que abordou as gravuras presentes nas *Grands Voyages*, a autora, inspirada pelos argumentos do antropólogo Claude Lévi-Strauss, ignorou as crônicas européias e analisou as imagens como uma “mitologia não verbal”. Análise esta criticada por autores como Ronald

⁹⁷ Deolinda de Jesus Freire apontou em sua dissertação de mestrado a recorrência da utilização das ilustrações feitas por Theodore de Bry para a *Brevísima Relación* de Las Casas, indicando que, em muitos casos, as imagens desgarram-se de tal forma de seu conteúdo que servem para evidenciar qualquer massacre. (FREIRE: 2004, p. 121).

Raminelli e Michèle Duchet, para quem, na obra de Bucher: “*le système des images ne communique pas avec les réseaux du texte et la ‘vraie’ lecture de l’image se fait par l’image*” (DUCHET: 1987, p. 39).

Dessa forma, não pretendemos neste capítulo analisar as ilustrações existentes em algumas edições da obra de Schmidl como imagens que retratam a “realidade” da região do *río de la Plata* no período em que o cronista esteve presente. Mas sim, buscar compreender como editores e artistas (que, provavelmente, tinham contato com os indígenas apenas através das narrativas de viajantes), influenciados não apenas pelas crônicas, mas também por sua formação artística e pela conflituosa situação política e religiosa por que passava a Europa no período, selecionaram os relatos, os temas e os meios para representarem as novas terras e seus habitantes.

Janice Theodoro, em artigo que analisou uma ilustração da chegada de Cristóvão Colombo ao Novo Mundo, apontou três “indicadores” importantes para compreender a obra de Theodore de Bry, que serão utilizados também para a análise da coleção organizada por Levinus Hulsius: “1. o olhar do narrador ao selecionar imagens e textos (considerando que de Bry sofreu perseguição religiosa); 2. os temas e autores selecionados; 3. a forma de organização, reordenação e cópia de cada um dos elementos da imagem” (THEODORO: 2004, p. 102). Como apontado pela historiadora, além de ilustrar, os editores também traduziam e alteravam os textos que lhes serviam como base, buscando, de diversas maneiras, direcionar o olhar do leitor e impor sua interpretação da obra. Esse processo também foi apontado por Roger Chartier, para quem “todo esse trabalho de adaptação – que diminui, simplifica, recorta e ilustra os textos – é comandada pela maneira através da qual os livreiros e impressores especializados nesse mercado representam as competências e expectativas de seus compradores. Assim, as próprias estruturas do livro são dirigidas pelo modo de leitura que os editores pensam ser o da clientela almejada” (CHARTIER: 1994, pp. 19 – 20). Entre outras estratégias, podemos apontar o agrupamento de crônicas de diferentes regiões em um mesmo volume, a “correção” do conteúdo das obras editadas através da comparação com outros relatos, a criação ou modificação dos títulos das narrativas (ressaltando o ineditismo de seu conteúdo ou privilegiando temas polêmicos, como a antropofagia), os critérios utilizados para a escolha das passagens da obra que

deveriam ser ilustradas, a utilização de uma mesma gravura em várias crônicas, entre outras.

Podemos citar como exemplo da atuação dos editores, novamente, a edição realizada por de Bry da *Brevísima Relación de la Destrucción de las Indias*. Nela, a obra escrita por um dominicano foi utilizada como “munição” para ataques à atuação católica e espanhola no Novo Mundo. Segundo José Alves de Freitas Neto, as gravuras do ateliê dos de Bry – que enfatizavam a destruição impiedosa dos indígenas pelas mãos dos católicos espanhóis – não foram as únicas responsáveis pela amplificação e consagração do sentido trágico descrito por Las Casas. A partir de Marianne Mahn-Lot, o autor afirmou que as primeiras publicações da *Brevísima Relación* fora da Espanha apresentavam outros títulos, como *Tiránias e crueldades que os espanhóis fizeram nas Índias Ocidentais* ou *História admirável dos horrores, insolências, crueldades e tiránias exercidas pelos espanhóis*: “A través desse título, percebe-se uma visão superior a do próprio Las Casas no que tange aos aspectos trágicos da Conquista. Da maneira como a obra foi divulgada em outros países, o título original e a idéia de destruição parecem amenos.” (FREITAS NETO: 2003, p. 121 e p. 212).

Por fim, antes de retornarmos às imagens, torna-se necessário fazermos uma última ressalva. Ambos os editores analisados eram protestantes e imprimiram suas coleções para um público também majoritariamente reformado, em um período de intensas disputas religiosas. Tanto as ilustrações de Levinus Hulsius quanto as de Theodore de Bry possuíam críticas à atuação dos espanhóis e católicos no Novo Mundo. Contudo, como apontado por Ronald Raminelli, em seu livro *Imagens da Colonização*, a utilização de tal recurso não se restringia a esses dois editores, mas era algo comum no período e trazia consigo um forte “apelo colonialista” (RAMINELLI: 1996, p. 17). Segundo E. L. Eisenstein os protestantes foram pioneiros na exploração do potencial da imprensa como meio de massa e das gravuras como veículo de propaganda, seguidos, posteriormente, pela Igreja Católica que, com o Concílio de Trento, também estimulou o uso das imagens para a ação evangelizadora (*apud* CHICANGANA-BAYONA: 2006, p. 17). Com isso, pretendemos, a partir da análise das ilustrações, entrar no campo do que Roger Chartier denominou de “lutas de

representações”⁹⁸ que, segundo o historiador, “têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER: 1990, p. 17).

Theodore de Bry: a “semente cristã” dos indígenas

Ao publicar a edição em latim da *Viaje al Río de la Plata*, em 1599, a casa impressora da família de Bry era comandada por Johan Theodor e Johan Israel, filhos de seu fundador, que havia morrido no ano anterior. Descendente de ourives, Theodore de Bry nasceu em Liège, em 1528, mas, por defender a Reforma e combater a intervenção espanhola na região, foi obrigado a se mudar de sua cidade natal. Estabeleceu-se em Estrasburgo (grande centro editorial e de atração de protestantes perseguidos), onde trabalhou como ourives e gravador sob o comando do também refugiado artista huguenote Etienne Delaune. Nesse período, o futuro editor viajou à Inglaterra para ilustrar o funeral de Sir Philip Sydney, onde conheceu Richard Hakluyt, que já publicava uma coleção de narrativas de viajantes com o intuito de estimular a colonização e o comércio inglês com os habitantes do Novo Mundo, principalmente na região da Virgínia.

O editor inglês o encorajou a lançar sua própria coleção ilustrada. A partir das obras de Thomas Hariot e Jacques Le Moyne de Morgues, obtidas através do apoio de Hakluyt, de Bry iniciou, em 1590, na Feira do livro da cidade de Frankfurt, a publicação de seu principal projeto editorial, que recebeu o título de *Thesaurus de Viagens ou Collectiones Peregrinatorum in Indiam Occidentalem et Indiam Orientalem*, mas ficou mais conhecida pela divisão feita na coleção entre as “*Grands Voyages*” (formato *in-folio* e dedicada às narrativas sobre a América) e as “*Petit Voyages*” (formato menor e referente às Índias Orientais).

Editadas durante mais de quatro décadas, as *Grands Voyages* foram concluídas em 1634, por Mattäus Merian e Guillaume Titzer (genros dos filhos de Theodore), compondo

⁹⁸ “Trabalhando sobre as lutas de representações, cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social, a história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo e meio, um ‘ser-percebido’ constitutivo de sua identidade” (CHARTIER: 2002, p. 73).

um total de treze volumes em latim e quatorze em alemão⁹⁹. Segundo Zinka Ziebell, a publicação em vários idiomas demonstraria o caráter europeu da coleção que, contudo, não foi planejada dessa forma, sendo o sucesso do primeiro volume a razão pela qual ela foi editada em série. Sucesso este, que o próprio de Bry atribuiu à novidade dos temas abordados: “no que toca à descoberta de terras e povos estranhos, seria de fato de estranhar se encontrássemos uma pessoa de juízo que não tivesse vontade e prazer de se informar a respeito dessas paisagens longínquas, de povos bárbaros, de seus costumes, suas vidas, religião e policiamento (...) pois é comum a toda a humanidade a vontade de saber coisas novas e o proveito que se tira dessas leituras não é menor” (*apud* ZIEBELL: 2002, pp. 120 – 121). Segundo a antropóloga Bernadette Bucher, de Bry pretendia com suas publicações alcançar um público amplo, que não se restringia apenas à aristocracia, mas também “coleccionadores, ricos mercadores, banqueiros e membros da pequena burguesia” (*apud* TATSCH: 2006, p. 46). Afora as duas coleções de viagens, os de Bry também editaram outros livros, imagens bíblicas, alegorias e retratos, formando o que Janice Theodoro denominou como um “acervo com clara vocação enciclopédica” (THEODORO: 2004, p. 99).

Além do “mestre do grotesco” Etienne Delaune, as gravuras de Theodore de Bry também foram influenciadas por outros artistas, como Lambert Lombard e Albrecht Dürer, que eram fortemente marcados pelas inovações da arte italiana do período e pelas noções matemáticas e estudo das proporções dos corpos humanos. São também apontadas como ponto de partida da coleção as gravuras presentes nas edições das *Singularidades da França Antártica*, de André Thévet (1557), e na *Viagem à terra do Brasil*, de Jean de Léry (1578). Outra obra que influenciou a coleção foi a já citada edição da *Brevísima Relación de la Destrucción de las Índias*, do dominicano Las Casas. Editada em 1598 (entre as publicações da *Viaje al Río de la Plata* em alemão e em latim), a obra foi acrescida por dezessete gravuras que descreviam as crueldades perpetradas pelos espanhóis no Novo Mundo e que apresentavam temas e elementos comuns com as imagens presentes no volume de Schmidl. Apesar de ter sido editada simultaneamente às *Grands Voyages*, o editor decidiu lançá-la separadamente, porém, fica evidente que seu conteúdo influenciou os temas das gravuras posteriores. Evidência esta, que levou o historiador Tom Conley a

⁹⁹ As primeiras edições também foram publicadas em inglês e francês.

afirmar que: “*thus appears to represent an ancillary labor that endorses the vision of the overall project*” (CONLEY: 1992, p. 105).

A técnica utilizada por Theodore de Bry em suas ilustrações foi a gravura em cobre¹⁰⁰. É importante observarmos que a impressão em metal (talho doce) permitia uma imagem com maior riqueza de detalhes, entretanto, era mais cara e, por isso, ainda pouco presente nas coleções de narrativas de viagens, que utilizavam, predominantemente, a xilogravura¹⁰¹. A utilização de uma técnica ainda pouco difundida, a presença de cores em algumas imagens (que eram coloridas individualmente), a escolha de temas polêmicos para serem retratados (como a antropofagia praticada por alguns grupos indígenas e, na crônica de Schmidl, também por espanhóis) e inovações no processo de reprodução e impressão dos volumes, geraram um grande impacto visual entre seus leitores, chegando a extrapolar o caráter meramente “ilustrativo” dos relatos e a influenciar obras de outros artistas e editores¹⁰². Para Ana Maria de Moraes Belluzzo, o ambicioso projeto gráfico da coleção idealizada por de Bry “marca o momento em que o argumento visual toma proeminência e conquista autonomia com relação ao texto, do qual se desgarrar” (BELLUZZO: 1999, p. 53).

Antes da edição da crônica de Schmidl, de Bry publicou duas obras relativas à América do Norte, que já possuíam ilustrações feitas por outros artistas (como as aquarelas de John White). Essas obras balizaram os modelos utilizados pelo editor para realizar as gravuras dos volumes posteriores, principalmente o terceiro, que contém as narrativas de Hans Staden e Jean de Léry. Os volumes quatro, cinco e seis da coleção foram todos dedicados à obra do italiano Girolamo Benzoni. Acusado pela Igreja católica, durante o período em que esteve no México, de ser “*hereje luterano*”, sua obra foi acompanhada por comentários do teólogo protestante Urbain Chauveton. Nela, ambos criticaram duramente o

¹⁰⁰ Yobenj Aucardo Chicangana-Bayona descreveu o processo de impressão em cobre: “*el dibujo era tallado en la lámina y después era expuesto a ácidos, consiguiendo texturas variadas. Las partes de la lámina que no deberían ser tocadas por los ácidos eran cubiertas con cera. A partir de esta matriz de metal era posible obtener una infinidad de copias, hasta que se desgastaran*” (CHICANGANA-BAYONA: 2005, p. 20).

¹⁰¹ Jacques Forge, em artigo que analisou algumas das ilustrações feitas por Theodore de Bry, apontou as diferenças técnicas e as inovações trazidas pelo talho doce em relação à xilogravura. (*apud* DUCHET: 1987, pp. 106 – 107).

¹⁰² “Com o empréstimo de fontes tradicionais de iconografia (musas greco-romanas, animais fantásticos, paisagens, amazonas, monstros ou híbridos, figuras mitológicas, cenas bíblicas, símbolos de alquimia, etc.) e a livre manipulação dos desenhos, um novo padrão de visualidade foi criado para representar a fauna, a flora e os hábitos dos povos americanos. As imagens de De Bry disseminaram-se pela Europa, sendo adotadas e reproduzidas por artistas em outras compilações ou obras” (TATSCH: 2006, pp. 46 – 47).

comportamento dos espanhóis, descritos como seres obcecados pela busca por metais preciosos. Benzoni criticou também o comportamento dos padres no Novo Mundo (exceto os que se empenharam no combate à escravidão dos nativos), que vendiam vinho aos indígenas ao invés de se dedicarem à sua conversão e “*hacen de día cosas de las que otros se avergonzarían de hacer de noche*”. Segundo Ricardo García Cárcel, os espanhóis foram retratados pelo cronista italiano como “sujos, ingratos e traidores” e a conquista como “*una campaña de saqueo y exterminio*”¹⁰³. Frank Lestringant, em artigo que abordou as imagens de canibalismo feitas por de Bry, afirmou que há um sentido de continuidade entre a edição dos relatos de Benzoni e de Schmidl. Para o autor, as ilustrações presentes nesses dois volumes da coleção mostraram os conquistadores espanhóis, “pretensos civilizadores”, praticando atos mais bárbaros que os indígenas (DUCHET: 1987, p. 96).

A *Viaje al Río de la Plata* integrou a sétima parte das *Grands Voyages*. Publicada em alemão, em 1597¹⁰⁴, e em latim dois anos depois, sua obra foi reeditada pelos de Bry no início do século XVII (1625). Seis anos depois, a crônica de Schmidl foi novamente retomada, sendo incluída na *Historia Antipodum oder Neue Welt*. Obra idealizada por Mattäus Merian e executada pelo compilador Johann Ludwig Gottfried, que resumiu e reuniu diversas narrativas sobre o Novo Mundo em um único volume, com quase duas centenas de gravuras já presentes em livros anteriores¹⁰⁵. Após a edição do relato de Schmidl, a coleção publicou autores de diversas origens, como o comandante inglês Francis Drake (editado algumas vezes junto com o relato de Schmidl em um único volume), o padre jesuíta Joseph de Acosta, o cronista da Coroa espanhola Antonio de Herrera y Tordesillas, Américo Vespúcio, entre outros. A seqüência de nomes demonstra que as

¹⁰³ Benzoni deixou claro aos leitores seus pressupostos sobre os espanhóis: “*ya mis lectores habrán podido deducir con qué intenciones los españoles han conquistado y dominan estas naciones indias, pese a que tanto se alaban en sus historias de haber combatido siempre por la fe cristiana. La experiencia, sobre todo en estos territorios, demuestra claramente que han combatido por codicia (...) donde no han encontrado riqueza, no han querido quedarse*”. (apud CÁRCEL: 1998, pp. 271 – 275).

¹⁰⁴ O título completo da obra era: “*Das VII Theil America / Warhafftige und liebliche / Beschreibung etlicher furnemmen / Indianischen Landschafftten und Insulen / die vormals in keiner Chronicken gedacht, und erst- / lich in der Schiffart Ulrici Schmidts von Straubingen mit grosser gefahr erkundigt, un von / ihn selber auffß fleissigste beschrieben / und dargethan. / -Und an Tag gebracht durch Dietterich / von Bry. / - Anno M.D.XCVII. / - Venales reperuntur in officina / Theodori de Bry*”.

¹⁰⁵ Gottfried dividiu sua obra em três capítulos (“Natureza e singularidades do Novo Mundo”, “Descobrimento e exploração” e “Descrição de certas regiões de que até aqui pouco ou nada se tem falado e de algumas viagens recentes”), incluindo o relato de Schmidl na segunda parte. Para Helmut Ändra e Edgard de Cerqueira Falcão, essa obra, reeditada várias vezes ao longo do século XVII, foi a primeira tentativa de uma história da América em conjunto, “urdida com materiais de diferentes procedências” (ÄNDRA & FALCÃO: 1966, p. 11).

Grands Voyages formavam um material heterogêneo que o editor buscou adaptar (com suas imagens, mas, também, através de outros meios, como a inclusão de prefácios e a omissão de trechos de algumas obras¹⁰⁶) a um público formado majoritariamente por protestantes. Com isso, percebemos que, além das próprias crônicas e de alguns cânones artísticos do período, as ilustrações feitas por de Bry eram também influenciadas por textos e imagens presentes em outros volumes da própria coleção, sendo necessário, ao longo da análise de sua edição da *Viaje al Río de la Plata*, a introdução da crônica na seqüência de narrativas que a antecederam e a precederam.

Ao analisarem as gravuras feitas por de Bry, os historiadores são praticamente unânimes em apontar que sua adesão ao protestantismo e as perseguições provenientes dessa mudança marcaram profundamente o conteúdo de suas edições, que, reiteradas vezes, retratavam ataques ao comportamento dos espanhóis e católicos no continente americano. Entre os autores que identificaram essa característica da coleção podemos citar Tom Conley¹⁰⁷ e Zinka Ziebell, para quem de Bry tinha como objetivo “publicar uma coleção para viajantes protestantes, anticatólica e anti-hispânica, que colocasse em evidência as atrocidades cometidas no Novo Mundo em nome do papa, que servisse à causa das nações protestantes, seja holandesa ou inglesa” (ZIEBELL: 2002, p. 97). Os critérios de seleção das crônicas também foram abordados por outros autores, como Michèle Duchet, que afirmou que “*de Bry place toute la collection sous le signe de l’ideologie protestante que des auteurs comme Léry et Chauveton représentent aussi*” (DUCHET: 1987, p. 26), e Manuela Carneiro da Cunha, para quem o “propagandista huguenote” publicou a *Viaje al Río de la Plata* “provavelmente por atestar os péssimos hábitos dos conquistadores espanhóis, que chegam, entre outra coisas, a devorar enforcados quando a fome os aperta em Buenos Aires” (CUNHA: 1990, p. 96). Críticas essas que, além de remeterem à conturbada situação européia do século XVI e início do XVII, visavam também estimular o comércio e a colonização protestante na América¹⁰⁸. Tal incentivo já estava presente nas publicações de Hakluyt, que serviram de base para de Bry, e permaneceu nas *Grands*

¹⁰⁶ Como a edição da *Viagem à Terra do Brasil*, de Jean de Léry, onde de Bry excluiu todas as referências a Villegagnon e à França Antártica do prefácio do cronista.

¹⁰⁷ Segundo Conley, o editor não publicava as obras aleatoriamente: “*he sought previously published works that he could translate and then illustrate in the service of a protestant vision*” (CONLEY: 1992, p. 104).

¹⁰⁸ Os dois primeiros volumes da coleção possuíam um objetivo mais definido: buscavam sensibilizar a rainha Elizabeth I para retomar o projeto de colonização da Virgínia, interrompido em 1588.

Voyages. Segundo Ronald Raminelli: “para além da informação sobre o cotidiano ameríndio, o empreendimento editorial incentivava os protestantes – grupo que até aquele momento estava excluído das novas áreas descobertas – a colonizarem a América” (RAMINELLI: 2002, p. 39).

O próprio Theodore de Bry, ao relatar sua juventude no prefácio de uma das obras que publicou, revelou parte de suas motivações ao editar sua compilação de narrativas de viagens:

“Descendo de pais nascidos em posição de honra e que estavam entre os principais cidadãos de Liège. Mas, privado de todos esses pertences pelos acidentes, trapaças e azar, e pelas depredações dos ladrões, tive que lutar contra as adversidades da fortuna, de forma que foi somente através da minha arte que pude me defender. Do amplo patrimônio que meus pais me legaram, restou-me apenas a arte. Nela nem os assaltantes, nem a rapinagem dos bandos de ladrões puderam pôr as mãos. A arte restaurou a minha antiga riqueza e reputação, e nunca me falhou, seu incansável devoto” (MELLO: 2006, p. 316).

Após as palavras de diversos historiadores e do próprio editor, notamos que há nestas ilustrações um inegável caráter crítico relativo à atuação dos católicos e dos espanhóis no Novo Mundo. Entretanto, Janice Theodoro afirmou que até hoje as análises das imagens feitas por de Bry não deram atenção ao debate teológico que havia no período, a partir do qual se constituiu um novo projeto político que caracterizou o pensamento moderno. Com isso, torna-se necessário uma melhor análise do momento em que essa coleção foi publicada: “trata-se de compreender a circunstância em que o homem, em consonância com a sua natureza, percebe-se livre, portanto capaz de interferir na vida política por intermédio de uma filosofia moral” (THEODORO: 2004, p. 95). Segundo a autora, não há dúvidas de que de Bry era crítico em relação aos crimes praticados pelos espanhóis contra os indígenas e de que ele certamente foi um dos grandes difusores da *leyenda negra*: “Mas ele ia muito além ao demonstrar com suas seleções de imagens sobre europeus (como Colombo) e indígenas que a natureza, primeiro agente de Deus e benfeitora dos homens, havia colocado todos na mesma forma para demonstrar que éramos todos irmãos”. A partir dessa afirmação a autora indicou que o grande tema das *Grands Voyages* era a denúncia e o combate à intolerância, e que o editor buscava em seus volumes uma

interlocução com alguns setores do catolicismo. Tal tentativa de interlocução seria explicitada através da publicação da obra do padre jesuíta Joseph de Acosta que, assim como de Bry, combatia a visão de que os indígenas eram seres brutos e bestiais e criticava a incapacidade dos espanhóis em perceber como viviam os nativos em meio às suas leis, com coisas bárbaras e sem fundamentos, mas que, muitas vezes, estabeleceram governos marcados pela ordem e pela razão (THEODORO: 2004, p. 104). Dessa forma, o presente capítulo pretende demonstrar que ilustrações que, em um primeiro momento, foram interpretadas como sinais inequívocos da barbárie dos nativos, quando analisadas em conjunto com as obras que as inspiraram, com os outros volumes da coleção e com a escolha recorrente de alguns temas para serem retratados, também trazem consigo a defesa de que a necessária conversão dos gentios é, não só possível, como desejada pelos indígenas.

À narrativa de Schmidl foram incluídas quatro ilustrações, além do frontispício e de uma página (apenas na edição latina da obra) onde a sétima e a oitava partes da coleção (referente à viagem de Francis Drake à costa oeste da América) são apresentadas como um único volume.

Tabulæ & imagines

AD SEPTIMAM ET OCTAVAM AMERICÆ PARTEM, NIMIRUM PRIMO AD HISTORIAM VLRICI FABRI, DEINDE AD DESCRIPTIONEM itineris FRANCISCI DRAKEN, ac tandem ad illustrationem regionis GVIANÆ, pertinentes. In quibus vitamores & ceremoniæ, horum populorum ad viuum depinguntur.

FACTA ITEM ET RES GESTÆ HISPANORVM ET ANGLORVM, QUÆ QVÆ IPSIS in itinere acciderunt, illustrantur.

SOLIDO ÆRI INCISÆ ET LECTORI ANTE OCVLOS positæ, studio & opera THEODORICI de BRY p. m. relictæ viduæ & filiorum.

LECTORI S.

*Absens, vt presens velut, omnia cernere possis,
Qua facili nexu charta legenda dedit;
Ecce tuis oculis multâ damus arte tabellas,
Aspice, & his studiis perge favere, Vale.*



IMPRESSÆ FRANCOFVRTI AD MOENVM
per MATTHÆVM BECKER, sumptibus dictorum THEODORICI de BRY viduæ & filiorum.

ANNO / M. D. XCIX.

A primeira imagem incluída à *Viaje al Río de la Plata* retrata um porto europeu de onde partiam embarcações rumo ao Novo Mundo (ilustração 2). No entanto, ela já havia sido incluída em outros volumes das *Grands Voyages*. Trata-se da repetição de uma gravura presente no terceiro volume da coleção, que contém as narrativas de Hans Staden e de Jean de Léry.



(ilustração 2)

Tal repetição não era algo incomum no período, pelo contrário, os editores utilizavam esse recurso constantemente. Em algumas ocasiões, as imagens eram repetidas dentro de uma mesma obra. Como exemplo, podemos citar duas edições da crônica de Hans Staden. Tanto as xilografuras da publicação de Marburgo quanto as calcografias feitas por de Bry, que retratam o canibalismo indígena, são incluídas até três vezes no mesmo volume. Igual procedimento aconteceu com o relato de Schmidl, a republicação de sua obra

pelos de Bry, em 1625, excluiu a imagem que aborda a recepção pacífica e festiva que os índios Jerús deram aos espanhóis para repetir outra, de conteúdo muito mais impactante, que mostra dois indígenas sendo queimados em uma fogueira após terem confessado sua participação em uma emboscada à expedição do comandante Juan Ayolas (ilustrações 3 e 4). Como veremos adiante, o próprio frontispício da *Viaje al Río de la Plata* foi uma reprodução da página de apresentação dos relatos de Léry e Staden, tendo apenas seu título alterado.

A utilização deste recurso demonstra que de Bry, com suas ilustrações, não buscava uma “História Natural” do Novo Mundo. Para o autor, características referentes a uma região ou a um grupo indígena podiam, sem dificuldades, serem empregadas nas descrições de outros locais e tribos. Não é possível saber até que ponto a repetição de algumas gravuras era fruto de uma ação deliberada dos editores visando aproximar narrativas diferentes ou se atendia a critérios comerciais, como uma redução nos gastos da publicação ou a reutilização de uma imagem marcante presente em volumes anteriores como tentativa de atrair o público leitor. Porém, é inegável que este procedimento tinha como um de seus principais efeitos a produção de estereótipos, fazendo com que algumas imagens transcendessem suas edições e adquirissem um significado maior. Efeito este, visível através da ilustração que se repete nas capas do terceiro e do sétimo volumes da coleção, que mostra dois indígenas adorando um ídolo e também um grupo se alimentando dos corpos de seus inimigos. Nas palavras de Michèle Duchet: “*Le caractère des frontispices apparaît en tout cas, au degré premier, valant non seulement pour les textes de Staden ou de Léry, mais pour toute la collection et toute référence au cannibalisme dans les textes les plus divers*” (DUCHET: 1987, p. 22).

Além do porto europeu, a primeira edição da *Viaje al Río de la Plata* feita por de Bry incluiu outras três gravuras. Uma delas retrata o modo como os espanhóis foram recepcionados pelos Jerús (ilustração 3). A imagem se refere à passagem em que Schmidl descreveu a chegada da expedição comandada por Hernando Ribera às terras do líder desse grupo indígena:

“... *atrasamos el río Paraguay y vinimos a la localidad donde vive el rey en persona, pero cuando vinimos a una legua de camino a cercanías de la localidad, vino a nuestro encuentro el rey de los Jerús con doce mil hombres, más bien más que menos, en modo*

pacífico sobre una pampa. (...) También había ordenado por los dos lados al costado del camino que se cazaran venados y otra salvanija (...) que tal cosa era de verse muy bien (...)el rey de los Jerús dirige su corte a su manera como un gran señor en estos países. Durante la mesa hay que tocar la música para él; (también) a medio día, si es ocurrencia del rey, los hombres y las mujeres más bellas deben bailar ante él. Cuando uno de nosotros los cristianos las ve bailar, uno ante esto se olvida entonces de cerrar la boca y hay que ver este baile de los Jerús” (SCHMIDEL: 1938, pp. 112 – 113).



(ilustração 3)

Como visto nos capítulos anteriores, esta é uma passagem em que o próprio Schmidl se impressionou com a recepção promovida pelos nativos, elogiando seus costumes e os aproximando do universo europeu. Já a ilustração contrapõe a festiva acolhida indígena com o aspecto dos espanhóis. Percebe-se claramente na gravura as diferenças entre a postura dos dois grupos que se encontram. Muitos elementos reforçam essa oposição: os indígenas estão alegres, cantando e dançando, enquanto os espanhóis

permanecem agrupados e conversando entre si; os índios, em sua maioria, seguram apenas seus instrumentos musicais (somente alguns nativos no fundo da ilustração estão armados, porém, atrás do grupo há um animal em fuga, demonstrando que suas lanças não são utilizadas para a guerra, mas sim para a obtenção de alimento), já os soldados permanecem segurando suas espadas e arcabuzes; são os indígenas que convidam os espanhóis a entrarem e se estabelecerem em sua aldeia. Contudo, nenhum deles é tão marcante quanto a imagem dos dois líderes. Ambos se diferenciam de seus grupos através dos adornos que portam – o chefe indígena é o único que está vestido e usa colares, uma “coroa” e um “cetro”, enquanto Hernando Ribera possui um bastão de comando e um chapéu mais ornamentado do que o de seus comandados. A maior diferença se encontra em suas posturas: enquanto o “rei” dos Jerús está sentado, sorrindo e estendendo o braço sobre um prato de alimentos oferecido aos visitantes, o chefe espanhol permanece de pé portando seu bastão e sua espada em uma atitude hostil.

O modo como os indígenas e espanhóis são retratados nesta ilustração evidencia os modelos adotados por de Bry em sua coleção. Chicangana-Bayona afirmou, em artigo sobre as convenções renascentistas nas representações dos Tupinambá, que havia um cânone de beleza derivado de Alberti (do qual a estátua do Apolo de Belvedere encontrada em Roma no final do século XV seria o exemplo máximo, considerado como o “cânone perfeito”), que foi desenvolvido por artistas como Albrecht Dürer e utilizado por Theodore de Bry em sua coleção, o que seria comprovado através da repetição de modelos em etnias e culturas diferentes. Segundo o autor, não apenas os corpos respondiam a determinados cânones de representação preestabelecidos, mas também as ações e posturas (CHICANGANA-BAYONA: 2006, p. 26). Outros autores também apontaram esta influência clássica nas gravuras feitas pelo editor. Entre eles, Bernadette Bucher e Ana Maria de Moraes Belluzzo: “de Bry não descuidava da proporcionalidade e da posição das figuras, que se mostram estudadas a partir de cânones e motivos clássicos (...) nota-se, entretanto, que é o nexo do conjunto que comanda a posição de cada uma das figuras” (BELLUZZO: 1999, p. 57). Voltando à imagem da recepção dos índios Jerús aos espanhóis, a postura de líder de Hernando Ribera, com um pé à frente, é algo recorrente em de Bry, e remete à ideia de nobreza e elegância, mas também de arrogância e desafio, indicando a intenção de tomar a posse das terras.

Outro elemento importante da ilustração acima é a forma como de Bry retratou o cabelo dos indígenas, já que, na obra de Schmidl, não há nenhuma referência ao tipo de corte usado pelos Jerú. Segundo Ronald Raminelli, o editor era um profundo conhecedor dos textos que ilustrava, o que indicaria que a adição de elementos inexistentes nas narrativas não seria algo casual, mas sim reveladora de uma concepção de mundo: “a infidelidade aos relatos permite decifrar alguns caminhos percorridos pelo artista” (RAMINELLI: 1996, p. 35). Analisando as edições anteriores das *Grands Voyages*, notamos que a imagem dos nativos com a cabeça raspada e com cabelos apenas na parte anterior da cabeça está presente pela primeira vez no terceiro volume da coleção. Mais especificamente, ela se refere à obra de Hans Staden que, ao descrever os índios Tupinambás, afirmou que eles “fazem uma tonsura, como um monge”. Como visto no capítulo anterior, o cronista afirmou ainda que, ao perguntar onde eles aprenderam isso, recebeu a resposta de que seus antepassados tinham visto esse cabelo em um homem que se chamava “Meire Humane”, que “havia feito muitas maravilhas entre eles. Têm-no por um profeta ou apóstolo” (STADEN: 1974, p. 167).

A indicação de que um possível “profeta ou apóstolo” tenha estado entre os índios antes da chegada de Colombo – em um período em que se “encontravam” sinais da passagem de São Tomé em várias regiões do Novo Mundo – certamente causou um impacto nos leitores de Staden. Indícios como estes confirmariam que já havia um contato anterior com a religião, o que não só comprovaria a humanidade dos nativos, mas também a sua possibilidade de conversão. Theodore de Bry certamente se interessou por esta passagem, o que se comprova durante a análise dos volumes posteriores de sua coleção. Não apenas as gravuras de Staden e Schmidl apresentam indígenas com o cabelo “tonsurado”, mas também as presentes nas edições das narrativas de Jean de Léry, Girolamo Benzoni, Joseph de Acosta, entre outros. A partir deste elemento, observamos, mais uma vez, que não havia no editor a preocupação de realizar uma representação “etnográfica” dos nativos americanos, mas sim a de retratar os indígenas de acordo com os critérios que ele julgava relevantes para seus intentos, ainda que tais características estivessem presentes em relatos de outros autores e fossem relativos a diferentes regiões do continente.

O modo como de Bry representou a anatomia humana também é significativo de sua postura diante dos indígenas. Na imagem acima, eles são apresentados totalmente nus (à exceção do líder), o que remeteria à noção de inocência e pureza. Belluzzo aproximou suas imagens às propostas por Jean de Léry, mostrando o estado natural como uma “verdade essencial” oposta ao artificialismo da sociedade européia, ambos “parecem ter apreço pela simplicidade do nu, pelo nu como virtude” (BELLUZZO: 1999, p. 54). Entretanto, apesar de nus, os corpos dos nativos são iguais aos dos europeus, não há como distinguir fisicamente os indígenas dos espanhóis. Para comprovar esta semelhança, Chicangana-Bayona chegou a trocar as cabeças de um índio Tupinambá e a de Hans Staden para demonstrar que, fisicamente, os dois homens são representados da mesma maneira. (CHICANGANA-BAYONA: 2006, p. 20). Deolinda de Jesus Freire também abordou este aspecto. Segundo a autora, era necessário que os indígenas fossem retratados iguais aos europeus para que não houvesse dúvida de que se tratavam de seres humanos (o que os diferenciava era seu comportamento e suas ornamentações). Esta forma de representar os corpos reforça a afirmação de Janice Theodoro de que, para o editor, todos são “irmãos”. Tal representação também obrigava o europeu a ver-se no lugar do “outro”, o que, em casos como as imagens que enfocam a violência dos espanhóis, certamente causava um maior impacto entre os leitores protestantes.

Não apenas os corpos eram usados como forma de aproximar os indígenas dos europeus, mas também suas ações. Isso fica evidente em outras ilustrações feitas por de Bry para a *Viaje al Río de la Plata*.



(ilustração 4)

A cena acima foi incluída na obra durante o trecho em que Schmidl descreveu a emboscada feita contra a expedição comandada por Juan Ayolas pelos indígenas Naperus e Payaguás, que atacaram *“como perros hambrientos a los cristianos y los mataron, que ninguno se salvó”*. O cronista afirmou que ele e os espanhóis ficaram sabendo do ataque através de um escravo nativo que havia conseguido escapar, mas não acreditaram até os Cario (grupo aliado) trazerem capturados alguns Payaguá: *“... se les dió tal tormento que los Payaguás debieron confesar y declararon que bien fuere verdad que ellos habían matado a los cristianos. Así tomamos los Payaguás y los condenamos y se les ató a ambos contra un árbol y se hizo una gran fogata desde lejos. Así se quemaron con el tiempo”* (SCHMIDEL: 1938, pp. 84 – 85).

Nesta gravura, percebemos que de Bry retratou o ataque indígena em segundo plano, dando destaque à fogueira e ao líder dos espanhóis, que, em postura similar à ilustração anterior, ordena a morte dos nativos com seu bastão. Contudo, o que mais nos

chamou a atenção foi a postura dos dois indígenas condenados. Enquanto o da direita está virado diretamente para o leitor, com seu rosto desfigurado pelo sofrimento, o segundo, com a cabeça levantada, olha para o céu com a boca aberta – de onde está saindo algo –, aparentemente fazendo uma prece. Certamente para os leitores protestantes a imagem de seres humanos sendo queimados em fogueiras enquanto rezavam remetia aos autos-de-fé organizados pela Inquisição. Esta aproximação entre o sofrimento indígena e o dos reformados reforçaria, mais uma vez, a intenção presente nas *Grands Voyages* de estimular a ação protestante no Novo Mundo para trazer a “verdadeira religião” aos nativos que, assim como ocorria na Europa, estavam sendo perseguidos e assassinados pelos católicos espanhóis.

Para a análise desta imagem, torna-se novamente necessário retornarmos às lâminas feitas por de Bry para a *Brevísima Relación de la Destrucción de las Indias*. Em várias delas, os indígenas, enquanto estão sendo queimados, enforcados, açotados, entre outros tormentos descritos por Las Casas, são representados olhando para o céu “como se estivessem rezando”. Para Deolinda de Jesus Freire, a utilização de tais recursos provém do próprio “repertório do mundo católico, o que provoca o reconhecimento imediato e a indignação” (FREIRE: 2004, p. 105). Outros elementos também relacionam as gravuras presentes na *Viaje al Río de la Plata* com as existentes na obra do dominicano: em várias delas, os nativos são menores que os europeus e, nas duas edições, existem espanhóis atizando o fogo que queima os corpos dos indígenas. Este recurso já havia sido utilizado nas ilustrações de Hans Staden, só que, nelas, são os índios que avivam as chamas das fogueiras para acelerar a preparação dos corpos dos inimigos para seu ritual antropofágico. Porém, nestas imagens, este elemento, junto com outros – como as índias mordendo as próprias mãos enquanto aguardam a execução do condenado –, é utilizado para mostrar a avidez dos nativos por carne humana. Já em Schmidl e Las Casas, tal recurso foi utilizado como forma de tentar aproximar a destruição provocada pelos espanhóis a este bárbaro costume indígena.

A partir das relações identificadas entre as ilustrações de diferentes volumes, como os de Las Casas e Schmidl, fica evidente que Theodore de Bry buscava através de suas *Grands Voyages* unificar o sentido de obras muito diversas entre si. Dessa forma, as gravuras presentes no relato de um soldado bávaro e na crônica de um padre dominicano

retratam temas semelhantes e, muitas vezes, a partir dos mesmos elementos: a crueldade dos espanhóis atacando os inocentes indígenas que os recebem pacificamente em suas aldeias para, logo depois, serem torturados e mortos. A comparação entre diferentes volumes da coleção permite também observarmos que o editor estabeleceu o que se pode denominar como um repertório comum, que se repete em diversos textos – como o cabelo “tonsurado” dos nativos, analisado acima. Mas, outras vezes, os mesmos elementos foram utilizados pelo editor para produzir o efeito contrário, como a imagem do fogo sendo atizado pelos indígenas que, na *Viaje al Río de la Plata*, é repetido, só que, agora, entre os espanhóis. O mesmo ocorre na última gravura feita por de Bry para a obra de Schmidl (ilustração 5). Nela, elementos que eram utilizados para representar os costumes bárbaros dos indígenas estão presentes entre os europeus.



PETRUS MANCHOSSA TRIBUS FURIBUS JUSTICIAM ADMINISTRAT

(ilustração 5)

Esta gravura se refere à passagem em que Schmidl descreveu, logo no início de sua obra, a primeira fundação de Buenos Aires. Como visto nos capítulos anteriores, os moradores deste aldeamento enfrentaram um longo período de escassez de alimentos, o que levou três deles a matarem e comerem um dos cavalos da expedição, mas, ao serem descobertos, foram enforcados. Após a execução, os condenados foram mutilados por outros espanhóis, que ingeriram partes dos cadáveres de seus companheiros. Segundo o cronista, havia ainda relatos de que um espanhol teria se alimentado do corpo de seu próprio irmão.

O primeiro aspecto que ressalta desta gravura é a ausência de indígenas: são retratados apenas soldados espanhóis, o que era algo incomum nas ilustrações das *Grands Voyages*. Outra característica relevante é a sua divisão em tempos diferentes. Nela, aparece representado todo o trecho da descrição de Schmidl, desde a captura e morte do cavalo (no fundo da imagem), até a mutilação dos cadáveres que são levados para a tenda espanhola, onde são preparados e comidos. Essa divisão da obra em vários tempos também está presente, de forma menos explícita, nas duas imagens anteriores (ilustrações 3 e 4). Assim como na presente ilustração, as duas apresentam em sua parte superior, ao fundo, a ação que levou ao acontecimento apresentado no primeiro plano (o convite do rei dos Jerús para que os espanhóis entrassem em suas terras; a emboscada preparada contra a expedição de Ayolas). Tal recurso também foi utilizado por outros editores, como as xilogravuras presentes na primeira publicação da crônica de Hans Staden. Segundo Alberto Manguel, a seqüência narrativa que incorporava o fluxo do tempo nos limites de um quadro espacial era algo próprio da Idade Média: “com o desenvolvimento da perspectiva, na Renascença, os quadros se congelam em um instante único: o momento da visão tal como percebida do ponto de vista do espectador. A narrativa, então, passou a ser transmitida por outros meios” (MANGUEL: 2001, pp. 24 – 25). Com isso, percebemos que, apesar das diversas influências renascentistas apontadas nas gravuras realizadas por de Bry, o autor também utilizou procedimentos considerados ultrapassados, provavelmente por apresentarem um caráter bastante didático, facilitando e, simultaneamente, direcionando a leitura das passagens ilustradas.

Seguindo os procedimentos utilizados por Deolinda de Jesus Freire para a análise das gravuras feitas pelo ateliê dos de Bry para a *Brevísima Relación*, percebemos que a imagem do canibalismo espanhol pode ser dividida em triângulos (apontado pela autora como uma influência das obras de Leonardo da Vinci). Em ambos os lados da gravura há elementos que seccionam a cena – a escada encostada na forca e a corda da cabana. Estes dois elementos acabam formando um grande triângulo na parte superior da imagem que retrata a natureza desolada e as ações anteriores que levaram à condenação dos três espanhóis. Através desta repartição da ilustração em várias passagens, notamos que os elementos que a dividem convergem todos para o centro, direcionando o olhar do leitor para o ponto culminante da cena: um espanhol carregando uma perna humana. Para Frank Lestringant, esta forma de dispor os elementos na imagem representaria um espiral, onde um erro (roubar e matar um cavalo para obter sua carne) gera outro maior (a antropofagia), que se repete indefinidamente (*apud* DUCHET: 1987, p. 101). A iluminação da gravura também direciona o olhar para o canibalismo espanhol. O ponto mais claro da cena é a forca com os corpos dos condenados iluminados pela lua que vai se perdendo entre as nuvens. Outro elemento também chama a atenção (principalmente nas versões coloridas da ilustração): as vivas chamas das fogueiras que preparam os corpos em contraposição com o exterior desolado.

Esta imagem da crônica de Schmidl ganha importância quando comparada com a décima gravura da *Brevísima Relación* presente na edição de de Bry, que possui o sugestivo título de *Crudelitates Hispanorum* (ilustração 6). Nela, o editor retratou os trabalhos forçados a que foram submetidos os indígenas e o canibalismo dos nativos, que incluía até crianças, e foi representado de modo muito semelhante às ilustrações presentes na obra de Staden: com a presença da grelha com corpos humanos e da técnica utilizada pelos Tupinambá de abrir o cadáver do condenado a partir de um corte na coluna. Contudo, há também a inclusão de uma espécie de “mercado” antropofágico, uma cabana onde dois espanhóis colocam à venda troncos, pernas e braços humanos a duas indígenas que, em troca, oferecem um colar.



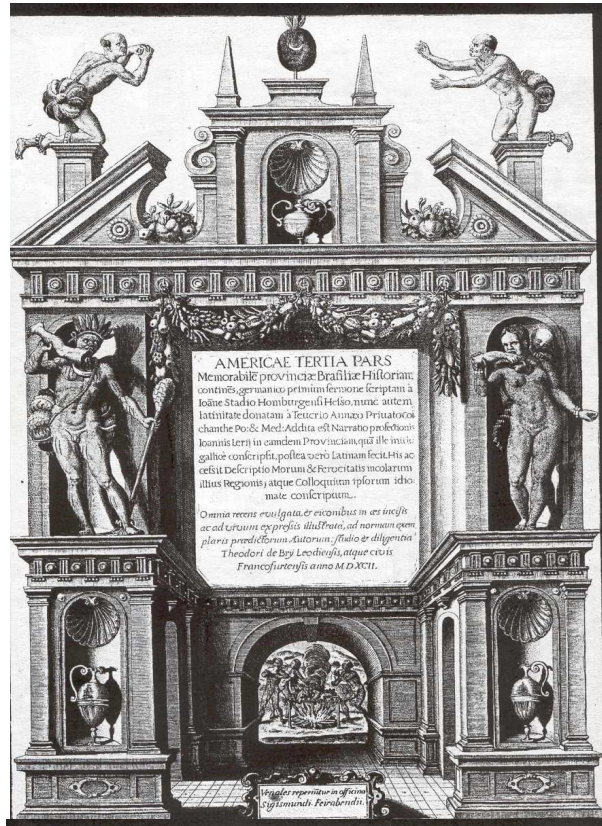
(ilustração 6)

Apesar de não dar destaque em sua obra, Las Casas descreveu a antropofagia indígena e chegou a afirmar que os espanhóis consentiam com este costume bárbaro. Entretanto, em nenhum momento há menções a um possível comércio de carne humana. Tal inclusão, dessa forma, aumentava o teor da crítica aos espanhóis, que não apenas permitiam, mas também a estimulavam e obtinham lucros com ela. Ilustrada simultaneamente à obra do dominicano, a *Viaje al Río de la Plata* apontaria um estágio ainda maior de degradação: os espanhóis, ao invés de combaterem, estariam agora também adotando tais práticas bárbaras – inclusive com os corpos de seus próprios companheiros e até de seus familiares.

A ilustração desta passagem da crônica também se relaciona com a *Viagem à Terra do Brasil*, de Jean de Léry, presente no terceiro tomo das *Grands Voyages*, que, como visto acima, compartilha vários elementos com o volume que contém a obra de Schmidl. A bárbara atitude dos espanhóis seria oposta ao comportamento dos protestantes, uma vez que

Léry indicou em sua narrativa que, durante o retorno à Europa, ele e outros reformados sofreram com a escassez de alimentos, chegando a lançarem “olhares denunciadores da nossa disposição antropofágica”, porém, nunca recorreram a tal recurso devido ao “temor a Deus” (LÉRY: 1980, pp. 264 – 265).

Outro elemento relevante da gravura presente na edição de Schmidl é o interior da cabana, onde os pedaços dos corpos estão sendo preparados (ilustração 5). A imagem retrata um espanhol mordendo um pé de um de seus companheiros condenados enquanto o outro observa o caldeirão que prepara o resto dos alimentos. Os dois homens são representados a partir de modelos presentes nas ilustrações dos índios Tupinambás da edição da narrativa de Staden. Com exceção das roupas, as posturas dos espanhóis são iguais às dos indígenas. Contudo, a presença desta imagem junto com as outras três e, principalmente, com o frontispício também copiado do volume de Staden, dão outros significados a estas aproximações. Enquanto os espanhóis famintos comem carne humana por – segundo Léry – pouco temor a Deus, os indígenas a utilizam como parte de seus rituais, o que pode ser observado claramente na capa presente nos dois volumes da coleção, que apresentam um festim antropofágico na parte inferior e nas laterais da ilustração e, na parte superior, retrata dois indígenas ajoelhados adorando um ídolo nativo (ilustrações 7, 8 e 9).



(ilustrações 7 e 8)



(ilustração 9)

Como visto no capítulo anterior, cronistas como Jean de Léry, Hans Staden e André Thévet diferenciavam os canibais (pessoas que se alimentam de carne humana) dos antropófagos (ingestão dos corpos como parte de um ritual). Divisão esta que, segundo Manuela Carneiro da Cunha, foi crucial no século XVI e permitiu a exaltação do índio brasileiro. Tal divisão, que deriva de julgamentos morais que estabeleceram uma “boa” e uma “má” ingestão de carne humana, relaciona-se também com o conceito recorrente no período de que negar a religião (como faziam os judeus e muçulmanos) era pior do que desconhecê-la.

Voltando à análise da página de apresentação dos três cronistas, que apresentam apenas os títulos alterados, percebe-se que Theodore de Bry utilizou elementos cristãos para representar os nativos. Além do festim antropofágico, presente na parte inferior da gravura, e do casal que se alimenta de pedaços de corpos humanos, há a inclusão de um objeto na parte superior que é buscado por dois índios ajoelhados. Além da aparência suplicante dos nativos – um deles é representado com as mãos dadas, como se estivesse rezando para o ídolo –, é importante observarmos que o alto das imagens era recorrentemente utilizado por de Bry como espaço privilegiado para retratar a idolatria. O frontispício do volume quatro, por exemplo, mostra os nativos adorando um ser monstruoso com duas cabeças, já a parte cinco retrata, no mesmo local, uma cruz sendo fincada no Novo Mundo, o que poderia transmitir uma noção de progresso da fé cristã, uma vez que ambas são dedicadas a um mesmo autor, Girolamo Benzoni. Dessa forma, nota-se que a capa relaciona o canibalismo e a idolatria.

Esta aproximação foi tomada por diversos autores como uma mudança nos rumos das *Grands Voyages*. Ronald Raminelli apontou que, ao analisar a coleção, Bernadette Bucher identificou uma alteração no conteúdo das ilustrações a partir do terceiro volume: “iniciou-se um processo de demonização dos americanos, destacando-se o canibalismo e os costumes exóticos. As gravuras reproduziam o cotidiano e os hábitos dos Tupinambás e pretendiam recriar graficamente uma atmosfera de horror, povoada por canibais e seres demoníacos” (VAINFAS: 2000, p. 546). Através desta interpretação, a inclusão desta ilustração na obra de Schmidl seria uma forma de reforçar os aspectos bárbaros dos indígenas americanos, mesmo que o relato abordasse outra região do continente americano. No entanto, a partir da afirmação de Janice Theodoro de que para de Bry os índios e

européus eram “irmãos”, a análise de alguns elementos existentes nos volumes da coleção apontam para outras interpretações.

O terceiro volume da coleção contém, além das ilustrações baseadas nos relatos de Staden e Léry, uma imagem de Adão e Eva no Paraíso, muito pouco comentada pelos historiadores que analisaram as *Grands Voyages* (ilustração 10). Zinka Ziebell afirmou que a representação do casal original nas coleções de narrativas de viagens estaria relacionada à ascensão de uma nova concepção: “o tema da unidade do gênero humano viria a substituir, dentro das coleções, o tema cosmográfico da unidade do mundo. A repetida invocação das figuras de Adão e Eva na introdução às coleções representa exemplarmente essa nova concepção” (ZIEBELL: 2002, p. 116).

A repetição de uma gravura já presente no primeiro volume, que retrata a passagem bíblica do fruto proibido, junto com uma série de ilustrações da antropofagia praticada por certos grupos indígenas reforça a noção de que os habitantes do Novo Mundo, apesar de possuírem alguns costumes bárbaros, também são descendentes de Adão e Eva. A origem comum deixaria nos nativos, além do pecado original, a “semente cristã” que vários autores do período procuravam. Ela seria a prova de que eles poderiam ser convertidos ao cristianismo, o que é reforçado pela postura dos dois índios retratados na parte superior da página de apresentação que, mesmo desconhecendo a verdadeira religião, apresentam atitudes e posturas semelhantes às dos cristãos. Assim, a reutilização da capa de Staden e Léry no volume de Schmidl seria uma forma de enfatizar não a barbárie indígena, mas alguns aspectos que os aproximariam dos cristãos.



(ilustração 10)

A ilustração do casal original feita por de Bry é claramente inspirada na pintura de Albrecht Dürer, mestre de Etienne Delaune, de quem de Bry foi discípulo (ilustração 11). As duas imagens apresentam Adão e Eva diante da árvore do fruto proibido tendo ao centro uma serpente enrolada em seu tronco. Outros elementos também reforçam essa aproximação, como a postura dos corpos do casal e a presença de alguns animais. A serpente retratada no centro da ilustração de Theodore de Bry evidencia claramente a utilização do “vocabulário” que o editor criou em suas gravuras. Diferentemente da imagem de Dürer, Bry representou a parte superior do animal como uma mulher que, apesar de ter um rosto jovem, apresenta os seios caídos¹⁰⁹. Um elemento que era comumente associado à degeneração do corpo e da alma das velhas antropófagas Tupinambás também está presente na árvore do Paraíso.

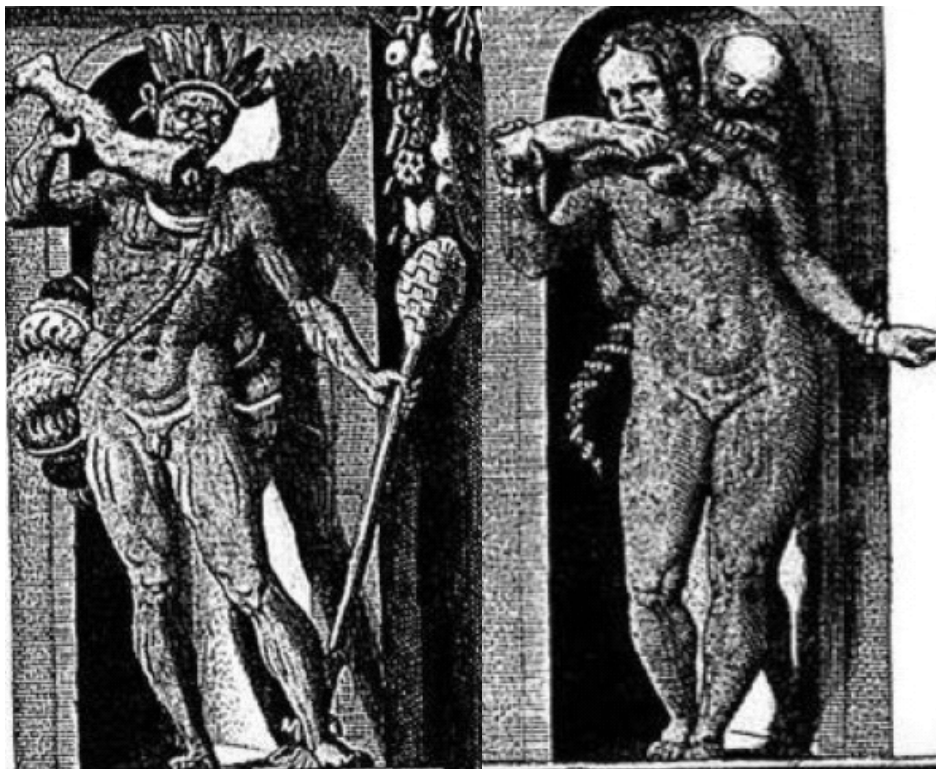
Novamente retornamos à análise das posturas dos corpos dos indígenas. O casal Tupinambá retratado comendo uma perna e um braço humanos ao lado dos títulos das crônicas de Staden, Léry e Schmidl é representado a partir dos cânones utilizados por Dürer em seu *Adão e Eva ou A Queda do Homem*¹¹⁰ (ilustrações 11, 12 e 13). Além da mesma disposição corporal, os membros dos indígenas estão em posições muito semelhantes às do casal original, entretanto, enquanto Adão tem suas “vergonhas” cobertas pela vegetação e está segurando um galho de árvore, o Tupinambá está nu e segura uma perna humana em uma de suas mãos e a *ibirapema* em outra.

¹⁰⁹ A utilização dos seios caídos como marca dos costumes bárbaros dos habitantes do Novo Mundo foram amplamente analisados por Bernadette Bucher. Segundo Chicangana-Bayona: “*Bucher hace una lectura de estas imágenes como degradación, punición y condenación de los indios del Nuevo Mundo, lectura compartida por Belluzzo y Raminelli en lo que se refiere a las viejas antropófagas tupinambá, mientras que Baumann cree que las formas aberrantes en Theodoro de Bry no significan solo degradación y más bien indican la posibilidad de transformación*” (CHICANGANA-BAYONA: 2005, p. 57).

¹¹⁰ As semelhanças existentes entre as imagens de Albrecht Dürer e as de Theodore de Bry também foram analisadas em (CHICANGANA-BAYONA: 2006, pp. 15 – 47).



(ilustração 11)



(ilustrações 12 e 13)

Não se pretende com isso minimizar o impacto da antropofagia indígena nas gravuras feitas por Theodore de Bry. Através das ilustrações presentes nos diversos volumes das *Grands Voyages* fica evidente que o editor considerava tal prática como algo que deveria ser combatido e eliminado o mais rapidamente possível. Porém, a coleção também se inseria no debate, recorrente no período – tanto entre católicos quanto entre protestantes –, sobre a possibilidade ou não de conversão dos nativos. Com isso, a utilização de vários elementos, como a representação dos indígenas e europeus com os corpos iguais, as posturas e comportamentos “cristãos” presentes em alguns nativos, a repetição dos cabelos “tonsurados” e das recepções pacíficas e festivas em vários volumes, entre outros, trariam consigo a defesa de que a conversão não era apenas possível, mas também desejada pelos habitantes do Novo Mundo. A aproximação do canibalismo com a imagem da “queda do homem” reforçava a idéia de que, apesar de bárbara, a ingestão de carne humana era um pecado e, dessa forma, podia ser redimido através do arrependimento e da mudança de comportamento dos indígenas, uma vez que eles também eram descendentes do casal original criado por Deus. Porém, para que esse objetivo fosse alcançado era necessário que os encarregados de apresentarem a “verdadeira religião” aos gentios não agissem como os católicos espanhóis que acabaram adotando atitudes e costumes que, a princípio, deveriam combater.

Levinus Hulsius: a infância da humanidade

As ilustrações presentes nas *Grands Voyages*, realizadas pelo ateliê de Theodore de Bry, não apenas causaram um grande impacto entre seus leitores, como também influenciaram obras de diversos autores durante décadas. Segundo Michèle Duchet, pelo menos até o final do século XVIII “*les Indiens de Théodore de Bry ne cessent d’attirer la curiosité et de fournir comme une image du Vrai bonne à toutes fins*” (DUCHET: 1987, p. 46)¹¹¹.

¹¹¹ Flavia Galli Tatsch indicou a influência do “vocabulário iconográfico” criado por de Bry em alegorias da América e da África e em artistas como Charles Le Brun (TATSCH: 2006, p. 51). Suas ilustrações chegaram até a ser usadas por clérigos católicos, como o austríaco Philoponus, que tentou retratar os espanhóis como presas dos feiticeiros nativos.

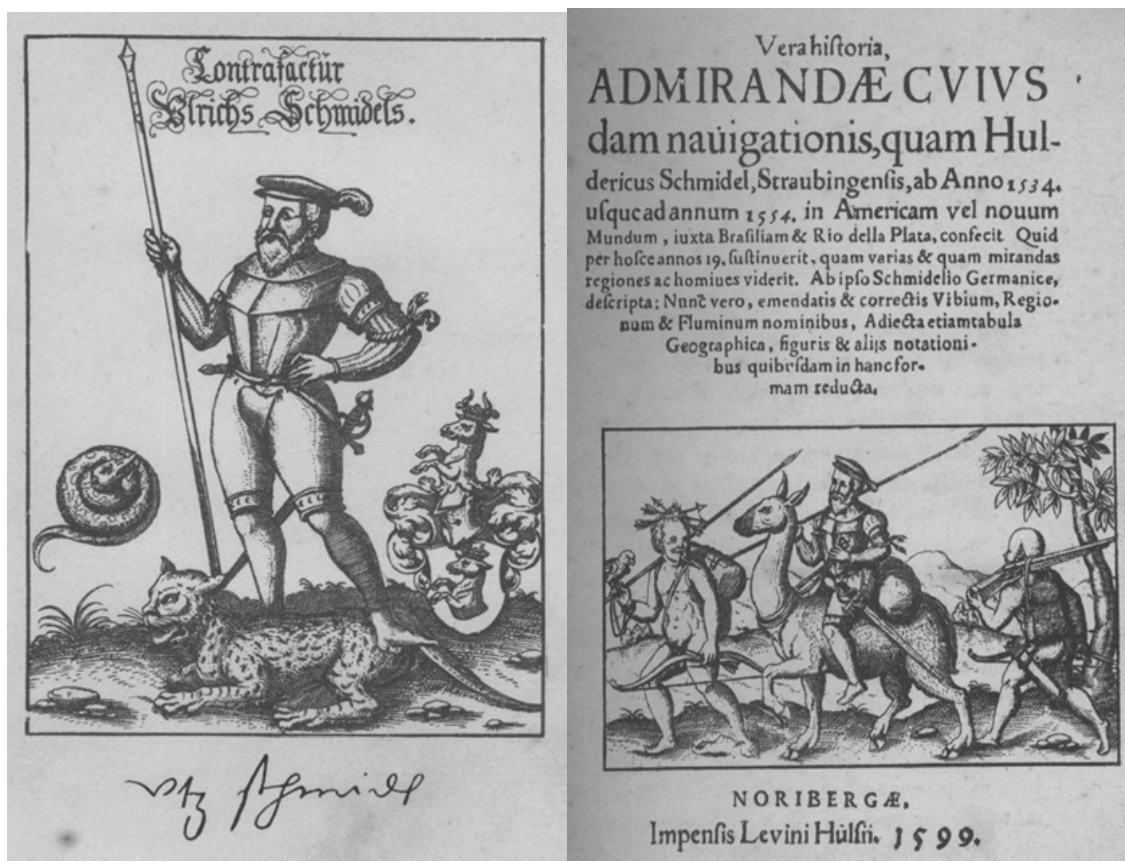
Não apenas autores utilizaram estas gravuras como referência para suas próprias ilustrações. Podemos citar como exemplo Levinus Hulsius, geógrafo, construtor de instrumentos científicos e editor de uma coleção de vinte e seis narrativas de viajantes relativas às Índias Orientais e Ocidentais, além de outras obras, como a tradução para o alemão do *Epítome* de Abrahan Ortelius. Hoje extremamente rara, a coleção de crônicas, editada na cidade de Nüremberg, dedicou seu quarto volume à *Viaje al Río de la Plata*, lançada em 1599¹¹² e republicada em 1602 e 1612: “foi a versão de Hulsius que teve o maior número de edições e marcou a recepção do livro, devido talvez, em parte, às gravuras que a acompanhavam” (ZIEBELL: 2002, p. 277). O editor indicou na dedicatória ao príncipe de Bamberg o caráter instrutivo da obra: “sou da opinião de que as histórias e relatos sobre novos países e povos, além de serem divertidas, são uma leitura necessária para os cristãos, pois nos proporcionam a oportunidade de apreciar a imensa e maravilhosa obra divina”. Segundo Zinka Ziebell, os argumentos apontados por Hulsius coadunavam-se com o lema protestante de disseminar a palavra de Deus através de histórias instrutivas, o que ocorre também durante o trecho em que o editor afirmou que procurou baratear os custos do livro¹¹³.

A ela foram adicionadas dezoito imagens (incluindo um mapa da região sul da América), que possuem, em sua maioria, o nome dos locais e grupos indígenas retratados, além do número do capítulo em que cada ilustração se baseou. Entre as gravuras, existem duas que incluem a figura do próprio cronista: uma onde ele se encontra montado em um animal de carga (denominado pelo editor como “*Pacos oder Amida*”) sendo acompanhado por dois indígenas armados que carregam sua bagagem, e outra, que possui a inscrição “*Contrafactur Ulrichs Schmidels*”, onde ele aparece de pé junto com animais selvagens (uma serpente enrolada em seu lado esquerdo e um tigre a seus pés) e com o brasão de sua família (ilustrações 14 e 15). Como visto no capítulo anterior, Hulsius afirmava possuir o único manuscrito escrito por Schmidl, que seria diferente das outras versões existentes. Dessa forma, a introdução de imagens do próprio cronista seria uma tentativa de legitimar o

¹¹² Seu título completo era: “*Wahrhaftigen Historien einer Vunderbahen Schiffart welche Vlrich Schmiedel von Straubingen von anno 1534 bis 1554 in American oder Neuen Welt bey Brasilia und Rio della Plata gethan*”.

¹¹³ “Ao deparar-me com essa história maravilhosa e digna de menção de Ulrich Schmidel, natural de Straubing, manuscrita, decidi com grande prudência que deveria ser publicada de forma barata” (*apud* ZIEBELL: 2002, p. 277).

conteúdo de sua edição. Segundo Roger Chartier: “o retrato do autor, que torna imediatamente visível a atribuição do texto a um eu singular, é freqüente no livro impresso do século XVI. Quer a imagem dote o autor (ou o tradutor) dos atributos reais ou simbólicos de sua arte, ou o heroifique à antiga, ou o apresente ‘ao vivo’, ao natural, sua função é idêntica: constituir a escrita como expressão de uma individualidade que fundamenta a autenticidade da obra” (CHARTIER: 1994, p. 53).



(ilustrações 14 e 15)

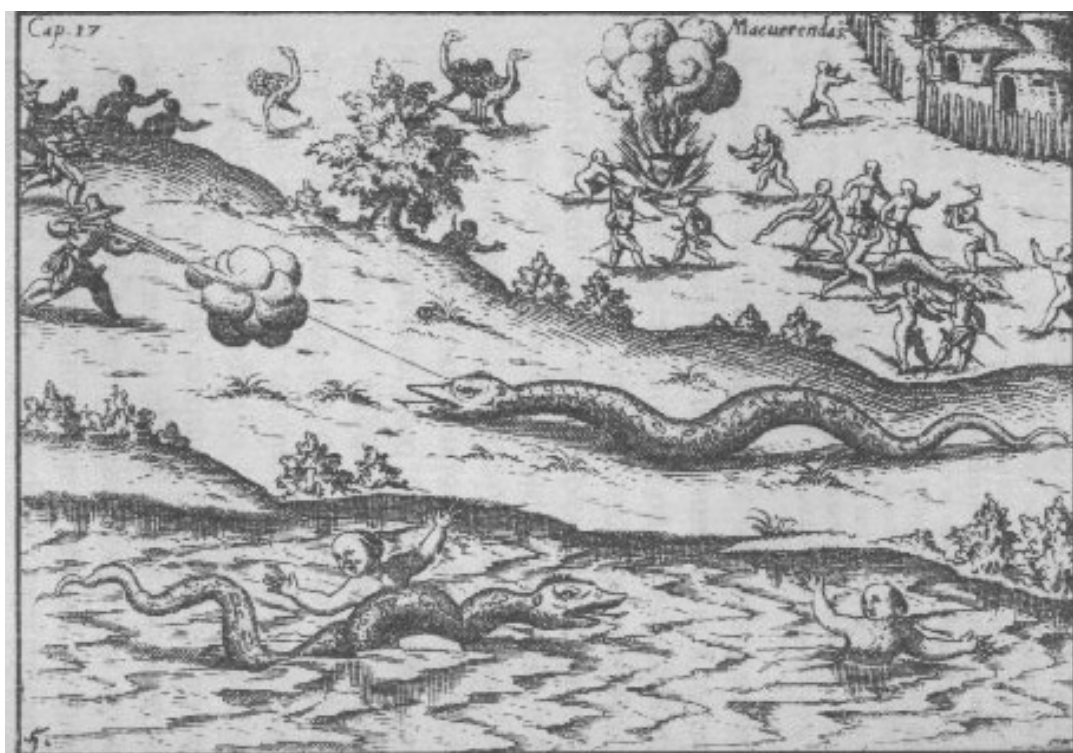
Luis L. Dominguez, no prefácio da edição inglesa da obra de Schmidl, indicou que Hulsius era amigo de Theodore de Bry e, assim como ele, foi expulso de sua cidade natal devido às suas posições políticas e religiosas: “one of the most active advocates of Church Reform, expelled from Ghent, his native place, by decree of the King of Spain during the most critical period of the struggle maintained by the Flemings for their national independence and their religious beliefs” (SCHMIDT: 1891, p. XXX). Segundo Bucher, tal amizade acabou influenciando o conteúdo de suas gravuras, que privilegiava o lado

anedótico da relação entre índios e espanhóis e teria se inspirado principalmente no primeiro volume das *Grands Voyages* (BUCHER: 1977, p. 22). Aproximação esta, que pode ser observada através das ilustrações que retratam casais de grupos indígenas.



(ilustrações 16 e 17)

Diferentemente das gravuras feitas por de Bry, as imagens de Hulsius apresentam modificações entre os diversos grupos indígenas. Dessa forma, os Jerú são representados nus e com adornos e pinturas por todo o corpo, as mulheres Timbús vestem uma espécie de saia, os Cario enfeitam seus cabelos com flechas, entre outros. Contudo, a análise em conjunto de tais ilustrações indica que as diferenças seriam, assim como no próprio relato de Schmidl, apenas externas. Independentemente dos grupos a que pertencem, os nativos são mostrados como seres bondosos e ingênuos. Apesar de retratar alguns ataques e traições dos indígenas, as ilustrações de Hulsius aproximam os nativos de uma “infância da humanidade”, como visto nas imagens que mostram o casal de Carios e a eliminação de uma cobra gigantesca que estava dizimando os índios Mocoretás (ilustrações 18 e 19).



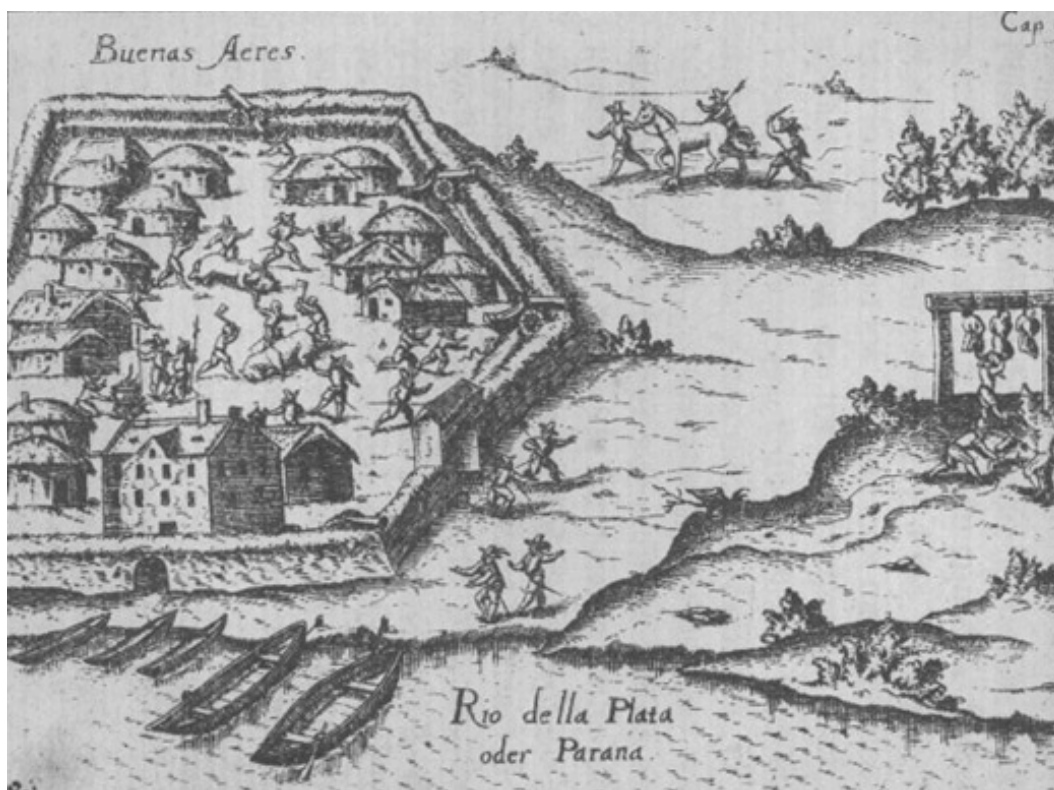
(ilustração 18)



(ilustração 19)

As duas ilustrações incluídas em seqüência na crônica possuem fortes elementos religiosos em seus conteúdos. A índia oferecendo um fruto para o homem remete diretamente à imagem de Adão e Eva presente em algumas edições das *Grands Voyages*, e traz consigo, como visto acima, a noção de que os nativos também descendem do casal criado por Deus, o que comprovaria sua humanidade. Já a imagem dos europeus matando a cobra que atacava os indígenas remete não apenas à serpente que habitava o Paraíso, como também ao início da conversão e ao combate à idolatria no Novo Mundo, uma vez que os europeus matam a cobra com suas armas de fogo. Schmidl, ao descrever tal passagem, reforçou a ignorância dos indígenas sobre esse animal: “*Cuando los indios la vieron, se admiraron mucho de la serpiente porque nunca jamás habían visto tan grande serpiente (...) los indios no sabían como podia suceder que esta serpiente há comido muchos indios*” (SCHMIDEL: 1938, pp. 64 – 65). Tal ignorância está relacionada com o desconhecimento da religião cristã (após a morte, os índios cortam em pedaços e comem a cobra), entretanto, isso não formava um impedimento para a conversão dos nativos, uma vez que eles também possuíam uma “semente cristã”.

Após a análise das passagens selecionadas para serem ilustradas, torna-se necessário também observarmos alguns aspectos da crônica de Schmidl que foram omitidos nessas gravuras. Como visto nas páginas anteriores, o canibalismo era algo que atraía muito a atenção do público leitor do período, sendo comumente utilizado tanto por católicos quanto por protestantes como argumento para atacar o comportamento do lado oposto. Isso fica evidente quando notamos que de Bry buscou criticar a atuação dos espanhóis através de ilustrações que apontavam para o incentivo, a exploração e até a prática de tal costume bárbaro por pessoas que, supostamente, deveriam combatê-lo. Levinus Hulsius também mostrou os espanhóis se alimentando dos cadáveres de seus companheiros condenados em duas de suas gravuras (ilustração 20), contudo, não há, em nenhuma delas, elementos que retratem a antropofagia indígena.



(ilustração 20)

Apesar de Theodore de Bry repetir o frontispício do volume de Staden, nenhuma das imagens que ele fez para a obra incluiu esta prática entre os índios. Pelo contrário. Ela é

incluída apenas entre os espanhóis, enquanto os nativos são representados caçando animais para realizarem um banquete de recepção. Já em Hulsius esta omissão se torna ainda mais relevante, uma vez que ele fez dezoito imagens para sua edição da *Viaje al Río de la Plata* e, em nenhuma delas, incluiu indicações deste costume. Isto fica evidente quando observamos que o editor – que buscou seguir as descrições dos diversos grupos indígenas feitas por Schmidl e se preocupou em incluir os adornos e as escarificações presentes nos corpos dos Jerú – ao retratar os Cario, os mostra com frutos nas mãos e, ao fundo, diversos animais que serviriam como alimento, mesmo com a indicação do cronista de que esse grupo praticava a antropofagia (ilustração 19)¹¹⁴. Ronald Raminelli afirmou que tal omissão não era apenas intencional como era algo recorrente no século XVI. Como visto no capítulo anterior, o autor apontou que atenuar a antropofagia indígena servia como arma contra os católicos espanhóis: “a valorização das comunidades indígenas trazia conotações colonialistas (...) Conceber os ameríndios como bons selvagens era uma forma engenhosa para denunciar as atrocidades praticadas pelos espanhóis no Novo Mundo” (RAMINELLI: 1996, p. 49). Dessa forma, percebe-se que as análises dos silêncios e das omissões também são importantes para se compreender as edições da *Viaje al Río de la Plata*.

Por fim, torna-se necessário ressaltarmos que não se buscou ao longo do capítulo apontar como o público leitor do período interpretou a crônica de Schmidl e os outros textos e ilustrações citados, mas sim quais aspectos Theodore de Bry e Levinus Hulsius – ambos editores reformados – consideraram relevantes ressaltarem ou omitirem para seus leitores que, em sua maioria, também eram protestantes. Contudo, este “trabalho de adaptação”, que visava direcionar a leitura das obras, não anulava o papel do leitor. Nas palavras de Roger Chartier: “abordar a leitura é, portanto, considerar, conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la. Essa tensão fundamental pode ser trabalhada pelo historiador através de uma dupla pesquisa: identificar a diversidade das leituras antigas a partir dos seus esparsos vestígios e reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentavam impor uma ortodoxia do texto, uma leitura forçada” (CHARTIER: 1990, p. 123).

¹¹⁴ “También han perecido en este tiempo por el Cario hasta unas veinte personas y este los ha comido” (SCHMIDEL: 1938, p. 55).

Capítulo 4

As Viajes al Río de la Plata

“tuvimos que buscar bastimento y canoas para que viajáramos aguas arriba por la Paraná por cien leguas y vinimos a un lugar que se llama Guingui; ahí quedamos cuatro días. Esto pertenece hasta este lugar a la Cesárea Majestad y es tierra de los Carios. Ahora comienza la tierra del rey de Portugal, de los Tupis”

Ulrico Schmidl

“A Pátria é, antes de tudo, a História da Pátria”

Manuel Domínguez

As edições da crônica

Como visto no capítulo anterior, Roger Chartier indicou que o processo de compreensão de qualquer texto é dependente “das formas através das quais ela atinge seu leitor”. Dessa forma, torna-se necessário abordarmos o “caminho” percorrido pela *Viaje al Río de la Plata* desde a circulação dos primeiros manuscritos na região da Baviera. Ainda segundo Chartier, o estudo das diferentes edições da crônica de Schmidl permite-nos analisar alguns “usos e leituras” da obra, cujas publicações, ao longo dos séculos, responderam aos mais diferentes anseios – desde a confirmação do comportamento

“bárbaro” dos espanhóis no Novo Mundo até a busca pelos primeiros indícios das nações sul-americanas.

O historiador paraguaio Efraim Cardozo identificou quarenta e duas publicações da crônica de Schmidl até meados do século XX (CARDOZO: 1959, pp. 150 – 165)¹¹⁵. Sua primeira edição foi lançada por Martín Lechler, sem o preâmbulo e o epílogo, em 1567, na feira do livro da cidade de Frankfurt, como parte integrante de uma coleção de viagens organizada por Sigmund Feyerabend e Simon Hüters¹¹⁶. Como vimos no capítulo anterior, a *Viaje al Río de la Plata* foi republicada várias vezes ao longo das últimas décadas do século XVI, pelas casas impressoras de Levinus Hulsius e Theodore de Bry. Tais editores não só adicionaram ilustrações, como também alteraram seu texto. Hulsius, que asseverava possuir o manuscrito original, indicou, logo no título de sua edição, que “fez melhoramentos e correções de nomes de cidades, países e rios”. Em suas “advertências necessárias ao bom leitor”, o editor indicou ainda que a obra do cronista havia sido comparada com outros relatos do período (como as *Singularidades da França Antártica*, de André Thévet), o que o levou a incluir algumas explicações quando julgasse necessário (*apud* ZIEBELL: 2002, p. 276).

Até o início do século XVII, a crônica de Schmidl foi reeditada diversas vezes, tanto em latim quanto em alemão (Cardozo indicou a existência de dezesseis publicações entre 1567 e 1655). Difusão esta que, segundo Zinka Ziebell, rivalizaria com as *Dois Viagens ao Brasil*, de Hans Staden, e o colocaria como o segundo relato de maior sucesso entre as testemunhas oculares alemãs que descreveram as terras do novo continente. No entanto, o interesse inicial pela obra, concentrado especialmente na região alemã, não se manteve. No século XVIII, foram encontradas apenas traduções para o holandês (1706) e o espanhol (1731 e 1749). Ao longo do século XIX, a crônica continuou sendo traduzida, com versões em francês (1837) – como parte integrante da coleção de narrativas de viagens organizada

¹¹⁵ Francisco Esteve Barba também fez uma relação das edições da crônica de Schmidl (BARBA: 1992, pp. 632 – 645).

¹¹⁶ Seu título completo era: “*Warhafftige und liebliche Beschreibung etlicher furnemen Indianischen landtschafften und Insulen die wormals in keiner Chornicken gedacht und erstlich in der Schiffart Ulrici Schmidts von Straubingen, mit grosser gefahr erkündigt und von ihm selber auffs fleissigitt beschrieben und dargettham*”.

por Ternaux-Compans –, e em inglês (1841) – presente na *The Principal Navigations* de Richard Hakluyt¹¹⁷.

Contudo, o interesse pela obra de Schmidl, antes reservado apenas a alguns países europeus, aumentou consideravelmente na região sul do continente americano, especialmente na Argentina, que buscava nos mapas, cartas e narrativas de viajantes coloniais as “raízes” da nação recém-independente. Dessa forma, no presente capítulo, pretendemos concentrar nossas atenções nas diversas edições argentinas da *Viaje al Río de la Plata* publicadas entre o final do século XIX e início do XX. Edições que, através da comparação com outros documentos contemporâneos, geraram uma série de controvérsias sobre a veracidade das informações fornecidas pelo soldado bávaro e, inclusive, de sua “utilidade” para os estudos sobre o início da presença européia na região sul do Novo Mundo. A partir disso, analisaremos tanto os argumentos apontados por autores que consideravam Schmidl um narrador “confiável” – e buscavam, através de seus estudos, “revalorizá-lo” –, quanto os que, devido à existência de “erros” e “lacunas” em sua crônica, o definiram como um “mau historiador”. Porém, enfatizamos, novamente, que não pretendemos estabelecer quais passagens da crônica seriam verdadeiras e quais seriam falsas, espécie de “julgamento” que, como veremos adiante, foi intensamente praticado por historiadores do início do século passado.

Pretendemos também abordar o escasso interesse pela obra de Schmidl no Brasil, que praticamente se limitou aos trechos em que o soldado bávaro descreveu sua última passagem por terras consideradas “brasileiras” (expedição a São Vicente em busca de embarcações que pudessem levá-lo de volta à Europa). Por fim, assim como em capítulos anteriores, compararemos sua crônica com as *Duas Viagens ao Brasil* do também protestante alemão Hans Staden. Em especial, tentaremos estabelecer uma relação entre o processo de construção de uma História nacional realizado pelas historiografias brasileira e argentina. Processo este que, através de uma análise considerada “científica” dos relatos coloniais, selecionou um conjunto de fontes “nacionais”, onde Staden seria visto como um cronista “brasileiro”, e Schmidl, “argentino”.

¹¹⁷ Uma segunda edição em língua inglesa – abreviada, com apenas três capítulos – foi publicada no décimo sétimo volume da coleção organizada pela *Hakluyt Society: Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrims – containing a history of the World in sea voyages and land travels by Englishmen and others.* (SCHNIRDEL: 1906, pp. 1 – 56).

A busca pela *alma de la raza*

Como visto na epígrafe do escritor e político paraguaio Manuel Domínguez, era recorrente entre o final do século XIX e início do XX, a visão de que os rumos das colônias recém-independentes passavam, necessariamente, pela construção de uma identidade e de um passado nacional. Segundo a historiadora Mónica Quijada, não há identidade sem memória, assim como não há o estabelecimento de propósitos coletivos sem mitos: “*en Hispanoamérica, la asociación de la ‘patria’ a la nación’ conllevó la selección, reelaboración y construcción de memorias históricas que actuaran, a la vez, como elemento de legitimación de las nuevas unidades políticas, como factor de reafirmación en el presente y augurio venturoso del común destino, y como singularidad capaz de sobre imponerse a la ‘identidad americana’*” (QUIJADA: 2003, p. 304).

François-Xavier Guerra indicou, na coletânea *Inventando la Nación – Iberoamérica siglo XIX*, que, em grande parte do continente americano, o surgimento de novas nações não foi precedido por movimentos “nacionalistas”. Para o autor, a independência estaria mais relacionada à crise política e conseqüente desintegração da Monarquia espanhola e do Império luso-brasileiro – culminada pela invasão do exército de Napoleão Bonaparte na península Ibérica –, do que com um processo de “emancipação nacional”. Com isso, teria se estabelecido uma grande distância entre a nação como comunidade política soberana e a nação como identidade coletiva: “*quedaré aún pendiente en todos los nuevos estados la construcción de otros aspectos de la nación: en lo político, la ‘nación cívica’, la asociación voluntaria de los individuos ciudadanos, y en lo cultural, conseguir que todos compartieran una historia y un imaginario comunes, aunque fueran míticos*” (GUERRA: 2003, p. 220).

Distância esta que, aliada a uma busca por reconhecimento internacional, resultou no que Guerra denominou de “déficit de legitimidade”¹¹⁸. A *americanidad*, característica do período de disputas contra os espanhóis, mostrava-se insuficiente para fundar as bases

¹¹⁸ “*Naciones inciertas, sedientas de reconocimiento legal en el ‘concierto de las naciones’, los nuevos estados son, al mismo tiempo, ‘naciones’ débiles, víctimas de un déficit de legitimidad que las expone a la tutela de las grandes potencias*” (GUERRA: 2003, pp. 7 – 11).

políticas de uma nação, o que gerou o “paradoxo das nações hispano-americanas no século XIX”: ao contrário do continente europeu – onde se buscava construir um Estado-nação moderno a partir da nacionalidade –, esses países buscavam construir Estados-nações separados a partir de uma nacionalidade, em grande medida, comum. (GUERRA: 2003, p. 220).

Tal déficit incentivou os países latino-americanos a realizarem um retorno ao passado colonial em busca de elementos que os diferenciasssem tanto das antigas metrópoles européias quanto dos também recentes países vizinhos. Enrique Florescano analisou as mudanças que ocorreram no conteúdo da narrativa histórica com a aparição desse “novo sujeito”, a nação. Segundo o autor, a História, no século XIX e em parte do XX, recebeu o encargo de iluminar as origens do país. O anseio de criar um Estado autônomo teria transformado o território, o povo e as mudanças da sociedade ao longo dos anos “*en el centro del rescate del pasado y del proyecto histórico. Literalmente, la historia recibió el encargo de iluminar el origen, explicar los fundamentos y describir los episodios estelares de la formación de la nación*” (FLORESCANO: s/d, p. 34).

Entretanto, José Emilio Burucúa indicou que esse processo de consolidação das nações sul-americanas não se manteve uniforme ao longo das décadas. O autor o dividiu em três etapas: a primeira (1810 – 1830), marcada pelo processo de independência e pela atuação de uma elite *criolla* que atuou “*con claridad y rapidez para crear un mundo de símbolos y tejer una red de ideas que sustituyesen al ya secular sistema de signos y formas de la monarquía borbónica*”; Já a segunda (1830 – 1860) seria caracterizada pela ascensão de uma “nova consciência histórica”, cujas obras construíram uma autopercepção inédita, projetada na longa duração, porém, “*tales discursos, a pesar de su compromiso con la lógica y la transparencia argumental, no dejaron de alimentar los mitos esbozados ni de generar otros nuevos*”; Por fim, a terceira etapa (1860 até meados do século XX) – período que marcou o auge no número de edições da crônica de Schmidl – foi considerada pelo autor como o apogeu da formação do sistema ideológico-simbólico das nações sul-americanas, onde permaneceu a confluência entre um pensamento que se pretendia racional e crítico com a alimentação de mitos nacionais (BURUCÚA: 2003, pp. 435 – 436).

A busca nos relatos coloniais por elementos que auxiliassem na construção da legitimidade nacional, em particular a partir de meados do século XIX, passou a identificar

os germes das nações já nos primeiros contatos realizados entre europeus e indígenas no Novo Mundo, ou mesmo, no período pré-colombiano. Porém, para autores como Mónica Quijada, tal retorno deveria ser mostrado como algo “natural”. Seu caráter de criação deveria, de certa forma, ser “apagado”, o que traria a imagem de uma nação “atemporal”¹¹⁹. Não por acaso, o fracassado primeiro projeto de uma história integral da nação argentina, fomentado por Clemente L. Fregeiro, buscava ser “*un ensayo de periodización de la historia que abarcaba desde la prehistoria – la idea positivista de los orígenes – hasta lo contemporáneo*” (RAVINA: 1990, p. 109). A *Síntese da História da Civilização Argentina*, de Ricardo Levene, também é exemplar. De acordo com o historiador, seria necessário percorrer um longo percurso, partindo do passado colonial em direção ao presente, para “auscultar a alma de um ‘povo’ que já existia e, mesmo três séculos de dominação espanhola, nunca a destruiu”. Dessa maneira, o “espírito democrático” que, segundo o autor, existiria em seu país, seria o resultado de uma formação lenta e gradual, cujas origens remeteriam às disputas pelo controle das expedições espanholas enviadas à região do Prata no início do século XVI, ou mesmo a períodos anteriores (LEVENE: 1950, pp. 29 – 31 e 78 – 79).

Este retorno aos relatos quinhentistas empreendido pela historiografia das jovens nações sul-americanas se ocupava com uma questão central: a identificação de um marco inicial, que, em geral, se tratava de um povoamento fundado pelas primeiras expedições enviadas pela Coroa espanhola. Assim como Ricardo Levene em relação à Argentina, Efraim Cardozo identificou as primeiras raízes da nação paraguaia já no início do século XVI. Logo no subtítulo de sua obra, o autor enfatizou que seu objetivo principal era encontrar nesse período as “*raíces de la nacionalidad*” (o que fica ainda mais evidente ao longo dos capítulos, que abordavam as raízes geográficas, econômicas, religiosas, heróicas, entre outras). No entanto, todos esses objetivos derivavam de um mesmo ponto comum: a fundação de Asunción. Fundação esta, que não representaria apenas o estabelecimento de um povoamento espanhol, mas o surgimento de todos os elementos que atuariam na

¹¹⁹ Em artigo que analisou as transformações do conceito de nação no imaginário hispano-americano, Mónica Quijada afirmou que, muito embora tenha sido produto de uma criação histórica moderna, o que deu força e continuidade à nação foi “*la desaparición en el imaginario colectivo de su carácter de ‘invención en el tiempo’, y su consecuente sustitución por una imagen de la nación propia como algo inmanente, además de singular y autoafirmativo y, en tanto tal, receptáculo de todas las lealtades*” (QUIJADA: 2003, pp. 288 – 289).

formação do Paraguai: “*cuando en el quince de agosto de 1537 se clavaron las empalizadas de la casa fuerte de Nuestra Asunción, para amparo y reparo de la conquista, al pié de la obra ya estaban amontonados los elementos integrantes de la futura nación paraguaya*” (CARDOZO: 1959, p. 230).

A obra de Manuel Domínguez também identificou na fundação de Asunción o nascimento da nação paraguaia. Ao longo de sua obra, o historiador buscou o que denominava ser a “*alma de la raza*”. Para isso, tornou-se necessário estabelecer uma criteriosa leitura dos relatos coloniais, que forneceriam os subsídios para comprovar a superioridade da nação não apenas em termos históricos (“passado heróico”), mas em diversos aspectos: intelectual (“alfabetização precoce”); cultural (não havia covardes entre os povos nativos e espanhóis que lá chegaram), racial (“foram embranquecendo porque o tipo superior reaparece na quinta geração”), entre outros. Em especial, era fundamental estabelecer, da forma mais detalhada possível, a “*fundación memorable*” de Asunción, considerada como sendo o “berço do Paraguai”. Para atingir seu objetivo, o autor selecionou e analisou vinte e oito relatos que demonstrariam, segundo ele, de forma cabal, que o verdadeiro fundador havia sido Juan de Salazar e não Domingo Martinez de Irala ou Juan Ayolas, uma vez que “*hay siempre un único, legítimo, verdadero fundador*” (CARDOZO: 1959, p. 213).

Procedimento semelhante ocorreu em outros países. Diversos autores (como Bartolomé Mitre e Eduardo Madero) se debruçaram sobre os escassos relatos que continham informações sobre o primeiro povoamento de Buenos Aires, o que gerou, por décadas, um intenso debate sobre o dia e local corretos¹²⁰. As comemorações em homenagem ao quarto centenário da primeira fundação da capital argentina são exemplares desse debate. Enrique de Gandía afirmou que um grupo de historiadores que se opunham ao governo do presidente Agustín tentou atacá-lo através da afirmação de que as comemorações aconteceriam no local errado, o que “mancharia” os festejos. Contudo, coube a Gandía – que exercia o cargo de secretário geral da “*Comisión Oficial de Homenaje*” – a tarefa de, segundo suas próprias palavras, “provar” que aquele, de fato, teria

¹²⁰ Outra questão que mobilizou a historiografia Argentina, entre o fim do século XIX e meados do XX, a respeito dos “primeiros passos” da nação, foram as possíveis motivações dos viajantes espanhóis ao darem o nome de Buenos Aires ao povoamento. Os historiadores se dividiram entre os que acreditavam na versão que atribui o nome aos “bons ares” do local e os que o apontavam como uma homenagem à Nossa Senhora dos bons ares.

sido o local escolhido pela expedição comandada por dom Pedro de Mendoza para o estabelecimento do primeiro povoado nas terras do novo continente (DÍAZ DE GUZMÁN: 2000, p. 19).

O nascimento da nação não necessitava apenas de um “berço” com data e local determinados com exatidão, mas deveria também ter uma história de bravura condizente com o grande país que gerou. Dessa forma, algumas passagens “desabonadoras” deveriam ser excluídas, justificadas ou minimizadas nas descrições. Como exemplo, podemos citar o canibalismo praticado por um grupo de espanhóis durante a primeira fundação de Buenos Aires. Assim como outros autores, Ricardo Levene excluiu em sua obra trechos de relatos que retratavam esta prática. A descrição dos soldados se alimentando dos cadáveres de seus companheiros foi o único trecho do capítulo da *Viaje al Río de la Plata* dedicado à fundação do povoamento omitido pelo historiador argentino, que, após apontar a escassez de alimentos sofrida pela expedição, concluiu indicando que ela foi destruída por um grupo de índios Querandíes (LEVENE: 1950, pp. 59 – 63). Enrique de Gandía também procurou suprimir as referências a esta passagem. Ao tentar justificar a poligamia praticada no período por alguns soldados, descrevendo-a como algo necessário para evitar o ataque dos antropófagos guaranis, o autor apontou que: “*para salvar la vida y dominar la tierra tuvieron que asimilarse a su poligamia – no a la antropofagia – y casarse con docenas de indias*” (DÍAZ DE GUZMÁN: 2000, pp. 10 – 11). Mesmo autores que abordaram o canibalismo espanhol, ressaltaram que este foi um recurso extremo e que agir desse modo não os aproximava dos costumes adotados por alguns grupos indígenas, que tinham prazer na ingestão de carne humana, além de a praticarem de forma generalizada, não relacionada com a escassez de alimentos. Para estes autores, assim como para Pedro de Angelis, a antropofagia seria mais um indício da obstinação dos espanhóis em continuar sua missão civilizadora na região sul do novo continente do que um sinal de selvageria.

Paralela à construção de um passado triunfante ocorria também a busca por heróis fundadores, que fossem representativos das bases morais em que se sustentavam os países formados recentemente. Novamente, as afirmações de François-Xavier Guerra são esclarecedoras. Segundo o historiador, o processo de construção da nação requeria um rol de mitos compartilhados por todos “*una historia de la génesis de la nación, de sus héroes fundadores y de sus enemigos, del horrible pasado del que ha logrado liberarse y del*

grandioso futuro que le cabe esperar” (GUERRA: 2003, p. 11). Entretanto, para o estabelecimento deste “panteão”, tornava-se necessário a realização de uma análise pormenorizada dos relatos coloniais, para que se definissem quais deles forneceriam informações “confiáveis” sobre o período e, com isso, pudessem integrar o “corpus histórico nacional”.

O “julgamento” das crônicas

O retorno às narrativas de viajantes que descreveram o início da presença européia no Novo Mundo foi fortemente influenciado pelas correntes positivistas de pensamento que chegavam da Europa desde meados do século XIX. Influência esta, que fez com que tais relatos fossem submetidos a críticas de autenticidade, proveniência, interpretação até, nas palavras de Elias Thomé Saliba, chegarem “ao seu máximo, que era a crítica de credibilidade – que o historiador brasileiro Francisco Adolfo Varnhagen, num raro vislumbre de sinceridade, chegou a compará-la a uma paciente ‘acareação’”. Ainda segundo Saliba, as crônicas passavam por “sucessivas grades de questionamento”: a testemunha enganou-se ou quis enganar-nos? Foi obrigada a isso? Foi testemunha direta, ocular ou secundária? (*apud* REIS: 2007, p. 27 – 28).

Com isso, percebemos que durante o “julgamento” realizado por alguns historiadores, acabava-se estabelecendo uma relação de hierarquia entre os diferentes relatos coloniais. No caso específico da crônica de Schmidl, a gradação entre as fontes fica evidente através da comparação feita entre a *Viaje al Río de la Plata* e a *Historia Verdadera de la conquista de la Nueva España*, do soldado espanhol Bernal Díaz del Castillo. Autores como Edmundo Wernicke e Bartolomé Mitre afirmavam que ambos os relatos revelavam a “*expresión fiel de la opinión de los soldados*”. Contudo, a falta de “*datos etnográficos, geográficos, estadísticos, astronómicos ó de historia natural*” entre outros fatores, levaram os editores à conclusão de que “*el no llega a la altura de Castillo*” (SCHMIDEL: 1938, pp. 18 – 19); “*la de éste es muy superior*” (SCHMIDL: 1903, pp. 3 – 6).

Dessa forma, podemos observar que tal historiografia considerava ser possível alcançar a totalidade do passado colonial, o que, através da confrontação e da busca por

elementos comuns entre os diversos documentos existentes, geraria uma “versão final” sobre o período analisado. O comportamento do historiador Enrique de Gandía é emblemático a esse respeito. Em sua *Historia de la conquista del Río de la Plata y del Paraguay*, o autor descreveu sua busca constante em seguir procedimentos considerados científicos que, junto com o esforço de outros autores, permitiria estabelecer uma análise da totalidade dos documentos remanescentes do período, o que os levaria à escrita de uma “história definitiva” da conquista do Prata¹²¹.

A partir da concepção de que seria possível estabelecer uma interpretação única, os autores, cujo conteúdo das obras não compartilhassem com tais conceitos, acabavam sendo considerados como fontes “inferiores” ou, simplesmente, eram desconsiderados. Procedimento que fica evidente no terceiro tomo da *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Río de la Plata*, organizada por Pedro de Angelis. Nele, o editor argentino, após exaltar as inúmeras qualidades existentes na *Viaje al Río de la Plata*, desqualificou todos os outros relatos contemporâneos e afirmou que a crônica de Schmidl era “*la única fuente en que deben beber lo que se proponen seguir los primeros pasos de los europeos en estas remotas regiones*” (ANGELIS: 1836, p. IV).

O primeiro passo para se estabelecer o “julgamento” de uma fonte colonial era determinar qual das diferentes versões seria a “verdadeira”. Como visto no segundo capítulo, foram encontrados três manuscritos da *Viaje al Río de la Plata*, com relevantes diferenças entre si (haveria ainda outros, como o que o editor Levinus Hulsius afirmava possuir). A existência de várias versões levou alguns historiadores à busca pelo original. Entre eles, Edmundo Wernicke, que, após diversas comparações, concluiu que ele seria o de Stuttgart, o que tornaria os outros manuscritos inferiores – assim como as edições que deles se utilizaram. Com isso, Wernicke criou uma tabela onde as outras versões tinham seu valor determinado de acordo com as semelhanças e diferenças existentes em relação ao original, que teria sido o único escrito diretamente pelas mãos do cronista: “*para expresar*

¹²¹ “... hemos seguido un orden sistemático. Conforme explica Hugo Dingler (...) el orden sólo existe cuando se evitan los dialelos y contradicciones, cuando una proposición supone a otra anterior, como en el pensamiento puro de la geometría, y todas dependen entre sí en una sucesión lógica e indestructible. Adaptándose a este sistema, la historiografía puede considerarse ciencia. (...) Esperemos que nuestro esfuerzo no quede sin imitadores. Para que algún día pueda escribirse nuestra historia de un modo definitivo” (GANDÍA: 1932, pp. 10 – 11).

nuestra opinión sobre estas ediciones y manuscritos, designamos con el valor de 100 al original de Stuttgart; así correspondería el de 75 a la edición de 1567, el de 70 a los manuscritos de Munich y Hamburgo; para juzgar la importancia de la última nos basta la copia fotográfica de una de sus páginas, mientras la edición de Nuremberg de Hulsius apenas merece un cociente de 50” (SCHMIDL: 1938, p. 23).

Após os debates relativos à disputa pelo manuscrito original, tornava-se necessário utilizar as chamadas “grades de questionamento” no conteúdo do relato de Schmidl, para que fosse possível determinar seu grau de “confiabilidade”. A introdução escrita por Samuel Lafone Quevedo para a edição publicada em 1903 é exemplar. Nela, o editor e tradutor argentino indicou que a *Viaje al Río de la Plata* continha uma grande quantidade de dados etnográficos. Contudo, tornava-se necessário determinar se tais dados possuíam algum conteúdo “científico”, o que demonstraria o “real valor” da obra. Após esta afirmação, o autor pontuou seis características que um observador do século XVI deveria possuir: “*1ª Conocer personalmente á los Indios que se describen; 2ª Consignar sus rasgos físicos; 3ª Describir sus usos y costumbres; 4ª Fijarse en la lengua o idioma; 5ª Precisar la distribución geográfica; 6ª Dar los nombres con que los conocían, propios y extraños*” (SCHMIDEL: 1903, p. 57). A partir destes seis objetivos, Lafone Quevedo procurou analisar como o relato se ajustava “*á las reglas á que pretendemos someterlo*”. Para isso, selecionou uma série de descrições de grupos indígenas e indicou quantas dessas regras haviam sido “cumpridas” – total ou parcialmente – em cada uma delas: “*sobre estos Indios [Guaranis] algo más no dice á la pasada por tierra de regreso á su país (...) y así cumple con las reglas 5ª y 6ª*”. Por fim, após extensa análise, o editor chegou à conclusão que, apesar de algumas passagens não satisfazerem completamente as metas por ele impostas, a crônica de Schmidl era “confiável” e seu conteúdo podia ser utilizado como fonte de informações a respeito dos costumes dos habitantes do Novo Mundo. (SCHMIDEL: 1903, pp. 56 – 79).

Os trechos das crônicas que eram julgados insatisfatórios pelos historiadores eram “complementados” ou corrigidos através dos relatos de outros autores do período. Dessa forma, voltando aos critérios estabelecidos por Lafone Quevedo para validar ou não as informações referentes aos grupos indígenas descritos por Schmidl, observamos que, durante a análise do capítulo dedicado aos Charrua, o editor argentino indicou que “*aquí*

sólo faltan dos de nuestras reglas, 2ª y 4ª, sendo assim necessário “*completar los datos por autores tan célebres como Hervás, Azara y d’Orbigny*” (SCHMIDEL: 1903, pp. 56 – 57).

É interessante observarmos que a comparação entre relatos contemporâneos foi largamente utilizada durante o processo de legitimação ou não do conteúdo das crônicas quinhentistas. Processo este, que começou no próprio século XVI. Como vimos anteriormente, Levinus Hulsius escreveu uma advertência a seus leitores informando que a obra de Schmidl teria sido corrigida a partir da comparação com outros relatos de viajantes, para que se tivesse certeza de que seu conteúdo estava “em conformidade com aquilo que dizem os historiadores espanhóis, italianos e franceses” (*apud* ZIEBELL: 2002, p. 278). O fato de alguma informação ter sido “confirmada” através das obras de outros autores tornaria os relatos mais confiáveis. A esse respeito, é exemplar a célebre passagem em que Jean de Léry descreveu o contato que teve, anos após a publicação de sua *Viagem à terra do Brasil*, com o relato escrito por Staden: “muito contente fiquei ao verificar que a tudo se referiu como eu o fiz, oito anos antes de conhecer sua obra, e que a tal ponto coincidia o que escrevemos ambos tanto a cerca dos selvagens do Brasil como das coisas vistas no mar, que parecia termo-nos concertado para fazer nossas narrativas” (*apud* LUZ: 2000, pp. 56 – 57)¹²².

A comparação entre diversos relatos contemporâneos como forma de legitimar, mas também de corrigir e complementar os textos, também fica evidente através dos anexos existentes em algumas edições da *Viaje al Río de la Plata* do início do século XX, como as organizadas por Samuel Lafone Quevedo e Edmundo Wernicke. Assim, a carta de Isabel de Guevara comprovaria o ataque de grupos indígenas à expedição, já a *relación* de Domingo Martinez de Irala não apenas corrigiria Schmidl – apontando a data correta para a fundação de Buenos Aires –, mas também se trataria de um “*documento indispensable para*

¹²² Segundo Guilherme Amaral Luz: “Paulo Miceli sustenta que o trecho destacado acima é elemento decisivo na legitimação da fidedignidade da obra de Hans Staden, estabelecendo uma relação de reciprocidade na confirmação das narrativas, como se uma legitimasse a outra, uma vez que homens diferentes e de origens distantes que nunca se viram, leram ou dirigiram a palavra deram o mesmo trato a uma experiência semelhante. Concordamos plenamente com esta tese, mas a complementaríamos afirmando que é Léry, mais do que Staden, quem busca um fator legitimador extra para a sua narrativa neste caso e, ao mesmo tempo, é a autoridade da obra de Staden que irá também legitimar a canonização da obra de Léry na tradução de Milliet. A reciprocidade advém do fato de que uma ‘verdade’, como tal, deve ter como atributo a capacidade de conformar-se indefinidamente em outras. Uma vez revestida de autoridade, a obra de Staden é capaz de autorizar outras obras” (LUZ: 2000, pp. 56 – 57).

comprobar la relación que da Schmidel de estos mismos sucesos; pero debe cotejarse con lo que se contiene en la carta del clérigo Martín González” (SCHMIDEL: 1903, pp. 300 - 491).

Antes de Lafone Quevedo, diversos historiadores compararam a obra de Schmidl e também chegaram à conclusão de que se tratava de um escritor “confiável”. Já em meados do século XIX, alguns autores exaltaram a qualidade da escrita do soldado bávaro, como Pedro de Angelis, que inseriu uma grande quantidade de notas de rodapé em sua edição da crônica, apontando passagens de outras obras – principalmente *La Argentina* de Martín del Barco Centenera e os *Comentários* de Cabeza de Vaca – que coincidiriam e, dessa forma, confirmariam o conteúdo da *Viaje al Río de la Plata*. Podemos citar também Félix Azara¹²³ e Juan Maria Gutiérrez, que, em artigo publicado pela *Revista del Río de la Plata*, no ano de 1876, ressaltou a “*veracidad y exactitud*” dos escritos de Schmidl: “*todos cuantos le han examinado teniendo oportunidad de confrontarle con otros documentos contemporáneos, convienen unánimemente en atribuirle la palma como amigo de la verdad y como testigo imparcial*” (apud CARDOZO: 1959, pp. 165 – 166).

Os argumentos que estabeleceriam a “confiabilidade” da crônica de Schmidl foram os mais diversos e, em alguns casos, chegaram a ser opostos, o que fica evidente através das dúvidas em relação aos cargos exercidos pelo cronista durante o período que esteve no Novo Mundo. Tanto a afirmação de que o autor nunca deixou de ser um “simples soldado” quanto a indicação de que ele teria exercido alguns postos de comando – e até teria se encontrado pessoalmente com Carlos V para lhe entregar um relato contendo informações sobre a região do Prata –, foram usados por editores e historiadores como indícios que legitimariam o conteúdo de sua *Viaje al Río de la Plata*.

Como descrito no segundo capítulo, já no século XVI havia autores que, assim como Montaigne, acreditavam que a simplicidade dos cronistas resultaria em obras mais “verdadeiras”, uma vez que relatariam objetivamente as informações, pois não teriam “imaginação para inventar e justificar suas invenções” (MONTAIGNE: 2000, pp. 192 – 193). Entre outros, podemos citar o professor protestante Johann Eichmann, também conhecido como Dryander, que, em seu prefácio às *Duas viagens ao Brasil*, apontou

¹²³ Conhecido como o primeiro autor a fazer uma “*valoración comparativa*” das fontes coloniais, Azara “*no vaciló en colocar a Schmidl en el más alto nivel, considerando su obra la más exacta que tenemos*” (CARDOZO: 1959, p. 166).

elementos que comprovariam a veracidade do relato de Staden. Seu principal argumento foi a simplicidade do autor: “como ele faz sua descrição de maneira simples, sem palavras grandiosas para enfeitar, estou convencido da honestidade e veracidade dos assuntos tratados” (STADEN: 1999, p. 182)¹²⁴.

No entanto, outros autores defendiam que o fato do escritor ter exercido apenas cargos de baixa patente diminuiria o valor de sua obra, o que teria impulsionado alguns copistas e editores a inserirem passagens consideradas eruditas no relato de Schmidl. Além da introdução destas citações – apontadas no segundo capítulo da dissertação – Edmundo Wernicke apontou diversos trechos em que a narrativa da *Viaje al Río de la Plata* foi alterada na tentativa de elevar a posição de seu autor nas expedições, entre eles: o episódio em que o soldado criticou o comportamento dos “grandes senhores” (que saberiam apenas despojar os “*pobres peones*”) e a descrição da morte de alguns “companheiros”, que foram omitidos em algumas edições (SCHMIDEL: 1938, pp. 53 – 54 e p. 156). Wernicke apontou também que algumas expressões foram propositadamente traduzidas de forma errada ou, ao menos, confusa: “*los redactores cambiaron ‘nosotros la gente de guerra’ en el pronombre de ‘yo’ (...) Parece se tratase de enaltecer la situación del autor*” (SCHMIDEL: 1938, p. 113). Essa tentativa de tornar a obra de Schmidl mais letrada também esteve presente no próprio título da primeira edição da crônica, que se inicia com a expressão *Wahrhaftige Historien* (História verdadeira): “existiria uma intenção explícita no uso da palavra latina em vez da palavra alemã *Geschichte*. Para Keuck, a razão estaria no impacto que a palavra latina causaria nos leitores, dando uma impressão mais erudita” (ZIEBELL: 2002, pp. 82 – 83).

Tal processo continuou ao longo do século XIX e início do XX. Por um lado, autores como o escritor e político argentino Bartolomé Mitre acreditavam que o fato de

¹²⁴ Outro elemento apontado por Dryander foi a existência de outro viajante alemão, contemporâneo de Staden, que, caso retornasse à Europa, poderia desmentir o relato do cronista: “um argumento especialmente decisivo para atestar a verdade de sua descrição é o fato de dar o momento e o lugar de seu encontro com Heliodorus, o filho do erudito e famoso Eobanus Hessus. Aquele moço partiu para o estrangeiro já faz muito tempo, e aqui o julgavam morto. Mas ele esteve na companhia de Hans Staden entre os selvagens, sendo testemunha de seu aprisionamento e rapto para um lugar desconhecido. Ao que me parece, é possível que esse Heliodorus retorne, em pouco ou muito tempo – o que também é nossa esperança –, e, se a história de Hans Staden fosse falsa e inventada, poderia facilmente difamá-lo como a um homem sem valor” (STADEN: 1999, pp. 182 – 183).

Schmidl ter sido apenas um soldado teria permitido algo até então inédito¹²⁵, que deixou “no sólo un auténtico documento histórico, sino también una obra original, espontánea, hija del instinto y de la observación propia, y por lo mismo llena de la más imparcial y equitativa verdad” (SCHMIDL: 1903, p. 4). Por outro lado, percebe-se em alguns autores o esforço em comprovar que Schmidl chegou a exercer postos de comando durante o período em que viveu no Novo Mundo. Edmundo Wernicke ressaltou que, apesar de se descrever constantemente como soldado ou “gente de guerra”, o cronista chegou a ser sargento, com acesso a informações e documentos restritos, o que, segundo o tradutor, aumentaria o valor de seu relato: “Schmidl era sargento, cargo de importancia entonces y que le abría la carrera a ser oficial y jefe. Por lo tantos sus opiniones merecen ser tenidas en mayor cuenta” (WERNICKE: 1942, p. 596).

Outro procedimento comum durante o processo de legitimação das narrativas coloniais foi a tentativa de identificar um “auxílio externo” e, invariavelmente, letrado, praticada por autores como Jöel Lefebvre, para quem a heterogeneidade do conteúdo do relato de Schmidl indicaria a existência de, ao menos, mais uma pessoa no processo de composição da obra (VAINFAS: 2000, p. 570). É importante ressaltarmos que essa busca por um suporte letrado por trás dos relatos coloniais não se restringia apenas à crônica de Schmidl. Podemos citar novamente o também soldado Hans Staden e a discussão a respeito de seu suposto analfabetismo, que provaria, definitivamente, a existência de outros autores, como o humanista protestante Dryander ou, talvez, Philipp, o generoso¹²⁶. O editor e tradutor inglês da *Viaje al Río de la Plata*, Luis L. Dominguez, afirmou desconhecer a identidade dos verdadeiros escritores das crônicas de Schmidl e Staden: “*though there can be no doubt that both were written, not by those who appear as their authors, but by more learned persons, enemies to the Spanish Government, upon data recorded, badly or well,*

¹²⁵ “ningún legionario de César, ninguno de los expedicionarios de las falanges macedónicas de Alejandro, ni uno solo de los Diez mil de Jenofonte, ni veterano alguno de Federico ó Napoleón, han escrito memorias geniales que trasmitan á la posteridad los sentimientos y las impresiones de las multitudes que acaudillaron, reflejando los juicios de la colectividad que obedecía. Es un rasgo característico del descubrimiento del Río de la Plata y de Méjico, que sus dos primitivos y más genuinos historiadores [Schmidl e Bernal Díaz del Castillo] sean dos obscuros soldados que, al contar lo que hicieron, se hayan hecho célebres por sus escritos” (SCHMIDL: 1903, p. 4).

¹²⁶ “Segundo Toscano del Banner, Philipp, o Generoso, perceberia a chance que lhe era oferecida de usar um relato muito atual de um protestante salvo por sua crença, para tornar explícita a vitória recém-atingida em Augsburg e documentá-la contra críticos e céticos. A prova para tal estaria na permissão do uso da vinheta em forma de coroa que aparece no fim da primeira parte do livro de Staden, que, normalmente, somente era usada nos comunicados oficiais do landgrave” (ZIEBELL: 2002, p. 243).

by the adventurers themselves, and from what they heard from their traveling companions” (SCHMIDT: 1891, p. XXXI)¹²⁷.

Com isso, podemos perceber que “durante mucho tiempo la obra de Schmidl fue reputada en la historiografía mundial como autoridad indiscutible para el conocimiento de los veinte años de historia del Paraguay y Río de la Plata” (CARDOZO: 1959, p. 166). Entretanto, a partir das primeiras décadas do século XX, alguns autores começaram a indicar a existência de “erros” na obra de Schmidl, o que a tornaria “indigna de confiança”. Tais críticas geraram uma intensa polêmica, exacerbando os argumentos tanto dos “defensores” quanto dos “acusadores” da *Viaje al Río de la Plata*: “não é difícil imaginar as disputas surgidas entre os historiadores, sendo que tanto o discurso contra quanto o discurso a favor de Schmidl lhe impõem um significado com pretensões absolutas. Por um lado, encontramos historiadores como Pistillis, que vê no autor ‘el Heródoto de nuestra historia’ e, por outro, encontramos críticos como (...) Manuel Domínguez, que chega à conclusão de que a obra é ‘un lio capaz de dejarnos locos’” (ZIEBELL: 2002, pp. 272 – 273).

Entre as principais “falhas” apontadas na *Viaje al Río de la Plata* estava a escrita confusa de Schmidl, principalmente em relação a topônimos e nomes de integrantes das expedições: “sea por la razón que se fuere, ha embrollado los nombres de los protagonistas en este famoso drama” (SCHMIDL: 1903, p. 299). Entretanto, a maioria dos autores que buscavam desqualificar o relato de Schmidl centrou suas críticas nas datas apontadas pelo cronista. Para uma historiografia preocupada em encontrar nos relatos coloniais os “primeiros passos” da nação, o fato do soldado bávaro ter indicado que acontecimentos considerados vitais – como a chegada ao Novo Mundo e as fundações de Buenos Aires e Asunción – ocorreram em períodos diferentes dos apontados em outras fontes era interpretado como um grave equívoco, que marcaria de forma permanente sua obra.

Um dos primeiros críticos do relato de Schmidl foi Robert Southey. Ao longo dos três volumes de sua *History of Brazil*, publicados nas primeiras décadas do século XIX, o autor buscou mostrar o cronista como um escritor “ingênuo”. Ao questionar o conteúdo da

¹²⁷ Podemos citar também o conquistador Ruy Díaz de Guzmán e sua *La Argentina* (considerada, ao lado da crônica de Schmidl, como sendo o primeiro “monumento da história nacional argentina”), que, segundo Paul Groussac, teria sido corrigida por um padre jesuíta. (DÍAZ DE GUZMÁN: 2000, p. 17)

carta enviada a Carlos V através de Schmidl, o historiador inglês afirmou que: “se Irala tivesse esse empenho que lhe atribuem, de ocultar ao governo espanhol o seu proceder, não se teria por certo fiado deste alemão tão simples, de quem com algumas perguntas capciosas, tudo pudera arrancar” (SOUTHEY: 1948, pp. 286 – 287). O autor pontuou também diversas contradições existentes entre a *Viaje al Río de la Plata* e outras fontes do período – principalmente a *Historia General* de Herrera y Tordesillas e os *Comentários* de Cabeza de Vaca. Tais elementos, segundo Southey, demonstrariam a “falta de autoridade” do cronista, cujo relato era “excessivamente inexato em todas as coisas”. Conclusão esta que não o impediu de incluir longos trechos do relato de Schmidl em sua obra. A falta de uma fonte considerada mais detalhada e confiável levou o historiador inglês a citar, em muitos casos literalmente, passagens como a descrição do canibalismo praticado por um grupo de espanhóis durante a primeira fundação de Buenos Aires (SOUTHEY: 1948, p. 287).

Porém, foram os escritos de Manuel Domínguez que impulsionaram, de forma decisiva, os argumentos que buscavam desqualificar a crônica de Schmidl: “*el movimiento de la crítica historiográfica era netamente favorable a Schmidl hasta la aparición del estudio de Domínguez, que obligó a su principal compulsador y anotador [Lafone Quevedo] a reajustar puntos de vista sobre la validez del testimonio histórico de la Vera Historia*” (CARDOZO: 1959, p. 169). Como visto acima, Domínguez identificava o início da presença espanhola na região sul da América com o “*porvenir de la raza paraguaya*”, especialmente, a fundação de Asunción, o que o levou a realizar um minucioso balanço historiográfico para apontar que Juan de Salazar foi seu “verdadeiro fundador”. A única voz discordante entre os cerca de trinta relatos selecionados era a de Schmidl¹²⁸. Dessa forma, Domínguez praticamente o excluiu de suas análises: “*el único testigo de que hemos*

¹²⁸ Schmidl descreveu a fundação de Asunción como sendo comandada por Juan Ayolas: “... *llegamos al pueblo pero los indios que estaban en el pueblo se sostuvieron lo mejor que pudieron y se defendieron muy valientemente por dos días. Cuando vieron los indios que no podían sostenerlo más y temieron por sus mujeres e hijos, pues lo tenían a su lado en el pueblo, vinieron ellos, estos susodichos Carios, y pidieron perdón a nuestro capitán general Juan Ayolas que los recibiere en perdón; que ellos harían todo cuanto nosotros quisiéramos (...) Después de todo esto los Carios debieron edificar para nosotros una casa grande y fuerte de piedra y tierra, y aún palos, para que por sí con el tiempo sucediere que los sobredichos Carios quisieren rebelarse contra los cristianos, estos cristianos tuvieren entonces un amparo y se sostuvieren y defendieren contra los Carios. Así duró la amistad con los Carios durante cuatro años. También hemos tomado esta localidad en el día de Nuestra Señora de Asunción en el año de 1539 y aún se llama Nuestra Señora de Asunción*” (SCHMIDL: 1938, pp. 75 – 76).

prescindido es el de Schmidl porque la critica le ha desbaratado y ni se sabe lo que quiere decir en el capitulo relativo a la Asunción. Hay todo un libro inédito sobre Schmidl donde sale que es risible invocar su autoridad” (DOMÍNGUEZ: s/d, p. 221). A *Viaje al Río de la Plata* foi citada apenas nos momentos em que suas informações eram “confirmadas” com as existentes em outros relatos.

O fato de Schmidl indicar nomes, datas e distâncias diferentes das consideradas corretas fez com que Manuel Domínguez tecesse inúmeras críticas tanto à sua capacidade intelectual quanto ao conteúdo de seu relato – que seria repleto de “*errores garrafales*” – e levou o historiador paraguaio a defini-lo como um “mau historiador” (DOMÍNGUEZ: s/d, p. 266). Em artigo publicado pela *Revista del Instituto Paraguayo*, em 1900, Domínguez sintetizou em um único parágrafo suas principais objeções em relação ao cronista e sua obra: “*por la escasísima capacidad del autor, por el papel oscurísimo que jugó, por la edad en que compuso o hizo componer su libro, por la vehemente sospecha de haber sido un farsante, por tratarse de acontecimientos que hacía tantos años sucedieron, sin servirse de apuntes según las mayores probabilidades, por el estado de ánimo del publico europeo para quien se escribió el libro, estado que daba pábulo a los relatos fabulosos al estilo de los de Marco Polo, la historia que voy analizar merece escasa fe*” (apud CARDOZO: 1959, p. 167).

A partir destas passagens, percebemos novamente a idéia de que a “acareação” realizada entre os relatos permitiria alcançar um todo verdadeiro, o que fica evidente através dos vários autores que deram continuidade às críticas feitas por Manuel Domínguez. Entre outros, podemos citar Enrique de Gandía que, apesar de elogiar o caráter “humano” da crônica de Schmidl, afirmou que as informações nela existentes teriam perdido seu valor e “sido superadas” por outros documentos do período. O historiador franco-argentino Paul Groussac também atacou a *Viaje al Río de la Plata*. Através de uma análise capítulo a capítulo da obra, buscou demonstrar todos os “delírios” escritos pelo autor cuja “*doble vista llega a la degeneración característica de los alcoholistas*” (apud CARDOZO: 1959, pp. 168 – 169).

Devido às críticas e denúncias de erros a crônica de Schmidl passou a ser descrita por diversos autores como uma obra perigosa, que continha várias “informações falsas” em seus capítulos. Dessa maneira, sua leitura deveria ser feita com, nas palavras de Groussac,

“*más prudencia y reserva*”, além de ser intercalada com outros documentos, que a corrigiriam. Tal postura fica evidente através da grande quantidade de notas explicativas existentes nas edições publicadas no início do século XX, como as organizadas por Edmundo Wernicke e Samuel Lafone Quevedo, que afirmou: “*todo esto [erros apontados por Domínguez] va corregido en las notas con referencia á los párrafos correspondientes en el prólogo, y Schmidel dejará de ser un texto peligroso para los que lo han estudiado sin el cotejo indispensable con lo que dicen Oviedo, Herrera, Ruy Díaz de Guzmán y los documentos de la época*” (SCHMIDEL: 1903, pp. 133 – 134).

No entanto, outros autores tentaram rebater as críticas imputadas a Schmidl. O principal deles foi Edmundo Wernicke, que buscou, como o próprio título de seu artigo indica, “*la rehabilitación del sargento conquistador Utz Schmidl y su libro*”. Com esse intento, o editor argentino tentou demonstrar que a escrita “confusa” do cronista não derivava de um desconhecimento do espanhol e das línguas indígenas, mas se trataria do que ele denominou como “*un sistema fonético útil para poder reproducir, con los elementos gráficos alemanes, voces españolas y indígenas*” (SCHMIDEL: 1938, p. 13). Zinka Ziebell também analisou a grafia “incorreta” de Schmidl. Para a autora, sua comparação com a narrativa de Staden evidenciaria a existência de uma “estratégia autenticatória em nível textual” em ambos os autores, que buscavam, através de palavras “exóticas”, demonstrar que seus relatos possuíam informações próprias do Novo Mundo. (ZIEBELL: 2002, pp. 272 – 273).

Em relação às datas apontadas por Schmidl, vários autores tentaram demonstrar que o fato delas não corresponderem às presentes em outras fontes não significaria, necessariamente, um erro, mas sim o uso de critérios diferentes de contagem do tempo. Vicente Pistillis, em sua obra *La Cronologia de Ulrico Schmidl*, indicou que o cronista utilizava um calendário 358 dias “atrasado”. Já Klaus Wagner afirmou se tratar de um calendário comum na região da Baviera onde “o ano termina no dia 28 de fevereiro” (SCHMIDEL: 1986, p. 115). É interessante observarmos que ambos os autores buscavam por uma resposta que eliminasse todas as dúvidas relativas às datas existentes no relato. Apesar de serem esclarecedores em algumas passagens, nenhum dos calendários apontados consegue dar uma resposta definitiva. A chegada de Schmidl a São Vicente é exemplar: se

considerarmos que o “Uz” apontado por Juan de Salazar em sua carta refere-se realmente ao cronista, as datas apontadas pelos dois autores não seriam verossímeis.

Percebemos também, através desses autores, uma tentativa de imputar tais “falhas” à intervenção de editores, copistas ou dos próprios historiadores. Enrique de Gandía apontou que todas as acusações feitas contra Schmidl seriam infundadas e concluiu que os “ignorantes” seriam os estudiosos (DÍAZ DE GUZMÁN: 2000, p. 14). Já Vicente Pistillis afirmou que todas as incongruências não solucionadas por seu livro deveriam ser atribuídas aos copistas “*pero jamás atribuirle a la voluntad del autor de la crónica*” (apud ZIEBELL: 2002, p. 273). Outro argumento exemplar do modo como tais autores interpretavam os relatos coloniais foi apresentado por Ricardo Rojas. Em sua *Historia de la Literatura Argentina*, o historiador criticou tanto os autores que – assim como Lafone Quevedo – conferiam à *Viaje al Río de la Plata* uma “autoridade excessiva”, quanto os que a desprezavam – como Paul Groussac –, indicando que a crônica deveria ter seus erros “expurgados” através da crítica histórica para que pudesse ser utilizado como fonte de informações sobre o período colonial: “*pero, a pesar de sus errores externos, nadie negará su constante verdad de fondo, la que vénele de la realidad misma que el hombre ingénuo presenció*”. Com isso, o autor tentou legitimar o relato de Schmidl apontando a “honestidade” do cronista, que suplantaria a existência de alguns erros na obra: “*se ve que yerra, pero que no miente nunca*” (ROJAS: 1948, pp. 114 – 119).

Através dos argumentos acima citados, pudemos observar que tanto os autores que condenavam quanto os que exaltavam a crônica de Schmidl avaliavam que a existência de informações consideradas falsas constituiria um “defeito” do autor, o que diminuiria o valor de sua obra. Para que a *Viaje al Río de la Plata* fosse avaliada como uma crônica confiável, e, dessa maneira, pudesse ser utilizada como fonte para descrever o início da História Nacional, Schmidl deveria ser considerado “inocente” em relação aos erros nela existentes, o que gerou uma série de trocas de acusações entre historiadores, justificativas e atribuições de “culpa”.

Schmidl em terras “brasileiras”

Como visto acima, as crônicas coloniais foram utilizadas como fontes de informação durante o processo de construção de algumas nações sul-americanas. Processo este que, muitas vezes, foi impulsionado pelo próprio Estado¹²⁹. Segundo Enrique Florescano: “*el Estado es el primer propulsor de la historia nacional, el definidor de sus contenidos y el instrumentador de su difusión en los diversos sectores sociales y en los lugares más apartados del territorio nacional*” (FLORESCANO: s/d, p. 36). Muitos dos historiadores que buscaram legitimar as novas nações também foram “*actores de primer plano en las luchas políticas de sus respectivos países*” (VALLENILLA: 2003, pp. 534 – 535). Tal ligação fica evidente no caso das edições da crônica de Schmidl. Dois dos principais autores que se dedicaram à análise da *Viaje al Río de la Plata* participaram de importantes cargos públicos em seus respectivos países: o general Bartolomé Mitre (considerado “decano” dos estudos históricos da Argentina¹³⁰, também exerceu o cargo de presidente da república), e Manuel Dominguez (vice-presidente e ministro das relações exteriores do Paraguai).

Um dos aspectos mais analisados por esses autores foi a busca por uma definição das fronteiras. Segundo François-Xavier Guerra: “*la definición de la nación va a provocar (...) una enorme dificultad para definir territorialmente la nación en la América independiente*” (SABATO: 1999, p. 37). A necessidade de negociar os limites territoriais com os países vizinhos fez com que o conhecimento geográfico se tornasse um elemento vital para o fortalecimento das nações. Em artigo que abordou a construção da “História Pátria” na América do Sul, Nikita Harwich Vallenilla apontou que uma das maiores prioridades da época foi: “*precisar las bases territoriales de una nacionalidad que era aún difícil definir de otra manera (...) sería, por lo tanto, con la geografía con lo que buscara*

¹²⁹ Influência esta que foi evidente no Brasil, onde o imperador Dom Pedro II não apenas patrocinou, como participou pessoalmente das reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: “Se uma Inter-relação entre Estado e produção do discurso historiográfico no Brasil no século XIX já se fazia sentir desde a fundação do IHGB, tal dinâmica tenderá a assumir formas mais claras e diretas a partir de 1849-50, coincidindo com a estabilização do poder central monárquico e de seu projeto político centralizador. Escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para o qual se concentram os esforços do Instituto Histórico” (GUIMARÃES: 1988, p. 10).

¹³⁰ “*Su obra, iniciada a mediados del siglo XIX, sobresaie por una adecuada combinación de erudición documental, análisis crítico y reflexión sobre el proceso histórico nacional y americano, además de contener las primeras y mejor fundadas reflexiones teórico-metodológicas sobre la disciplina que registraría la historiografía argentina en mucho tiempo*” (RAVINA: 1990, p. 23).

definirse, en muchos casos, una identidad cuyas referencias históricas distaban aún de suscitar una valoración unánime” (VALLENILLA: 2003, p. 536).

Com isso, as crônicas coloniais foram utilizadas como fontes para se identificar os contornos de uma nação que já existiria mesmo antes da independência, o que fica evidente através de obras como o artigo de João Coelho Gomes Ribeiro. Nele, o autor trabalha com uma idéia de Brasil desde a chegada dos portugueses, assim, ao descrever as expedições espanholas pela região do Prata, afirmou que o comandante Domingo Martinez de Irala “levou a audácia ao ponto de invadir o território do Brasil, em 1553, chegando a um dos saltos do Tietê em São Paulo” (GOMES RIBEIRO: 1906, p. 36).

Tentava-se demonstrar que as fronteiras não eram apenas limites geográficos, mas também culturais. José Emilio Burucúa apontou que autores como Mitre e Domínguez buscavam, através das crônicas, consolidar o conceito de que certas *“diferencias y particularismos muy fuertes ya en tiempos del dominio español, determinaron la fragmentación política del espacio americano y la consecuyente organización de las naciones-Estados que conocemos”* (BURUCÚA: 2003, p. 466). Dessa maneira, compreende-se melhor a publicação de diversos volumes com compilações de relatos que, segundo os editores, forneceriam informações precisas sobre os limites nacionais (como o quarto volume da coleção organizada por Pedro de Angelis), além de obras que buscavam reivindicar – ou defender – a posse de algumas regiões. *Los adelantados del Río de la Plata*, de Medardo Chávez é uma delas. Logo na introdução, o historiador boliviano enfatizou que seu principal objetivo era “defender os direitos de sua pátria”, mesmo que, para isso, fosse necessário iniciar um conflito armado. Segundo o autor, as diferenças existentes entre bolivianos e paraguaios eram insuperáveis, por se tratarem de “raças” diversas: *“estas páginas sirven para proclamar el derecho de nuestra soberanía, el sagrado linde que nos legaron nuestros mayores (...) es, pues, la historia la que nos muestra el camino que debemos de seguir en las cuestiones de limites y no el sentimentalismo de confraternidad y concordia mundial”* (MEDARDO CHÁVEZ: 1929, pp. I – II). Manuel Domínguez também tentou demonstrar, através dos relatos coloniais, que o Paraguai deveria possuir uma extensão territorial muito maior, indo da Patagônia até

as terras do Peru¹³¹, o que seria um exemplo de “injustiça histórica” (DOMÍNGUEZ: s/d, p. 218).

A utilização de relatos quinhentistas como subsídios para a construção de uma identidade nacional também esteve presente na historiografia brasileira, fortemente influenciada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lilia Moritz Schwarcz, descreveu o papel fundamental exercido pelo IHGB de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX¹³². Segundo a autora, dois marcos eram privilegiados: o descobrimento e a independência. O “nascimento da nação”, assim, era localizado em um período muito anterior à formação do Estado brasileiro, com o intuito de dar “foros de legitimidade”. Dessa forma, a idéia de elaborar um grande projeto de reconstituição histórica do país estaria associada a uma perspectiva nacional em construção: “pensar a história do país era um projeto articulado a uma questão mais ampla, que, no limite, ia ao encontro à necessidade de elaborar um discurso nacional que corporificasse este vasto país, carente de delimitações não só territoriais” (MORITZ SCHWARCZ: 1989, pp. 4 – 26). Salgado Guimarães também analisou o papel exercido pelo IHGB na historiografia brasileira. O autor indicou que, ao lado das discussões a respeito da inclusão dos grupos indígenas à História nacional¹³³, um dos principais “corpos temáticos” da Revista do Instituto dizia respeito às primeiras viagens e explorações do território brasileiro: “abordando questões de fronteiras e limites, as riquezas naturais do país e novamente a questão indígena. Se pensarmos que, num momento de constituição da Nação, também a definição de sua identidade físico-geográfica é parte do projeto mais amplo, podemos entender o porquê de o instituto reservar espaço tão amplo ao tratamento do assunto” (GUIMARÃES: 1998, pp. 22 – 23)¹³⁴.

¹³¹ O fato da expedição organizada por Irala ter partido de Asunción e chegado até a região peruana faria com que essas terras pertencessem ao Paraguai.

¹³² Sobre a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seu projeto de História nacional, ver (GUIMARÃES: 1988, pp. 8 – 12).

¹³³ Sobre esta questão, John Manuel Monteiro indicou que: “um dos principais desafios na construção de uma História Nacional residia em localizar, recuperar e divulgar os relatos que davam conta dos aspectos históricos e etnográficos das sociedades indígenas, ainda inéditos em sua vasta maioria. Tal tarefa foi enfrentada não apenas pelo próprio Instituto, através de sua revista trimestral, como também por numerosas revistas literárias e políticas que animavam a vida intelectual da Regência e do 2º reinado” (MONTEIRO: 2001, pp. 120 – 121).

¹³⁴ Nelson Schapochnik também abordou o processo de construção nacional empreendido pelo IHGB. Para o autor, as obras publicadas pelo Instituto tinham entre seus principais objetivos a “tentativa de contribuir para a

A partir da busca por informações geográficas nas narrativas de viajantes, podemos observar que o interesse pelos relatos coloniais foi baseado em critérios nacionais, o que levou, em muitos casos, a uma divisão dos relatos em partes “paraguaias”, “argentinas”, “brasileiras”, entre outras. Divisão esta, que fica evidente através de autores como Lehmann-Nitsche e W. Kloster: enquanto este só anexou os capítulos “brasileiros” de Schmidl, aquele só incluiu os trechos “argentinos” do relato de Staden em suas respectivas obras. O prólogo feito por Tristão de Alencar Araripe para sua tradução da obra de Cabeza de Vaca para a *Revista trimensal do IHGB* demonstra esse componente nacional para a análise das crônicas coloniais. Segundo o autor, o relato do *adelantado* só seria relevante para a historiografia brasileira por possuir descrições de suas terras e habitantes: “[os *Comentários*] tratam especialmente de sucessos do Paraguai, mas a viagem realizada por terra desde as costas de Santa Catarina até a cidade de Assunção foi feita através de terras do Brasil e a sua narração contém notícia de tribos indígenas, de rios e de outras peculiaridades locais, que interessam a nossa história pátria. Neste caso os *Comentários* entram na ordem dos documentos primitivos da história brasileira e convém por isso incorporá-lo ao acervo do material destinado ao estudo dos nossos futuros historiadores. Assim, resolvi traduzi-los”. Por isso, partes exclusivamente “estrangeiras”, como a relação feita por Hernando Ribera sobre sua expedição às terras paraguaias, não foram traduzidas por, segundo Araripe, “não oferecer interesse” (NUNES CABEÇA DE VACA: 1893, p. 344).

A visão compartimentada das crônicas também pode ser observada através da análise da difusão da obra de Schmidl no Brasil. Apesar de terem sido publicados, em especial na primeira metade do século XX, vários livros e artigos que analisaram, ao menos alguns trechos, da *Viaje al Río de la Plata*, não há nenhuma edição integral da obra em língua portuguesa. Até o final do século XIX, a crônica de Schmidl foi considerada pouco ou nada relevante para a escrita da História do Brasil (a única exceção, como observamos anteriormente, foi o historiador inglês Robert Southey). Gomes Ribeiro afirmou que, até este período, a obra e os feitos do “aventureiro alemão Ulrich Schmidel aparecem apenas em succintas referencias de alguns historiadores, sem ligar-lhe importância real” (GOMES

definição do território nacional através das pesquisas sobre os limites e ocupação do país” (SCHAPOCHNIK: 1993, pp. 67 – 68).

RIBEIRO: 1906, p. 29). As obras sobre o período colonial brasileiro também foram analisadas por W. Kloster e F. Sommer, que indicaram: “os historiadores Porto Seguro e Rocha Pombo citam apenas ligeiramente o nome de Schmidl (...) ao passo que Handelmann e Wappaeus nenhuma notícia tinham da obra desse autor alemão” (KLOSTER & SOMMER: 1942, p. 21).

As primeiras publicações dedicadas exclusivamente a Schmidl e seu relato só ocorreram no início do século XX, como os artigos de João Coelho Gomes Ribeiro e Gentil de Assis Moura, presentes na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (IHG-SP)¹³⁵. Em *Ulrich Schmidel – notícia biographica*, publicado em 1906, Gomes Ribeiro tentou apresentar a *Viaje al Río de la Plata* e seu autor aos historiadores brasileiros, uma vez que não seria justo que uma “individualidade histórica” tão estudada nos países vizinhos permanecesse desconhecida em terras brasileiras. Inspirado nas obras de Bartolomé Mitre, o autor descreveu resumidamente o conteúdo da crônica e alguns aspectos da vida de Schmidl, denominado como um viajante “apaixonado e ignorante”, cujo relato seria marcado pelos indícios de uma mente “pervertida e obcecada”. Tais características diminuiriam o valor da crônica, que, entretanto, não deveria ser relegada ao esquecimento: “quando não tivesse interesse científico para nós, o estudo da personalidade e da obra de Schmidel, bastaria a luz que ella derrama sobre os actos de expedicionários hespanhoes no sul da América, para nos empenharmos seriamente a fazê-lo” (GOMES RIBEIRO: 1906, pp. 29 – 38).

Já o artigo de Gentil de Assis Moura, de 1911, intitulado *O Caminho do Paraguay a Santo André da Borda do Campo*, tentou traçar um itinerário da última expedição de Schmidl. Para o autor, a reconstituição dos caminhos percorridos durante o período colonial permitiria a observação da marcha conquistadora da civilização e da expansão territorial do Brasil: “[as expedições e bandeiras] criavam os factos históricos e definiam o temperamento da nacionalidade incipiente”. Moura também criticou o conteúdo da *Viaje al*

¹³⁵ Moritz Schwarcz indicou a existência de aproximadamente vinte Institutos locais no Brasil. Segundo a autora, as diretrizes estabelecidas por essas instituições eram fortemente influenciadas pelo Instituto nacional: “ao pioneiro IHGB coube o papel de demarcar espaços e ganhar respeitabilidade nacional. Aos demais, restará a função de garantir as suas especificidades regionais e buscar definir, quando possível, uma certa hegemonia cultural local”. Contudo, no caso paulista, a historiadora indicou que, apesar de possuírem uma concepção de História e um funcionamento semelhantes, houve uma certa competição entre o IHG-SP (marcado pela concentração de estudos sobre o Bandeirismo) e a instituição nacional (MORITZ SCHWARZ: 1989, p. 6 e p. 45).

Río de la Plata, principalmente a grafia do cronista e os inúmeros erros relativos às distâncias e direções percorridas pelas expedições. Tais erros invalidariam todas as informações presentes em seu relato, com exceção de duas passagens (a partida no rio Paraná a cem milhas do Paraguai e a chegada à aldeia governada por João Ramalho), porém, mesmo esses elementos “não têm grande valor se quisermos traçar com rigor os pontos do itinerário” (MOURA: 1911, pp. 167 – 180).

O artigo de Moura foi o precursor de uma série de trabalhos que buscavam descrever a polêmica viagem de Schmidl de Asunción até São Vicente. Seu artigo foi seguido pelo livro escrito, em 1942, por W. Kloster e F. Sommer, intitulado *Ulrico Schmidl no Brasil Quinhentista*, e por Reinhard Maack, com a monografia *Sobre o itinerário de Ulrich Schmidel através do sul do Brasil (1552 – 1553): uma pesquisa histórico-geográfica*, de 1959. O interesse específico em apenas este trecho da *Viaje al Río de la Plata* foi descrito por diversos autores, como Gomes Ribeiro¹³⁶ e W. Kloster: “a corajosa marcha do alemão, de Assunção para São Vicente, foi o que, aos olhos dos pesquisadores brasileiros de história, pareceu o mais digno de nota” (KLOSTER & SOMMER: 1942, p. 22).

Como observamos acima, com exceção do artigo escrito por Gomes Ribeiro, todas as obras encontradas em língua portuguesa concentraram grande parte de seus conteúdos apenas em uma única passagem do relato de Schmidl, que apresenta versões conflitantes nos diferentes manuscritos. Ao descrever sua viagem a São Vicente, o cronista indicou que, após passar três dias procurando provisões e embarcações na localização denominada “Barode”, a expedição teria descido (segundo o manuscrito de Munique), ou subido (segundo o de Stuttgart) cem milhas. Autores como Max Tepp e Reinhard Maack defenderam a primeira opção, já outros, como Edmundo Wernicke, W. Kloster, F. Sommer e Assis Moura apontaram a segunda, no entanto, todos os historiadores citados descreveram itinerários diferentes¹³⁷. Para estes autores, as divergências entre os manuscritos eram de fundamental importância, pois, de acordo com a versão escolhida, haveria uma alteração não apenas da localização de alguns grupos indígenas, como também de caminhos e

¹³⁶ “Entre nós, Schmidel só é geralmente conhecido por ter realizado, por terra e em condições precárias, uma viagem de Assunção, no Paraguai, a São Vicente, passando por Santo André da Borda do Campo, e embarcando-se nesse último posto, de regresso à Europa” (GOMES RIBEIRO: 1906, p. 29).

¹³⁷ Reinhard Maack incluiu – e desqualificou – em sua monografia, oito tentativas anteriores de descrição do itinerário seguido pela expedição de Schmidl (MAACK: 1959, pp. 16 – 19).

povoamentos organizados por espanhóis e portugueses, o que poderia redefinir as fronteiras brasileiras.

Através da análise das quatro obras dedicadas à *Viaje al Río de la Plata* encontradas em língua portuguesa, podemos perceber que o interesse pela obra de Schmidl se concentrava apenas em sua parte “nacional”. A conclusão da obra de W. Kloster e F. Sommer é exemplar, Schmidl só deveria ser estudado porque descreveu aspectos importantes do território brasileiro: “é verdade que sua narrativa se ocupa, sobretudo, com os países do Rio da Prata, mas, nem por isso, deixa de ter seu valor para os leitores brasileiros, de um lado devido às passagens já esmiuçadas e que tem por teatro o Brasil, de outra parte encontram-se, naquela obra, muitas descrições de paisagens, de representantes da flora e da fauna e da vida dos indígenas, que valem também para o Brasil daquele tempo” (KLOSTER & SOMMER: 1942, p. 59).

Procedimento semelhante ocorreu com a crônica de Schmidl em países vizinhos, como a Argentina e o Paraguai, cujos historiadores praticamente ignoraram a expedição para São Vicente: “a respeito do itinerário de Assunção para o litoral Atlântico, pouca coisa foi publicada por pesquisadores paraguaios e argentinos, visto que ficava fora dos moldes de seus estudos” (KLOSTER & SOMMER: 1942, p. 56). O mesmo ocorreu em outras ocasiões. O historiador argentino Vicente Fidel López interrompeu sua análise da crônica de Schmidl após a descrição do despovoamento de Buenos Aires e conseqüente remoção dos soldados para Asunción com o argumento de que “*lo que siguióse es historia peculiar del Paraguay*” (LÓPEZ: 1926, p. 178).

Entre os fatores que influenciaram essa leitura “nacional” das crônicas estava a busca por se diferenciar, o que, em alguns casos, gerou rivalidades entre nações vizinhas. No caso brasileiro, governado por uma monarquia, as disputas ocorreram com as repúblicas vizinhas. Salgado Guimarães apontou que, devido ao processo de construção e definição da nação ter sido comandado por Dom Pedro II, o “outro” não foi identificado à ex-metrópole portuguesa, mas sim às nações vizinhas¹³⁸. Segundo o autor, a nova nação brasileira se

¹³⁸ José Murilo de Carvalho também abordou essa questão: “*el contrapunto del dicho Brasil eran las repúblicas latinoamericanas, marcadas por la inestabilidad crónica, las guerras civiles, la fragmentación geográfica, la ausencia de libertades. La imagen negativa de las repúblicas vecinas fue usada desde la independencia como argumento a favor de la monarquía y de la centralización como únicas garantías posibles de estabilidad política, del orden social y de la propia civilización*” (CARVALHO: 2002, pp. 508 – 509).

reconhecia como continuadora de uma tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Com isso, os grandes inimigos externos do Brasil foram as repúblicas latino-americanas “corporificando a forma republicana de governo e, ao mesmo tempo, a representação da barbárie” (GUIMARÃES: 1988, p. 6)¹³⁹. O artigo de Gomes Ribeiro é exemplar dessa rivalidade. Nele, o autor buscou refutar as acusações que teriam sido feitas por historiadores argentinos de que os bandeirantes brasileiros seriam escravizadores e assassinos de indígenas: “Não seremos nós que inocentaremos esse acto bárbaro, mas cremos que elle encontra explicação nas povoações e invasões de Irala e de seus continuadores, pretensos patronos dos carijós, guaranis e tupis do sul. Comparem-se, porém a mortandade e as depredações de Guayra com eguaes factos praticados systematicamente pelos hespanhoes desde o Rio da Prata até o Chaco septentrional, durante cerca de trinta annos, e ver-se-á que os bandeirantes hespanhoes foram sem paralelo muito mais cruéis e bárbaros, para com os pobres indígenas, já subjugados aliás ao seu governo” (GOMES RIBEIRO: 1906, p. 38).

Durante o processo de construção de uma individualidade histórica, cada nação tomou para si alguns relatos coloniais, denominando seus autores como “cronistas nacionais”. Desse modo, Schmidl se tornou um autor argentino, o que fica evidente através da apresentação escrita por Bartolomé Mitre para uma das edições da *Viaje al Río de la Plata*, onde afirmou que o soldado bávaro era “mais argentino que alemão” sendo, por isso, necessário que a historiografia de seu país desse maior atenção a sua obra¹⁴⁰: “*El libro de Schmidel, casi desconocido por el espacio de siglo y medio, á causa de los idiomas en que fué impreso, es muy poco conocido aún en la misma Alemania. ‘Puede asegurarse, dice su último biógrafo alemán, que la obra de Schmidel es más conocida y apreciada en la República Argentina que en su propia tierra. Su misma ciudad natal no posee siquiera un ejemplar del libro que apareció impreso en cantidad’.* Corresponde, pues, á los argentinos,

¹³⁹ A carta enviada pelo historiador Francisco Adolfo Varnhagen (membro do IHGB) ao Imperador é exemplar: “Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com ilustrações; tratei de pôr um dique à tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir disciplinando produtivamente certas idéias soltas de nacionalidade” (*apud* GUIMARÃES: 1988, p. 18).

¹⁴⁰ Após o volume organizado por Mitre e Lafone Quevedo, o interesse dos historiadores argentinos pela crônica de Schmidl aumentou significativamente, com constantes edições e estudos sobre a biografia e a obra do soldado bávaro. Foram encontradas cerca de doze traduções da crônica de Schmidl publicadas na Argentina durante a primeira metade do século XX: 1901, 1903, 1910, 1934, 1936, 1938, 1942, 1944, 1945, 1947, 1948 e 1950.

á quienes interesa más y que lo aprecian en lo que vale, hacer una edición completa y correcta, que fije su texto definitivo y lo ilustre, confrontándolo con los documentos, y determinar sobre esta base la carta etnográfica del país al tiempo de la conquista, á la vez que el itinerario de su primer colono-historiador” (SCHMIDEL: 1903, p. 34)¹⁴¹.

A “nacionalidade argentina” de Schmidl foi reconhecida, inclusive, por historiadores brasileiros, como W. Kloster, para quem “não se contesta que Schmidl, em essência, pertence à tradição dos países do rio da Prata” (KLOSTER & SOMMER: 1942, p. 21). Guilherme Amaral Luz apontou que, no Brasil, o papel de “cronista nacional” coube a Hans Staden. O caminho percorrido pelo relato de Staden no Brasil¹⁴² é semelhante ao trilhado por Schmidl na Argentina. Ambos despertaram pouco interesse ao longo do século XVII, sendo recuperados ao longo do XIX e início do XX, junto com a ascensão da História como saber científico¹⁴³. Ao analisar as *Duas Viagens ao Brasil*, Luz indicou que, nesse período, a crônica de Staden passou de literatura de viagens para fonte de saber histórico: “a busca dos documentos, portanto, confunde-se com a própria busca da História. No século XIX, reeditar a obra de Staden tinha, sobretudo, o intuito de recuperar os traços deixados do período dos descobrimentos” (LUZ: 2000, p. 53). Luz indicou também que, quando a obra de Staden foi publicada pelo IHGB, ela passou a integrar o “*corpus* monumental” do descobrimento do Brasil, o que ocorreu apenas com alguns trechos da crônica de Schmidl¹⁴⁴.

¹⁴¹ Edmundo Wernicke também definiu Schmidl como um cronista argentino: “*hoy se sabe más de Utz Schmidl en la Argentina que en su propia patria. Es que Utz pertenece a la historia y a la historiografía de los países del Plata*” (WERNICKE: 1942, p. 597).

¹⁴² Para uma relação das edições da crônica de Staden publicadas no Brasil, ver (FOUQUET: 1944, pp. 7 – 31).

¹⁴³ Zinka Ziebell apontou que havia também – tanto nas edições argentinas da crônica de Schmidl quanto nas brasileiras da obra de Staden – uma espécie de orgulho nacional alemão: “a busca de valores do que poderíamos designar como *Deutschtum*, ou sentimento de ‘germanidade’ nos círculos de descendência alemã no Brasil. Já A. Menninger observara que havia um tipo de ‘*Nationalstolz*’ (orgulho nacional) nos autores que tratam tanto Hans Staden como Ulrich Schmidl (...) Karl Fouquet edita em 1941, em plena Segunda Guerra Mundial, o livro de Staden, em língua alemã, explicitando no posfácio os motivos que o levaram a fazê-lo. Neste, exprime claramente sua intenção de reforçar a identidade teuto-alemã através da publicação do documento mais antigo da relação Brasil-Alemanha. Analogamente ao que ocorre com Staden no Brasil, sucede com a recepção de U. Schmidl na Argentina. Lehmann-Nitsche, ao editar o livro de Schmidl em 1929, expressa a mesma preocupação” (ZIEBELL: 2002, p. 247).

¹⁴⁴ A busca pela formação de um “*corpus* documental” brasileiro é claramente expresso por Tristão de Alencar Araripe. Ao justificar a publicação da obra de Jean de Léry na *Revista trimestral do IHGB*, o autor afirmou que: “esta obra é um dos primeiros monumentos gráficos de nossa história primitiva, e convém incorporá-lo ao nosso pecúlio histórico desses tempos do primevo descobrimento da nossa terra, e essa incorporação convém fazer na língua nacional” (LERI: 1889, p. 5).

A semelhança entre o papel exercido pelos dois soldados alemães levou Helmut Ändra a afirmar que “Schmidl é o Staden da Argentina e do Paraguai” (ZIEBELL: 2002, p. 264). Tal interpretação permaneceu influenciando parte da historiografia de ambos os países, o que fica explícito através da escassez de edições e estudos sobre Schmidl no Brasil – bem como de Staden na Argentina. Mesmo obras recentes, como as de Costa (1999) e Mello (2006), analisaram somente os trechos “brasileiros” da *Viaje al Río de la Plata*¹⁴⁵, o que, mais uma vez, reforça a necessidade de se estudar não apenas o relato de Schmidl, mas também o longo processo que o transformou em “estrangeiro” para a historiografia brasileira.

¹⁴⁵ Ao incluir o relato de Schmidl entre suas fontes sobre o Brasil quinhentista, a historiadora alemã Zinka Ziebell considerou necessário escrever uma justificativa: “a decisão de incluir a análise do livro de Schmidl neste estudo que examina os livros publicados sobre o Brasil no século XVI, apesar de apenas uma parte do livro estar dedicada à sua passagem pelo território brasileiro, deve-se à consideração de que o autor apóia-se na fama que o Brasil gozava, reproduzindo a fábula do canibalismo, já instituída em *topos* literário” (ZIEBELL: 2002, pp. 264 – 265).

Conclusão

“A Dios loor, honor y gracias en eternidad que El me ha concedido un feliz viaje”

Ulrico Schmidl

Ao longo dos quatro capítulos da pesquisa, discutimos separadamente algumas questões referentes às crônicas coloniais, em particular, à *Viaje al Río de la Plata* de Ulrico Schmidl. Questões estas que, nesta parte final, tentaremos sistematizar.

Em primeiro lugar, nossa análise tentou evidenciar que o soldado bávaro não descreveu as novas terras e seus habitantes “tal como eles eram”. Dessa forma, buscamos apontar que, mesmo antes de desembarcar na foz do Prata, ele e os outros integrantes da expedição já traziam consigo um imaginário europeu que remetia a uma longa série de imagens das terras distantes como um local repleto de riquezas. Imaginário que foi reforçado pelas primeiras remessas de ouro provenientes de outras regiões do continente. Entretanto, como observamos no caso das Amazonas – procuradas e, em alguns casos, “encontradas” em várias regiões –, isto não significa que a incessante busca por evidências destas riquezas, presentes nos relatos do período, sejam encaradas apenas como resquícios “deturpados” deste imaginário, mas sim como algo que, no Novo Mundo, adquiriu “vida própria”.

Outro elemento decisivo para a compreensão da obra de Schmidl foi sua controvertida e, muitas vezes negada, conversão ao protestantismo, que resultou na expulsão de sua cidade natal. Ao analisarmos a *Viaje al Río de la Plata*, tentamos demonstrar que o cronista representou os habitantes do Novo Mundo como seres humanos aptos à conversão que, no entanto, não vinha sendo realizada pelos católicos espanhóis, o que reforçaria a necessidade do envio de protestantes. Contudo, há trechos onde o soldado bávaro aprova o comportamento espanhol ante os indígenas. Trechos estes, utilizados por

alguns autores como “provas” de que ele permaneceu fiel à Igreja Católica. Tais passagens nos remetem à outra questão. Em nenhum momento buscamos pelo “verdadeiro” Schmidl – seja ele católico ou reformado –, cuja constatação “harmonizaria” o conteúdo de sua obra. A existência de ambigüidades não devem ser encaradas como algo que diminui o valor de um texto, mas sim analisadas. Neste ponto, aproximamos nossa análise da proposta por Zinka Ziebell: “a conversão tardia do autor à religião reformada se veria, dessa maneira, refletida no caráter ambíguo de seu livro” (ZIEBELL: 2002, p. 290).

Como observamos no quarto capítulo, esta busca pelo “real” nos relatos coloniais foi empreendida por uma série de historiadores nas primeiras décadas do século XX. A partir de seus critérios de embasamento da verdade – que em nada se assemelhavam aos do período de Schmidl –, tais autores “julgaram” as crônicas em busca de informações consideradas “confiáveis”. Entretanto, buscamos nos afastar dessa leitura para nos dedicarmos à análise das representações feitas pelos cronistas. Assim, nossa pesquisa buscou analisar de que maneiras o cronista dialogou em suas representações da natureza e dos nativos sul-americanos, não só com o imaginário das novas terras, mas também com sua mudança para o refúgio protestante de Regensburg.

Tais questões ficaram evidentes quando abordamos as passagens dedicadas ao canibalismo. Ao longo de nossa pesquisa, observamos que havia nos escritos de Schmidl – e também nos de outros autores quinhentistas, como Jean de Léry e Hans Staden – um grande esforço de integrar os indígenas ao universo dos europeus. Processo este, que era perpassado por uma indagação maior: os habitantes do Novo Mundo eram seres humanos ou não? Intensamente discutida no período, esta questão possuía inúmeras implicações: Se os nativos são, de fato, humanos, sua utilização como mão-de-obra escrava é permitida? Sua conversão é possível? Eles já teriam tido um contato com a palavra de Deus anterior à chegada dos europeus?

Foi a partir destes questionamentos e da ressalva feita por João Adolfo Hansen de que as discussões quinhentistas sobre os indígenas não partiam de pressupostos antropológicos, mas sim teológicos, que embasamos nossa análise. Como apontamos no segundo capítulo, ao indicar a existência de alguns grupos indígenas antropófagos, Schmidl, mesmo sabendo que esta era uma prática que atraía o interesse, mas também chocava seus leitores, buscou aproximá-la ao universo europeu. Assim, a vitória nas

guerras seguida pela captura dos inimigos se assemelhava a um casamento; os rituais dedicados ao assassinato e ingestão dos prisioneiros eram iguais às festas alemãs, entre outras comparações. Acreditamos que, através delas, o cronista visava não apenas traduzir, mas também tornar este costume menos “bárbaro”. Algo que era visto como uma marca da alteridade passava a ser apenas o que Michel de Certeau definiu como uma “exterioridade”, atrás da qual era possível reconhecer uma “interioridade”: apesar de aparentemente tão diferentes, os indígenas eram humanos assim como os europeus. Porém, tal humanidade não se constituía em igualdade política. Na *Viaje al Río de la Plata* os indígenas são descritos como seres “amorfos” incapazes de tomarem decisões próprias diante dos europeus.

O reconhecimento da humanidade dos indígenas remetia a uma nova pergunta. Ao mesmo tempo em que eram incorporados, os nativos passavam a serem considerados pecadores. Se se tratavam de filhos de Deus, sua idolatria e antropofagia significavam não mais um desconhecimento, mas sim um afastamento dos preceitos divinos, o que foi resumido de maneira lapidar por Jean de Léry: “não podendo alegar ignorância, não estarão isentos de pecados”. Afastamento este, que era utilizado como indicativo da inferioridade dos nativos, o que justificaria não apenas a violência praticada pelos europeus, mas também sua escravização.

Dessa forma, percebemos que Schmidl não assimilou integralmente este costume, chegando a utilizá-lo como argumento para desqualificar o “outro”, o que fica evidente não apenas através das passagens em que o autor denominou alguns grupos indígenas como “*perros hambrientos*”, mas, principalmente, através de sua descrição do canibalismo praticado por espanhóis em Buenos Aires. Nela, não há aproximações ou comparações com elementos europeus, mas sim críticas. Estes soldados teriam se alimentado com carne humana não por questões rituais, mas por fome, o que foi considerado algo ainda mais condenável por alguns cronistas do século XVI (como Léry e o próprio Schmidl). Neste momento, retornamos à questão da impossibilidade de alcançarmos o “real” indígena. A divisão entre uma “boa” e uma “má” ingestão de carne humana correspondia a critérios morais, não etnológicos. Ao descrever um ritual antropofágico, aspectos como a natureza dos indígenas e os embates teológicos que ocorriam na Europa – como as acusações feitas por alguns protestantes de que o ritual eucarístico dos católicos seria, na verdade, uma

espécie de canibalismo – suplantavam o que, séculos depois, foi estabelecido como “factual”.

As indagações suscitadas pelas descrições de rituais antropofágicos não se limitaram às narrativas de viajantes. Como observamos no terceiro capítulo, entre o final do século XVI e início do XVII, editores como Theodore de Bry também utilizaram a prática do canibalismo como elemento que aproximava os nativos dos europeus. Ao representar um índio Tupinambá comendo uma perna humana com a mesma postura do Adão pintado por Albrecht Dürer em seu *A Queda do Homem*, de Bry não apenas criticava a atuação dos católicos espanhóis no Novo Mundo, como também confirmava a possibilidade de conversão dos indígenas, uma vez que eles também descenderiam do casal original. Apesar de considerada bárbara, esta prática poderia ser redimida através do arrependimento dos nativos e de sua conseqüente adoção à “verdadeira religião”, o que implicaria em uma maior atuação protestante na América.

Estas passagens continuaram a atrair a atenção dos leitores mesmo séculos depois. O fato de alguns soldados espanhóis terem se alimentado dos cadáveres de seus companheiros condenados “manchariam” o nascimento da nação argentina – “localizada” por muitos historiadores na primeira fundação de Buenos Aires. Dessa forma, observamos que as passagens sobre o canibalismo europeu foram omitidas, minimizadas ou, ao menos, justificadas. Tal postura nos indica que, mesmo autores que buscavam estabelecer uma divisão entre o conteúdo “real” e o “falso” dos relatos quinhentistas, respondiam a critérios políticos e morais. Tomando como base as representações do canibalismo praticado na América, podemos constatar que a própria noção de real sofreu uma série de mudanças ao longo dos séculos. Assim, podemos compreender melhor as diferentes leituras e interpretações dadas à *Viaje al Río de la Plata*, desde libelo protestante contra a atuação da Igreja Católica no Novo Mundo, até crônica nacional de alguns países sul-americanos.

Bibliografia

Edições da crônica de Ulrico Schmidl

FABRO, Ulrico. *Americae Pars VII – Vera et Iucunda descriptio praecipuarum quarundam Indiae Occidentalis Regionum & Insularum...* Frankfurt: s/ed, 1625.

SCHMIDEL, Ulderico. “Viage al Río de la Plata y Paraguay”. In **ANGELIS**, Pedro de. *Collección de Obras y Documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Río de la Plata*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836.

_____. *Histoire Véritable d’un voyage curieux, fait par Ulrich Schmidel de Straubing*. Paris: Arthus Bertrand Libraire-Éditeur, 1837.

_____. *Viaje al Río de la Plata*. (notas biográficas y bibliograficas por Bartolomé Mitre – traducción por Samuel A. Lafone Quevedo). Buenos Aires: Editora Cabaut, 1903.

_____. *Relatos de la Conquista del Río de la Plata y Paraguay, 1534 – 1554*. (prologo, notas y traducción de Klaus Wagner). Madrid: Alianza Editorial, 1986.

SCHMIDL, Ulrich. *Derrotero y viaje a España y las Indias*. (traducido del alemán según el manuscrito original de Stuttgart y comentado por Edmundo Wernicke). Santa Fe: Editora Universidad del Litoral, 1938.

_____. *Viaje al Río de la Plata*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1942.

_____. *Viaje al Río de la Plata*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1945.

_____. *Viaje al Río de la Plata*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1997.

SCHMIDT, Ulrich. *The Conquest of the River Plate (1535 – 1555) – with notes and an introduction by Luis L. Dominguez*. London: Hakluyt Society, 1891.

SCHNIRDEL, Hulderike. “The travels of Hulderike Schnirdel in twentie yeeres space, from 1534 to 1554, abbreviated”. In **PURCHAS, B. D.** Samuel. *Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrimes – contayning a History of the World in Sea Voyages and Land Travells by Englishmen and Others* (volume XVII: *Contaynig Voyages to and about the Southerne America, with many Marine Observations and Discourses of those*

Seas and Lands by Englishmen and Others; Voyages to and Land-travels in Florida. Glasgow: University of Glasgow, 1906. pp. 1 – 56.

Fontes

BRANDENBURGER, Clemente. *A Nova Gazeta da Terra do Brasil (New zeitung ausz presillandt)*. São Paulo: Livraria Edanee, 1922.

CORDEIRO, J. P. Leite. *Documentos quinhentistas espanhóis referentes à Capitania de São Vicente*. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: s/ed, volume XLVI. pp. 289 – 309.

GARCÍA, Diego. *Carta de Diego García*. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. tomo XV (2º da terceira série), 1888. pp. 6 – 14.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Brevísima Relación de la Destrucción de las Indias*. Madrid: Ediciones Catedra, 1995.

LERI, João de. *Istoria de uma viagem feita à terra do Brazil*. Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: s/ed. tomo LII (pt. 2), 1889.

LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil (colóquio na língua brasílica e notas tupinológicas de Plínio Ayrosa)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

NUNES CABEÇA DE VACA, Álvaro. *Comentários*. Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: s/ed. tomo LVI (pt. 1), 1893. pp. 193 – 344.

NÚÑEZ CABEZA DE VACA, Alvar. *Naufragios y Comentarios*. Madrid: Editora Dastín, 2000.

_____. *Naufrágios e Comentários*. Porto Alegre; São Paulo: L&PM editores, 1987.

RAMIREZ, Luis. *Carta de Luis Ramírez*. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. tomo XV (2º da terceira série), 1888. pp. 14 – 41.

SCHULLER, Rodolpho R. *A Nova Gazeta da Terra do Brasil (Newen Zeytung auss Presillg Landt) e sua origem mais provável – com a tradução portuguesa e a*

reprodução em fac-símile do precioso panfleto pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. In Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1915. pp. 115 – 144.

STADEN, Hans. *Relação verídica e sucinta dos uzos e costumes dos tupinambás.* Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: s/ed. tomo LV (pt. 1), 1892.

_____. *Vera Historia y descripción de un país de las salvages desnudas feroces gentes devoradoras de hombres situado en el Nuevo Mundo América.* Buenos Aires: Imprenta y casa editora Coni, 1944.

_____. *Duas Viagens ao Brasil* (introdução e notas de Francisco de Assis Carvalho Franco). Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

_____. *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens (1548 – 1555)* (tradução de Pedro Sússekind). Rio de Janeiro: Dantes, 1999.

VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo: as cartas que batizaram a América.* São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

Bibliografia

AGUIAR, Rodrigo L. S. “Cronistas europeus e a etno-história carijó na ilha de Santa Catarina” In **ESPINA BARRIO**, Angel B. (editor). *Antropologia en Castilla y Leon e Iberoamérica – IV cronistas de Indias.* Ediciones Universidad Salamanca, s/d. pp. 334 – 335.

AGUILERA ROJAS, Javier. *Fundación de Ciudades Hispanoamericanas.* Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

ALEXANDER, Michael. *Discovering the New World – based on the works of Theodore de Bry.* London: London Editions, 1976.

ÄNDRA, Helmut e **FALCÃO**, Edgard de Cerqueira. *Americae Praeterita Eventa.* São Paulo: Edusp, 1966.

ÄNDRA, Helmut. *Hans Staden e sua época.* In Revista de História. São Paulo, s/ed. Ano XI (vol. XX), 1960. pp. 289 – 307.

ARCINIEGAS, Germán. *Los Alemanes en la conquista de América*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1941.

ARENS, William. *El mito del canibalismo – antropología y antropofagia*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1981.

BARBA, Francisco Esteve. *Historiografía Indiana*. Madrid: Gredos, 1992.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes – volume I Imaginário do Novo Mundo*. São Paulo: Metalivros, 1999.

BORGES, Pedro. *Religiosos en Hispanoamerica*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

BORJA GÓMEZ, Jaime Humberto. *Indios Medievales de fray Pedro de Aguado: construcción del idólatra y escritura de la historia en una crónica del siglo XVI*. Bogotá: CEJA, 2002.

BOUYER, Marc e **DUVIOLS**, Jean-Pierre. *Le Théâtre du Nouveau Monde: les grands voyages de Théodore de Bry*. Paris: Gallimard, 1992.

BRUIT, Héctor Hernan. “O visível e o invisível na conquista hispânica da América” In **VAINFAS**, Ronaldo. *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1992. pp. 77 – 101.

_____. *Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos – ensaio sobre a conquista hispânica da América*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

BUCHER, Bernadette. *La Sauvage aux seins pendants*. Paris: Collection Savoir Hermann, 1977.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna – Europa: 1500 – 1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BURUCÚA, José Emilio. “Mitos y simbologías nacionales en los países del cono sur” In **GUERRA**, François-Xavier e **ANNINO**, Antonio (coordinadores). *Inventando la Nación – Iberoamérica siglo XIX*. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 2003. pp. 433 – 474.

CAMPANÁRIO, Manuel de Abreu. *Hans Staden: o homem e a obra*. São Paulo: Editora Parma, 1980.

CARBIA, Romulo D. *Historia de la Leyenda Negra Hispanoamericana*. Madrid: Publicaciones del consejo de la Hispanidad, 1944.

CÁRCEL, Ricardo García. *La Leyenda Negra: historia y opinión*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

CARDOZO, Efraim. *El Paraguay Colonial – las raíces de la nacionalidad*. Buenos Aires: Ediciones Nazza, 1959.

_____. *Historiografía Paraguaya – I Paraguay indígena, español y jesuita*. Cidade do México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1959.

CARVALHO, José Murilo de. “Brasil – naciones imaginadas” In **GUERRA**, François-Xavier e **ANNINO**, Antonio (coordinadores). *Inventando la Nación – Iberoamérica siglo XIX*. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 2003. pp. 501 – 530.

CATRILLO MAZERES, Francisco. *El Soldado de la Conquista*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

_____. *A ordem dos livros – leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

_____. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

CHICANGANA-BAYONA, Yobenj Aucardo. *El festín antropofágico de los indios Tupinambá en los grabados de Theodoro de Bry, 1592*. In *Fronteras de la Historia*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia (ICANH). nº 10, 2005. pp. 19 – 82.

_____. *Do Apolo de Belvedere ao Guerreiro Tupinambá: Etnografia e convenções renascentistas*. In *História*. São Paulo: s/ed. vol. 25 (nº 2), 2006. pp. 15 – 47.

CONLEY, Tom. “De Bry’s Las Casas”. In **JARA**, René e **SPADACCINI**, Nicholas (editors). *Amerindian Images and the Legacy of Columbus*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992. pp. 103 – 131.

COSTA, Maria de Fátima. *A História de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/Kosmos, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Imagens de Índios do Brasil: o século XVI*. In Estudos Avançados. São Paulo: s/ed. nº 4/10, 1990. pp. 91 – 110.

DEFERT, Daniel. “Collections et Nations au XVIIe siècle”. In **DUCHET**, Michèle (org.) *L’Amérique de Théodore de Bry – une collection de voyages protestante du XVIIe siècle, quatre études d’iconographie*. Paris: Editions du Centre national de la recherche scientifique, 1987.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente: 1300 – 1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DÍAZ DE GUZMÁN, Ruy. *La Argentina* (edición de Enrique de Gandía). Madrid: Editora Dastín, 2000.

DOMÍNGUÉZ, Manuel. *El Alma de la Raza*. Buenos Aires: Editorial Ayacucho, s/d.

FERNANDES, Florestan. “Um balanço crítico da contribuição etnográfica dos cronistas” In *A Investigação Etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis: Editora Vozes, 1975. pp. 191 – 289.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. *Histórias de um Silêncio – as leituras da ‘Historia Ecclesiastica Indiana’ de frei Jerônimo de Mendieta*. Campinas: IFCH, 2004. [dissertação de mestrado].

FLORESCANO, Enrique (compilador). *Espejo Mexicano*. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, s/d.

FLORIA, Carlos Alberto e **BELSUNCE**, César A. *Historia de los argentinos I*. Buenos Aires: Ediciones Larousse, 1992.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.

FOUQUET, Carl. *Bibliografia da ‘Verdadeira História’ de Hans Staden*. In Boletim Bibliográfico. São Paulo: Biblioteca pública municipal de São Paulo. Ano I (vol. IV), 1944. pp. 7 – 31.

FREIRE, Deolinda de Jesus. *A eficácia narrativa da “Brevíssima relación de destrucción de las Indias” na propagação da “leyenda negra” anti-hispânica*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. [dissertação de Mestrado].

FREITAS NETO, José Alves de. *Bartolomé de Las Casas: a narrativa trágica, o amor cristão e a memória americana*. São Paulo: Editora Annablume, 2003.

GANDÍA, Enrique de. *Historia de la conquista del Río de la Plata y del Paraguay: los gobiernos de don Pedro de Mendoza, Alvar Núñez y Domingo de Irala, 1535 – 1556*. Buenos Aires: Librería de A. García Santos, 1932.

GAULIN, Jean-Louis. “A ascese do texto ou o retorno às fontes” In **BOUTIER**, Jean e **JULIA**, Dominique (organizadores). *Passados Recompuestos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do Maravilhoso: o Novo Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GOMES RIBEIRO, João Coelho. *Ulrich Schmidel – noticia biographica*. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, Vol. X, 1906.

GREENBLATT, Stephen. *Possessões Maravilhosas: o deslumbramento do Novo Mundo*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *Maravilhosas Possessões*. In Estudos Históricos. Rio de Janeiro: s/ed. vol. II (nº 3), 1989. pp. 43 – 62.

GRUZINSKI, Serge e **BERNARD**, Carmen. *História do Novo Mundo: da descoberta a conquista, uma experiência européia (1492 – 1550)*. São Paulo: Edusp, 1997.

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *A Guerra das Imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492 – 2019)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. In Estudos Históricos. Rio de Janeiro: s/ed, nº 1, 1998. pp. 5 – 27.

GUTMAN, Margarita e **HARDOY**, Jorge Enrique. *Buenos Aires: historia urbana del área metropolitana*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

HANSEN, João Adolfo. “A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro”. In **NOVAES**, Adauto. *A descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo: Minc/Funarte; Companhia das Letras, 1998. pp. 347 – 373.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio de. *Historia General de los hechos de los Castellanos en las Islas y Tierra Firme del Mar Océano – década octava – al Rey nuestro Señor*. Buenos Aires: Editorial Guaranía, 1946.

HILBERT, Klaus. *A descoberta a partir da ‘Nova Gazeta da Terra do Brasil’*. In Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre: PUCRS, nº 1 (edição especial), 2000. pp. 39 – 56.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso – motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1969.

HUFFINES, Marion Lois. *The original Manuscript of Ulrich Schmidl: german conquistador and chronicler*. In *The Americas*, vol. 34 (nº 2), 1977. pp. 202 – 206.

IRALA, Domingo Martinez de. *Relação de Domingo Martinez de Irala, sobre os descobrimentos que ia fazendo quando foi navegando Rio Paraguai acima por ordem do Governador Cabeza de Vaca, desde o dia 18 de dezembro de 1542*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, nº 12 (publicações avulsas), 1998.

KARNAL, Leandro. *Teatro da Fé: representação religiosa no Brasil e no México do século XVI*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

_____. “Os textos de fundação da América: a memória da crônica e a alteridade” In *Idéias – revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Campinas: IFCH, Ano 11 (1), 2004. pp. 5 – 12.

KLOSTER, W. e **SOMMER**, F. *Ulrico Schmidl no Brasil Quinhentista* (introdução de Francisco de Assis Carvalho Franco). São Paulo: Editora da Sociedade Hans Staden, 1942.

LAFUENTE MACHAIN, R. *El Gobierno de Domingo Martinez de Irala*. Buenos Aires: Editorial La Facultad, 1939.

LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média – tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

LEITE, Serafim (organizador) *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil III (1558 – 1563)*. São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, 1954.

_____. *Novas Páginas de História do Brasil – edição completa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d.

LESTRINGANT, Frank. *O Canibal: grandeza e decadência*. Brasília: Editora da UNB, 1997.

_____. “A Outra Conquista: os huguenotes no Brasil”. In **NOVAES**, Adauto. *A descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo: Minc/Funarte; Companhia das Letras, 1998. pp. 419 – 439.

LEVENE, Ricardo. *Síntese da História da Civilização Argentina*. Rio de Janeiro: s/ed, 1938.

_____. *Lecciones de Historia Argentina (historia de la civilización argentina) – tomo I*. Buenos Aires: Lajouane Librería y Editorial, 1950.

LÓPEZ, Vicente F. *Historia de la República Argentina – su origen, su revolución y su desarrollo político hasta 1852 (tomo I)*. Buenos Aires: Librería La Facultad, 1926.

LUZ, Guilherme Amaral. *O Cativo do Desconhecido – o testemunho verdadeiro de Hans Staden sobre sua viagem à terra dos homens nus devoradores de carne humana*. In *História & Perspectivas – revista dos cursos de graduação e do programa de pós-graduação em História/História Plural*. Uberlândia: s/ed, nº 23, 2000. pp. 51 – 65.

_____. *Carne Humana – a retórica do canibalismo na América Portuguesa Quinhentista*. Campinas: IFCH, 2003. [tese de doutorado].

MAACK, Reinhard. *Sobre o itinerário de Ulrich Schmidel através do sul do Brasil (1552 – 1553): uma pesquisa histórico-geográfica*. Curitiba: Editora UFPR, 1959.

MADERO, Guillermo. *Historia del puerto de Buenos Aires*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1955.

MANGUEL, Alberto. *Lendo Imagens: uma história de amor e ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MEDARDO CHÁVEZ, S. *Los Adelantados del Río de la Plata*. La Paz: Editorial Renacimiento, 1929.

MEDINA, Miguel Angel. *Los Dominicos en América – presencia y actuación de los dominicos en la América colonial española de los siglos XVI – XVII*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

MELLO, Amílcar D’Avilla de. *Crônicas das Origens – Santa Catarina na era dos descobrimentos geográficos – volume III*. Florianópolis: Editora Expressão, 2006.

MONTAIGNE, Michel de. “Dos canibais” In *Ensaaios – volume 1*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Campinas: IFCH, 2001. [tese de livre docência].

MORITZ SCHWARCZ, Lilia K. *Os Guardiões da nossa História Oficial – os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: Idesp, 1989.

MOTT, Luiz. “As Amazonas: um mito e algumas hipóteses”. In **VAINFAS**, Ronaldo. *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1992. pp. 33 – 58.

MOURA, Gentil de Assis. *O caminho de Paraguai a Santo André da Borda do Campo – reconstituição do itinerário de Ulrich Schmidel em 1553*. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, vol. 13 (1908), 1911. pp. 167 – 180.

NAIA, Alexandre Gaspar da. *Quem foi o primeiro descobridor do Rio da Prata e da Argentina? Interpretação e correção de fatos e documentos* In Revista de História. São Paulo: s/ed, Ano XI (nº 41), 1960. pp. 65 – 84.

OBEYESEKERE, Gananath. *Cannibal Talk – the man-eating myth and human sacrifice in the South Seas*. Berkeley: University of California Press, 2005.

O’GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido de seu devir*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros: novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

QUIJADA, Mónica. “¿Qué Nación? Dinámicas y dicotomías de la nación en el imaginario hispanoamericano” In **GUERRA**, François-Xavier e **ANNINO**, Antonio (coordenadores). *Inventando la Nación – Iberoamérica siglo XIX*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2003. pp. 287 – 315.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

_____. “Eva Tupinambá” In **DEL PRIORE**, Mary (organizadora) **BASSANEZI**, Carla (coordenadora) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2002. pp. 11 – 45.

RAVINA, Aurora. *La obra historiográfica de la Academia Nacional de la Historia (Argentina)*. In Revista de Historia de America. Quito: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, nº 109, 1990. pp. 19 – 44.

REIS, Anderson Roberti dos. *Da idolatria indígena à conversão cristão no México do século XVI: uma análise da obra de frei Toribio Motolinía*. Campinas: IFCH, 2007. [dissertação de mestrado].

REVELLO, José Torre e **BECU**, Teodoro. *La colección de documentos de Pedro de Angelis y el diario de Diego Alvear*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Históricas, 1941.

RODRIGUES, Antonio. “Carta para os irmãos de Coimbra”. In **LEITE**, Serafim. *Páginas de História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. pp. 117 – 136.

RODRIGUÉZ MONEGAL, Emir. *Noticias Secretas y Publicas de América*. Barcelona: Tusquets Editores, 1984.

ROJAS, Ricardo. *Historia de la Literatura Argentina (volumen I, parte 2)*. Buenos Aires: Ediciones Losada, 1948.

RUBIO, Julian Maria. *Exploración y Conquista del Río de la Plata: siglos XVI y XVII*. Barcelona; Buenos Aires: Editora Salvat, 1942.

SABATO, Hilda (coordinadora). *Ciudadanía Política y Formación de las Naciones – perspectivas históricas de América Latina*. Cidade do México: FCE; COLMES; FHA, 1999.

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, s/d.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Como se escreve a História?* In Revista Brasileira de História. São Paulo: s/ed, vol. 13 (nº 25/26), 1993. pp. 67 – 80.

SCHNEIDER, Ingrid Schulze. *Alemania y América – la llamada del Nuevo Mundo: 500 años de presencia alemana en América*. Madrid: Editorial Mapfre, 1995.

SOMMER, F. *Quem foi o impressor e quem o ilustrador da edição primitiva do livro de Hans Staden?* In Revista do Arquivo Municipal. São Paulo: s/ed, Ano VIII (vol. 88), 1943. pp. 209 – 216.

SOUTHEY, Roberto. *História do Brasil – volume I* (traduzida do inglês por Luiz Joaquim de Oliveira e Castro e anotada pelo cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro). Salvador: Livraria Expresso Editora, 1948.

SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico – demonologia e colonização. Séculos XVI – XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TATSCH, Flavia Galli. *Da palavra à imagem: a alegoria da América no imaginário europeu*. In Idéias – revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: IFCH, Ano 13 (2), 2006. pp. 43 – 60.

THEODORO, Janice. *Visões e Descrições da América: Cabeza de Vaca (XVI) e Hércules Florence (XIX)*. In Revista USP – dossiê Brasil dos viajantes. São Paulo: s/ed. nº 30, 1996. pp. 74 – 83.

_____. “Colombo, Alegorias e Revelações” In **KARNAL**, Leandro e **FREITAS NETO**, José Alves (organizadores). *A Escrita da Memória – interpretações e análises documentais*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004. pp. 94 – 117.

VAINFAS, Ronaldo. (direção). *Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

VALLENILLA, Nikita Harwich. “La Historia Patria” In **GUERRA**, François-Xavier e **ANNINO**, Antonio (coordenadores). *Inventando la Nación – Iberoamérica siglo XIX*. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 2003. pp. 534 – 549.

WERNICKE, Edmundo. *La rehabilitación del sargento conquistador Ulrico Schmidl y su libro*. In Anuario de Historia Argentina – año 1941. Buenos Aires: Sociedad de Historia Argentina, 1942. pp. 594 – 597.

WHITEHEAD, Neil L. *Hans Staden and the cultural politics of Cannibalism* In Hispanic American Historical Review. 80: 4, 2000. pp. 721 – 751.

ZIEBELL, Zinka. *Terra de Canibais*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

ZUBIZARRETA, Carlos. *Capitanes de la Aventura: Cabeza de Vaca, el infortunado; Irala, el predestinado*. Madrid: Ediciones Cultura, 1957.